

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

LADISLAU PEREIRA SANDERS FILHO

De ribeirinho a atingido: a luta pela terra da comunidade de Entre Rios, no contexto do  
Desastre da Samarco

**Versão corrigida**

SÃO PAULO  
2019

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

LADISLAU PEREIRA SANDERS FILHO

De ribeirinho a atingido: a luta pela terra da comunidade de Entre Rios no contexto do  
Desastre da Samarco

Dissertação de Mestrado apresentada ao  
Programa de Pós-graduação em Geografia  
Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e  
Ciências Humanas da Universidade de São Paulo,  
sob orientação da Profa. Dra. Marta Inez  
Medeiros Marques

**Versão corrigida**

SÃO PAULO

2019



**ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE**

**Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)**

**Nome do (a) aluno (a): Ladislau Pereira Sanders Filho**

**Data da defesa: 06/12/2019**

**Nome do Prof. (a) orientador (a): Marta Inez Medeiros Marques**

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 24/03/2021

*(Assinatura do (a) orientador (a))*

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação  
Serviço de Biblioteca e Documentação  
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

S195r Sanders Filho, Ladislau Pereira  
De ribeirão a atingido: a luta pela terra da comunidade de Entre Rios, no contexto do Desastre da Samarco / Ladislau Pereira Sanders Filho; orientadora Marta Inez Medeiros Marques - São Paulo, 2019. 177 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia. Área de concentração: Geografia Humana.

1. território . 2. conflito. 3. campesinato. 4. ribeirinhos. 5. desastre. I. Marques, Marta Inez Medeiros, orient. II. Título.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao apoio dado a mim por minha família, sempre presente e alentador.

À Comunidade Ribeirinha de Entre Rios que, desde 2013, tem me recebido com muito boa vontade em seu território. Em especial, S. Nilton que nunca poupou esforços em me ajudar no que precisei para que esta pesquisa de mestrado fosse viável e possível.

Ao João Paulo, amigo querido e militante do Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB), por toda ajuda e troca de ideias, por ter me inserido em espaços que foram de fundamental importância para meu esforço de entendimento acerca do desastre e crimes da Samarco. Igualmente, ao MAB obrigado por tudo.

Aos amigos e amigas de Vitória pela trajetória compartilhada; sinto saudades sempre.

Às amigas e amigos novos de São Paulo. Já me sinto em casa, porque vocês são muito especiais.

Aos amigos cruspianos, vai meu abraço.

À Minha orientadora Profa. Dra. Marta Inez Medeiros Marques por todo apoio dedicado, paciência e entrega ao ofício da docência. Muito obrigado, Marta!

Aos professores Ariovaldo Umbelino de Oliveira e Bruno Milanez pelas contribuições valorosas e pelo debate travado nas bancas de qualificação e defesa deste mestrado.

Ao Gustavo Prieto, pela amizade dedicada, pela paciência de mestre, disposição e ânimos permanentes para o debate e para o ensino. Sua amizade é acolhedora, o convívio contigo é sempre instigante e engraçado!

Às amigas Tainá e Adriane pela ajuda fundamental na reta final. Sem o apoio de vocês, não teria sido possível. Também agradeço a Karla pela ajuda nos últimos acertos da dissertação.

Ao grupo de estudos 'Campo em Movimento', um espaço de formação perene e necessário.

À Renatinha, Maíra, Carol Itzá, Clara entre outras amigas paulistanas por toda ajuda, carinho e aprendizados. Vocês fizeram e fazem de minha jornada em São Paulo mais rica, engraçada, legal e são mulheres que admiro muito.

À Carol Leite, pela amizade sincera, por ter me apresentado tanta gente bacana e ter dividido a casa comigo, pelo exemplo constante. Você é foda!

À Léa, amiga de outros tempos e que sempre me acolheu em terras paulistanas. Você é muito especial para mim.

À Cori pela parceria firme nesses dias corridos, pelo carinho a mim dedicado e por todo amor. Os dias foram e são mais bonitos e leves com você.

Ao Dani Manza, Rodrigo Goldstag, Marco Véio, Dani Marconi, Artur Tuti, Felipe Ricardo, Daniel Vasconcelos, Rafinha Florêncio, entre outros parsas, vai meu abraço de muito obrigado.

À CNPQ pela bolsa de estudos.

***Meus afetuosos agradecimentos!***

*Dedico este trabalho a  
Felipe Varea Leme  
Paula Ayala Hoffmann  
e  
Thiago Guerim,  
Três amigos que a vida me deu e me levou em 2019.*

*Tenho saudades.*

## RESUMO

Este trabalho analisa a luta pela terra de uma comunidade de camponeses ribeirinhos, no contexto do desastre da Samarco. Trato da comunidade de Entre Rios, localizada na foz do rio Doce, no Estado do Espírito Santo. É importante estabelecer esta discussão tendo em vista a construção de uma abordagem que leve em consideração a totalidade social e seus conflitos eminentes, em que a comunidade de Entre Rios é vista enquanto classe camponesa reproduzindo-se contraditoriamente sob o modo capitalista de produção.

Em virtude do processo de autoidentificação como Ribeirinhos da comunidade de Entre Rios, num conflito por terra contra a empresa União Engenharia e Montagem, mobilizei as discussões em torno da reprodução de grupos sociais do campo. O território como expressão da luta de classes, as relações não capitalistas de produção capitalista e o debate sobre os povos tradicionais, orientaram meu esforço de avaliar um conjunto de processos territoriais. Tais processos, através de minha abordagem, tem girado em torno dos temas de identidade e luta de classes, a política brasileira dos governos do Partido dos Trabalhadores e a atualidade da questão da reforma agrária. Construí esta avaliação, tendo o momento histórico atual marcado pelo neoliberalismo e a crise do capital, para pensar o processo da luta encampada pela comunidade de Entre Rios. Todavia, o processo de luta ganha contornos atuais após o rompimento da barragem de rejeitos pertencente à Samarco Mineração, pois esta comunidade tornou-se *atingida* pela lama de rejeitos despejada no rio Doce em virtude de tal rompimento.

Palavras-chave: território, conflito, campesinato, ribeirinhos, desastre



## **ABSTRACT**

This paper analyzes the struggle for land in a community of riverside peasants, in the context of the Samarco disaster. I deal with the community of Entre Rios, located at the mouth of the Doce River, in the State of Espírito Santo. It is important to establish this discussion with a view to building an approach that takes into account the social totality and its eminent conflicts, where the community of Entre Rios is seen as a peasant class reproducing itself contradictorily under the capitalist mode of production.

Due to the process of self-identification as Ribeirinhos of the Entre Rios community, in a conflict over land against the company União Engenharia e Montage, I mobilized the discussions around the reproduction of social groups in the countryside. The territory as an expression of the class struggle, the non-capitalist relations of capitalist production and the debate about traditional peoples, guided my effort to evaluate a set of territorial processes. Such processes, through my approach, have revolved around the themes of identity and class struggle, the Brazilian politics of the Workers' Party governments and the current issue of agrarian reform. I built this assessment, having the current historical moment marked by neoliberalism and the capital crisis, to think about the process of struggle taken on by the community of Entre Rios. However, the fighting process takes on current contours after the tailings dam belonging to Samarco Mineração has broken down, as this community has been affected by the tailings mud that was discharged into the Doce River as a result of such a breach.

Keyword: territory, conflict, peasantry, riverside, disaster

## LISTA DE MAPAS

<b>Mapa 1:</b> Localização da comunidade de Entre Rios, distrito de Regência, ES .....	18
<b>Mapa 2:</b> Situação dos Portos ES .....	38
<b>Mapa 3:</b> O rastro da destruição – o caminho da lama na Bacia do rio Doce .....	72
<b>Mapa 4:</b> Produção de madeira nos municípios do Espírito Santo em 1970 .....	93
<b>Mapa 5:</b> Média de hectares por imóvel rural e percentual da área agropecuária efetivamente utilizada ocupado por pastagens no Espírito Santo – 1970 .....	94
<b>Mapa 6:</b> Bacia Hidrográfica do rio Doce .....	111

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1:</b> Conflitos no campo brasileiro: 2002 a 2008 .....	33
--	----

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1:</b> Ficha referente à posse de Beresford Martins Moreira na margem direita da foz do rio Doce .....	101
<b>Figura 2:</b> Ficha referente à posse de Beresford Martins Moreira na margem direita da foz do rio Doce .....	101
<b>Figura 3:</b> Fotocadastro da foz do rio Doce, de 1971 .....	102
<b>Figura4:</b> Recorte em zoom para melhor visualização da posse de Beresford Moreira, circulada em vermelho .....	103
<b>Figura 5:</b> Imagens de satélite obtidas anterior à cheia e no dia seguinte ao pico das chuvas .....	112
<b>Figura 6:</b> Croqui do território ribeirinho de Entre Rios .....	115
<b>Figura 7:</b> Lama de rejeitos de mineração da Samarco, na foz do rio Doce.....	138
<b>Figura 8:</b> Estrutura político-administrativa da Fundação Renova .....	148

## **LISTA DE TABELAS**

<b>Tabela 1:</b> Produção de madeira nos municípios do Espírito Santo em 1960 a 1996 .....	92
<b>Tabela 2:</b> Produção de bovinos, cana-de-açúcar e eucalipto em Linhares – ranking no Espírito Santo .....	98
<b>Tabela 3:</b> Estrutura fundiária Linhares - 2017 (dados preliminares) .....	98

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACP – Ação Civil Pública  
AFE – Auxílio Financeiro Emergencial  
APP – Área de preservação permanente  
ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural  
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social  
CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e Caribe  
CIF – Comitê Interfederativo  
CNPTC – Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidade Tradicionais  
COFAVI – Companhia Ferro e Aço de Vitória  
CPT – Comissão Pastoral da Terra  
DAP – Declaração de Aptidão ao Programa Nacional da Agricultura Familiar  
DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos  
DNOS – Departamento Nacional de Obras e Saneamento  
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador  
GERCA – Grupo Executivo de Recuperação Econômica da Cafeicultura  
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
ICMbio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade  
IDAF – Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo  
INCAPER – Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural  
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada  
ITR – Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural  
MDH - Ministério dos Direitos Humanos  
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome  
MMA - Ministério do Meio Ambiente  
MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores  
MPF - Ministério Público Federal  
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra  
OIT – Organização Internacional do Trabalho  
ONGs - Organizações não Governamentais  
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos  
PAC 2 – Programa de Aceleração do Crescimento 2  
PIM – Programa de Indenização Mediada  
PNAE – Programa Nacional da Alimentação Escolar  
PETROBRAS – Petróleo Brasileiro  
PFL – Partido da Frente Liberal  
PIB – Produto Interno Bruto  
PAEG – Plano de Ação Econômica do Governo  
PNPCT - Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais  
PORTOCEL – Terminal Especializado de Barra do Riacho S/A  
PPAs – Planos Plurianuais  
PT – Partido dos Trabalhadores  
REBIO – Reserva Biológica  
SPI – Serviço de Proteção aos Índios  
TAUS – Termos de Autorização de Uso Sustentável

SPU – Secretaria do Patrimônio da União

TEREG – Terminal de Regência

TNC – Terminal Norte Capixaba

TAC Governança - Termo de Ajustamento de Conduta Governança

TTAC – Termo de Transação de Ajustamento de Conduta

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	17
<b>1. ENTRE RIOS: DO CONFLITO POR TERRA AO ROMPIMENTO DA BARRAGEM</b> .....	29
<b>1.1 O desenvolvimento capitalista brasileiro e o campo: o território como expressão da luta de classes</b> .....	29
<b>1.2 Entre Rios vista pela Barbárie capitalista e a crítica do Lulismo</b> .....	42
<b>1.3 Do boom ao pós-boom das commodities: o rompimento da barragem da Samarco e o desastre contra a bacia do rio Doce</b> .....	63
<b>2. A COMUNIDADE DE ENTRE RIOS: ENTRE O RIO E O TERRITÓRIO</b> .....	81
<b>2.1 Marcos da luta pela terra na foz do rio Doce: um breve histórico da comunidade de Entre Rios</b> .....	81
<b>2.2. Alguns apontamentos sobre os povos ribeirinhos e a comunidade de Entre Rios</b> .....	106
<b>2.3 Luta pela terra e autoidentificação no contexto dos conflitos entre União Engenharia e a comunidade de Entre Rios: de <i>posseiro</i> a <i>ribeirinho</i></b> .....	119
<b>3. ENTRE RIOS NO CONTEXTO DO DESASTRE DA SAMARCO</b> .....	137
<b>3.1 A comunidade de Entre Rios conhece a face lamacenta da barbárie</b> .....	137
<b>3.2 Fundação Renova como perpetuação e gestão desastre na foz do rio Doce</b> .....	147
<b>3.3 De ribeirinho a atingido: A luta pela terra da comunidade de Entre Rios, no contexto do desastre da Samarco</b> .....	158
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	165
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	169



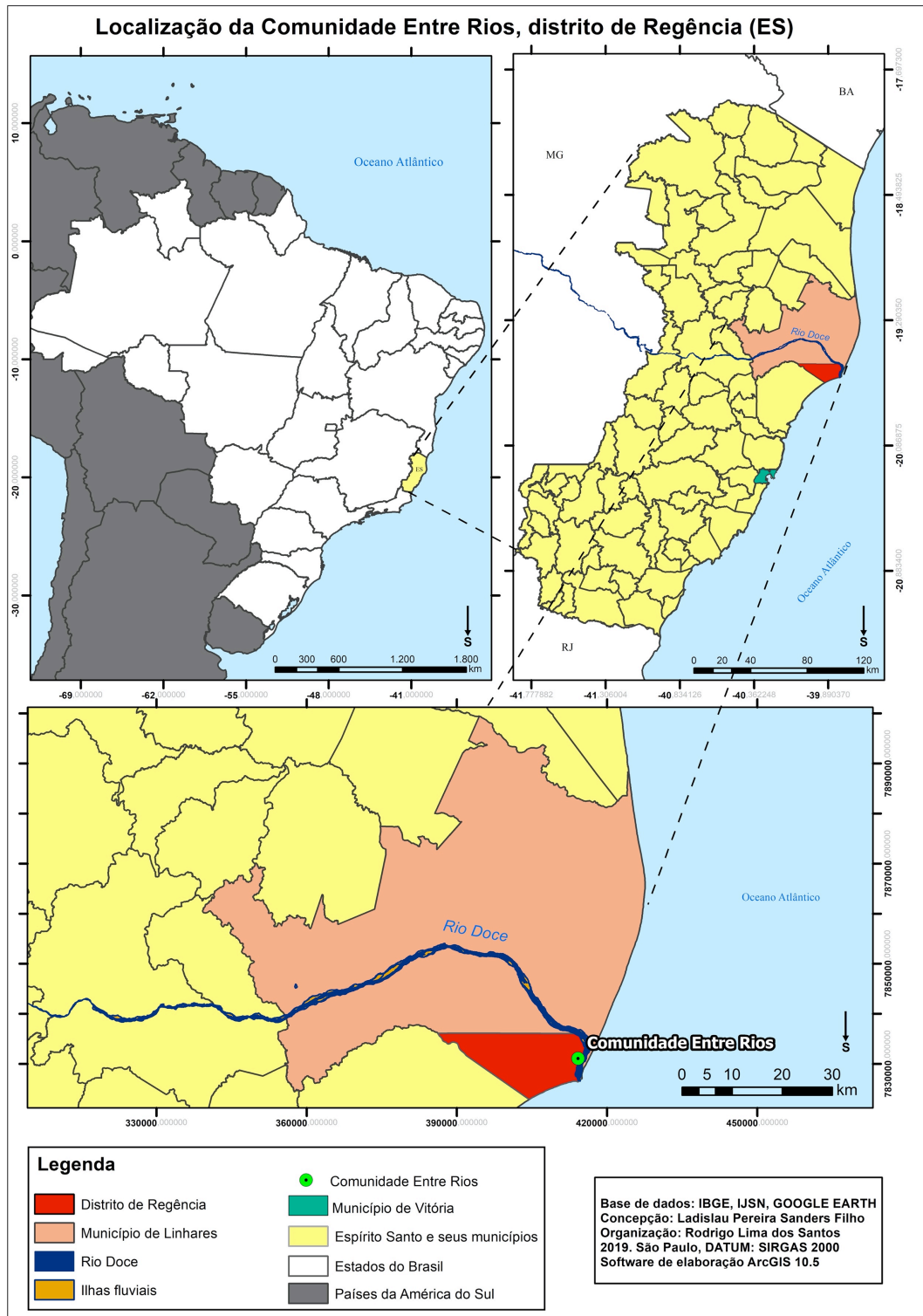
## INTRODUÇÃO

Entre 2012 e 2013, irrompe um conflito fundiário entre um grupo de camponeses posseiros da comunidade de Entre Rios e a empresa União Engenharia, prestadora de serviços da Petróleo Brasileiro (PETROBRAS). A empresa União negociou, em 2012, terras na região da foz do rio Doce, no distrito de Regência, Espírito Santo. Parte destas terras eram ocupadas e utilizadas por posseiros e pequenos proprietários, que se organizaram num movimento de resistência à expropriação de suas terras. No contexto da luta, se autoidentificaram como ribeirinhos, haja visto que as terras se localizam á margem direita do rio Doce e a comunidade vive na planície de inundação deste rio, estabelecendo um modo de vida em consonância com a dinâmica hídrica deste Rio.

Em novembro de 2015, ocorre o rompimento da barragem de rejeitos de mineração ‘Fundão’, pertencente à empresa Samarco Mineração, a qual possui como maiores acionistas a Vale S/A e a BHP Billiton, que figuram hoje entre as maiores empresas de mineração do mundo. O rompimento da barragem de Fundão liberou mais de 30 milhões de metros cúbicos de rejeitos de mineração (SAMARCO, [s.d]) na calha do rio Doce, afetou toda a sua bacia hidrográfica e o conjunto da sociedade civil que a compõe. A lama de rejeito percorreu todo o caminho do rio Doce e atingiu a sua foz, na vila de Regência Augusta, no Estado do Espírito Santo, onde está localizada a comunidade rural ribeirinha de Entre Rios, à margem direita do rio Doce à jusante. A “chegada” da lama na foz do rio Doce transformou completamente as dinâmicas socioterritoriais naquele lugar, modificando drasticamente as relações sociais reproduzidas ali. No pós-rompimento da barragem de Fundão ocorreu a criação da Fundação Renova em junho de 2016, após a assinatura do Termo de Transação de Ajustamento de Conduta (TTAC) entre a Samarco e suas maiores acionistas - a Vale e a BHP Billiton, os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, órgãos brasileiros e estaduais de defesa ambiental e de conservação (RENOVA, [s.d]). A Fundação Renova foi criada para gerir os programas de recuperação, restauração e indenização de acordo com o que foi estabelecido no TTAC e outras diretrizes jurídicas que por ventura surgirem ainda relacionadas ao rompimento da barragem.

A proposta deste trabalho é analisar a luta pela terra dos camponeses posseiros de Entre Rios, desde a irrupção do conflito por terra vivido por eles contra a empresa União, até o contexto atual marcado pelo desastre causado pela Samarco.

**Mapa 1: Localização da comunidade de Entre Rios, distrito de Regência, ES**



Fonte: IBGE, IJSN, GOOGLE EARTH; 2019.  
 Organização: Rodrigo Lima dos Santos.

No capítulo 1, busquei traçar um panorama da Comunidade de Entre Rios, desde o conflito por terras até o rompimento da barragem. Para isso, discuti o desenvolvimento capitalista brasileiro e o território como expressão da luta de classes. Ao longo do desenvolvimento desigual e contraditório do modo capitalista de produção no Brasil, o campo tem sido palco de inúmeros conflitos. Ao longo da história da formação territorial brasileira até os últimos momentos de sua modernização, ocorre no campo um grande número de conflitos que envolvem sujeitos, grupos e classes sociais distintas. Dessa maneira, procurei pensar a formação do território brasileiro e a territorialização do capital, numa perspectiva do território como expressão concreta da luta de classes, já que o objeto estudado emerge através de um conflito por terra.

Feito o exercício de analisar a formação territorial, avançando para uma conceituação do território que dê conta dos problemas levantados em campo, trato da relação entre a economia política do Lulismo, o cenário conflituoso em que emerge a luta pela terra de Entre Rios e o desastre da Samarco, além de uma leitura desta relação através da ideia de gestão da barbárie. Em seguida, abordei o rompimento da barragem de Fundão, pertencente à Samarco Mineração e relacionei com o problema do boom/pós-boom das commodities num movimento mais amplo, tendo em vista as características marcantes da fase atual do desenvolvimento capitalista brasileiro durante o lulismo.

No capítulo 2, analisei a comunidade de Entre Rios tendo em vista os marcos da luta pela terra na foz do rio Doce, desde a formação da propriedade da terra no Espírito Santo até os aspectos mais empíricos e recentes do conflito vivido pela comunidade. De acordo com a autoidentificação ribeirinha levada a cabo pela comunidade no contexto do conflito, tracei em linhas gerais alguns aspectos da problemática ribeirinha e faço uma pequena caracterização da bacia do rio Doce, para criar condições de pensar a relação entre o modo de vida ribeirinho, o rio Doce e a comunidade de Entre Rios. Posteriormente, analisei o conflito por terra e a autoidentificação dos posseiros de Entre Rios como ribeirinhos, traçando um debate entre populações tradicionais, campesinato e modo de vida.

No capítulo 3, analisei a comunidade de Entre Rios no contexto do desastre da Samarco, trazendo relatos dos camponeses ribeirinhos sobre consequências geradas pela “chegada da lama” na foz do rio Doce e na comunidade. Busquei fazer uma relação com o tema do conflito por terra, no intuito de pensar a relação entre o desastre e suas consequências diretas nos

desdobramentos do conflito. Em seguida, analisei a Fundação Renova, apontando algumas de suas principais características relacionadas a sua organização interna. Pesquisei a maneira como a Fundação tem desenvolvido e implementado os programas socioeconômicos de recuperação e regeneração, através de um conjunto de relatos coletados em trabalho de campo sobre como tem sido a relação entre os atingidos e a Fundação Renova. Por fim, apontei alguns desdobramentos decorrentes da passagem do ribeirinho para o atingido, analisando o contexto atual da luta pela terra pós-desastre da Samarco.

Desse modo, a realização desta pesquisa e a constituição desta forma de exposição impõem a necessidade de buscar, por meio da geografia, mecanismos teórico-conceituais que deem conta de ajudar a compreender esta realidade. Realizar o esforço necessário de pensá-la e criticá-la, desnudando os aspectos que não estão explícitos num primeiro olhar, mas que são determinantes do ponto de vista das formas de dominação social e exploração que se expressam de algum modo na realidade.

Marx chegou ao exame objetivo da sociedade burguesa em formação e de seus elementos investigando, desde sua aparência, as relações sociais de produção que compunham esta sociedade do ponto de vista de sua totalidade e que dão forma ao capitalismo enquanto modo de produção (LEFEBVRE, 1977). Neste sentido, Lefebvre (1983) ao analisar a lógica dialética no pensamento de Marx, mostra que este rompe com a teoria hegeliana do direito e do Estado, passando a atribuir à história outras forças motrizes, sentidos e razões, o que reposiciona a questão das classes sociais no sentido do desenvolvimento histórico:

O motor do movimento histórico não é a razão, mas a prática social (incluindo as classes e suas relações na prática industrial). O suporte da racionalidade não está nem nas classes médias (funcionários, burocratas), nem na burguesia, mas na classe operária etc. Entretanto, Marx conserva, superando, o conceito de história. Ele conserva, principalmente, a tese da *luta de vida ou morte*. Para que exista história, é preciso que as forças em presença levem seu conflito até o fim, até a resolução por uma vitória ou derrota (LEFEBVRE, 1983; p. 22).

Marx reposiciona o desenvolvimento histórico e, conseqüentemente, do próprio modo capitalista de produção, quando concebe a prática social e das classes sociais como motores deste desenvolvimento. Assim o faz justamente porque enseja acompanhar o capitalismo e a sociedade burguesa em sua totalidade. Marx explicita um conjunto de equivalências, a troca, circulação e formação do dinheiro, até o trabalho social e os meios sociais, o que o leva até a

divisão do trabalho, a acumulação do capital e a formação da burguesia, sob a reprodução das relações sociais de produção (LEFEBVRE, 1983).

Partindo da questão das classes sociais diante do desenvolvimento do modo capitalista de produção, Oliveira (1996) explica a existência e contínua reprodução social do campesinato no Brasil. Considerando o campesinato enquanto classe social e as relações sociais de produção no bojo da produção capitalista. Oliveira (2001, p. 18) diz que:

O desenvolvimento capitalista se faz movido pelas suas contradições. Ele é portanto, em si, contraditório e desigual. Isto significa que para seu desenvolvimento ser possível, ele tem que desenvolver aqueles aspectos aparentemente contraditórios a si mesmo.

Vamos encontrar no campo brasileiro, junto com o processo geral de desenvolvimento capitalista que se caracteriza pela implantação das relações de trabalho assalariado (os boias-frias, por exemplo), a presença das relações de trabalho não-capitalistas como, por exemplo, a parceria, o trabalho familiar camponês, etc.

Este entendimento a respeito do desenvolvimento do capitalismo põe em relevo a reprodução social camponesa por dentro da reprodução do próprio modo capitalista de produção e dá lugar à reprodução das *relações sociais de produção* no campo. Este é um conceito necessário na análise do desenvolvimento desigual envolvendo os sujeitos, grupos e classes sociais que estão em disputa permanente, em virtude da transformação da terra em mercadoria no país. Tal fator relegou ao campesinato sua subordinação aos capitalistas e proprietários de terra, ao mesmo tempo que contraditoriamente realiza sua reprodução mesmo que subordinada. Tal condição de subordinação ocorre, porque o camponês entrega a renda da terra em trabalho, espécie ou em dinheiro aos proprietários e capitalistas, contribuindo para a produção de capital. Obviamente que toda esta concepção sobre o desenvolvimento do capitalismo, a existência e reprodução do campesinato, não é consensual dentre os pesquisadores da questão agrária. Porém esta concepção dá conta ou, pelo menos, explicita a existência de relações sociais de produção que não se explicam facilmente por meio das interpretações que tratam a expansão capitalista dentro da agricultura como fator que homogeneizou a relação capital / trabalho no campo do Brasil.

Reprodução social da classe camponesa, produção do capital e desenvolvimento desigual e contraditório são vistos pelo método dialético no processo desta investigação a respeito de uma comunidade rural implicada diretamente num conflito fundiário com uma empresa. Entre Rios posteriormente torna-se atingida pelo rompimento de uma barragem de rejeitos de

mineração, o que produz mais uma série de desdobramentos. O que envolve, por exemplo, desde a criação de uma Fundação para gerenciar, junto ao Estado, a barbárie capitalista representada neste desastre até os impactos socioambientais catastróficos sofridos por esta comunidade.

Tudo isso exige a mobilização de um escopo teórico com o objetivo de expressar o movimento da realidade concreta. Logo, o conceito de *território* torna-se fundamental, visto numa perspectiva em que seja a expressão concreta da totalidade social e que ganha forma por meio do conjunto de conflitos e tensões existentes na espacialidade social, que é produzida ao longo da história. Entretanto, conceber o território conceitualmente não é um exercício fácil, pois são variadas as concepções em torno deste conceito. Estas concepções muitas vezes priorizam algumas determinações sociais, relações ou condicionantes, enquanto outras vezes elas ocupam um lugar secundarizado ou até mesmo nem aparecem com relevância. Assim, estou partindo de formulações que tomam o território como síntese concreta dos conflitos que se dão entre classes sociais antagônicas. A partir disto, se pode considerar que a sociedade burguesa tem produzido hegemonicamente um território que é capitalista, através do domínio dos meios de produção e do controle contratual da prática social, marcada pelo antagonismo entre as classes. Oliveira (1999; p. 74) concebe o território da seguinte maneira:

Parto da concepção de que território deve ser apreendido como síntese contraditória, como totalidade concreta do processo/mo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supraestruturais (políticas, ideológicas, simbólicas etc) em que o Estado desempenha a função de regulação. O território é assim produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência. Sociedade capitalista que está assentada em três classes sociais fundamentais: proletariado, burguesia e proprietários de terras.

Desde esta perspectiva, tem-se o território em sua expressão e síntese contraditória e capitalista, o que não quer dizer que, enquanto totalidade concreta, não haja no território capitalista frações de território que concretizem também o enfrentamento ao modo capitalista de produção. Sendo o território a síntese e expressão da luta de classes no seio da sociedade burguesa, há neste território também a presença das classes e grupos sociais que não são apenas a classe burguesa capitalista. Há, por exemplo, o campesinato que constitui frações *camponesas* contraditoriamente ao território capitalista.

Antonio Carlos Robert de Moraes (2005) também discute o território a partir de uma historicidade materialista numa perspectiva dialética, do ponto de vista do método, pensando

de maneira ontológica e em termos históricos. Moraes (2005; p. 38) entende a realidade como movimento incessante no qual os fenômenos são apreendidos a partir deste movimento e, por isso, se busca compreendê-los num sentido lógico e histórico “em meio à diversidade das formas e relações”. O autor compreende a totalidade como fundamentalmente um recurso de método, num caráter associativo para pensar a realidade e que busca as relações entre os fenômenos analisados. Por isso, o modo de produção é entendido como um processo que possui um sentido estrutural dado a este movimento e institui relações específicas, expressões estas de um sentido lógico no bojo das variadas formas e relações que engendram o modo de produção. Logo, ele é “uma dinâmica que dá ritmo aos fatos estruturais” (MORAES, 2005; p. 39). É importante frisar que Moraes (2005) ao lançar mão de uma visão totalizadora, busca a explicação do específico, mas de maneira em que o mesmo não fique isolado na compreensão do processo social. Um recurso no qual o recorte analítico não representa o esgotamento da visada, senão que remete a uma apreensão da realidade no conjunto das mediações necessárias para compreender o seu movimento. É o próprio caráter de ‘formação’ ensejada no esforço analítico, quando confrontada com as exigências do método numa perspectiva lógica e histórica, porém sob as bases do que o autor entende e realiza enquanto geografia:

Parte-se do entendimento da geografia humana como ciência social que tem por objeto o processo universal de apropriação do espaço natural e de construção de um espaço social pelas diferentes sociedades ao longo da história. Defende-se que tal processo é passível de ser identificado num corte ontológico do real, isto é, manifesta-se na realidade com determinações específicas ímpares, atuando como elemento particularizador, em si uma mediação na análise dos fenômenos históricos. Sendo tal processo resultante exclusivo do trabalho humano, e apreendendo o trabalho como ato teleológico de incorporação e criação de valor, acata-se que a formulação categorial mais precisa e genérica para expressá-lo deva ser a *valorização do espaço* (MORAES, 2005; p. 41).

Para o referido geógrafo, a valorização do espaço articula e unifica um conjunto de fatores que compreendem desde a variedade dos quadros físicos e naturais de um dado lugar sob o imperativo espacial, a variedade material da materialidade orgânica, as heranças espaciais acumuladas de maneira desigual em pontos distintos da superfície terrestre. Articula também, neste mesmo quadro, o trabalho morto afixado de maneira seletiva ao solo e, conseqüentemente, expondo as singularidades de cada lugar. Nesse sentido, para Moraes (2005), o espaço age como articulador e unifica este conjunto de fatores, associando à dinâmica local estímulos exteriores, resultantes das relações entre as pessoas e grupos sociais, por exemplo. Logo, para ele, espacializar é imediatamente particularizar, porque “as determinações oriundas das características do meio (natural e construído) acabam dando às

relações próprias de um modo de produção tonalidades locais específicas do lugar” (MORAES, 2005; p. 44). No bojo deste equacionamento, ainda para Moraes (2005, p. 45), a valorização do espaço pode ser compreendida como processo identificado historicamente de formação de um *território* que envolve uma sociedade específica com um espaço localizado. Desse modo, tal processo estabelece trocas que humanizam uma dada localidade e que materializa as formas de sociabilidade imperantes numa paisagem e numa estrutura territorial.

A constituição de um território é, nesta perspectiva, um processo cumulativo, resultado e possibilidade em movimento. A escolha por este conceito sinaliza para a condicionante do uso social como elemento que define o processo visto por tal conceito e a apropriação qualifica uma dada porção da terra como sendo um *território* (MORAES, 2005; p. 45). Aos poucos, Moraes (2005) vai dando um contorno teórico para o que ele entende por território que aproxima sua análise da problemática da luta de classes, numa perspectiva da teoria do valor, além de uma dimensão política. Isto pode ser notado quando nos diz que a valorização do espaço, ao agregar à análise elementos próprios de processos do campo da política, os estabelecimentos humanos, as formas de ocupação e as hierarquias entre os lugares “expressam os resultados de lutas, hegemonias, violências” (MORAES, 2005; p. 46). Ou seja, resultam de atos políticos - é “a construção dos territórios envolvendo representações, discursos, consciências e articulações práticas” (MORAES, 2005; p. 46). Dessa forma, tem-se as bases para pensar o que ele considera fundamental que é o processo de formação territorial fundado pela valorização do espaço, dotado de um movimento que possui uma lógica histórica vista sob a busca de uma gênese dos conjuntos espaciais contemporâneos. Todavia, estes conjuntos não estavam conectados no passado ou necessariamente, mas se integram na medida em que o modo capitalista de produção se desenvolve. Daí engendra-se formas e relações sociais específicas que são expandidas espacialmente, como a economia e o Estado (capitalistas), por exemplo:

Esta repartição do mundo em territórios estatais estrutura-se no próprio processo de difusão das relações capitalistas de produção, que cria uma economia-mundo hoje efetivamente global. Em todos os quadrantes da Terra, este processo instala uma lógica territorial, primeiro por impérios e posteriormente pela multiplicação de Estados, num contexto no qual a distinção entre o centro e a periferia fica sempre bem demarcada. A formação do “Antigo Sistema Colonial” aparece como a organização dos espaços periféricos num período inicial desse movimento de mundialização. Essa “europeização do mundo”, conforme definição de Fernando Novaes, avança nesse período na América, por meio da criação de territórios *coloniais* (MORAES, 2011, p. 23).



Para Moraes (2011), a colonização da América conformou processos de ocupação que expandiram o espaço econômico europeu através, inclusive, de instalações produtivas *sui generis* e que geraram também formações sociais específicas, do ponto de vista da comparação histórica. Este processo de expansão do espaço econômico europeu, no período do Antigo Sistema Colonial – como aparece na citação acima – é o que principia a relação centro-periferia ainda marcante na contemporaneidade. Os territórios coloniais na forma da periferia propriamente dita, como processo de internalização da metrópole no bojo das formas particulares de valorização do espaço, constituem um tipo de padrão geográfico periférico, variado e único simultaneamente (MORAES, 2011; p. 23). Logo, os territórios coloniais atuaram como bases da constituição dos territórios nacionais latino-americanos, o que para o autor, coloca a necessidade de compreensão das dinâmicas que guiaram as formações territoriais e os arranjos sociais produzidos. Inclusive do ponto de vista das características da formação do Estado propriamente dito, sob os marcos de tal formação territorial e das formas de inserção dos territórios coloniais no desenvolvimento capitalista.

Estado e território, para Moraes (2005, p. 51), são dois conceitos que estão profundamente relacionados na modernidade, pois o Estado é imediatamente definido como dotado de um território – um espaço demarcado histórica e especificamente pelo exercício do poder, total o parcialmente controlado por tal poder. As partes que ainda não estão sob tal controle constituem-se como “objeto de seu apetite territorial” (MORAES, 2005; p. 51). Assim, a modernidade dispõe de uma referência espacial evidente para o exercício do poder de Estado, uma jurisdição, o que para Moraes, se trata de um Estado territorial. A conformação desta relação simbiótica entre Estado e território se dá de maneira lenta e processual. A extensão que resulta desta relação, deve ser operacionalizada como um espaço jurídico, político, econômico e cultural, resultando numa unidade tornada evidente nos contornos de um país (MORAES, 2005). Moraes também lembra de que o Estado territorial, no contexto da periferia do capital, se faz através das heranças coloniais subjacentes, no que toca os sistemas de produção, estrutura político-administrativa e, também, à mentalidade vigente entre os sujeitos que operacionalizam tal processo de formação. É justamente no processo de efetivação do rompimento dos laços coloniais que estes sujeitos se deparam com um território e um projeto de Estado dentro de tal contexto (MORAES, 2005; p. 81).

Moraes (2005) chama a atenção para a dificuldade de se delimitar a nação e de produzir um tipo de justificativa nacional no contexto dos países periféricos, em virtude das relações

mantidas pela herança colonial, o que define o Estado em tal situação como territorial, mas dificilmente como nacional. O território é o elemento central na formação de um projeto de identidade nacional. A consolidação de um projeto de Estado buscava entre aspectos como a língua, a etnia e a raça, o próprio território como elemento aglutinador de tal identidade nacional, quando faltavam estes outros elementos. Assim o fazia, movido em busca da facilidade de uma unidade político-cultural para a conformação do projeto político do aparelho de Estado (MORAES, 2005; p. 82). Assim:

[...] a formação do Estado muitas vezes sustentou-se num pacto em torno de um projeto “nacional” voltado para o futuro. Um pacto que amarrava as elites das regiões coloniais incorporadas no novo território num compromisso político comum, o qual teve sempre por fundamento supremo a reprodução do poder de mando dessas próprias elites sobre seus espaços de dominação, o que acarretava uma séria limitação para o referido projeto, no que diz respeito a mudanças substanciais na estrutura da sociedade. Os conceitos de “modernização conservadora”, revolução restauração” ou “transformações pelo alto”, buscam dar conta da essência do pacto conservador, o qual se exacerba em ambientes periféricos. Perpetuação oligárquica e Estado patrimonial são faces do mesmo processo que, de berço, embaralhava interesses públicos e privados na gestão estatal da periferia. Assim, internamente, a possibilidade de formulação de um projeto nacional conhecia limites políticos bem-demarcados, os quais criavam elos de continuidade com a anterior estrutura de produção e de poder colonial” (MORAES, 2005; p. 82).

Moraes (2005) lembra que a periferia representa uma função na estrutura de funcionamento do capitalismo. Nesse sentido, para ele, a condição periférica expressa uma posição subordinada, do ponto de vista da hierarquia dos lugares, na economia-mundo capitalista. Tal condição associa atribuições específicas, com relação à realização do capital – como superlucros relacionados às formas distintas de acumulação primitiva. Estas atribuições se assentavam geralmente num extenso crescimento da economia, baseado na expansão territorial que incorporava novas terras ao processo de valorização capitalista do espaço (MORAES, 2005; p. 83).

A teorização de Moraes (2005, 2011) a respeito do território é cara, pois quando parte do problema da *formação* para o trato do conceito enquanto apreensão da realidade concreta em movimento, traz uma série de elementos que põem o território num lugar de relevo. Por isso, expressa um conjunto de problemas e questões próprias da maneira como o modo capitalista de produção se desenvolveu no Brasil e suas resultantes. A chave da valorização do espaço por meio da apropriação de matéria, produção e fixação de valor através do trabalho é interessante por abrir caminhos por dentro da crítica da economia política, para pensar o

espaço e a maneira como ele é produzido. Desse modo, o espaço ganha forma empírica no território, num processo que é histórico e dialético, pois mediado por conflitos de interesses entre grupos sociais distintos, hegemônias. Disputas que dão sentido à expansão capitalista na conformação de um sistema-mundo que mundializa tal modo de produção e o expande espacialmente. Por isso é possível compreender que o território é propriamente capitalista, mesmo que na periferia do capital este território seja formado dentro de um conjunto de elementos fruto de uma herança colonial. Este fator determina, inclusive, a formação e a caracterização do Estado, já que este antes de ser nacional, é territorial, fruto de um projeto político-ideológico que tem em sua gênese tal herança colonial. O Estado territorial estabelece uma agenda de unidade político-cultural por meio de traços regionais que tentam dar conta dos agentes privilegiados por tal herança colonial materializada nestes traços e que tem na dominação espacial o mote para sua consolidação (MORAES, 2005).

Entretanto, pensar o território como expressão da luta de classes à maneira como teoriza Oliveira e que já aponte neste texto, exige um exame crítico da postulação feita por Moraes e também apontada aqui sobre como tal autor pensa a formação territorial. O caráter de formação dado ao território sob o capitalismo revela um movimento histórico inserido no bojo do desenvolvimento capitalista. Todavia, o desenvolvimento do modo capitalista de produção não se explica apenas na esfera da expansão espacial do chamado sistema-mundo, senão que pela expansão das relações sociais capitalistas e, até mesmo, do próprio capital entendido enquanto uma relação social. Não quero dizer que a expansão do sistema-mundo não pressuponha a expansão das relações capitalistas. Porém chamo a atenção para esta questão como forma de acertar as lentes de observação, precisando a análise de acordo com níveis de abstração que são importantes no exercício de apreensão das particularidades que conformam a totalidade social, o que figura como uma crítica ao problema conceitual da abordagem do sistema-mundo como assinala Osório (2015). A formação territorial nos termos de Moraes aponta para um processo social dotado de historicidade e dialético, nos termos da consolidação do modo capitalista de produção. Demonstra que a ação política, no sentido da expansão econômica, é dotada de sujeitos e grupos sociais que se confrontam ou compõem interesses em comum, mas não necessariamente narra as especificidades do desenvolvimento de tal modo de produção. Descreve e analisa a relação entre centro e periferia na conformação de um Estado de verve territorial, o que no limite prepara o terreno para uma abordagem do ponto de vista da formação das relações de classe, mas tampouco a realiza explicitamente.

Para mim, este é um problema de fundamental importância, porque se o território é capitalista por excelência e formação, resultante empírica da valorização do espaço, o processo de valorização tem sentido no bojo da expansão e imposição das relações sociais capitalistas. A valorização do espaço se dá no contexto da formação territorial e é movida através da mediação da forma mercadoria, da exploração do trabalho e da extração da renda da terra, vistos tanto do ponto de vista da relação de capital, mas também da confrontação dos sujeitos, grupos e classes sociais engendrados por tal relação. Logo a modernização enquanto expansão e imposição das relações sociais capitalistas, vista do ponto de vista da espacialização do valor e seu imperativo territorial, enseja para além da formação territorial, a própria territorialização do capital. Nesse sentido, o Estado territorial é mais do que um mediador, mas o agente por excelência da territorialização do capital, pois a ele pertence o monopólio da violência e da forma jurídica.

## **1. ENTRE RIOS: DO CONFLITO POR TERRA AO ROMPIMENTO DA BARRAGEM**

### **1.1 O desenvolvimento capitalista brasileiro e o campo: o território como expressão da luta de classes**

Historicamente, ao longo do desenvolvimento do modo capitalista de produção, o campo brasileiro tem estado no centro de uma infinidade de conflitos que parecem nunca ter fim. Desde o princípio dos processos de formação territorial brasileira até os últimos momentos de sua modernização em seus mais variados aspectos – social, econômico e político – ocorre no campo um sem número de disputas. Enfrentamentos, massacres e expropriações envolvem sujeitos e grupos sociais que evidenciam projetos antagônicos muitas vezes ou que obstaculizam a realização de parte destes projetos em sua plenitude.

Desde o início da década de 1980, a Comissão Pastoral da Terra (CPT)<sup>1</sup> vem coletando, documentando e publicizando um conjunto de dados e informações a respeito de conflitos que ocorrem no campo brasileiro. Trabalho hercúleo que envolve um esforço considerável de seus agentes e que tem ajudado sobremaneira tanto o trabalho de pesquisadores que estudam temas relacionados aos conflitos que ocorrem no campo, bem como tem subsidiado as ações dos movimentos e grupos sociais que estão envolvidos e são muitas das vezes vítimas no contexto destas disputas. Camponeses, indígenas, quilombolas, trabalhadores rurais e os mais variados grupos e categorias sociais internas à classe camponesa compõem tal contexto marcado por conflitos de variadas ordens. Desde 1985, a CPT tem publicado o Caderno de Conflitos no Campo Brasil, material que organiza, sistematiza e divulga os dados e informações coletadas, ou por agentes da própria pastoral ou por meio de fontes secundárias, a respeito dos conflitos no campo. Por meio do trabalho da CPT em apoio a estes grupos e ao campesinato, a luta pela reforma agrária brasileira ganha um importante apoio, o que contribui para o seu não desaparecimento completo das pautas tanto da academia como também da política nacional. Os dados organizados por esta entidade seguem retratando a gravidade dos problemas relacionados à propriedade da terra no Brasil, sua concentração e, conseqüentemente, à produção da violência típica das classes dominantes brasileiras e da ação da fração da classe dominante, dos grandes proprietários de terra no país.

---

<sup>1</sup> A Comissão Pastoral da Terra é “uma ação pastoral da Igreja (Católica), tem sua raiz e fonte no Evangelho e como destinatários de sua ação os trabalhadores e trabalhadoras da terra e das águas. Por fidelidade “[...] ao Deus dos pobres, à terra de Deus e aos pobres da terra”, como está explícito na definição de sua Missão, a CPT assumiu a tarefa de registrar e denunciar os conflitos de terra, água e violência contra os trabalhadores e seus direitos, criando o setor de documentação. (CONFLITOS NO CAMPO, 2018, p. 16)

De acordo com Mitidiero Junior (2008, p. 149), a CPT nasce em 1975, num período marcado pela desigualdade social e pela violência durante o truculento regime militar brasileiro de um lado e, de outro, pela abertura por dentro da igreja para grupos religiosos que buscavam atuar junto às classes mesmo favorecidas. A Amazônia era o *locus* por a CPT surgia e a opção radical pelos pobres o esteio político-ideológico e eclesial por meio do qual a pastoral se colocava ao lado dos camponeses posseiros e trabalhadores pobres, em defesa de suas vidas e direitos contra a violência típica dos grandes proprietários de terra e do Estado brasileiro.

Nesse sentido, o trabalho da CPT torna-se de fundamental importância e pode servir como ponto de partida para a análise da questão dos conflitos por terra no Brasil, por meio da observação dos dados dos Cadernos de Conflitos. Os dados coletados e organizados nestes cadernos são uma forma de expressão da realidade concreta vivenciada pelos camponeses pobres, indígenas e uma infinidade de grupos sociais que estão em luta constante por sua sobrevivência frente à barbárie vigente no campo brasileiro até os dias de hoje. A CPT documenta tais dados com informações desde os anos 1960, lançando mão de procedimentos, metodologias, conceitos e variáveis temáticas que são apresentadas nos cadernos Conflitos no Campo Brasil. Os Cadernos são resultados de uma construção coletiva que envolve as equipes de documentação da CPT, contando com a colaboração dos agentes de base da pastoral, dos movimentos sociais atuantes no campo e de grupos de pesquisa das Universidades. A CPT se apoia em conceitos adotados em leis, censos, estudo e declarações que são tomados pelo setor de documentação (CONFLITOS NO CAMPO BRASIL, 2016, p. 13).

Por trabalhar com a ocorrência de uma série de acontecimentos relacionados a disputas e violências que envolvem camponeses, sujeitos e grupos sociais ligados ao campo, a CPT faz um esforço de definir conceitualmente o que compreende por ‘conflito’. Conflitos são, para a CPT, ações de enfrentamento e resistência ocorridas em distintos contextos sociais no meio rural e que envolvem a “luta pela terra, água, direitos e pelos meios de trabalho ou produção. Estes conflitos acontecem entre classes sociais, entre os trabalhadores ou por causa da ausência ou má gestão de políticas públicas” (CONFLITOS NO CAMPO BRASIL, 2016, p. 16). Feita esta conceituação, a CPT cataloga os registros de conflitos separando-os de acordo com as situações de disputas que podem ser: conflitos por terra, por água, trabalhistas, relacionados com a seca, áreas de garimpo e também já registraram conflitos relacionados ao

campo sindical (CONFLITOS NO CAMPO BRASIL, 2016, p. 16). O que interessa neste trabalho são os **conflitos por terra**, que são assim definidos pela CPT:

Conflitos por Terra são ações de resistência e enfrentamento pela posse, uso e propriedade da terra e pelo acesso aos recursos naturais, tais como: seringais, babaçuais ou castanhais, dentre outros (que garantam o direito ao extrativismo), quando envolvem posseiros, assentados, quilombolas, geraizeiros, indígenas, pequenos arrendatários, camponeses, ocupantes, sem terra, seringueiros, camponeses de fundo de pasto, quebradeiras de coco babaçu, castanheiros, faxinalenses, etc.

As ocupações e os acampamentos são também classificados na categoria de conflitos por terra (CONFLITOS NO CAMPO BRASIL, 2016, p. 16).

De acordo com o Caderno de Conflitos no Campo Brasil de 2018 (último número que foi lançado quando da escrita desta dissertação), neste ano ocorreram um total de 1.124 conflitos por terra no Brasil, envolvendo ações de violência contra famílias do campo, acampamentos, retomadas e ocupações. Assim, estes dados informam que os conflitos por terra no campo brasileiro ainda são um problema da contemporaneidade e que, inclusive, não dão sinais de cessação.

É nesta circunstância marcada pelos conflitos no campo brasileiro que se insere uma primeira camada da problemática abordada nesta pesquisa, a saber: a eclosão de um conflito fundiário entre a comunidade de Entre Rios e a empresa União Engenharia e Montagem, prestadora de serviços da Petróleo Brasileiro (Petrobrás). A empresa União negociou, em 2012, terras na região da foz do rio Doce que foram convertidas em bem trabalhista num processo judicial e levadas a leilão. Parte destas terras eram ocupadas e utilizadas por posseiros e pequenos proprietários que se organizaram num movimento de resistência à expropriação de suas terras. No contexto da luta se autoidentificaram Ribeirinhos, pois viviam na margem direita do rio Doce, em sua planície de inundação e constituíam um modo de vida em consonância com as características típicas deste lugar (OCCA, 2014).

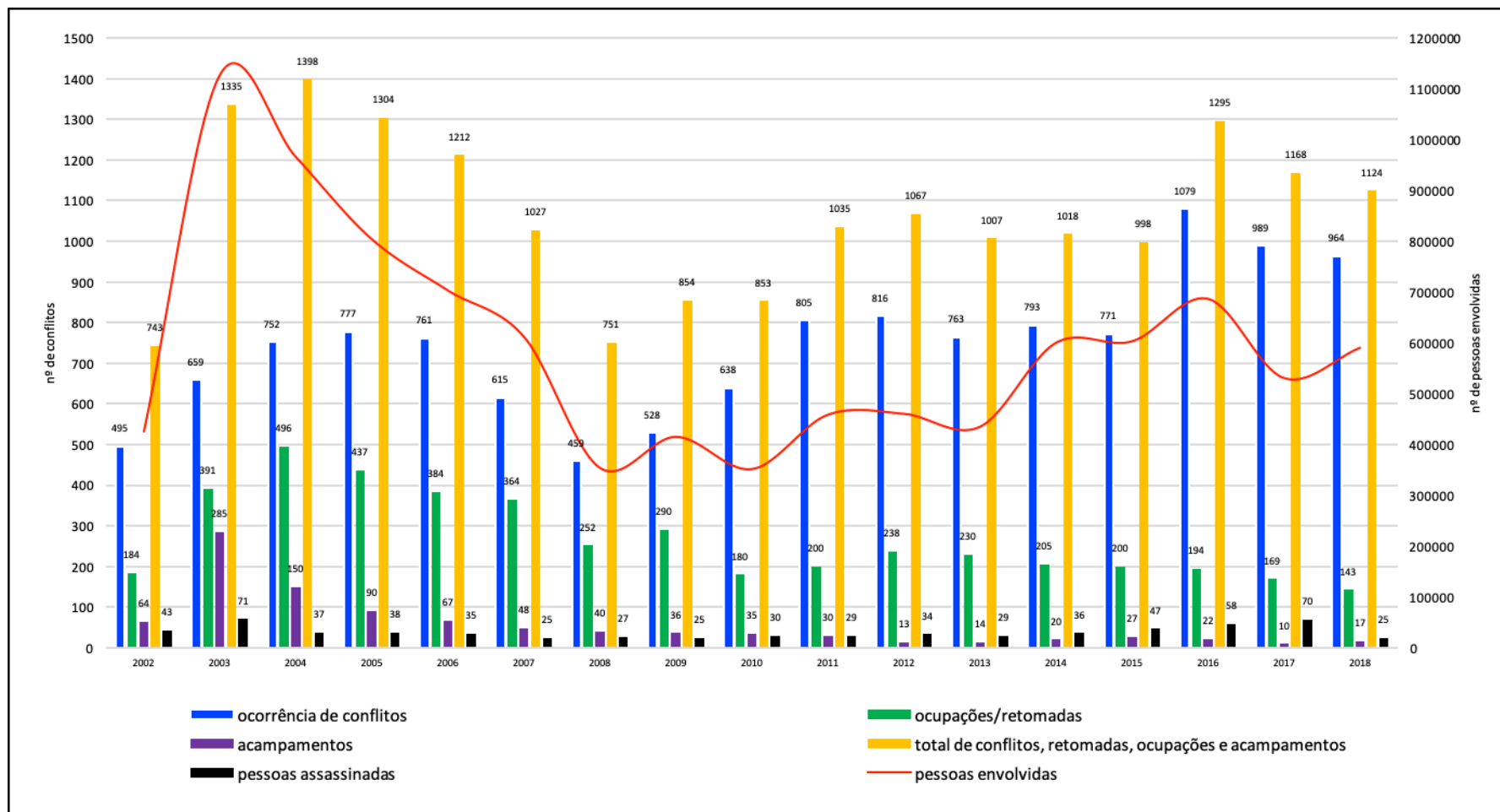
Em novembro de 2015, ocorreu o rompimento da barragem de rejeitos de mineração 'Fundão', pertencente à empresa Samarco Mineração, a qual possui como maiores acionistas a Vale S/A e a BHP Billiton que figuram hoje entre as maiores empresas de mineração do mundo. Como já apontei anteriormente, o rompimento da barragem de Fundão fez correr mais de 30 milhões de metros cúbicos de rejeitos de mineração na calha do rio Doce, atingindo toda a bacia hidrográfica do Rio. A lama perseguiu o caminho do rio Doce e chegou a sua foz, em Regência, onde está localizada a comunidade rural ribeirinha de Entre Rios, à margem direita

do rio Doce. A “chegada” da lama na foz do rio Doce transformou completamente as dinâmicas socioterritoriais naquele lugar, modificando drasticamente as relações sociais reproduzidas ali. No pós-rompimento da barragem de Fundão ocorreu a criação da Fundação Renova em junho de 2016, após a assinatura do TACC entre a Samarco e suas maiores acionistas, a Vale e a BHP Billiton, e os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, além de órgãos brasileiros e estaduais de defesa ambiental e de conservação, como apontei na Introdução deste trabalho. Neste sentido, é importante avaliar os conflitos dentre os quais se insere a luta pela terra encampada pela comunidade de Entre Rios contra a empresa União Engenharia e que se inicia entre os anos de 2012 e 2013. Desse modo, é necessário ter como recorte histórico-político os anos de governo do Partido dos Trabalhadores (PT), no contexto da redemocratização do país (iniciada em fins dos anos 1980) e da ascensão do neoliberalismo.

Abaixo, apresento um gráfico com informações coletadas a partir dos dados organizados e publicados pela CPT nos Cadernos de Conflitos no Campo Brasil, retratando alguns números sobre conflitos por terra ocorridos durante os governos do PT e posterior ao impeachment/golpe da Presidente Dilma Rousseff. O gráfico envolve um conjunto de 6 variáveis ao longo dos anos entre 2002 e 2018, de maneira que ajuda a observar a permanência dos conflitos, mas também as modificações ocorridas no período analisado pelos indícios que o gráfico também oferece. Optei por incorporar o ano de 2002 como intervalo, por ajudar a observar algumas mudanças relacionadas aos conflitos quando da eleição do PT à Presidência da República, abrindo as possibilidades de análise dos dados contidos no gráfico.



Gráfico 1: Conflitos no campo brasileiro – 2002 a 2018



Fonte: CONFLITOS NO CAMPO BRASIL, 2009; CONFLITOS NO CAMPO BRASIL, 2018.  
 Autoria: SANDERS FILHO, 2019.

No gráfico 1, é possível observar algumas mudanças nas variáveis, como é o caso do aumento expressivo do número de pessoas envolvidas em conflitos de 2002 para o ano de 2003, um aumento de 444.277 para 1.190.579, bem como o aumento das outras 5 variáveis. A apresentação do Caderno de Conflitos no Campo 2003, além de um artigo de Porto-Gonçalves (2013) nesta mesma publicação, chamam a atenção para a movimentação ocorrida no campo após a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva em 2002. Movimentação expressada no referido aumento das variáveis e que, de acordo com estas mesmas fontes, refletem as ações do campesinato, indígenas e demais grupos sociais do campo em virtude da chegada do PT ao governo do país. Uma forma de pressionar o governo recém-empossado a realizar a reforma agrária e as políticas públicas voltadas para o campo, como havia prometido. Entretanto, após o ano de 2003 o gráfico mostra uma queda considerável no número de pessoas envolvidas em conflitos: de 1.127.205 em 2003 para 965.710 pessoas em 2004, bem como a diminuição nos nº de acampamentos, ocupações e retomadas em 2005.

Todavia, mesmo diante desta diminuição nos números referentes às ações dos movimentos e grupos sociais do campo, é possível notar que mesmo diminuindo os números citados acima, o número de conflitos por terra continuou a crescer. Houve uma queda entre os anos de 2006 e 2008, porém o número de conflitos volta a crescer nos anos seguintes, com algumas variações, sobretudo a partir de 2012, batendo um novo recorde em 2016 com o registro de 1.079 ocorrências. A expressão concreta da barbárie, autorizada pela ruptura política de 2016 contra a Presidente eleita Dilma Rousseff, como afirma Porto-Gonçalves et al. (2018). Apesar de não ser o objetivo deste trabalho avaliar com profundidade a relação entre a diminuição dos números referentes a pessoas envolvidas em conflitos por terra, ocupações e retomadas, e o aumento do número de conflitos, vale mencionar o que foi apontado por Oliveira (2011, p. 57) no Caderno de Conflitos no Campo Brasil 2010:

Esse processo geral responde, contraditoriamente, por dois processos conexos, mas de significado distinto. O primeiro, aumento do número de conflitos de terra deriva diretamente da política de contra-reforma agrária do segundo mandato do governo de Luiz Inácio. Mas, o segundo, esse decorre da mudança na ação política, particularmente do MST, que desde seu quinto Congresso em 2005, vem sistematicamente adotando novas formas de ação que demandam a luta contra o capital em geral, admitida como mais importante que a luta pela terra. [...]

As explicações foram várias, desde a aceitação da tese da não necessidade histórica da reforma agrária, inclusive no seio de parte dos movimentos socioterritoriais e sindicais, até a análise conjuntural de que “vivia-se um período de descenso das lutas de massa”. Assim, essa nova posição política do MST, de parte da Via Campesina e do setor sindical rural, trouxe como consequência, a redução das ações voltadas para a luta pela

terra, 21% em relação a 2009 e de 39% em relação a 2008, quando atingiu 459 conflitos registrados pela CPT.

A permanência e o aumento dos conflitos por terra no país é importante, pois expressa a questão da propriedade da terra como um problema não só distante de ser resolvido, mas que ainda ocupa um lugar relevante na luta de classes brasileira. Traz particularidades de cada momento histórico específico, mas que vão se tornando características do desenvolvimento do modo capitalista de produção no Brasil.

Como já mencionado acima, a partir do ano de 2009, último ano de governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, tem-se a volta do crescimento tanto do número de conflitos, bem como do número de ocupações e retomadas se comparado com o ano anterior. É neste contexto que a luta pela terra da comunidade de Entre Rios se insere, a partir dos anos de 2012 e 2013, já sob o governo Dilma, como um conflito por terra fruto da tentativa de expropriação perpetrada pela empresa União Engenharia. O Caderno de Conflitos no campo de 2013 traz registrado o conflito tratado aqui por nós e Porto-Gonçalves et al. (2014, p. 18) chama atenção para o número de conflitos no campo registrado em 2013:

[...] o número de conflitos, em 2013, atingiu uma cifra que é amplamente superior à média anual do período 1985-2006, que foi de 671 (Vide Atlas dos Conflitos no Campo Brasileiro). Ao longo dos 20 anos analisados no Atlas de Conflitos no Campo Brasileiro - 1985-2006 (CPT-LEMTO - GeoAgrária, 2013), o período entre 2003 e 2006, no primeiro mandato de Lula, foi o que registrou o maior número de conflitos, de famílias envolvidas e de outros indicadores de violência. Nos últimos três anos, governo Dilma, a média anual supera as médias anuais de todos os períodos analisados no Atlas, exceto o período 2003-2006.

Nesse sentido, chama atenção o aumento da média anual do número de conflitos durante o primeiro governo Dilma Rousseff, contexto em que se insere o conflito de Entre Rios. Este conflito é marcado pela disputa por uma fração de território, em que a empresa envolvida na disputa presta serviços voltados para as áreas de infraestrutura, engenharia e montagem industrial. Esta empresa é parceira da Petrobrás e atua em outros locais distintos, a partir desta parceria. Vale dizer também que a Petrobrás desenvolve um conjunto de atividades de exploração e extração de petróleo e gás natural na região da foz do rio Doce. Data de 1970 o princípio das atividades de prospecção “na porção terrestre da Bacia Sedimentar do Espírito Santo realizadas pela Petróleo Brasileiro – Petrobras” (OCCA, 2014; p. 62).

Até meados de 1970 a atividade da Petrobrás em Linhares se resumia a cerca de 10 poços de prospecção e já nos anos 1980, são instaladas as primeiras unidades produtivas no campo produtor de Lagoa Parda. Desse modo, o volume das reservas encontradas na margem sul do rio Doce deu condições para a “implantação de infraestruturas de produção, coleta e tratamento primário da produção de óleo e de tratamento da produção de gás natural também operado pela Petrobrás” (OCCA, 2014; p. 63). Nas décadas seguintes, entre 1980 e 1990, houve um incremento das atividades de exploração e produção neste ramo, o que repercutiu no crescimento do número de campos de produção instalados na planície costeira de Linhares. Ao final da década de 1990, já se contabilizava cerca de 15 campos de produção e 4 estações coletoras e de tratamento primário da produção de óleo (GONÇALVES, 2011; p. 91). Gonçalves (2011, p. 91) chama a atenção para “o incremento das atividades de prospecção na Bacia Sedimentar do Espírito Santo a partir dos anos 2000”. Novas descobertas de importantes jazidas de gás natural na plataforma continental, mais especificamente na região do município de Linhares (do qual Regência é um distrito), viabilizam novos investimentos da Petrobrás nesta região. Consequência disto, há o incremento da atividade de extração e produção de petróleo e gás em Linhares, com instalações de processamento de gás natural, atividade que traz associada outros empreendimentos voltados para a expansão deste setor, atraídos por meio das vinculações técnicas demandadas por tal expansão (GONÇALVES, 2011; p. 91).

Neste contexto, o Relatório de Identificação do Território Ribeirinho do rio Doce (2014) aponta para o período em que tal expansão do setor de extração de petróleo e gás se insere, do ponto de vista do Estado do Espírito Santo. Um período marcado por um conjunto de projetos de desenvolvimento e implementação de infraestrutura, inclusive portuária, voltados para a viabilização de extração e escoamento de matéria-prima de origem primária. Estes produtos são comercializados em Bolsas de Valores e Mercados de Futuro – as chamadas *commodities* -, agrícolas ou não agrícolas como é o caso do minério. O relatório citado também aponta que a ampliação desta infraestrutura previa a construção de cerca de 30 portos em todo o litoral capixaba, inclusive na faixa onde encontra-se a foz do rio Doce. Em campo, pude escutar relatos dos interlocutores que relacionaram o interesse da União Engenharia nas terras em disputa, em virtude destes projetos de infraestrutura.

Nelson<sup>2</sup>, camponês ribeirinho, tem 55 anos, é nascido no município de Montanha (ES) e vive em Regência desde os 13 anos de idade. Ele relatou que a União Engenharia estava interessada nas terras sob posse da comunidade, em virtude de um projeto de porto e de um estaleiro a ser construído na foz do rio Doce, em parceria com a mineradora Manabi<sup>3</sup>. Nelson disse que:

a função da MANABI era a mesma função da União engenharia e montagem, não era só fazer o porto lá, não. Esse porto era um projeto que a União engenharia estava envolvida, porto que seria construído na região da foz, já em conchavo com a Manabi pra fazer embarcação pra navegar no rio Doce, o que iria nos atingir do mesmo jeito”. (Nelson, entrevista em trabalho de campo; 2018)

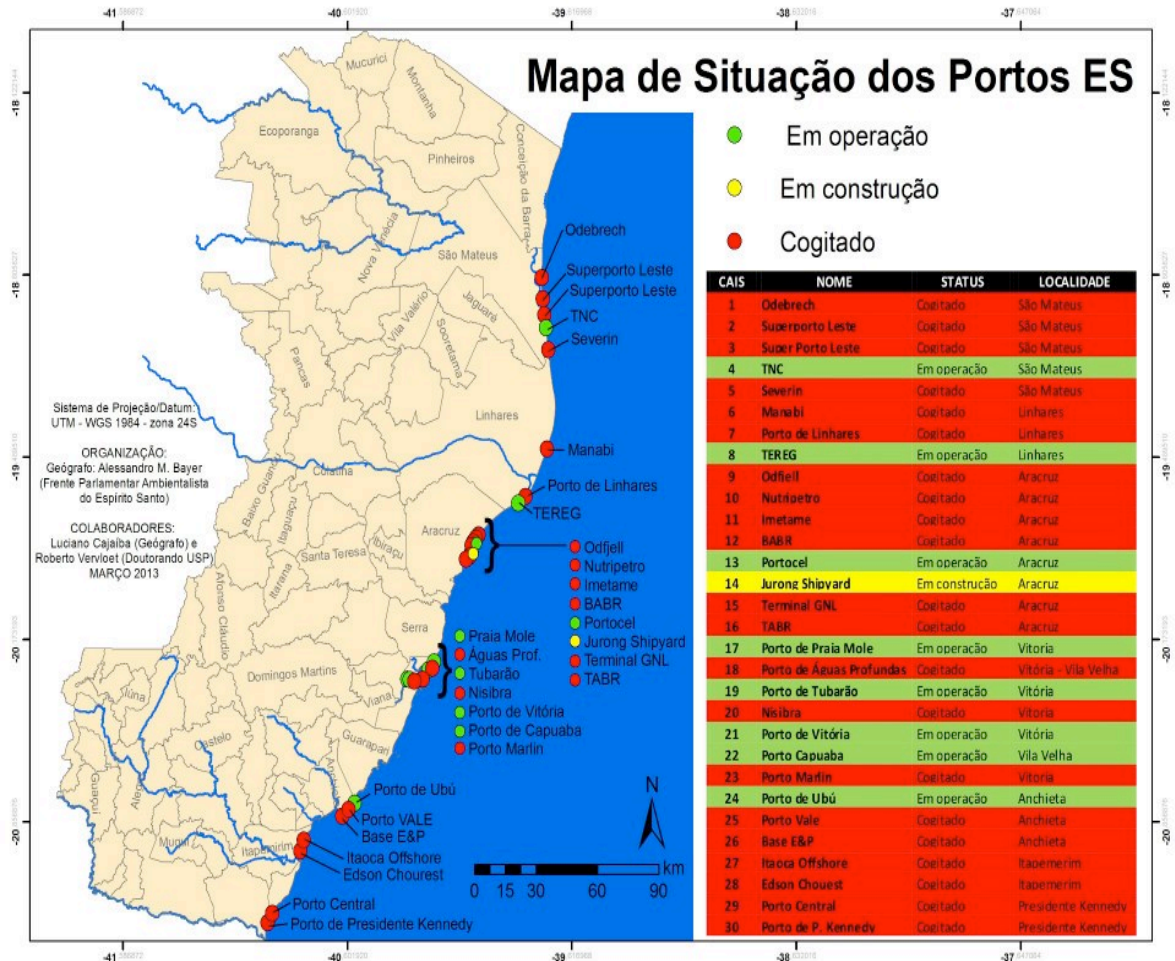
Abaixo, apresento um mapa produzido pela Frente Parlamentar Ambientalista do Espírito Santo em 2013, que ilustra bem este período, pois se pode ver a quantidade de empreendimentos projetados pela costa litorânea do Espírito Santo neste momento; alguns empreendimentos em construção e outros em atividade.

---

<sup>2</sup> Todos os nomes utilizados nesta dissertação são fictícios, para preservar a privacidade e integridade dos interlocutores da comunidade de Entre Rios.

<sup>3</sup> Manabi é uma empresa de capital aberto fundada em 2011, seus acionistas majoritários são fundos de investimentos canadenses e estadunidenses, bancos norte-americanos, um banco da Coreia do Sul, investidores brasileiros e estrangeiros. Estavam buscando implementar um projeto de extração mineral em Ferros, Minas Gerais e construir um mineroduto ligando a área de extração até o litoral capixaba, onde construiriam um porto, em área próxima à foz.

Mapa 2: Situação dos Portos ES



Fonte: OCCA, 2014.

Autoria: BAYER, 2013.

Colaboradores: CAJAIBA e VERVLOET, 2013.

Para ajudar na compreensão do mapa, algumas informações relevantes no que toca a região da foz do rio Doce: TNC é o Terminal Norte Capixaba, pertencente à Petrobrás e administrado pela subsidiária Transpetro S/A, em operação desde o ano de 2006 (TERMINAL..., [s.d]). TEREG é o Terminal de Regência, também pertencente à Petrobras, controlado pela Transpetro e esteve no centro de algumas disputas. Este Terminal está localizado dentro de uma área de preservação permanente (APP) que é a Reserva Biológica (REBIO) de Comboios, importante área de reprodução de espécies de tartarugas ameaçadas de extinção, o que motivou algumas ações judiciais para a retirada do terminal desta área (G1 ES, 2012). Já a Portocel – Terminal Especializado de Barra do Riacho S/A é um terminal especializado no setor de papel e celulose, foi construído pela antiga Aracruz Celulose (hoje Suzano) em 1978 (PORTOCEL, [s.d]). A Jurong é um estaleiro de grande porte, especializado na produção de infraestrutura naval, voltado para o setor de petróleo e gás. Foi construído no bojo do aumento

das prospecções e exploração resultantes da descoberta do pré-sal (JURONG, [s.d]). À época da feitura do mapa, o estaleiro estava em construção, porém atualmente já está em funcionamento. Já a Manabi, atualmente M-log, possui um projeto de construção de um megaporto em Linhares que até 2016 estavam tentando implementar, mas não havia “saído do papel”. No relato trazido neste texto, Nelson menciona a Manabi e suas relações com a União Engenharia, a construção do porto e de um estaleiro, empreendimentos que atingiriam diretamente as comunidades na foz do rio Doce.

Todos estes empreendimentos e os conflitos provenientes das diferentes formas de apropriação territorial e seus usos, no Espírito Santo, se inserem num contexto mais amplo. O governo brasileiro, à época sob o comando da Presidenta Dilma Roussef, desenvolvia o Programa de Aceleração do Crescimento 2 (PAC 2). O PAC foi criado em 2007, durante o Governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), como um programa estratégico de desenvolvimento por meio do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura. Buscava contribuir para “o desenvolvimento acelerado e sustentável” do país, nos dizeres da apresentação contida no site do referido programa (PAC, [s.d]).

A respeito do PAC, Porto-Gonçalves e Cuin (2014, p. 22) apontam que estas práticas de gestão, como os Planos Plurianuais (PPAs) criados nos Governos de Fernando Henrique Cardoso pelo engenheiro Eliezer Batista, ganham importância nos Governos Lula e Dilma por meio do PAC. Estes autores, analisando os conflitos no campo em 2013, chamam a atenção para o fato de que as categorias sociais que mais sofreram com os conflitos neste ano foram as, assim chamadas por tais autores, populações tradicionais; conflitos estes provenientes de obras relacionadas ao PAC. O caso da comunidade de Entre Rios é representativo nesse sentido, mesmo que as obras futuras que viriam a atingi-los caso fossem executadas, não tenham saído do papel. As movimentações prévias de organização das empresas na foz do rio Doce, em virtude dos projetos futuros de infraestrutura relacionados com tal período foram suficientes para produzir o conflito vivido pela comunidade contra uma empresa do setor de infraestrutura e que tem a Petrobras como uma de suas clientes. Vale frisar que este período fora marcado por uma suposta expansão capitalista sustentada pelo aumento dos preços das commodities.

A comunidade de Entre Rios se autoidentificou como *ribeirinha* em 2013, no intuito de acessar os direitos territoriais atinentes à categoria de *povo tradicional*<sup>4</sup>, estabelecidos a partir de mudanças observadas nos marcos legais, conforme elencado por Ferreira e Sanders Filho (2013, p. 3):

- Constituição Federal Brasileira (1988): reconhece o direito originário dos povos indígenas sobre as terras que tradicionalmente ocupam (Art. 231) e também a propriedade definitiva das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades quilombolas (Art. 68 ADCT);
- Convenção 169 Organização Internacional do Trabalho (1989), ratificada pelo Brasil (2002): reconhece a auto-atribuição como princípio para a definição identitária indígena e tribal, bem como para a identificação dos territórios tradicionalmente ocupados;
- Decreto-Lei 4.887/2003: adota o princípio da auto-identificação e os critérios de territorialidade indicados pelos remanescentes das comunidades dos quilombos para o processo de titulação dos territórios quilombolas;
- Decreto 6.040/2007: que apresenta como objetivo instituir a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições.

Esses direitos são muitas vezes abordados no bojo das conquistas democráticas no pós-ditadura militar brasileira, fruto dos embates políticos que marcaram este momento da história recente do Brasil. Mas eles encontram respaldo nos sem número de enfrentamentos que as populações do campo, os povos da floresta, os trabalhadores rurais, camponeses, enfim, vinham construindo desde os anos anteriores ao golpe militar de 1964. Embora parcialmente neutralizados pela violência da ditadura, os enfrentamentos organizados por estas populações retornam com força no período da chamada redemocratização, na década de 1980.

Ainda Porto-Gonçalves e Cuin (2014, p. 23) chamam a atenção para o fato de que as populações tradicionais, desde a segunda metade dos anos 2000, se destacam entre as categorias que mais sofreram violência no campo. Entretanto faz-se necessário estabelecer aqui o que estes autores consideram como populações tradicionais:

---

<sup>4</sup> Almeida (2008, p.28) apresenta uma definição de Povos e Comunidades Tradicionais, de acordo com Decreto n. 6040 que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), em seu Art. 3: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. A condição de Povo e comunidade tradicional dá aos sujeitos e grupos sociais abarcados por esta categoria um conjunto de direitos formais.



Informe-se que sob a caracterização de Populações Tradicionais incluímos um conjunto de populações étnica e culturalmente bastante diversificado, onde se destacam os Posseiros, Indígenas, Quilombolas e Seringueiros entre outras. Via de regra, são grupos sociais que não dispõem da titularidade formal das terras que ocupam, embora as leis vigentes no País lhes assegurem direitos formais pela ocupação tradicional e de boa fé que fazem do território (PORTO-GONÇALVES e CUIN, 2014; p. 23).

A definição dada pelos autores a respeito do que são povos tradicionais enseja a necessidade de pensar a dimensão do conflito, pelo conceito de *território*. De um lado, esse conceito ilumina as práticas sociais e simbólicas de apropriação territorial que se antagonizam e que, assim, definem o que são povos tradicionais (para aqueles que trabalham com esta categoria). Por outro lado, ele é empregado no trato dos conflitos como expressão concreta da luta de classes, pelo qual o campesinato é concebido enquanto classe social que congrega uma gama variada de grupos e categorias sociais. Estes grupos e categorias sociais se reproduzem no campo, sob o desenvolvimento desigual e contraditório do modo capitalista de produção, em conflito com capitalistas e proprietários de terra (OLIVEIRA, 2007).

Analisar o problema do conflito por terra vivenciado pela comunidade de Entre Rios no contexto do desastre da Samarco, imprime também a necessidade de pensar por meio das relações sociais a própria reprodução social da comunidade, vista e entendida num cenário de conflitos. Uma fase marcada por um suposto crescimento do capitalismo brasileiro e posteriormente por sua crise (o chamado período do Boom / Pós-boom das commodities). A fala das pessoas da comunidade durante o trabalho de campo retrata a realidade concreta vivenciada pelos trabalhadores, trabalhadoras e famílias camponesas do Brasil ao longo da história do país. Nesse sentido, o desenvolvimento do modo capitalista de produção avança configurando histórica e contraditoriamente aspectos também recentes da formação territorial brasileira. É um relato comum o da migração dos antepassados, pais, e, até mesmo, dos próprios entrevistados e suas famílias, o que denota o processo de expropriação permanente vivenciado por eles. Compreendo este movimento de expropriação como processo de formação da propriedade privada da terra, no bojo da expansão das relações sociais capitalistas no campo, mas que encontra dificuldades e até mesmo contradições no seio da própria reprodução do capital.

É justamente nesse contexto, o das expropriações, que a comunidade de Entre Rios tem protagonizado um conflito contra uma empresa que, como já dito, presta serviços para a Petrobras e que adquire as terras em litígio visando um futuro possível de expansão de seus

lucros. Todavia, a empresa encontra uma comunidade de posseiros, camponeses e trabalhadores pobres que no processo de luta pela terra se autoidentificam como Ribeirinhos, lançando mão de um dispositivo identitário relacionado ao modo de vida marcante em sua reprodução social. A autoidentificação os resguarda do ponto de vista do direito territorial legal, mas não substitui – muito pelo contrário – a sua condição de posseiro, migrantes e constantemente expropriados ao longo da sua história. Assim, o quadro em tela, passa pela atual fase do capitalismo observada pelo problema do boom/pós-boom das commodities que nada mais é do que um aspecto da crise do capital (HARVEY, 2005 e 2011). O território como expressão da luta de classes nesse contexto, observado por meio das mediações e contradições contidas no bojo da crise do capital gerida neste período pelos governos do PT, coloca questões que passam pela reprodução social, do ponto de vista do campesinato. Questões que são produto das transformações no modo capitalista de produção e que são mediadas por um Estado territorial. Nesse sentido, a classe camponesa em luta por terra passa a acionar uma forma de identidade territorial, nos marcos jurídicos por dentro do Estado e sob a expansão do neoliberalismo a partir dos anos 1970 e 1980 no Brasil e na América Latina (CHESNAIS, 2010).

## **1.2 Entre Rios vista pela Barbárie capitalista e a crítica do Lulismo**

No tópico anterior, parti do problema dos conflitos por terra no Brasil em que a comunidade de Entre Rios figura como uma das várias protagonistas e busquei pensar este cenário de conflitos por meio do território enquanto expressão concreta da luta de classes, tendo como referência o exame crítico do processo de formação territorial e o tipo de Estado que resulta na relação com tal formação. Pude notar que os conflitos por terra no país não cessam, mesmo que haja momentos de queda em relação a algumas manifestações como é o caso das ocupações, acampamentos e mesmo o número de pessoas envolvidas. Isso não quer dizer que de maneira geral os dados apontam para a possibilidade de um fim próximo destes conflitos, muito pelo contrário, o número de ocorrência de conflitos continua lamentavelmente em ascensão.

Apresentei como caminho interpretativo a análise de tal processo por meio do conceito de território. Nesse sentido, o problema em análise é parte de um contexto mais amplo, formado por conflitos entre grupos e classes sociais que ocupam posições distintas do ponto de vista da reprodução do modo capitalista de produção. A luta de classes se apresenta como um tipo de

determinação na produção concreta da realidade, o que exige pensar o território no bojo de tal determinação.

O conceito de formação territorial possibilitou olhar para o conflito através do qual o território é sua expressão concreta, todavia relacionando-o com o movimento de valorização do espaço, numa perspectiva histórica e processual. Busquei entender a luta pela terra no contexto vivenciado por Entre Rios, enquanto particularidade, resultante dos processos de fixação de valor, trabalho morto, apropriação da matéria disponível e da formação da propriedade privada da terra. Numa perspectiva histórica, a formação territorial constitui a produção do espaço marcada por disputas políticas, hegemonias, acumulação de riqueza e a mundialização do sistema-mundo quando expande a economia europeia espacialmente. Assim, conforma-se empiricamente o território capitalista, concomitantemente o Estado de tipo territorial e a relação centro-perifera no bojo do sistema-mundo capitalista, sob os marcos de uma relação colonial e que deixa heranças marcantes no processo de formação territorial.

Entretanto, o exame crítico da formação territorial me deu condições de analisar o contexto conflituoso no qual está inserido Entre Rios, exigindo que eu pensasse a respeito da maneira que este modo capitalista de produção se desenvolve, expandido desde a Europa até as paragens coloniais que se converteram em sociedades sob os domínios de um Estado territorial. Para isso, a chave interpretativa que compreende o desenvolvimento de tal modo de produção como um desenvolvimento desigual e contraditório serviu como lente de aproximação. A comunidade de Entre Rios é composta por um conjunto de posseiros, pescadores, trabalhadores pobres, camponeses. Nesse aspecto, a questão das relações não capitalistas se coloca tanto do ponto de vista da organização, formação e reprodução social da comunidade, bem como do ponto de vista do processo expropriatório enfrentado por estes sujeitos. Tal processo se perpetua ali e ao longo das trajetórias de vida dos sujeitos que resulta, por esta chave, na recriação do campesinato e que na luta passa a se autoidentificar como ribeirinho.

Nesse sentido, vi ali as resultantes empíricas do processo de formação territorial capitalista, mas também vi uma fração de território constitutiva do conflito entre comunidade e empresa, o que me leva a pensar para além da formação territorial, senão que no processo mesmo de territorialização do capital. Haja visto que o conflito se dá com uma empresa de infraestrutura que se relacionava com o Estado, na tentativa de efetivação de um conjunto de projetos que

abarcavam fundos territoriais (MORAES, 2005), como possibilidade de realização da reprodução ampliada do capital. Há também a possibilidade de produção de capital através do açambarcamento de tais fundos e, até mesmo, por meio da relação contraditória com a reprodução das relações sociais não capitalistas na produção de capital (MARTINS, 2017).

As reflexões contidas no item anterior abrem a necessidade de leitura do conflito entre a comunidade, a empresa e a posterior chegada da lama de rejeitos fruto do rompimento da barragem da Samarco, no bojo da territorialização do capital. Demanda a leitura deste capital no momento contemporâneo de seu desenvolvimento, suas condicionantes e crise, bem como as relações sociais engendradas aí. Tais relações serão analisadas por meio do período do Boom/pós-boom das commodities e os desdobramentos durante os governos do PT, pois é neste momento e na relação com os governos do PT que se insere o conflito por terra protagonizado pela comunidade de Entre Rios e o rompimento da barragem.

Oliveira (2004) descreve a lógica de desenvolvimento do modo capitalista de produção movida pelo processo de produção, circulação, valorização do capital e a reprodução da força de trabalho. Como movimento de reprodução, o autor entende a reprodução ampliada do capital, a extração da mais-valia, produção do capital e a extração da renda da terra. Esta lógica contraditória construiu, mas também destruiu formações territoriais em partes distintas do mundo. Então, ao mesmo tempo em que o capital se mundializou e mundializou o território capitalista, contraditoriamente a terra se nacionalizou. Vale lembrar que o processo de formação territorial se desenvolve num movimento de formação do Estado e o mesmo, no contexto de mundialização do capitalismo, vai operacionalizar a formação da propriedade privada da terra no Brasil. A Constituição Imperial de 1824 e a da Lei de Terras de 1850, como marcos históricos originários, cumpriram papel fundamental na possibilidade de realização da renda da terra seja na legalização da grilagem, seja através de políticas de crédito agrícola voltadas para a grande propriedade da terra no país (PRIETO, 2016).

Oliveira (2004) também aponta a possibilidade histórica de realização da renda da terra, marcada pelo desenvolvimento da agricultura capitalista industrializada. Esta possibilidade proporcionou historicamente que os proprietários de terra e os capitalistas se apropriassem dessa renda, inclusive com a chance de as duas classes aparecerem unificadas em um mesmo sujeito. Logo, esta possibilidade está marcada pelo processo de territorialização do capital em sua fase monopolista. Oliveira (2004) chama a atenção para o fato de que, ao mesmo tempo em que a agricultura capitalista se expande pela possibilidade de apropriação da renda da terra

e consequente territorialização do capital, a agricultura camponesa tem se reproduzido contraditoriamente, por dentro da expansão do capital monopolista no campo. Ou seja, a produção camponesa se reproduz de maneira subordinada a mecanismos de apropriação da renda por ela produzida por parte do capital monopolista, o que representaria uma forma de monopolização do território. Desta forma, o campo está, contraditoriamente, marcado pela existência da agricultura camponesa, em que o capital monopolista desenvolveu liames para subordinar/apropriar-se da renda camponesa, transformando-a em capital. Aqui, o capital não se territorializa, mas monopoliza o território marcado pela produção camponesa.

Heidemman et al. (2014) também formulam uma ideia de territorialização do capital como formação das relações de trabalho no Brasil, considerando tanto o uso de violência extraeconômica, bem como a violência econômica constitutiva da contradição do capital. Considerando que os produtos do trabalho são diferentes entre si, como um pressuposto da divisão do trabalho, os autores afirmam que o próprio Estado nacional brasileiro resulta da divisão territorial do trabalho. Desse modo, para Heidemman et al. (2014), a concepção de variadas atividades concretas sob a qualidade de trabalho representa o próprio caráter abstrato do trabalho. Essa abstração real se repõe por meio da violência que impõe o trabalho e que demanda o intercâmbio permanente de tempo de vida por ganhos monetarizados, isto é, o fundamento fetichista do valor dentro da sociedade capitalista:

Isso implica estudar processos específicos, mas é necessário perguntar sobre a existência de formas que agrupem diferentes trabalhos em relação à suas escalas territoriais historicamente determinadas. Tais formas territoriais específicas, forjadas pela divisão internacional do trabalho, podem ser apresentadas no processo de territorialização do capital que viria a formar um Estado nacional, o Brasil, como um “capítulo secundário” (Prado Jr., 1965, p.26) da modernização. A situação e a caracterização interessam-nos, pois, como já foi escrito, “a colônia revela o segredo da metrópole” (Marx, 1996, L.1, cap.25). (HEIDEMANN et al., 2014; p. 57)

Heidemann et al. (2014, p. 58) buscam estabelecer as diferenças contidas entre as formas territoriais que estão relacionadas à inserção da produção realizada dentro do território do Estado nacional, de maneira a problematizar as relações de trabalho. Estas relações sociais de produção apontam para o sentido do processo como internalização no e pelo trabalhador da violência que o obriga trabalhar como condição elementar de sua reprodução e da reprodução familiar “aparentemente apartada da totalidade social” (HEIDEMMAN et al. 2014; p. 58). Assim, o trabalho no Brasil, para estes autores, é a consolidação da forma territorial intrínseca à própria territorialização do capital. Ou seja, a especificidade do trabalho no Brasil estaria

relacionada aos momentos particulares da territorialização da mercadoria como forma elementar do capital, “uma história da imposição do trabalho, sendo o próprio trabalho (abstrato) o elemento que nega especificidades ao processo, impondo às diferenças um caráter de particularidade da totalidade territorial” (HEIDEMMAN et al. 2014; p. 58).

A contribuição de Oliveira e Heidemann et al., no sentido de pensar a territorialização do capital, guardadas as suas diferenças, ajuda a analisar com cuidado o que significa o desenvolvimento do modo capitalista de produção, pensado historicamente e visto nas particularidades que o trabalho de campo me apresentou. Na forma dos relatos, das observações empíricas e do contexto observado em campo, se insere a pergunta que move tal investigação, a saber: o que significa a passagem do posseiro ao ribeirinho e deste para a categoria de atingido, do ponto de vista da luta pela terra inserida no contexto do desastre da Samarco?

Pela chave apresentada por Oliveira, é possível pensar que o conflito entre a comunidade e a empresa reflete necessariamente um momento da contradição entre a forma de territorialização do capital e a consequente reorganização da comunidade de posseiros como produto contraditório deste processo. Entretanto, pensando a relação social de produção do ponto de vista levantado por Heidemann et al., as relações sociais que dão forma à territorialização do capital são fruto de um processo de imposição do trabalho abstrato como expressão concreta do capital. Assim, as formas territoriais capitalistas constituem o Estado nacional, relacionadas aos momentos particulares de territorialização da mercadoria como forma elementar do capital – o que se pode depreender como processos de formação da região sob a modernização capitalista.

Desse modo, é preciso entender o papel do Estado neste processo de territorialização do capital historicamente, do ponto de vista dos governos que compreendem o período específico estudado por mim neste trabalho e que abarcam o momento de irrupção dos conflitos aqui abordados. Ou seja, é mister analisar os governos do PT tendo em vista o caráter contraditório de suas políticas de desenvolvimento econômico e a maneira como este caráter se expressa territorialmente. Há que se ter no horizonte o conflito e indagar se este é produto contraditório de um momento de territorialização de um capital monopolista em crise que impõe relações sociais capitalistas e que, contraditoriamente, reproduz as relações sociais que constituem a comunidade de Entre Rios, *Ribeirinha* e posteriormente *Atingida*.

No movimento de análise, alguns pontos foram levantados ao longo do texto resultantes dos caminhos que fiz para compreender os processos sociais imiscuídos na realidade vivenciada pela comunidade. Tais pontos giram em torno de realizar uma leitura que relacione a análise do modo capitalista de produção sob o período do chamado boom / pós-boom das commodities no Brasil, visto em suas motivações e expressões territoriais.

Um esforço é o de traçar algumas características do capitalismo contemporâneo brasileiro, buscando compreender o lugar que o Brasil tem ocupado na reprodução ampliada de um capital que está em crise e que vem apresentando mudanças profundas em seus mecanismos de reprodução e acumulação. Para isso, busquei entender como a territorialização do capital se apresenta neste contexto, sobretudo, pensando a realidade brasileira e seu período atual com as performances política e econômica assumidas pelo desenvolvimento do capitalismo no Brasil, durante os governos do PT. Este período foi marcado pelo aumento expressivo do preço das commodities no mercado internacional, como chamam a atenção os autores Milanez et al. (2016), Pinassi e Féliz (2017).

O PT desenvolveu, ao longo dos anos que esteve no governo, um tipo de política que buscou a conciliação entre a terra, o trabalho e o capital no Brasil. Ao mesmo tempo em que fomentou um tipo de programa de desenvolvimento econômico pautado na expansão da infraestrutura e logística, abriu canais de diálogo com o conjunto de movimentos sociais e setores pauperizados da sociedade. Por meio de mecanismos tratados como uma tímida transferência de renda e, por outro lado, políticas de caráter mais territorial, se assim posso dizer, os governos do PT passaram a fomentar no campo alguns projetos ligados à segurança alimentar, educação e a pequena produção agrícola. Isto ocorre no bojo das mais diversas conquistas, incluindo de direitos, por parte das populações do campo organizadas em movimentos sociais. Não se tocou no problema do latifúndio, embora esse conjunto de projetos passou a compor as agendas políticas e de ação direta dos movimentos sociais na relação com o governo. Talvez seja esta a contradição definidora dos governos do PT, por isso tratado como um governo de conciliação, mas que remete a problemas estruturantes do desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Estes problemas são reelaborados pelo PT do ponto de vista político, de modo que o Governo não enfrenta diretamente tais questões como é o caso da concentração fundiária, do estatuto da força de trabalho brasileira vista sob o signo da superexploração (OLIVEIRA, 2013) e do tipo de rentismo que se tornou característico da expansão do capitalismo brasileiro (PRIETO, 2016).

André Singer (2012) propõe uma interpretação a respeito dos governos do PT, formulando o conceito de lulismo. O autor analisa os dois primeiros mandatos do PT, sob o controle de Luiz Inácio Lula da Silva, pensando as diferenças entre cada quadriênio, quando a eleição de 2006 tornou-se um indicativo da ascensão do lulismo. Para o autor, “o lulismo existe sob o signo da contradição. Conservação e mudança, reprodução e superação, decepção e esperança num mesmo movimento” (2012, p. 9); é este caráter ambíguo que torna o fenômeno difícil de ser interpretado. De acordo com Singer (2012), o primeiro ano de governo Lula foi marcado pela manutenção de aspectos neoliberais, mantendo uma política econômica conservadora e com piora em alguns índices, se comparados com o governo anterior. A taxa de desemprego aumentou para 10,9% (o governo tucano deixou em 10,5%), queda da taxa de crescimento para 1,3% do Produto Interno Bruto (PIB) (2,7% no fim do governo do PSDB) e a renda média do trabalhador caiu 12,3%; em contrapartida as instituições financeiras lucraram 6,3% a mais (SINGER, 2012; p. 11). Entretanto, Singer aponta que ao fim de 2010 – último ano do segundo mandato de Lula, a situação era diferente. Marcada pela queda dos juros para 10,75% ao ano, o salário mínimo cresceu em 6% sobre a inflação em 2010, cerca de 12 milhões de famílias de baixíssima renda estavam recebendo auxílio pelo Programa Bolsa Família, entre R\$22 e R\$200 por mês. A expansão do crédito favoreceu o aumento do padrão de consumo destas famílias de baixíssima renda, de maneira que tais medidas de redução da pobreza, para o autor, reativaram o mercado interno, o que acarretou o crescimento do PIB, a diminuição do desemprego e a diminuição da desigualdade social (SINGER, 2012; p. 12). O esquema proposto por Singer apresenta o seguinte roteiro:

Teria havido, a partir de 2003, uma orientação que permitiu, contando com a mudança da conjuntura política internacional, a adoção de políticas para reduzir a pobreza – *com destaque para o combate à miséria* – e para a ativação do mercado interno, *sem confronto com o capital*. Isso teria produzido, em associação com a crise do “mensalão”, um realinhamento eleitoral que se cristaliza em 2006, surgindo o lulismo. O aparecimento de uma base lulista, por sua vez, proporcionou ao presidente maior margem de manobra no segundo mandato, possibilitando acelerar a implantação do modelo “diminuição da pobreza com manutenção da ordem” esboçado no primeiro quadriênio”. (SINGER, 2012; p. 13)

Nesse roteiro, ganha proeminência a questão do combate à pobreza que coloca no centro da questão política a “grande massa empobrecida”, uma espécie de “sobrepopulação trabalhadora superempobrecida permanente” (SINGER, 2012; p. 18). O autor trata este grupo como o subproletariado, inspirado nas formulações de Paul Singer a respeito desta massa de miseráveis, a qual foi tematizada longamente pela tradição do pensamento social crítico no



país no século XX, em face do problema do desenvolvimento econômico brasileiro. Singer (2012) aponta que o lulismo partiu de uma situação drástica de miséria e desigualdade no país e que, por isso, as mudanças estruturais tímidas geradas pelos Governos Lulistas tiveram impacto considerável, sobretudo do ponto de vista do subproletariado. Nesse sentido, o autor destaca a situação econômica favorável, marcada pelo boom das commodities e chama a atenção para as decisões tomadas pelo governo com relação ao combate à pobreza. Estas decisões são vistas como forma de aproveitar o momento favorável mundialmente para construir um caminho intermediário entre o neoliberalismo dos governos anteriores e o “reformismo forte” característico do programa político petista anterior à chegada ao governo (SINGER, 2012). Dessa maneira, para o autor, o subproletariado passa a se identificar com a plataforma lulista, pois esta torna-se capaz de ajudar os pobres, mas sem enfrentar a ordem, possibilitando o avanço do crescimento econômico e a redução da desigualdade.

Singer (2012), ao lançar mão da perspectiva de classe, considera a burguesia e o proletariado como as duas classes fundamentais do capitalismo, ao mesmo tempo que entende o subproletariado como fração de classe que se apresenta politicamente enquanto massa. De acordo com Singer, o subproletariado é uma fração de classe que não está organizada dentro do projeto histórico do proletariado, estando muitas vezes presa à burguesia em virtude das relações sociais de produção que subjagam esta massa à dominação burguesa. Tal situação condiciona a massa politicamente e a torna suscetível a uma consciência de classe que funciona de maneira parecida com a consciência de classe burguesa, por não deixar perceber as contradições da realidade concreta na qual esta massa está imersa. Por isso, Singer (2012) afirma que houve um deslocamento do subproletariado, fração de classe numerosa com considerável peso na disputa eleitoral, à plataforma política desenvolvida pelos Governos Lula. Este deslocamento fez surgir o lulismo que passou a influenciar o próprio PT, realizando uma “virada programática” no interior do partido que teria se iniciado em 2002 (SINGER, 2012; p. 27). O segundo Governo Lula, sob a sustentação do subproletariado e de um “partido lulista”, arbitrou os conflitos entre as classes fundamentais e deu condições à possibilidade de uma nova maioria política (SINGER, 2012; p. 29). O conjunto destas mudanças é entendido por Singer como um tipo de reformismo fraco que reproduziu e fez avançar as contradições brasileiras, simultaneamente, quando o realinhamento de classes provocou uma repolarização entre ricos e pobres e uma repolitização da disputa partidária no

país. Esta repolarização teve aspectos ideológicos, mas também simbólicos e populistas<sup>5</sup> em que o subproletariado se identificou com a representação de Lula. Na medida em que o lulismo tornou-se caudatário desta massa empobrecida por meio do chamado combate à pobreza, reconstituiu uma ideologia através do conflito entre pobres e ricos.

Tendo de fundo o conflito entre o capital e o trabalho, representado no conflito entre burguesia e proletariado, Singer analisa a relação entre o subproletariado e o lulismo com as chaves pelas quais Marx analisou o 18 Brumário. Singer pensa a vinculação das massas sem organização política ao lulismo, mecanismo similar ao que ocorreu no contexto analisado por Marx, porém sob as determinações e mediações do contexto e da realidade brasileiros. Nesse sentido, Singer lança mão do conceito de revolução passiva, de Gramsci, perguntando se o que ocorreu no Brasil sob o lulismo não foi um momento de modernização capitalista tocado desde cima, sem mobilização, com aspectos de restauração. Todavia, esta modernização manteve as relações de dominação de classe no Brasil, ao passo que assimila algumas das demandas colocadas pelas classes subalternas (SINGER, 2012). Nesse contexto, Singer compreende as massas empobrecidas agrárias como componentes desse subproletariado, porém concentrada majoritariamente no Nordeste. Estas massas agrárias empobrecidas estiveram historicamente vinculadas aos grandes proprietários de terra representados pelo Partido da Frente Liberal (PFL), hoje Partido Democratas, mas que rompe com esta vinculação histórica e se aproxima do PT lulista.

Por isso, Singer (2012, p. 43) chama a atenção para a necessidade de reconhecer que o conflito entre as classes no Brasil “está condicionado pela existência de uma vasta fração de classe que luta por aceder ao mundo do trabalho formal em regime capitalista, com todos os defeitos que ele possui, tendo estado historicamente dele excluída”. Desse modo, é necessário reconhecer que a ligação do subproletariado à burguesia dava a esta última a primazia sobre a classe trabalhadora, o que impedia ao proletariado conquistas maiores, pois se encontrava enfraquecido sem a presença do subproletariado. Reconhecendo que a passagem do subproletariado ao proletariado não ocorreu vias de fato, podendo ter sido efetiva por um instrumento de massas próximo do que foi o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), Singer (2012, p. 45) diz que o “lulismo constituiu a ruptura real da articulação

---

<sup>5</sup> À respeito do conceito de populismo, Singer (2012, p. 33) se referencia nos estudos do populismo, numa perspectiva de classe, realizados por Weffort.

anterior (subproletariado/burguesia), ao *descolar* o subproletariado da burguesia, abrindo possibilidades inéditas a partir dessa *novidade histórica*”:

Mais que *inversão* de quadros (Werneck Vinna) ou de propósitos (Oliveira), **o lulismo representa a criação de um bloco de poder novo, com projeto próprio**, para cuja compreensão as noções de *política de massa* (*O 18 Brumário*) e de *revolução passiva* (Gramsci) me parecem úteis, desde que filtradas pela cor local. **Um poder aparentemente acima das classes que leva adiante a integração do subproletariado à condição proletária, assim como o varguismo soldou os migrantes rurais à classe trabalhadora urbana por meio da industrialização, da CLT e do PTB**”.  
(p. 45 – grifo meu)

Nesse sentido, para Singer o que ocorreu na prática foi algo parecido com um “semitransformismo”, no qual os quadros do PT se converteram a um reformismo fraco posto em prática pelo partido em sua feição lulista. Em virtude da revolução passiva que neutralizou a possibilidade de radicalização programática, o lulismo ao implementou um reformismo fraco, lento e desmobilizador, mas que é reformismo. Assim, “cria-se a ilusão de ótica da estagnação para, na realidade, promover modificações em silencioso curso” (SINGER, 2012; p. 46). Este reformismo fraco representou, para Singer (2012, p. 46), um movimento lento frente à gigantesca desigualdade social brasileira que se manterá em elevados estoques ao longo dos anos posteriores. A ausência de mobilização dos setores sociais desde baixo pode prejudicar este tipo de reformismo numa situação de crise futura, mesmo que a polarização entre ricos e pobres seja sinal de movimento nas estruturas e que o subproletariado tenha se firmado como suporte ao lulismo, na expectativa da realização dos programas de inclusão (SINGER, 2012).

A análise e verificação crítica do lulismo, no contexto das questões levantadas nesta pesquisa de mestrado, diz respeito à face conciliatória entre terra, capital e trabalho no país, visto no caso em tela por meio de dois aspectos que concernem ao conflito estudado: a presença da empresa União Engenharia, envolvida e interessada em projetos de infraestrutura na região, ligados à Petrobrás e, conseqüentemente naquele período, ao PAC 2 e a comunidade de Entre Rios que se autoidentifica como ribeirinha no processo da luta. Entre Rios lança mão de prerrogativas jurídicas que vêm na salvaguarda do Estado por meio dos decretos elaborados e assinados durante os governos do PT, como um tipo de resposta e acordo construído junto aos movimentos e grupos sociais do campo.

Nesse sentido, como compreender as relações entre esses dois aspectos do conflito, do ponto de vista da territorialização do capital? Qual a forma da conciliação realizada pelo lulismo, nos termos apresentados aqui, na realidade vivenciada por Entre Rios? Urge compreender, o que o conflito de Entre Rios revela no que toca os aspectos da economia política a partir do que significa, vias de fato, os investimentos levados a cabo pelos governos do PT. Entender as consequências geradas no território contra as populações que Singer chama de “massas rurais empobrecidas” e que, para mim, dizem respeito ao campesinato enquanto classe e a seus variados grupos e categorias sociais. Desenvolvimento dos programas sociais de combate à pobreza, incremento do salário mínimo, expansão do mercado interno, geração de emprego e o desenvolvimento da infraestrutura por meio de investimentos maciços no setor da indústria de base. Estas são também características do período correlato ao conflito vivido por Entre Rios e por um conjunto de outras comunidades expropriadas no campo e em algumas grandes cidades, em virtude dos grandes eventos como a copa do mundo de 2014 e as olimpíadas de 2016.

Pensar criticamente o lulismo, a partir das formulações de Singer (2012), dá condições de elaborar o debate em torno das políticas territoriais propiciadas pelos governos do PT como processo de tentativa de elevação das condições de reprodução das camadas mais pobres. Isto inclui boa parte do campesinato brasileiro, por meio das políticas sociais vinculadas à abordagem territorial, por dentro do chamado combate à pobreza. Esta abordagem não toca necessariamente no problema da propriedade privada da terra no país, ao passo que modifica o padrão de consumo destes sujeitos. Insere-os no mercado interno como consumidores ao mesmo tempo em que eles produzem mercadorias sob condições de baixíssima remuneração do trabalho. Estas condições, por sua vez, favorecem amplamente o auferir de renda por parte daqueles que se apropriam das mercadorias produzidas pelos camponeses, cada vez mais endividados neste esquema que tem na expansão do crédito às massas empobrecidas um atributo central.

De acordo com Prieto (2017), essas políticas sociais, especialmente o Bolsa Família e os programas de incentivo ao desenvolvimento rural são de fundamental importância para uma negação da questão fundiária e da reforma agrária. Elas estão, dessa maneira, associadas à agudização da contra-reforma agrária desenvolvida no segundo governo Lula e nos governos Dilma. Para Prieto, este quadro é representativo da passagem de uma esquerda reformista do ponto de vista da questão agrária e da reforma agrária, para uma esquerda rentista. A esquerda

rentista está mais interessada na gestão da pobreza via políticas sociais, sob a qual o campesinato é visto como “massa empobrecida” e não enquanto classe social. Isto parece ser uma lacuna na formulação de Singer (2012), pois este autor trata a respeito do subproletariado, mas começa seu texto com uma citação de Gramsci. A citação menciona a relação entre camponeses e proprietários de terra, para tentar criar um tipo de analogia entre a questão setentrional italiana analisada por Gramsci, com a questão regional brasileira. Uma questão regional vista sob as lentes do lulismo e o chamado combate à pobreza que tem no Nordeste o lugar de realização por excelência. No movimento de construção de sua perspectiva de classe, para analisar os sentidos do lulismo, Singer parece escolher um caminho intermediário entre os conceitos de classe weberiana e marxista, para tentar lidar com as determinações econômicas dentro de uma análise política. Desse modo, a perspectiva de Singer parece tirar o peso do entendimento da classe enquanto relação social. Isto se torna mais evidente na maneira como ele pensa a sobrepopulação trabalhadora empobrecida permanente como uma fração de classe, o subproletariado. Singer tenta dar conta de incorporar todo o conjunto de outros grupos e classes sociais sob esta divisão que cai por terra com a própria crise do lulismo e os seus limites que já vinham se manifestando na contradição entre terra, trabalho e capital desde há muito. Podemos dizer que os conflitos por terra no país são sintomáticos dos limites do lulismo visto sob a perspectiva de classe estabelecida por Singer (2012). Logo, esse período favorável e que dá sustentação ao que Singer trata como conciliação, é o chão conjuntural que subleva os conflitos de um jeito em que a conciliação nada mais é do que um imperativo da barbárie capitalista, quando olhado por dentro da contradição do desenvolvimento capitalista sob o lulismo. Ao mesmo tempo que assinala direitos e políticas assistenciais para as “massas”, tenta viabilizar a acumulação capitalista. Um capital em crise, mesmo que sob a aparência de prosperidade econômica vista na expansão do mercado interno e na alta dos preços das mercadorias produzidas para exportação e com preços “controlados” nas bolsas de valores, o chamado período do boom das commodities.

A economista Laura Carvalho, em seu livro *Valsa Brasileira* (2018), se pergunta sobre como o Brasil passou, em 7 anos, de um período de considerável prosperidade econômica e social acima da média (se comparado com os anos anteriores ao referido período), para uma crise avassaladora como a vivida atualmente. Para Carvalho (2018), a questão passa não só pelo período de crescimento acelerado, marcado pela alta dos preços das commodities entre 2003 e 2011 e pela abrupta queda posterior dos preços destas mercadorias. Também não é somente pelo crescimento como consequência dos reajustes macroeconômicos criados desde os anos

1990, com estabilização dos preços e a prática do chamado tripé macroeconômico, além da crise gerada pelo uso excessivo do Estado na promoção da distribuição de renda e crescimento econômico. Tampouco a crise é resultado apenas de um conluio entre mídia, congresso e empresariado financista, como resposta aos acertos dos governos petistas que causaram incômodo às elites do país. Para Carvalho (2018), a crise brasileira atual não se explica apenas por um único motivo. Há que se considerar, de acordo com ela, os acertos que promoveram um tipo de crescimento inclusivo, mas também os erros na formulação e condução da política econômica que foram de igual maneira responsáveis pela desaceleração do crescimento e pela crise. De acordo com Carvalho (2018), o modelo de desenvolvimento brasileiro vigorado nos anos 2000 precisava superar obstáculos importantes como a alta concentração de renda, por exemplo, para que se mantivesse ao longo do tempo e não se esgotasse. Os governos Lula após manterem inicialmente o receituário econômico dos governos anteriores (do PSDB), passou a realizar alguma distribuição de renda via programas sociais como o Bolsa Família e a incrementar os salários mais baixos da base da pirâmide social brasileira. Realizou uma considerável Formalização do trabalho e geração de emprego formal, ao mesmo tempo que garantiu a transferência de renda para setores das elites econômicas por meio de investimentos públicos no desenvolvimento da infraestrutura (CARVALHO, 2018). Passados os dois mandatos do Ex-Presidente Lula, o governo Dilma passou a implementar um tipo de “desenvolvimentismo” marcado por medidas que visam reduzir os custos das empresas nacionais e elevar sua competitividade diante do mercado mundial, o que Carvalho (2018) chama de implementação da agenda FIESP. Altos investimentos via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), desoneração tributária para os industriais, desvalorização do real, e redução da taxa de juros foram alguns dos mecanismos que compuseram a agenda FIESP. Malgrado a implementação de tais mecanismos, os resultados, do ponto de vista do enfrentamento da crise brasileira que já se avizinhava, não só foram insignificantes como produziram o desfecho da crise, na figura do impeachment da Presidente Dilma Rousseff.

Carvalho (2018) e Singer (2012) parecem ter argumentos próximos sobre o que constituiu as bases do desenvolvimento econômico brasileiro durante a ascensão do lulismo. Ambos dão peso à expansão do mercado interno por meio da formalização do trabalho, geração de emprego, incremento dos salários na base da pirâmide social brasileira e aos programas sociais de transferência de renda, como motores do desenvolvimento do capitalismo brasileiro sob os governos do PT. Singer vai considerar que os sentidos do lulismo se basearam em uma

política de massas que operacionalizou uma perspectiva ideológica polarizada entre ricos e pobres. Todavia, a polarização manteve de fundo a contradição entre capital e trabalho intocadas, ou seja, há um tipo de redistribuição de renda sob a forma de combate à pobreza e ganhos para o trabalho, mas que mantém o capital intocado. Assim, o que se teve foi um tipo de revolução passiva, que realizou mais uma etapa da modernização brasileira e que foi tocada sob influência dos interesses das classes dominantes, mesmo que acatando algumas pautas do proletariado. Como resultado, ocorreu um reformismo fraco, lento e gradual, mas que produziu modificações em curso silencioso (SINGER, 2012). Carvalho (2018) trata este período como o “milagrinho brasileiro” que, para Singer, são as bases de formação do lulismo. Para Carvalho (2018) também houve um crescimento econômico com alguma redistribuição da renda por meio de programas sociais, formalização do mercado de trabalho e crescimento do salário mínimo. Porém o que baseou vias de fato o “milagrinho” foi o investimento público em infraestrutura física e social, o que difere relativamente do peso dado por Singer à expansão do mercado interno, ou melhor, difere na interpretação do caminho privilegiado para chegar a tal expansão.

Fundamentalmente, as diferenças entre um e outra, se deve ao fato de que Singer parte de uma análise política sob uma perspectiva de classe, enquanto Carvalho analisa o caso brasileiro sob uma lente da política econômica e da macroeconomia, dos “acertos” e “erros” dos governos do PT. Nesse sentido, não há em tal análise uma abordagem mais aprofundada pela totalidade capitalista e a dimensão mais complexa de sua crise que, a bem da verdade, também não aparece em Singer (2012). Mas um aspecto em comum encontrado nas duas leituras que interessa aqui, passa pelo entendimento dos fatores que mobilizaram o desenvolvimento do capitalismo brasileiro sob o lulismo. Ambas as leituras versam sob um avanço econômico brasileiro baseado no combate à pobreza, nas melhorias do trabalho, aumento do crédito e no investimento estatal, na qual a questão do boom das commodities é importante, porém secundário – a questão agrária, em si, não possui centralidade alguma nestas abordagens.

Analisei a situação da comunidade de Entre Rios, me perguntando sobre o que significou para aquelas famílias esse período de expansão do capitalismo brasileiro, mesmo que tímida como aponta Carvalho (2018). Acredito que as bases do desenvolvimento recente do modo capitalista de produção no Brasil operacionalizaram um recorte que colocou em relevo os pobres, do ponto de vista econômico, dentre os quais se encontram as famílias entrevistadas

por mim. Entretanto, estas bases precisam ser vistas à contrapelo, numa aspiração benjaminiana (BENJAMIN, 2012), para que assim se alcance os processos sociais que estão contraditoriamente contidos neste período da história recente do país. Nesse sentido, não é de menor importância o que significou o período do boom das commodities, pensado à luz da crise do capital e das transformações sofridas por tal relação desde o apagar das luzes do século XX. O caso de um dos entrevistados, Valter, é emblemático. Trabalhador pobre, pedreiro por ofício, camponês que se autoidentificou como Ribeirinho e agora atingido pela lama da samarco. Valter e sua companheira ocupam um lote na comunidade desde 2011, mas já possuíam aquelas terras há mais de 15 anos. Quando os entrevistei, estavam os dois desempregados, Valter a espera de algum contrato para trabalhar como pedreiro:

Nessa semana mesmo eu tô parado, aí vou em casa que tem que dar uma olhada pra ver se aparece algum serviço... que nem naquela reunião ontem mesmo, que eu tava lá, apareceu um serviço ali dentro... serviço de pedreiro. como eu estou precisando de dinheiro, se for preciso vou trabalhar até no sábado e domingo pra adiantar... (Valter, entrevista em trabalho de campo, 2018).

Sua esposa, Lucia também está sem trabalho; eles tinham uma pequena venda na cidade onde comercializavam parte dos produtos que produziam na roça, entre outras mercadorias e Lucia trabalhava ali, mas tiveram que fechar a venda. As condições para produzir no lote não eram das melhores, mas ficou ainda pior – quase impossível – depois da ocorrência do desastre e a chegada da lama de rejeitos. Mesmo assim Valter e Lucia precisaram providenciar a Declaração de Aptidão ao Programa Nacional da Agricultura Familiar (DAP). A DAP é um tipo de carteira de identidade do agricultor familiar que se constitui em torno do acesso à direitos e políticas públicas, mas que passa ao largo das garantias de efetivação do direito à posse. Este documento lhes deu condições de pleitear políticas públicas voltadas para a agricultura familiar que vão desde programas para melhoria de benfeitoria até acesso a crédito agrícola e políticas de comercialização da produção, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). A DAP também serviu como artifício jurídico para comprovar que são posseiros ribeirinhos, no processo de regularização da posse. Pareceu-me ficar patente quais as atribuições da relação entre estes programas sociais, o direito enquanto forma social capitalista (PACHUKANIS, 2017 *apud* CATINI, 2018) e a manutenção do problema da propriedade da terra: o arrefecimento e contenção do conflito social, a tentativa de imprimir uma verve conciliatória à luta de classes, sem que os problemas centrais da sociedade brasileira sejam atacados.



Os Governos Lula foram responsáveis pela implementação de direitos de corte territorial, voltados para algumas demandas das populações do campo, no bojo do combate à pobreza e também da questão ambiental. É o caso da ratificação da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), pelo decreto nº 5051 e da criação da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidade Tradicionais (CNPTC) em dezembro de 2004<sup>6</sup>, por exemplo. No entanto, os recursos do Estado destinados ao Agronegócio cresceram e este setor contou com a rolagem de suas dívidas ao longo do período lulista, além dos investimentos em infraestrutura como já foi citado aqui de acordo com Carvalho (2018) e o PAC, criado em 2007, é um bom exemplo. O Governo Dilma implementou o PAC 2 e destinou cerca de R\$38 bilhões só para o Estado do Espírito Santo entre os anos de 2011 e 2014, dos quais mais de R\$800 milhões foram destinados para os setores de transportes (que congregam as obras voltadas para a infraestrutura portuária citadas no primeiro item do texto). Mais de R\$16 bilhões foram para o setor de energia que congregam os investimentos voltados para o setor de petróleo e gás (PAC 2, [s.d]), ambos presentes no recorte territorial estudado nesta dissertação<sup>7</sup>.

Algumas políticas públicas citadas acima, voltadas para as demandas referentes aos direitos exigidos pelos setores organizados da sociedade civil, entidades representativas da classe trabalhadora e movimentos sociais do campo foram sendo parcialmente implementadas, tratando do diálogo estabelecido da parte dos governos do PT com estes grupos. Em contrapartida, o avanço da acumulação capitalista na crise não deixou de fazer terra arrasada sobre estes mesmos setores da sociedade de classes brasileira, sendo o caso analisado neste texto emblemático. O avanço dos projetos de infraestrutura no litoral capixaba atingiu a comunidade de Entre Rios, entre outras comunidades como a de Degredo, Areal, o distrito de Barra do Riacho, configurando um contexto repleto de conflitos e expropriações em alguns casos. No caso de Entre Rios, a comunidade recorreu a um dispositivo jurídico da ordem dos direitos territoriais atinentes a comunidades tradicionais, o que serviu como um mecanismo de

---

<sup>6</sup> A CNPTC foi convertida de Comissão à Conselho pelo decreto nº 8750 em maio de 2016, ao fim do Governo Dilma, dias antes de ela sofrer o golpe político na forma do impeachment. Inicialmente a CNPTC estava ligada ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome e ao Ministério do Meio Ambiente, mas não ao Ministério do Desenvolvimento Agrário. A menção a tais mecanismos serve para demonstrar o caráter supostamente conciliatório do lulismo, quando implementa direitos desse tipo, mas não os efetiva via de fato, do ponto de vista das garantias de acesso e permanência à terra. Parece-me patente que o acesso a terra, no caso tratado aqui, passa pela reforma agrária e vai contra os interesses do agronegócio que, à época, era um importante aliado político do lulismo e tratado como provedor da economia brasileira pelo peso das commodities agrícolas na balança comercial do país.

<sup>7</sup> Os dados numéricos referentes aos investimentos planejados e realizados através do PAC 2 no Espírito Santo foram retirados do relatório 11º Balanço 2011-2014 do PAC 2 (PAC 2, [s.d]).

aglutinação da luta social materializada coletivamente pela comunidade. Entretanto, a luta emperrou na justiça que não efetivou concretamente o direito da comunidade a permanecer naquela fração de território, o que os levou a viver constantemente preocupados com o dia em que o despejo poderá ocorrer. Assim, o que se tem é a face cruenta da barbárie capitalista representada sob a forma de uma gestão operacionalizada pelo Estado territorial nas coordenadas do lulismo. Tal gestão trata do conflito social com remediações sob a forma de direitos conquistados parcialmente pelo campesinato ao mesmo tempo que possibilita a acumulação de capital via investimentos públicos vultosos que vão atingir diretamente os mesmos setores, grupos e classes sociais que acessam os direitos territoriais parcialmente implementados pelo lulismo.

Mas por que barbárie? O recrudescimento da violência diante dos imperativos da acumulação do capital não encontra parâmetros civilizatórios quando se observa o estado de coisas vivenciado pelas classes sociais vítimas de tal recrudescimento. Não é possível que se aceite nenhum padrão de naturalização da destruição da vida humana frente ao avanço e expansão do capital sobre áreas e grupos sociais que se colocam diante de tal avanço. É de se perguntar por que famílias precisam ser desabrigadas, perderem suas casas e as suas condições materiais de existência e reprodução, para que se instale um empreendimento de uma grande empresa capitalista sob toda a sorte de benefícios possibilitados pelo Estado. A apropriação dos fundos territoriais, como possibilidade de realização da acumulação, não tem outro resultado que não a violência sistêmica contra os grupos e classes sociais que habitam os lugares constitutivos destes fundos que, como o nome diz, são entendidos como reserva de valor e patrimonial da parte do capital. A imposição das relações sociais capitalistas, seja por meio do trabalho abstrato, seja por meio de outras formas de expropriação, podem conduzir estes grupos à desintegração social, à proletarianização e constantemente a migrações forçadas, confinamentos e ao definhamento físico e moral. A ordem social capitalista salvaguarda as benesses às classes dominantes, mas não teme em conduzir as classes subalternizadas ao limbo promovido pelos processos da acumulação do capital.

Rosa Luxemburgo (2017, p. 29), escreveu seu famoso texto 'A Crise da Social-Democracia', escrito em 1915 na prisão e publicado em Zurique em 1915. Neste escrito, Luxemburgo faz uma crítica radical aos votos dos representantes da Social-Democracia para a aprovação dos créditos de guerra no parlamento alemão, através de uma crítica radical ao imperialismo à época, pois este era a substância real da ocorrência e desdobramento do conflito mundial.

Luxemburgo diz que para Engels a vitória definitiva dos trabalhadores socialistas sobre o capitalismo representa “o salto da humanidade do reino animal para o reino da liberdade” (LUXEMBURGO, 2017; p. 16). A pensadora revolucionária complementa as ideias de Engels dizendo que este salto está ligado às leis de bronze da história e os vários aspectos deste doloroso e lento desenvolvimento histórico. Entretanto, o salto também está a cargo da vontade consciente das massas populares que devem realizar o enfrentamento ao modo capitalista de produção sob a liderança da social-democracia, buscando pôr seu destino em suas mãos e se apoderando do controle da vida social. De acordo com Rosa Luxemburgo (2017, p. 29):

Friedrich Engels disse uma vez: a sociedade burguesa encontra-se perante um dilema – ou passagem ao socialismo ou regressão à barbárie. O que significa “regressão à barbárie” no nível atual da civilização europeia? Até hoje todos nós lemos e repetimos essas palavras sem pensar, sem ter ideia de sua terrível gravidade. Se olharmos à nossa volta neste momento, veremos o que significa a regressão da sociedade burguesa à barbárie.

Rosa Luxemburgo, no momento em que escreveu esta brochura, estava tratando a I Guerra Mundial como regressão à barbárie, afirmando que a vitória do imperialismo conduziria ao desaparecimento da civilização, na medida em que a guerra perdurasse sem encontrar obstáculos que a contivessem. Para ela, ou o imperialismo triunfaria e junto com ele a decadência da civilização, com degeneração, ignomínia, despovoamento, “um grande cemitério” (LUXEMBURGO, 2017; p. 29); ou o socialismo sairia vitorioso, frente à ação combativa do proletariado internacional contra o imperialismo e a guerra como seu método. Para Luxemburgo, nesta guerra a qual ela está se referindo no panfleto, o imperialismo venceu com o conseqüente genocídio, degradação social e humilhação. Todavia, Rosa afirma que todo este sofrimento social causado pelo imperialismo e seu método só podem ser contrabalançados se o proletariado aprender com e na guerra como abandonar o lugar de servo das classes dominantes e retomar o papel de “senhor do próprio destino” (2017, p. 29).

Para a revolucionária, a barbárie da guerra é o próprio reflexo do imperialismo visto como fase última do desenvolvimento histórico do capitalismo, expressão de sua máxima maturidade, que tem no plano econômico a tendência de transformar todo o mundo em um mundo de produção capitalista. Uma tendência que aniquilaria todas as formas e sociedades pré-capitalistas, transformando todas as riquezas da terra e os meios de produção em capital, convertendo as massas trabalhadoras de todas as partes em “escravos assalariados” (LUXEMBURGO, 2017; p. 140):

Na África e na Ásia, dos mares do extremo norte ao extremo sul da América, nos mares do sul, os últimos vestígios de antigas comunidades comunistas primitivas, de relações de dominação feudais, de economias camponesas patriarcais, de produções artesanais seculares são aniquilados, esmagados pelo capital; povos inteiros são exterminados, civilizações antiquíssimas são arrasadas para se introduzir a forma mais moderna de extorquir lucro. Essa brutal marcha triunfal através do mundo, em que o capital abre caminho acompanhado pelo uso da violência, do roubo e da infâmia, teve um lado luminoso: criou as condições para o seu desaparecimento definitivo, produziu a dominação mundial capitalista, à qual só pode seguir-se a revolução socialista mundial. Este foi o único aspecto civilizador e progressista da assim chamada grande obra civilizadora nos países primitivos. Para os economistas e políticos burgueses liberais, ferrovias, fósforos suecos, esgotos e lojas significam “progresso” e “civilização”. Essas obras em si, enxertadas nas condições primitivas, não significam civilização nem progresso, porque são compradas ao preço da rápida ruína econômica e cultural dos povos, os quais sofrem de uma só vez todas as calamidades e todos os horrores de duas épocas: a das relações de dominação da economia tradicional e a da exploração moderna refinada. Somente como condição material para abolir a dominação do capital, para abolir a sociedade de classes em geral, é que as obras da marcha triunfal do capitalismo pelo mundo carregavam a marca do progresso num sentido histórico mais amplo (LUXEMBURGO, 2017; p. 140 e 141).

Luxemburgo foi tributária, em alguma medida, do determinismo histórico economicista, característico dos debates e formulações marxistas no contexto da II internacional, dominada pela ideologia do progresso linear e o desenvolvimento histórico em etapas (PRIETO, 2017). A autora apresenta um movimento inexorável da acumulação do capital que homogeneiza e se apropria de todos os recursos disponíveis, relações e formas sociais de maneira violenta e destruidora, conduzindo a humanidade ao fim trágico do capitalismo imperialista. Contudo, Rosa Luxemburgo pensa a expansão do capitalismo pelo imperialismo por meio da dialética histórica, contraditória. Ao mesmo tempo em que a dominação capitalista se apresenta como necessidade histórica, a rebelião da classe trabalhadora se impõe diante de tal destruição, tornando-se a tarefa histórica do proletariado enterrar de vez o modo capitalista de produção, frente à necessidade histórica do socialismo.

Löwy (2010), ao comentar o pensamento de Rosa Luxemburgo, afirma que é justamente na brochura ‘A crise da social-democracia’ que a pensadora supera este determinismo histórico, por lançar a palavra de ordem “socialismo ou barbárie”, superando a visão tradicional do movimento socialista do começo do século XX. Para Löwy, esta brochura tornou-se um marco na história do pensamento marxista, pois Rosa ainda se refere em alguns pontos às leis de bronze da história e afirma que a ação do proletariado contribui para acelerar ou retardar o processo histórico que já está dado. Porém a comunista revolucionária atribui à vitória do

proletariado a chegada a uma sociedade livre. Mas de acordo com Löwy (2015), o que torna tal texto importante é que, para Rosa Luxemburgo, a chegada ao mundo da liberdade, pela vitória do proletariado, depende inteiramente da vontade consciente das massas para acender a faísca incendiária que surge das condições materiais do desenvolvimento histórico. Assim Löwy chama a atenção para o estatuto político do pensamento de Rosa Luxemburgo quando coloca frente à barbárie do desenvolvimento capitalista, a ação consciente das massas. Tal fato define a barbárie como a civilização mesma e todo o movimento destruidor disfarçado de progresso, pois estes só foram possíveis por realizarem a expropriação, a ruína das formações sociais pré-capitalistas e da economia camponesa. A barbárie civilizatória varreu territórios em outras paragens para além da Europa, convertendo-os em objetos das relações de dominação e exploração capitalistas. É assim que, como Löwy (2015) chama atenção, surge a centelha da vontade revolucionária das massas que tem a possibilidade de fazer explodir a revolução social sobre as condições materiais dadas. Entretanto, para que esta centelha revolucionária de fato exploda, se faz necessário todo um conjunto de lutas poderosas no qual o proletariado, sob a liderança da Social-Democracia, tentará tomar o controle de sua própria história. Ou seja, é na experiência prática da luta dos povos oprimidos e explorados que se desperta a consciência revolucionária (LÖWY, 2015), como resposta à barbárie da civilização capitalista. A expressão “socialismo ou barbárie” trazida por Engels em “O Anti-Dühring”, como aponta Löwy (2015), é essencialmente econômica e não necessariamente política, é retórica e pretendeu demonstrar a necessidade do socialismo, frente ao perecimento da sociedade moderna pelo capitalismo, o que não expressa maiores sentidos do ponto de vista dos caminhos da superação. É por isso que, para Löwy, quem de fato cunhou a expressão “socialismo ou barbárie” em seu sentido pleno, foi a própria Rosa Luxemburgo ao observar a guerra e o desmoronamento do movimento operário internacional em 1914. Luxemburgo teve abalada suas convicções no êxito inevitável do socialismo ao opor à barbárie capitalista civilizadora a necessidade da ação revolucionária das massas. Tal expressão teria grande impacto ao longo do século XX nos movimentos anticapitalistas e socialistas por todo o mundo.

Nesse sentido, me parece não restar dúvida dos aspectos da barbárie capitalista contemporânea, ao notar a maneira como a acumulação de capital vem se realizando sobre as frações de território, como a que se concretiza na reprodução social da comunidade de Entre Rios. Os mecanismos de expropriação dos tempos do imperialismo analisado por Rosa possuem hoje novas roupagens. A presença do capital financeiro como impulsionador de

parte deste processo, à maneira como se apresenta hoje na relação entre Estado, instituições financeiras e empresas, dá a política contornos drásticos. Estes efeitos são ainda mais problemáticos se levado em consideração o papel atribuído ao lulismo por tal relação, no sentido das mudanças na estrutura de classe no país e das respostas políticas da representação da classe trabalhadora (principalmente os setores sindicais) aos imperativos da crise do capital no contexto dos Governos Lulistas. Acredito que vale a pena citar, como exemplo desta problemática, o que Francisco de Oliveira comenta a respeito das mudanças no mundo do trabalho e suas consequências para o desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Tal desenvolvimento mantém antigos problemas que seriam típicos do “subdesenvolvimento” brasileiro, entendido na chave de produção da dependência pela divisão internacional do trabalho, combinada à articulação dos interesses internos (OLIVEIRA, 2013; p. 127). Ao mesmo tempo, é marcado por mudanças profundas no trabalho, com a presença da 3ª Revolução Industrial, ou molecular-digital, além da mundialização capitalista e sua face financeirizada. Assim, forma-se um setor de serviços diversificado numa ponta e mais primitivo noutra, relacionado aos extratos mais pobres. As mudanças no estatuto das relações de trabalho no Brasil, a explosão e naturalização do trabalho chamado informal, incidindo sobre a questão das classes, todos estes fatores se complementam justamente na forma da desigualdade social brasileira drástica e não superada, mas o retrato fidedigno do desenvolvimento brasileiro completo – *o ornitorrinco* (OLIVEIRA, 2013; p. 133).

Francisco de Oliveira (2013, p. 145) chama a atenção para o declínio da força social dos trabalhadores, em virtude da reestruturação produtiva, pelo trabalho molecular-digital e as consequências negativas para a força política dos mesmos, já que tais mudanças incidem nos processos de formação da classe. O autor relembra que, mesmo numa perspectiva thompsoniana em que o trabalhador não é visto apenas como um lugar na produção, sem o lugar de trabalho não se é trabalhador. Nesse sentido, Oliveira (2013, p. 146) afirma que a “representação de classe perdeu sua base e “o poder político a partir dela estiolou-se”. Para Oliveira (2013), nas condições específicas brasileiras, esta perda de poder político significa a impossibilidade de ruptura com a longa “via passiva” brasileira e afirma que esta via passiva já não é mais o subdesenvolvimento.

Este brevíssimo resumo do ensaio de interpretação do Brasil contemporâneo, produzido por Chico de Oliveira ao fim do primeiro ano de Governo Lula, não estaria completo se não fosse mencionado um outro ponto também elementar sobre as transformações recentes na economia

e na política do país. Um aspecto que passa pela questão da sociedade de classes, mas numa visão muito pouco convencional e ao mesmo tempo bastante polêmica como o conjunto do ensaio de Francisco de Oliveira. Considerando as mudanças truncadas na estrutura de classe, mas agora analisando-as enquanto mudanças verificadas por dentro dos setores dirigentes da classe trabalhadora, Oliveira (2013, p. 146) afirma que parte dos altos dirigentes do proletariado se converteram em administradores de fundos de previdência complementar, originados de empresas estatais antigas como é o caso do Previ, fundo de pensão dos trabalhadores do Banco do Brasil, e também tornaram-se membros representantes dos trabalhadores em conselhos de administração como é o caso do BNDES. Oliveira (2013, p. 146) aponta que:

A última floração do Welfare brasileiro, que se organizou basicamente nas estatais, produziu tais fundos, e a Constituição de 1988 instituiu o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) – o maior financiador de capital de longo prazo no país, justamente operando no BNDES. Tal simulacro produziu o que Robert Kurz chamou de “sujeitos monetários”: trabalhadores que ascendem a essas funções estão preocupados com a rentabilidade de tais fundos, que ao mesmo tempo financiam a reestruturação produtiva que produz desemprego. [...]

E isso que explica recentes convergências pragmáticas entre o PT e o PSDB, o aparente paradoxo de que o governo Lula realiza o programa do PSDB, radicalizando-o: não se trata de equívoco, nem de tomada e empréstimos de programa, mas de uma verdadeira nova classe social, que se estrutura sobre, de um lado, técnicos e economistas *doublé* de banqueiros, núcleo duro do PSDB, e trabalhadores transformados em operadores de fundos de previdência, núcleo duro do PT. A identidade dos dois casos reside no controle do acesso aos fundos públicos, no conhecimento do “mapa da mina”.

Não entrarei no mérito dos caminhos teórico-metodológicos que Chico de Oliveira lançou mão, mas reconheço as suas devidas diferenças no que toca os caminhos que percorri até aqui. Ainda assim, chamou-me a atenção no argumento do autor a conversão de dirigentes da classe trabalhadora em administradores de fundos de inversão e investimento, no contexto da chegada dos governos do PT ao Estado e os investimentos realizados nos setores de infraestrutura. Estes fatores reposicionaram a barbárie sobre outros termos. A disputa do fundo público pelo capital, além das consequências para o mundo do trabalho e para o fundo como lugar de formação do lucro, encontra a questão dos fundos territoriais. Estes fundos são reafirmados como objeto de transferência de patrimônio na fase financeirizada do capital, algo próximo de uma “acumulação primitiva” nos dizeres de Chico. Dessa forma, a esquerda rentista (PRIETO, 2017), operacionaliza a territorialização do capital, por meio do controle do fundo público que se converte em formas de renda e irriga empreendimentos diversos do

capital, entre eles o setor de infraestrutura, contando com altas quantias de dinheiro, como é o caso do financiamento do PAC feito com recursos do BNDES/FAT.

Assim, as respostas políticas petistas vieram no esteio dos movimentos de reprodução do capital em crise desde os anos 1970 (HARVEY, 2013), que se apresenta no Brasil a partir dos anos 1990 até os dias atuais sob a sua forma de ser neoliberal ([chico de] OLIVEIRA, 2018; PAULANI, 2008). Desse modo, fica ainda mais evidenciada a maneira como os governos do PT, sob o *modus operandi* lulista, operaram por dentro da crise do capital. Formalizaram as garantias para a extração da mais-valia absoluta com a formalização do trabalho precário e viabilizaram a realização da renda da terra capitalista quando não tocam no problema da grande propriedade fundiária no país. Além disso, lançaram mão das “políticas assistenciais de funcionalização da pobreza” (OLIVEIRA, 2018), inclusive sob os marcos de uma clivagem territorial quando olha para as populações do campo, ou seja, a própria gestão da barbárie à serviço da acumulação capitalista em sua crise.

### **1.3 Do boom ao pós-boom das commodities: o rompimento da barragem da Samarco e o desastre contra a bacia do rio Doce**

Nos tópicos anteriores, abordei o problema dos conflitos por terra no país, sob uma perspectiva do território, pensando a territorialização do capital. Levantei alguns aspectos que passam pelos problemas decorrentes da expansão do capitalismo no Brasil, sobretudo a partir de 2003 com a chegada do PT ao poder, e as consequências de tal expansão do ponto de vista dos problemas vivenciados pela Comunidade ribeirinha de Entre Rios. O meu esforço foi o de, pela análise do território como expressão da luta de classes, compreender a pertinência do conflito por terra protagonizado pela comunidade contra uma empresa de infraestrutura e montagem que se torna proprietária das terras possuídas pelas famílias de Entre Rios. Este conflito, perscrutado por mim, está imbricado num conjunto de contradições características da formação territorial do país e as relações sociais impostas em tal processo, subordinadas à violenta modernização brasileira. Entretanto, a violência da modernização desvela contraditoriamente o lugar das relações não capitalistas no bojo da questão de classes no país, pela qual o campesinato se apresenta de maneira subordinada ao capital, no movimento de acumulação capitalista.

Nesse sentido, na análise do conflito e no exercício de buscar a totalidade como momento fundamental do ponto de vista do processo social, fez-se necessário compreender qual o contexto político e econômico em que o conflito se insere e, mais do que isso, buscar



respostas para as perguntas que a análise do conflito me colocou, quais sejam: o que os conflitos por terra no país me dizem sobre a luta de classes brasileira; quais as características da luta de classes brasileira, no qual se insere o conflito de Entre Rios, durante os governos do PT; e o que estas características revelam do ponto de vista do movimento do capital e da propriedade da terra? Assim, estas perguntas me mobilizaram a enxergar o estatuto intocável da propriedade privada da terra no país, a expropriação como moto contínuo do processo de acumulação capitalista e a formação do Estado de tipo territorial baseada nestes dois fatores. Um Estado territorial com novo fôlego sobre a apropriação dos fundos territoriais, mas que reproduz contraditoriamente as relações não capitalistas como momento fundante da produção do capital, sobretudo na forma rentista. Porém, dentro do processo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro recente, a performance dos governos do PT apresentou questões que passaram pelo desenvolvimento da luta de classes e pelo desenvolvimento do modo capitalista de produção. Processos dialeticamente relacionados, mas que sob os governos petistas ganharam novas feições que diziam respeito ao que a crise do capital impôs para os países capitalistas na periferia. A maneira como a luta social passou a compor o escopo de negociações e ajustes capitalistas dentro dos limites de sua acumulação e o que o Estado passou a realizar por meio de um governo progressista que, dentro de uma política conciliatória entre terra, capital e trabalho, realizou a gestão dos conflitos por dentro da barbárie.

Nos debates a respeito das principais características dos governos petistas, seja do ponto de vista do lulismo como Singer estabelece, seja à maneira dos indicativos dados por Laura Carvalho, o boom das commodities aparece às vezes mais, às vezes com menor centralidade. Porém, para mim, a análise do período compreendido pelos governos do PT passou necessariamente pela análise do boom das commodities e da decorrente queda dos preços dessas mercadorias, pois a passagem do boom ao pós-boom é reveladora dos contornos atuais do conflito vivido por Entre Rios. Este conflito irrompeu ao fim do último pico de alta dos preços das commodities e sob o rescaldo do que o boom promoveu do ponto de vista dos projetos de desenvolvimento tocados pelo PT. Posteriormente, o conflito é agravado com o rompimento da barragem de Fundão pertencente à Samarco/Vale/BHP Billiton que ocorre no período do pós-boom, com a baixa do preço do minério de ferro no mercado internacional. Por isso, urgiu o esforço de compreensão do período lulista, agora porém sob os marcos do chamado período do boom/pós-boom das commodities. Os rebatimentos territoriais deste período refletiram num momento da formação do campesinato visto na figura de Entre Rios,

nas estratégias políticas e territoriais adotadas pela comunidade no contexto da luta por terra e como ela se deu no bojo da gestão da barbárie protagonizada pelo lulismo.

Traspadini (2017) postula a ideia de que o Brasil tem uma inserção dependente no capitalismo monopólico financeiro internacional, de modo que a ele foi relegada a produção de mercadorias de caráter primário e de baixo valor agregado (como o minério de ferro, por exemplo). Um capitalismo que vem enfrentando sucessivas crises e que tem na acumulação por espoliação uma das vias de sua acumulação no Brasil. Mais um movimento de territorialização do capital e a face de sua barbárie apresentada na violência e dominação social contra os camponeses, além de outros grupos e categorias sociais. As opções político-econômicas dos governos do PT relacionaram-se, evidentemente, com as condicionantes histórico-concretas e conjunturais que estiveram em consonância com a caracterização da fase atual do capitalismo, ainda mais especialmente de um ponto de vista desde o Brasil ou da periferia do capitalismo. Ou seja, não foi recente que o Brasil se tornou um país exportador de produtos primários como o minério de ferro, por exemplo. O lugar do capitalismo brasileiro na economia mundial vem sendo definido pela divisão internacional do trabalho desde tempos pretéritos, de acordo com o desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo no mundo. Porém, o que chama a atenção é como esta condição, salvaguardada as diferenças históricas, ainda é presente e serve como mote na construção de uma economia política do desenvolvimento brasileiro. Um partido político progressista governou o Brasil e objetivou manter uma economia de caráter desenvolvimentista, porém com a promoção de certos programas de políticas públicas assistenciais, o que exigiu uma capacidade crítica minuciosa e cuidadosa por parte daqueles e daquelas que se enveredaram pela análise do capitalismo brasileiro.

A chegada do Partido dos Trabalhadores ao governo do Brasil acompanhou uma “onda” de governos progressistas que ocorreu na América Latina em fins da década de 90 e na primeira década dos 2000. Esta “onda” foi vista como uma resposta ao neoliberalismo que vinha sendo implementado nesta parte do continente americano a duras penas, desde os regimes militares e governos ditatoriais enfrentados por muitos países latino-americanos durante a segunda metade do século XX. No Brasil o neoliberalismo passa a vigorar, vias de fato, nos anos 1990, no contexto de abertura política e da redemocratização. Entretanto, após os mais de 10 anos de governo petista no Brasil, interrompido por um golpe político e jurídico, uma série de

análises críticas têm sido feitas a respeito do que foi este governo, no sentido do desenvolvimento do capitalismo brasileiro e do afastamento (ou não) do projeto neoliberal.

A ideia de que o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, baseado na reprodução dos modelos exitosos do capitalismo dos países centrais, serviria para resolver a questão da modernização do país, tem sido apregoada por grupos e intelectuais brasileiros há algum tempo. Ao longo do século XX esta foi a tônica de boa parte dos debates em torno das interpretações da formação social e econômica brasileira. Organismos como a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) tiveram papel relevante na formulação de planos estratégicos de desenvolvimento econômico para a América Latina. A CEPAL aglutinou um conjunto de especialistas, estudiosos e intelectuais em torno do tema do desenvolvimento econômico dos países da América Latina e sua consequente integração com o capitalismo mundial. Porém estes indivíduos partiam de uma ideia de que o progresso econômico representaria a melhora substantiva das condições de vida da população dos países tidos como atrasados. Porém, como assinala Traspadini (2017):

Estos sujetos partían de la premisa del desarrollo como sinónimo de “mejora de las condiciones de vida del Pueblo”. Sin embargo, la historia del desarrollo desigual y combinado fue una referencia didáctico-pedagógica que se responsabilizó por despojar de sentido dichas tesis originadas en el pensamiento de la Comisión Económica para América Latina y Caribe (CEPAL), dada la acentuación de las desigualdades hacia dentro de estas economías y hacia afuera en la participación complementaria en el capital monopólico dentro de la división internacional del trabajo. (TRASPADINI, 2017; p. 19)

Tomando em conta a preocupação real de boa parte das ideias formuladas por dentro da CEPAL, é importante reconhecer quais foram os seus limites, tais como a ausência de leituras teóricas a respeito do imperialismo e da crítica da economia política como compreensão do metabolismo do capital; um tipo de relação subordinada da CEPAL com os interesses norte-americanos contidos no discurso de apoio ao progresso; a desconsideração das relações sociais não capitalistas como elementos fundamentais no desenvolvimento histórico-social da América Latina e o peso do discurso do progresso como redentor da América Latina frente ao seu atraso.

Neste contexto histórico, na década de 1940, num país ainda majoritariamente rural e violento, como o Brasil, as ideias em torno do desenvolvimentismo tiveram uma ressonância no sentido da necessidade de consolidação de uma economia nacional. Traspadini (2017, p.

18) indagou-se sobre como, depois de passados mais de meio século, os fundamentos da economia política do desenvolvimentismo ainda operaram por dentro das formulações atuais das políticas econômicas na América Latina, tendo governos progressistas à frente. Traspadini também perguntou-se como algumas análises críticas despontaram, reproduzindo o desenvolvimentismo sob novos aspectos e, com a crise do neoliberalismo, conformaram um tipo de farsa neodesenvolvimentista.

Todavia, há um debate que vem ocorrendo no Brasil entre economistas e cientistas sociais a respeito desta fase recente da história econômica brasileira, durante os governos petistas, se é possível ou até mesmo correto tratar tal período como neodesenvolvimentismo. Paulani (2017) discute o significado do termo neodesenvolvimentismo, no sentido de analisar os governos do PT, partindo de uma reflexão primeira a respeito do termo desenvolvimentismo. Para Paulani, a experiência brasileira depois de 2003 fez ressurgir o tema do ‘desenvolvimento’ e, conseqüentemente, o desenvolvimentismo. A economista aponta um aspecto central na definição do que é desenvolvimentismo, a intervenção governamental forte na forma de uma política econômica voltada para o fortalecimento da indústria, pautada num projeto nacional. Paulani afirma que o desenvolvimentismo brasileiro teve um período de força na segunda metade do século XX, passando de uma economia essencialmente produtora de bens primários para uma economia industrializada, complexa e que durante 5 décadas apresentou o maior crescimento no mundo. Entretanto, a partir dos anos 1970, ocorreu uma crise internacional e conseqüente crise da dívida externa, somadas à crise do petróleo e um choque dos juros internacionais. Como conseqüência, os anos 1980 serviram como o interlúdio da ascensão do neoliberalismo nos anos 1990 e as recomendações políticas do *Consenso de Washington* sob a égide da teoria econômica ortodoxa. Daí em diante, até meados dos anos 2000, a política econômica seguiu, de maneira geral, as “regras do consenso macroeconômico” (PAULANI, 2017; p. 138), com políticas monetária e fiscal rígidas. Mesmo com a chegada do PT ao poder, estas políticas foram mantidas e, até mesmo, aprofundadas em alguns pontos como na abertura financeira com a adoção de novas medidas para tornar o Brasil atraente para a riqueza financeira. Somente ao final do primeiro mandato do Presidente Lula, o cenário começa a apresentar pequenas mudanças, principalmente em virtude do PAC, “um substantivo programa de investimentos públicos, envolvendo recursos da ordem de 13% do PIB, para serem gastos em quatro anos em setores de infraestrutura (transporte, energia, recursos hídricos e saneamento)” (PAULANI, 2017; p. 138). Em seguida, foi lançado o programa de construção de moradias populares ‘Minha Casa, Minha Vida’,

momento em que começa a aparecer o termo Neodesenvolvimentismo (PAULANI, 2017; p. 139):

O prefixo “neo” foi introduzido no termo original certamente por conta da consciência dos analistas em relação ao caráter historicamente determinado desse conceito, e, pois, à impossibilidade da reprodução *in totum* das condições históricas concretas que deram ensejo a seu surgimento. Do ponto de vista prático, portanto, o Neodesenvolvimentismo passou a ser associado às políticas que, contrariando o cânone liberal vigente, apelavam para polpidos programas de investimento público (PAC, *Minha Casa Minha Vida*) e para expedientes de intervenção na atividade econômica (Lula havia expandido em escala sem precedentes o crédito ao consumidor – considerando implicitamente seu papel impulsionador do mercado interno – e concedido isenção tributária a alguns setores da indústria em resposta à crise internacional).

Paulani (2017) adverte para a impossibilidade, do ponto de vista da precisão teórico-conceitual, de chamar tal período de desenvolvimentista e, até mesmo, neodesenvolvimentista. A autora afirma que o capitalismo vive uma fase rentista desde fins do século XX, “em que os imperativos do capital como propriedade se sobrepõem aos imperativos do capital como elemento funcionante na produção de bens e serviços” (PAULANI, 2017; p. 144 *apud* PAULANI, 2016). A financeirização é uma característica central do período e a economia brasileira compõe este quadro, primeiramente de maneira passiva por participar do processo de valorização financeira na fase de expansão das dívidas nos países da periferia do capitalismo. Assim o fez, atendendo à acumulação financeira internacional que levou os países periféricos a uma grave crise no fim dos anos 1970, com as taxas de juros superiores às taxas de crescimento (CHESNAIS, 2010). Posteriormente, já nos anos de ascensão do neoliberalismo, Paulani aponta que o Brasil passou a fazer parte da financeirização de maneira ativa, buscando se constituir como uma plataforma internacional de valorização financeira, o que não mudou radicalmente com a chegada do PT ao governo. Paulani demonstra que o PIB passou de 0,8 à 2,1 em 2010, o valor do estoque de ativos financeiros multiplicou-se 7,7 entre os anos de 1991 e 2009, mas o estoque de ativos reais – máquinas, construção civil, empregados no setor de serviços – multiplicou-se somente 1,4 para o mesmo período. Além da explosão da riqueza financeira frente ao baixo crescimento da riqueza real, como resultante do prosseguimento deste quadro, ocorreu o acelerado processo de desindustrialização brasileiro (PAULANI, 2017). Nesse sentido, a autora afirma a impossibilidade de considerar os governos petistas como neodesenvolvimentistas, mesmo que tenha havido programas de crescimento da economia, com investimentos estatais e programas sociais, porque manteve-se um entorno institucional favorável à financeirização ao passo que não se estabeleceu nenhum tipo de projeto nacional, do ponto de vista do desenvolvimentismo.

Desse modo, a imprecisão do termo “neodesenvolvimentismo” explicita os limites do governo do Partido dos Trabalhadores, que fez a opção de manter a posição subordinada do Brasil no sistema capitalista. O PT não realizou transformações profundas no país e reafirmou a sua condição de subserviência frente à crise do capital financeiro monopolista que vinha se desenvolvendo desde os anos 70 (HARVEY, 2011). O aumento dos preços das commodities, como o minério de ferro, tem profunda relação com a crise de sobreacumulação dos excedentes de capital e configurou um momento muito oportuno para um governo progressista realizar algumas políticas públicas de cunho assistenciais, porém sem de fato modificar as estruturas sociais e econômicas brasileiras:

Entre 2002 y 2010, Brasil registró un aumento de 146% em el precio promedio (en dólares) de las exportaciones, mientras que las importaciones aumentaron un 85% en el mismo período. Los ingresos en el ritmo de los demás países miembros de BRICS (Brasil, Rusia, India, China y Sudáfrica), aumentaban un 7% por año. Estos factores estimularon la compra de productos industrializados de China, principalmente, con quien Brasil estrechó acuerdos comerciales desde cuando aquel país, em curva ascendente, se convirtió en el comprador más importante de soja y hierro brasileños. Como algunos dicen: un “maná que viene del cielo”.

La bonanza dependiente de las exportaciones de *commodities* y la lógica crediticia creó la sensación de que todos estos aspectos positivos serían definitivos. El optimismo gubernamental hizo creer que “todos” ganaban y que, com sus bases de apoyo y su fuerte alianza com las fracciones la burguesía nacional, sería capaz de controlar internamente las sacudidas de las crisis internacional que, desde 2008, vienen ensayando un colapso generalizado. (PINASSI, 2017; p. 168)

A compreensão das relações existentes entre o chamado boom das commodities e a fase atual do capitalismo brasileiro, mantém, ao fim e ao cabo, a subordinação da economia brasileira aos ditames do imperialismo que continua definindo o lugar do Brasil no universo da produção de mercadorias, condicionado pela crise do capital. Entretanto o neodesenvolvimentismo faz jus ao prefixo ‘neo’ porque está atrelado a uma nova roupagem constituída pela financeirização para as ações do capitalismo monopólico. Um atrelamento que possibilitou a transição desde ações indiretas para ações diretas do capital financeiro na economia brasileira, em sua fase expansiva. Porém o conceito de neodesenvolvimentismo caiu por terra pela ausência de uma perspectiva desenvolvimentista de fato, de acordo com Paulani (2017). Atualmente a face desta roupagem é a crise de sobreacumulação do capital financeiro monopólico, que repõe a subserviência da economia brasileira, expandindo os investimentos nos setores de produção de commodities e extração de recursos naturais. Uma busca por formas de absorção de capitais, a subordinação de formações sociais não

capitalistas, territorialização do capital e a reposição da violência típica da acumulação primitiva no processo de acumulação por espoliação. Nesse sentido, ocorreu o chamado boom dos preços das commodities, o que criou uma atmosfera de uma suposta bonança financeira, possibilitando ao governo do PT realizar um conjunto de políticas públicas que cumpriram um papel de alívio social. Não obstante, os governos petistas não tocaram na estrutura de classes do país e nos problemas concernentes à propriedade, fato este que os colocou intimamente relacionados com a continuidade de aspectos neoliberais da política econômica dos governos anteriores.

Esta condição de suposta bonança não configurou um longo período, o capitalismo vinha colapsando desde sua última e aterradora crise financeira a partir do ano de 2007 e finalmente atingiu a economia brasileira, causando entre outros problemas, a crise dos preços das commodities e, conseqüentemente, do minério de ferro. Vale lembrar que a mercadoria minério saltou de 5% para 14,5% no período de 2003 a 2013 em sua participação nas exportações brasileiras e o minério de ferro correspondeu a 92,6% desse total (MILANEZ et al., 2016). Foi no período de crise que ocorreu o rompimento da barragem do Fundão em novembro de 2015, configurando um dos maiores desastres sociais e ambientais já ocorridos no país, dando mais uma face para a barbárie capitalista no Brasil.





e do papel que ainda está destinado à sua periferia. E se o Estado reafirma este papel, como um percurso para o desenvolvimento das forças produtivas ou superávit da balança comercial, é a prova mais evidente da própria barbárie como expressão atual do capitalismo. A atual fase do capitalismo exige um esforço teórico para interpretá-la a luz dos processos históricos que deram forma a tal modo de produção e também de seu atual movimento e condição (de crise). Pois é justamente na leitura deste momento que se compreende as relações existentes entre o desastre, o Estado brasileiro e o capitalismo contemporâneo. Por isso a preocupação em construir um entendimento sobre a fase atual do capitalismo, considerando suas características e determinações sociais, de maneira a ter subsídios teóricos e analíticos para compreender a inserção do Brasil, ainda mais especialmente pela atividade de mineração, nesta fase contemporânea do capitalismo.

A forma como o modo capitalista de produção se desenvolveu ao longo da história e da superfície terrestre não se deu de maneira homogênea. Os processos históricos e sociais de conformação do capitalismo, desde a acumulação primitiva, a colonização até a consolidação da industrialização e conseqüentemente da burguesia e do proletariado guardam uma série de diferenciações no desenvolvimento e expansão capitalista. Nesse sentido, a relação entre o desenvolvimento e expansão do capitalismo não só se deu de maneira diferenciada ao longo da superfície terrestre, nas relações entre os países, como também subordinou formações sociais não capitalistas ao seu desenvolvimento, no interior da reprodução de suas relações sociais, o que configurou um processo violento, desigual e contraditório. Michael Löwy (1998), em texto em que apresenta a teoria do desenvolvimento desigual e combinado, de León Trotsky, destaca que Marx, mesmo escrevendo anterior à fase imperialista do capitalismo, já havia dado alguns indícios sobre a maneira como a forma da produção dominante hegemoniza as demais:

É o caso, notadamente, de uma célebre passagem da *Introdução à crítica da economia política* (1857): “Em todas as formas de sociedade é uma produção específica que determina todas as outras, são as relações engendradas por ela que atribuem a todas as outras o seu lugar de importância. É uma luz universal são mergulhadas todas as outras cores e que as modifica no seio de sua particularidade. É um éter particular que determina o peso específico de toda a existência que aí se manifesta”. Neste texto não se trata de formas pertencentes a modos de produção diferentes, mas de ramos distintos da produção: a indústria e a agricultura, o capital e a renda fundiária. Mas pode-se facilmente alargar o alcance desta formulação e utilizá-la para compreender o tipo de dominação que o capital exerce nas formações sociais subsistem relações pré-capitalistas: ele é a “luz universal” que modifica todas as outras “cores” econômicas e sociais.

A teoria do desenvolvimento desigual e combinado de Trotsky – que não se refere ao texto de Marx – é uma tentativa de explicitar estas “modificações” e, por consequência, de dar conta da lógica das contradições econômicas e sociais dos países do capitalismo periférico ou dominados pelo imperialismo. (LÖWY, 1998; p. 73)

A compreensão do capitalismo através do desenvolvimento desigual e combinado, possibilita explicar não só a permanência das formações sociais não capitalistas, mas sua centralidade no conjunto das relações sociais voltadas para a acumulação do capital. O caso do rompimento da barragem do Fundão, assim como vários outros casos responsáveis pela desterritorialização de formações sociais não capitalistas (camponeses, indígenas, quilombolas etc.) são típicos do movimento de acumulação do capital na sua periferia. Por isso, esta forma de desterritorialização me desafiou a realizar uma análise que considerasse seus aspectos. A lama de rejeitos, ao atingir o rio e todo um conjunto de modos de vida de comunidades rurais, abriu caminho para a explicitação de contradições entre formações não capitalistas e o capitalismo em seu estado mais violentamente primitivo. Nesse sentido, foi importante construir uma leitura a respeito da relação entre a crise atual do capital, o movimento do preço do minério de ferro no mercado internacional e o rompimento da barragem do Fundão. Para isso, tomei em conta as indicações de Milanez (2016 e 2017) sobre estas relações.

Assim, as conceituações de Harvey (2005 e 2011) a respeito da *acumulação por espoliação* e as características da *crise do capitalismo* (sobreaacumulação, formas de absorção dos excedentes de capital, financeirização etc.), deram subsídios para a leitura sobre o extrativismo praticado pelas empresas capitalistas na periferia do capitalismo e a queda do preço das commodities, agora no centro da análise do desenvolvimento do modo capitalista de produção no Brasil, articulados com o desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton.

David Harvey formula o seu conceito de acumulação por espoliação em diálogo com proposições de Rosa Luxemburgo quando tratou da acumulação do capital. Em linhas gerais, de acordo com Harvey (2005, p. 115), “Rosa Luxemburgo alega que a acumulação do capital apresenta um duplo aspecto”. Um destes aspectos trata do mercado de bens e do contexto de produção da mais-valia (relações sociais de produção entre a burguesia, a classe trabalhadora e a propriedade privada), o que pode ser visto como um processo econômico puro. O outro aspecto da acumulação do capital refere-se ao surgimento, numa escala internacional, de relações entre o capitalismo e formações sociais não capitalistas. Os métodos empregados nestas relações com vistas à acumulação do capital, de acordo com os argumentos de Rosa

Luxemburgo apresentados por Harvey (2005), são a política colonial, um sistema internacional de empréstimos que atende interesses específicos, e a guerra; é justamente nestas relações que se explicitam a força, a pilhagem, a fraude e a opressão. Desde esse ponto Harvey se envereda por uma outra perspectiva no trato da crise do capitalismo, a da sobreacumulação e a conseqüente necessidade de investimentos lucrativos dos excedentes de capital para que estes se convertam em maiores ganhos para os capitalistas. Porém Harvey não abre mão da dialética entre o capitalismo e as formações não capitalistas, pois é justamente nestas formações não capitalistas que este excedente de capital será investido:

A implicação é que os territórios não-capitalistas deveriam ser forçados não só a abrir-se ao comércio (o que poderia ser útil), mas também a permitir que o capital invista em empreendimentos lucrativos usando a força de trabalho e matérias-primas mais baratas, terra de baixo custo e assim por diante. O ímpeto geral de toda lógica capitalista do poder não é que os territórios se mantenham afastados do desenvolvimento capitalista, mas que sejam continuamente abertos”. (HARVEY, 2005; p.117)

Territórios abertos para o desenvolvimento do capitalismo, também quer dizer formação de uma oferta de força de trabalho. Posso pensar por exemplo, as populações camponesas, indígenas e quilombolas, organizadas por relações sociais não capitalistas (sobretudo do ponto de vista da reprodução das relações sociais de produção) sendo confrontadas pelas relações sociais capitalistas, engendradas pelo movimento de acumulação do capital. O imperativo da exploração da força de trabalho, visto pelas pistas dadas por Harvey, é demonstrativo do processo territorial constituído pela saga da acumulação do capital:

A acumulação do capital, na ausência de fortes correntes de mudança tecnológica poupadora de trabalho, requer o aumento da força de trabalho, que pode acontecer de várias maneiras. [...] O capital também pode se apropriar de “reservas latentes” de um campesinato ou, por extensão, mobilizar mão-de-obra barata de colônias e outros ambientes externos. (p.118)

Assim, por esta leitura, o que se depreende é que a burguesia ao acumular o capital a ponto de não mais conseguir convertê-lo em investimentos e conseqüente aumento de sua lucratividade, produz uma crise de sobreacumulação. Como tentativa de superação da crise de sobreacumulação, a classe capitalista busca formas e mecanismos de investimento deste capital sobreacumulado e, nesta busca, investe em formações sociais não capitalistas. Formações nas quais é possível reinvestir este capital, reproduzindo as relações de produção propriamente capitalistas, o que viabiliza por um lado a produção de capital e sua reprodução ampliada no contexto de busca pela superação da crise. Vale lembrar também, nesse sentido, da aliança central entre terra e capital. Por outro lado, este processo não se dá de maneira

pacífica e consensual, muito pelo contrário, como nos mostrou os casos da expansão do capitalismo em sua fase imperialista pela África e Ásia em fins do século XIX e início do séc. XX. Harvey extrapola a leitura do imperialismo até os dias atuais, não mais como a fase final do capitalismo, senão como sua condição necessária de reprodução. As práticas e processos sociais descritos por Marx, responsáveis pela chamada acumulação primitiva, possuem um caráter hodierno de permanência e constituem um conjunto de caracterizações intrinsecamente ligadas à reprodução ampliada do capital. Sua performance violenta e bárbara mantida, típica dos tempos da acumulação primitiva, se mantém ainda mais em seus períodos de crise, sobre as frações de território conformados por relações não capitalistas ou, até mesmo, em formações capitalistas que ainda abrigam aspectos não capitalistas em seu funcionamento. O filósofo brasileiro Paulo Arantes (2007), nos ajuda com uma boa descrição da acumulação por espoliação (nomeada por ele como acumulação por *desposseção*). Arantes chama a atenção para a tônica dada por Harvey ao movimento da acumulação do capital na contemporaneidade, tendo o imperialismo novas características e um papel ainda muito preponderante em momentos de crise. Vale até mesmo para quando o capitalismo já tem outras formas menos típicas do ponto de vista das lógicas tradicionais da fase imperialista em tempos pretéritos:

Seja como for, a hipótese central de David Harvey para explicar a engrenagem do novo imperialismo é preciosa. Nada mais nada menos que uma reativação de formas supostamente arcaicas de exploração e dominação que Harvey enfeixa sob a denominação única de acumulação por desposseção. Uma fuga para a frente na qual, como se disse, a lógica territorialista de poder volta a ser preponderante, mesmo antagonizando a normalidade ateritorial dos negócios capitalistas correntes e seu atual paradigma financeiro, no qual se exprime o desejo do capital de não estar afixado em lugar nenhum. Quer dizer: por uma crise nada trivial, à reprodução ampliada sufocada por essa mesmíssima crise veio em socorro (por assim dizer) um regime de acumulação por “outros meios”, em sua grande maioria processos marcados por toda sorte de violência. Numa palavra, mais uma vez: Acumulação Primitiva. (ARANTES, 2007; p. 185)

As contribuições de David Harvey a respeito da acumulação por espoliação, parece ter muito que ver com o lugar que o Brasil ocupa no universo das relações capitalistas entre as nações. Desindustrialização, lugar de produtor de bens primários na divisão internacional do trabalho, exportador de produtos de baixo valor agregado e de preços muitas vezes regulados pelo mercado financeiro (*commodities*) e deterioração dos salários e do trabalho. Todas estas são características ainda muito atuais da economia brasileira, que é significativa de sua inserção dependente dentro do capitalismo. Esta inserção dependente é também caracterizada pela forte presença da acumulação por espoliação que está profundamente relacionada com as

características descritas acima (desindustrialização, commoditização, precarização etc.). Resultam da reprodução ampliada de um capitalismo imperialista que está em crise e que subordina outras formações sociais e territórios, atingindo diretamente a reprodução social de populações que dão forma e conteúdo à estas formações sociais e territórios, ou seja, o desenvolvimento geograficamente desigual e historicamente combinado (PRIETO, 2017).

Assim, a acumulação por espoliação não está relacionada somente com a captura de ativos para a realização da acumulação de capital, mas tem que ver também com a subordinação, destruição e cooptação destas populações e de seu conteúdo não capitalista. De alguma maneira este conteúdo não capitalista não se esvai completamente, o que conforma características muito distintas no seio da classe trabalhadora, do campesinato (e suas variações por dentro da prática e das relações sociais) e tem uma relação profunda com a produção do capital.

Em suma, a acumulação primitiva envolve a apropriação e a cooptação de realizações culturais e sociais preexistentes, bem como o confronto e a supressão. As condições de luta e de formação da classe trabalhadora variam amplamente, havendo portanto, como insistiu Thompson, entre outros, um sentido no qual a classe trabalhadora “se faz a si mesma”, ainda que nunca, é claro, em condições de sua escolha. O resultado é muitas vezes deixar vestígios de relações sociais pré-capitalistas na formação da classe trabalhadora, assim como criar diferenciações geográficas, históricas e antropológicas no modo de definir a classe trabalhadora. Por mais universal que seja o processo de proletarização, o resultado não é a criação de um proletariado homogêneo”. (HARVEY, 2005; p.122)

Portanto, a relação entre acumulação por espoliação e a crise de sobreacumulação do capital, no contexto do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo, configura o chão conjuntural sob o qual o rompimento da barragem do Fundão ocorreu. Nesse sentido, diferente do que Harvey dá a entender, o campesinato é uma classe social, vista por mim como parte do capitalismo, ainda que constituída por relações sociais não capitalistas e que também se faz na luta. Desenvolvi este argumento com mais propriedade, no capítulo II deste trabalho.

Analisei o rompimento da barragem, a parceria entre as mineradoras Vale S.A. e BHP Billiton no controle majoritário das ações da Samarco, até o próprio período do chamado *boom* do preço das commodities (MILANEZ, 2016 e 2017). Por isso, busquei encontrar argumentos para contextualizar o desastre destas mineradoras contra o rio Doce e o conjunto das

populações atingidas pela lama de rejeitos, em que uma economia dependente baseada na exportação de produtos primários e recursos naturais configura a realidade mais ampla do país.

O rompimento da barragem do Fundão marca, no Brasil, o fim do megaciclo das *commodities* que ocorreu durante a primeira década dos anos 2000. Este megaciclo pode ser associado ao período entre 2003 e 2013, quando as importações globais de minérios saltaram de US\$ 38 bilhões para US\$ 277 bilhões (um aumento de 630%). O atendimento a essa demanda por minérios recaiu, porém, sobre poucos. Em 2013, apenas cinco países foram responsáveis por dois terços das exportações globais de minérios, tendo o Brasil se destacado com um ‘orgulhoso’ segundo lugar, e respndo por 14,3% das exportações de minério no mundo (ITC, 2015).

Ao longo desses anos, aprofundou-se a dependência econômica do Brasil com relação ao setor mineiro-exportador. No mesmo período, a participação dos minérios na exportação do país passou de 5,0% para 14,5%, tendo o minério de ferro correspondido a 92,6% desse total (ITC, 2015). A Samarco pode ser identificada como um ícone desse modelo de inserção subordinada. Consistindo em um complexo mina-mineroduto-pelotizadora-porto, a empresa tem como principal função abastecer o mercado global com bens naturais semitransformados extraídos no Brasil. (MILANEZ et al., 2016; p. 19)

Milanez (et al., 2016) pondera os limites de um modelo econômico baseado na exportação de recursos naturais, como é o caso do minério, ainda mais especialmente quando os preços deste produto estão profundamente relacionados com a financeirização. Milanez chama a atenção para o fato de a crise do capitalismo, atingindo o setor da mineração, estar demandando o aumento da extração e produção e não o inverso, como ocorreria normalmente numa crise. Fato é que, a atuação do país como uma plataforma internacional de valorização financeira (PAULANI, 2017) obriga as empresas que atuam no Brasil a pagarem altos rendimentos a seus acionistas, fração de classe dona de um capital em sua forma rentista. Do ponto de vista da crise, a demanda por cumprir os acordos de remuneração do capital-propriedade tem rebatimentos severos na realidade, como é o caso do rompimento da barragem. A partir deste contexto, Milanez (et al., 2016) explicita a relação entre o rompimento da barragem do Fundão e a exigência do aumento da produtividade frente à queda dos preços do minério de ferro, período que o autor trata como pós-boom das *commodities*. O aumento da produtividade está diretamente relacionado com o aumento da quantidade de rejeitos de mineração, haja visto que este aumento também resulta do desenvolvimento tecnológico na busca por eficiência na extração do minério. Por outro lado, os avanços tecnológicos neste setor não significaram a resolução do problema do aumento na geração e acúmulo de rejeitos, muito pelo contrário, contribuiu para o seu aumento exponencial:

Entretanto, o mercado de minério em geral, e do minério de ferro em particular, é caracterizado por um caráter cíclico. Saindo de um patamar de

US\$ 32 (jan./2003), o preço do minério de ferro chegou ao um pico de US\$ 196 (abr./2008) e, a partir de 2011, iniciou uma tendência de queda, chegando a US\$ 53 (out./2015).

Dados indicam que existe uma relação estrutural entre eventos de rompimento de barragens de rejeitos e os ciclos econômicos da mineração. Há indícios de que existe um aumento do risco de rompimento de barragens no novo ciclo pós-*boom* do preço dos minérios, como expressa o gráfico 1. Na análise dos últimos 45 anos (1965- 2009), observa-se forte correlação entre o ciclo de pós-*boom* (fase de desvalorização dos preços dos minérios após ciclo de valorização) e o aumento do número de rompimento de barragem. Entender essa dinâmica é importante para compreender o caráter estrutural do rompimento da barragem do Fundão. (MILANEZ et al., 2016; p. 19)

Nesse sentido, o rompimento da barragem pode estar intimamente ligado à crise do preço das commodities (ou período do pós-boom das commodities). A crise de sobreacumulação gera, através do Estado e das instituições internacionais, desvalorizações de ativos num dado lugar ou complexo territorial. Feito isso, o capital sobreacumulado se aproveita da desvalorização dos ativos, gerando lucros e realizando a acumulação do capital via espoliação (HARVEY, 2005; p. 125 e 126). Foi assim nos casos das privatizações durante os anos 1990 e agora na condução da política econômica brasileira que ainda se mantém subordinada ao que foi relegado ao Brasil na divisão internacional do trabalho. Este movimento de geração de crises localizadas, como é o caso do atual período do pós-boom das commodities, é sintomático da crise do capitalismo e os métodos que os Estados e instituições financeiras das economias centrais recorrem para buscar sua recuperação. Nesse sentido, a condução política conservadora da economia pelo Partido dos Trabalhadores deu continuidade a muitos aspectos da política econômica dos governos neoliberais do PSDB nos anos 1990, como assinala Paulani (2017).

Dessa maneira, o conflito inicial vivenciado por Entre Rios nos marcos do enfrentamento a um processo expropriatório, digamos, de tipo clássico, encontra o caso do desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton, com a chegada da lama de rejeitos na foz do rio Doce. A luta encampada pela comunidade, vista sob a perspectiva do território como expressão da luta de classes, ganha contornos ainda mais profundos em se tratando de toda a análise feita sobre o desenvolvimento recente do capitalismo brasileiro. A territorialização do capital, no sentido da formação territorial, com os governos do PT, foi operacionalizada de modo a ter de lidar com o acúmulo de forças por dentro da classe trabalhadora e do campesinato. Ao mesmo tempo, o capital também já vinha de uma sequência de crises que configurou uma crise maior, estrutural e que obviamente demandou uma série de mudanças nas relações sociais, no

trabalho e na agudização das formas de dominação social. A irracionalidade do processo de valorização do capital, marcado pela financeirização ao mesmo tempo que contribui para a destruição do trabalho, motiva a imposição das relações sociais capitalistas, seja por meio de expropriações de frações do território marcadas por relações não capitalistas, seja por meio da servidão financeira. Ambas são faces que conjugam num mesmo movimento o conflito por terra e o desastre causado pelo rompimento da barragem de rejeito de mineração enfrentados por Entre Rios. Logo, não é de menor monta a maneira como a comunidade reage a este processo, redefinindo os termos de uma luta cotidiana que se dava na esfera da reprodução individual e familiar, como camponeses posseiros e trabalhadores pobres, para uma forma de organização enquanto comunidade que se autoidentifica como ribeirinha. A autoidentificação partiu dos termos da própria reprodução social comunitária, do modo de vida e da constituição de uma identidade coletiva. Este processo se deu sob os marcos recentes do ponto de vista jurídico-político característicos dos governos petistas frente à questão agrária e as transformações recentes no capitalismo mundial e brasileiro. A constituição da identidade de ribeirinho realizada por um conjunto de camponeses posseiros e trabalhadores pobres, na luta pela terra e posteriormente na passagem do ribeirinho para o atingido (pela lama de rejeitos de mineração), revela a conjunção destes marcos e coloca algumas questões. Inquirições que vão desde o significado do dispositivo identitário, do ponto de vista do território como expressão concreta da luta de classes, até o estatuto desta nova rodada de acumulação de capital. O conflito por terra e também o desastre da Samarco, ambos enfrentados pela comunidade rural ribeirinha de Entre Rios, se inserem nesta nova rodada. Diante destes questionamentos e dentro dos contornos estipulados ao longo deste capítulo, urge o entendimento dos marcos da luta pela terra da comunidade de Entre Rios. Tornou-se necessário refletir a respeito da questão da propriedade da terra, desde a problemática das classes, da relação entre a luta de classes e as políticas territoriais de feição identitária desempenhadas pelo lulismo, até o problema da “chegada da lama” em Entre Rios, no contexto da luta pela terra protagonizada por esta comunidade.



## **2. A COMUNIDADE DE ENTRE RIOS: ENTRE O RIO E O TERRITÓRIO**

### **2.1 Marcos da luta pela terra na foz do rio Doce: um breve histórico da comunidade de Entre Rios**

O Relatório de identificação do território tradicional ribeirinho de Entre Rios demonstrou que a ocupação da região da foz do rio Doce, desde o momento da colonização e invasão portuguesa, não se deu de maneira tranquila (OCCA, 2014). Os colonizadores tiveram de lidar com alguns elementos que constituíam verdadeiras barreiras, desde as matas densas que margeavam o Doce; os grupos indígenas chamados posteriormente de botocudos, que faziam frente à chegada dos “brancos”; até enfermidades como a “febre amarela”, que tombava muitos dos que buscavam incursão nestas paragens. Objetivando garantir ao colonizador a posse do baixo rio Doce<sup>8</sup>, a Coroa Portuguesa criou cinco quartéis militares nos idos dos anos 1800 (STRAUCH, 1955; p. 47), o que contribuiu para a aglutinação de portugueses e negros em Regência (OCCA, 2014; p. 13).

Durante o século XIX, a colonização do Espírito Santo estava concentrada basicamente ao sul do rio Doce. Em contrapartida, o Norte passava ao largo da expansão colonial, já que a floresta e os indígenas ainda representavam obstáculos para as atividades colonizadoras (OCCA, 2014; p. 35). Strauch (1955, p. 47) afirma que o movimento de colonização do litoral para o interior apresenta uma importância significativa durante a segunda metade do século XIX e, em escala maior, só se constitui como movimento de expansão efetivamente já no século XX. Sobretudo, em virtude da chegada de um fazendeiro de cacau, vindo da Bahia, o Sr. Filogônio Peixoto, aproveitando “as possibilidades da imensa baixada quaternária ainda coberta de matas”, instalando a primeira fazenda de cacau no baixo rio Doce, entre Linhares e a vila de Regência Augusta.

À medida que foi se intensificando a expansão da colonização na região do baixo rio Doce, os indígenas seguiam enfrentando este processo. Muitos deles eram grupos indígenas botocudos, que compreendiam um conjunto de etnias do tronco linguístico Macro-Jê, guerreiros, que caçavam e coletavam em áreas extensas da mata atlântica (OCCA, 2014; p. 35 apud. DUARTE, 2012):

---

<sup>8</sup> Nas fontes e referências de pesquisa que utilizei no preparo deste item, o baixo rio Doce compreende basicamente a área da sua foz, o município de Linhares e uma pequena área no município de Colatina, na divisa entre estes dois municípios, marcada pela formação dos tabuleiros costeiros e início das colinas cristalinas.

Assim como a floresta apresentava-se ao colonizador como “impenetrável” e “incompatível” com a vida humana, estes povos da floresta foram classificados como “bravios” e “selvagens”, portanto avessos ao processo de “civilização” trazido pelo colonizador europeu. Neste sentido, por todo o território colonial, a floresta e seus povos passaram a ser construídos como obstáculos que deveriam ser eliminados, abrindo espaço à ocupação agrícola, pecuária e mineradora (OCCA, 2014; p. 35).

Nesse contexto, ocorre uma drástica redução da população indígena, resultado dos processos de formação da região, no sentido da formação territorial, promovendo o “amansamento” dos indígenas, passando a trata-los genericamente como “índios” ou “caboclos”, entre outros termos (OCCA, 2014).

A região da foz do rio Doce facilitava o encontro de duas etnias indígenas: os Tupiniquim, que ocupavam a costa brasileira entre o norte da região sudeste e a Bahia; e os Botocudos, que se deslocavam por dentro do vale do rio Doce. Este encontro era possível em virtude do interesse nas águas doces em farta presença e a quantidade e variedade de alimentos disponíveis na região, o que acabava por atrair estes grupos, entre outros, na busca por satisfazer suas necessidades básicas. Este fato contribuiu para o compartilhamento desta porção territorial entre grupos diversos, o que influenciou na formação da população na foz do rio Doce. Fato que é possível de ser atestado pelas narrativas de pessoas da comunidade de Entre Rios e, também, da vila de Regência, que ao falarem de seus antepassados, remetem a presença de parentes “índios” (OCCA, 2014). Os botocudos se converteram em alvos das incursões coloniais por todo o vale do rio Doce em virtude do seu enfrentamento aos processos de expansão colonial. Na região da foz do Doce, no princípio do século XX, há alguns anos habitavam “numerosos indígenas, mais ou menos civilizados, nas lagoas situadas nas proximidades do rio Doce da costa marítima. Estes caboclos civilizados não são de origem aimoré e sim tupi” (ALMEIDA, 1959; p. 83).

Os indígenas de tronco Tupi habitavam a região desde antes da invasão portuguesa, e parte deles foram aldeados desde o século XVI. Em 1556, nas redondezas do rio Piraqueaçu, localizado no que hoje é o município de Aracruz, região em que havia uma concentração dos indígenas Tupiniquim, o Padre Afonso Brás criou um aldeamento, que depois foi transferido para o aldeamento dos Reis Magos. Em 1610, o Padre João Martins, responsável pelo aldeamento dos Reis Magos, solicitou ao governador da Capitania do Espírito Santo uma sesmária, porção de terra maior, que daria conta de aldear os indígenas que viviam no Reis

Magos. A sesmaria com fins de aldeamento foi concedida, com área de 200 mil hectares, localizada entre Santa Cruz (distrito de Aracruz) e a aldeia Comboios, já na região deltaica do rio Doce. Porém, ela só foi demarcada pela Coroa em 1760 (MARACCI, 2008; p.35).

Após a independência do Brasil em 1822, um tipo de política indigenista passa a ser posta em prática, idealizando a pacificação e incorporação dos indígenas na sociedade brasileira, levada a cabo em algumas províncias, entre elas, a do Espírito Santo. Tais políticas criaram a Diretoria do Rio Doce, formalizada pelo Regulamento Interino para o Aldeamento e a Civilização dos Índios Botocudos do Rio Doce, da província do Espírito Santo, de 1824. Esta estabeleceu a Diretoria do Rio Doce e criou 3 aldeamentos às margens do rio, com a função de atrair, “civilizar” e transformar os indígenas em espécies de colonos responsáveis por atividades de desenvolvimento como a agricultura, a navegação e a guarda militar (MOREL, 2002), ao mesmo tempo, disponibilizavam sesmarias para particulares, já que deslocavam os indígenas para os aldeamentos (OCCA, 2014). Assim, algumas famílias indígenas foram incorporadas aos aldeamentos criados pela Diretoria, enquanto outras passaram a conviver com colonos, formando pequenas aldeias próximas às lagoas ou aos quarteis. Entre os aldeamentos criados, tem-se o de São Pedro de Alcântara, o qual era próximo à atual localização da vila de Regência. Tal aldeamento foi criado em 1824 e reunia cerca de 47 botocudos (MARINATO, 2008).

Outro fator relevante para as dificuldades da colonização e da formação da propriedade fundiária no baixo rio Doce foi o período do chamado ciclo do ouro em Minas Gerais. Naquele momento, objetivando conter as invasões que buscavam explorar este valioso mineral sem o controle da Coroa, esta restringiu a navegação pelo rio Doce, que era um dos poucos acessos para mobilidade na região. Sobre tal problema, Almeida (1959, p. 10) aponta que:

É no limiar do século dezoito que aparece, em profusão, nas cabeceiras do rio (Doce), o ouro, e o governo colonial acorda, alvoroça-se e toma medidas drásticas para impedir a fuga das pepitas mencionadas. “O governo”, esclarece Salam de Miranda, “para impedir a sua evasão, proíbe a abertura de trilhos, picadas ou caminhos, e barra a navegação das canoas, isolando assim a parte alta da bacia e circunscrevendo os reflexos exaustores da faina da mineração”.

Da adoção de tais providências resultou o insulamento dos trechos baixo e médio do rio, do alto, insulação que se estendeu até ao princípio do século vinte. Em 1900, era, ainda, muito incipiente, muito precário o progresso do baixo Rio Doce e de uma grande parte do médio.

Somente em outubro de 1832 foi editado o decreto que abre o rio Doce à navegação, em virtude do declínio das atividades mineradoras na região central de Minas Gerais. Dessa forma, foram oferecidas inúmeras concessões e privilégios para as companhias que pleiteassem navegar por tal rio e contribuir com as ações planejadas com vistas a interligar áreas extensas por meio do Doce (STRAUCH, 1955; P. 47).

Em 1850, com a Lei nº 601 de setembro de 1850, a chamada Lei das Terras, muitas famílias indígenas na região de Santa Cruz passaram a registrar terras de posse em 1852 na Paróquia de Freguesia da Vila de Santa Cruz. No próprio registro das posses se tinha referência à “sesmaria dos índios” (MARACCI, 2008; p. 37). Porém, o direito dos povos indígenas sob as terras da antiga sesmaria foi ignorado, na medida em que as terras foram incorporadas, posteriormente, ao Estado, sob a condição de terras devolutas (MARACCI, 2008; p. 39). Este foi o fator estrutural para disponibilização do ativo terra na gênese de formação da propriedade fundiária privada naquele contexto. Instituiu o processo de restrição territorial indígena, contribuindo para a formação de força de trabalho disponível, haja visto que os indígenas já vinham sofrendo ao longo do tempo com a instauração do modo de vida moderno e capitalista. Scarim (2006, p.79) afirma que em 1861 haviam 4.688 posses legitimadas no Espírito Santo. O processo de regulamentação instaurado pela Lei de Terras fragilizou os posseiros e favoreceu a formação de latifúndios, dado que foi marcado por confusão entre processos de compra ou legitimação no decorrer de várias décadas. Tal situação possibilitou formas de grilagem pelo qual os legitimadores recorriam a mecanismos suspeitos de legalização de registros que antecederiam a Lei. De acordo com Scarim (2006, p. 79) “este processo vai sofrer transformações a partir de 1870 quando as vendas de terras públicas passam a ser mais evidentes”:

E, ao final do Império, dos 7.699 km<sup>2</sup> de áreas ocupadas por particulares apenas 2.831km<sup>2</sup> eram garantidas e legitimadas, 3.368km<sup>2</sup> eram nulas ou criminosas e 1.322 km<sup>2</sup> foram vendas de lotes coloniais. Estes 7.699 km<sup>2</sup> representavam 769.900 hectares e 15 % do território da província (SCARIM, 2006; p. 79).

A Constituição de 1891 transferiu para o domínio patrimonial dos Estados o controle das terras devolutas, o que levou o Espírito Santo a “receber” cerca de 4 milhões de hectares sem título legal. Em seguida, 1892, o Estado elabora sua primeira lei buscando regularizar a situação das terras, por meio da legitimação das posses e venda de terras desocupadas. Logo, no princípio da República, boa parte do território do Espírito Santo era formado por terras tornadas devolutas e coberto por florestas. Chama atenção, na história econômica e social do

Espírito Santo, o fato de que a transição do poder político na passagem da monarquia para a república concentrou-se nas mãos de uma burguesia mercantil emergente e que possuía o controle do capital comercial do café, cultura que emergia fortemente desde o século XIX. Este fator pode ser um indício da maneira como as políticas de acesso a terra no Estado se desenvolveram de modo a facilitar a disseminação de pequenas propriedades rurais, contrariando os interesses dos grandes latifundiários que buscavam o cumprimento da lei de terras e viabilizando o acesso à pequena propriedade por parte dos imigrantes (NETO, 2012). Dessa forma, ao contrário de outros Estados como São Paulo por exemplo, no Espírito Santo as chances de um imigrante tornar-se proprietário de terras era mais fácil e em 1920, 1 em cada 4,4 estrangeiros tornou-se proprietário de terras (SALETTTO, 1996).

No Espírito Santo, o processo de colonização europeia pela imigração iniciou por volta de 1813, com um núcleo de açorianos onde hoje é o município de Viana. Três décadas depois, entre 1840 e 1850, outros núcleos de colonização foram criados em regiões interioranas, mais ao centro-sul do Estado, de onde posteriormente alguns núcleos viriam a surgir em áreas ainda pouco ocupadas (NETO, 2012). No princípio, os grandes proprietários de terra não se incomodaram com a colonização europeia e só vieram a dar importância e peso a este processo, quando se avizinhou a abolição da escravatura. À medida em que o Brasil se tornava república, em 1889, o governo do Espírito Santo passou a ter mais autonomia para fomentar os programas de imigração e aproveitou o período economicamente favorável para desenvolvê-los de maneira intensa. Porém, já nos anos 1890 esses programas perdem fôlego em virtude da queda brusca dos preços do café no mercado internacional, instalando um intervalo que se estende até mais ao fim do século XIX, quando voltam a se intensificar.

No norte do Estado também ocorreram fundações de colônias no contexto de chegada de imigrantes estrangeiros, porém, em menores proporções que o processo de colonização do centro-sul e também mais tardiamente. Estes processos se iniciaram em sua maioria entre as décadas de 1880 e 1890 (NARDOTO e OLIVEIRA, 1999, p. 90) e fundaram as colônias de Santa Leocádia, em São Mateus; Nova Venécia, nas áreas do que hoje é o município de Nova Venécia; e o núcleo Muniz Freire, em Linhares. Entretanto, Neto (2012, p. 77) chama a atenção para o fato de que as atuais áreas com forte presença de pequenas propriedades no Norte do Espírito Santo decorrem da migração por parte dos descendentes dos imigrantes que ocuparam o Centro-Sul. Processo que se intensifica a partir dos anos 1920 e 1930, e não necessariamente por meio da expansão dos núcleos coloniais que foram fundados no Norte.

Neto (2012, p. 81) explana quais eram as formas de acessar a terra em meio ao intenso processo de imigração para o Espírito Santo entre a metade do século XIX e as primeiras décadas do XX:

A apropriação das terras em pequenas propriedades ocorreu basicamente de três maneiras: a doação/concessão de lotes nos núcleos coloniais fundados pelo governo da província ou do próprio Império (sempre na forma de pequenas propriedades, cuja extensão geralmente oscilava entre 25 a 50 hectares e geralmente eram destinadas especificamente aos imigrantes estrangeiros); pela regularização de posses, que foi o processo predominante (SALETTTO,1996-a, p.161); e também pela venda de lotes em projetos particulares de colonização.

A burguesia mercantil estava no comando do governo do Estado, a ela interessava o aumento e a expansão da produção do café mesmo que pela pequena propriedade, já que esta burguesia detinha o monopólio do comércio. Isto levou-a a facilitar o acesso a terra por parte dos imigrantes por meio de leis e de brechas contidas nestes mecanismos, além de também criar empresas de colonização para comercializar a terra, porém, a preços módicos, com facilidades nas formas de pagamento, podendo o camponês pagar até mesmo com parte da produção (NETO, 2012).

É importante ressaltar, no sentido da ocupação do interior do Estado, as fracassadas políticas indigenistas brasileiras que objetivavam “domesticar” os indígenas e que repercutiam negativamente fora do país. Nesse contexto, foi criado em 1910, pelo decreto lei N° 8.072, o Serviço de Proteção aos Índios (SPI), órgão encarregado de executar a política indigenista brasileira em vigor à época, sob o comando do marechal Cândido Mariano da Silva Rondon. O SPI serviu para garantir o controle geopolítico e territorial do Estado nos processos de interiorização da ocupação territorial, viabilizou a disposição das terras ao norte do rio Doce para a colonização, formação de fazendas e concessões de terras para a atividade de madeiras, além de permitir a formação de força de trabalho disponível indígena (MOREIRA, 2001).

Nesse sentido, posseiros descendentes de ex-escravizados, caboclos, indígenas, entre outros sujeitos que não eram europeus colonos, mas que se reproduziam nas frentes de expansão da formação territorial capixaba, não raro eram expropriados par e passo com a expansão das fronteiras econômicas que avançava sobre suas terras. Estas expropriações eram praticadas

também por imigrantes colonos que gozavam de maior proteção e incentivo da parte do Estado, configurando formas de racismo que se explicitavam tanto pela Lei de Terras, quanto pela maneira como a província / governo do Espírito Santo estabelecia os programas de colonização. Os antigos posseiros faziam a vez do trabalho pretérito, acumulado, no melhor estilo da acumulação primitiva, abrindo picadas, derrubando matas para suas roças, estabelecendo sua vida material até serem expropriados, sendo obrigados então a seguir para outros locais:

[...] tal fato foi comum não apenas na expansão das fronteiras econômicas rumo à região Central-serrana, mas também rumo ao Rio Doce. E pela lógica do processo, é muito provável que assim tenha ocorrido em todas as frentes de expansão das fronteiras coloniais capixabas, conforme descrito por esta autora. Fica evidente, portanto, que esses posseiros tiveram um papel fundamental no "desbravamento" das matas e expansão da agricultura. E são fortes as evidências de que eles se desfaziam de suas propriedades por não terem meios de regularizá-las, e não por livre e espontânea vontade [...] (NETO, 2012; p. 88 e 89)

É possível notar o quanto a legislação de terras que passa a vigorar já no contexto da República evidencia as arbitrariedades com relação às formas de apropriação territorial. Um exemplo das arbitrariedades pode ser visto na maneira como a legislação lidava com as prerrogativas que o requerente necessitava para solicitar a terra. A legislação proibia a derrubada das matas antes de o posseiro realizar o pedido de regularização de sua propriedade, ao mesmo tempo em que ele deveria comprovar o usufruto com moradia e cultivos efetivos. Porém, para que o posseiro pudesse estabelecer ali suas posses, era necessário abrir a mata para plantar, construir sua casa etc. Esta situação paradoxal “transformava” o posseiro em criminoso e, em se tratando de descendentes de ex-escravizados, indígenas, caboclos, entre outros, analfabetos e sem amparo no Estado, estes sujeitos ficavam a mercê de toda a sorte de injustiças e artifícios por parte de outros interessados nas terras. Inclusive, estes sujeitos ficavam reféns de agentes fiscalizadores do Estado que usavam da situação para exigir suborno ou tirar algum tipo de proveito. Somava-se a esses problemas, outras arbitrariedades igualmente excludentes, como é o caso de outros requisitos extremamente onerosos, à exemplo da cobrança para a medição da área que devia ser paga pelo posseiro, os prazos curtos e com exigência de autoridades judiciais e policiais para a regularização, que constantemente operavam em favor de quem os interessava e que não necessariamente era o posseiro legítimo (NETO, 2012).

Ao fim e ao cabo, estes posseiros desempenharam um papel de relevância ao se constituírem como pioneiros na expansão de boa parte das fronteiras agrícolas, pois eram gradativamente expropriados na medida em que as terras posseadas por eles iam sendo valorizadas e apropriadas por grupos de maior poder econômico e político. O estatuto excludente da legislação estadual de terras e a corrupção das autoridades dava condições para que este tipo de expropriação ocorresse. Assim, o que restava a estes posseiros era migrar em busca de outras terras para produzir em novas frentes de expansão ou se subordinarem ao trabalho em propriedades de outrem. Os relatos de Almeida (1959), à época da construção da estrada de ferro Vitória-Minas, na primeira década do século XX, dão conta de demonstrar a presença destes posseiros ao longo do vale do rio Doce e, também, nas proximidades de suas baixadas. Ali, se encontravam indígenas, descendentes de negros escravizados, caboclos e outros camponeses pobres não europeus, que habitavam as densas matas do rio Doce esparsamente, até o momento em que a expansão da fronteira agrícola atinge o baixo rio Doce, já nos anos 1940. Em 1920 o Espírito Santo possuía uma área regularizada de 1.278.699 hectares e 89,35% das propriedades mediam até 100 hectares, o que equivalia a cerca de 52% da área total ocupada. As propriedades de 101 a 1000 hectares correspondiam a 10,23% do total de propriedades e próximo de 37% do total da área ocupada. Já as propriedades cujo tamanho ultrapassava 1.001 hectares, correspondiam a 0,37% do número de propriedades e 10,70% da área ocupada (SCARIM, 2006).

Conforme já mencionado, o café foi a mercadoria que conduziu o processo de colonização por meio da imigração europeia pelo interior do Estado, desde a poção centro-sul até parte do norte espírito-santense entre os séculos XIX e princípios do XX. O sul capixaba, que tinha como epicentro a cidade de Cachoeiro do Itapemirim, sob a influência do Vale do Paraíba do Sul no Rio de Janeiro, se formava pela presença da grande propriedade da terra, cafeicultora e com mão de obra escravista. Com a crise do latifúndio, decorrente da crise do escravismo ao fim do século XIX, o Estado capixaba dá início aos programas de colonização do interior de seu território, com a imigração de europeus. A maneira como o processo de colonização se estabeleceu, do ponto de vista do acesso à propriedade da terra na relação com os momentos de valorização do café, produziu uma estrutura fundiária fragmentada. Nela, historicamente, se reproduziu um tipo de campesinato por meio de relações sociais não capitalistas, com a produção do café subordinada ao capital comercial e com a produção de culturas voltadas à reprodução familiar e ao mercado interno local.



Na formação da propriedade da terra no município de Linhares, encontram-se as marcas históricas da produção cafeeira, mas também as marcas dos limites inclusive naturais para o avanço da cafeicultura em todo o território do município, além da questão dos aldeamentos e sesmarias indígenas. Restrita às áreas das colinas cristalinas, mais à oeste de Linhares, o café não chega com força até as terras baixas, que não tinham viabilidade para o seu cultivo, com solos desfavoráveis e terrenos pantanosos vinculados aos movimentos hídricos do rio Doce, além de ainda tomados, naquele momento, pela mata atlântica. Linhares possuía o caráter de cidade núcleo de povoamento ao norte do rio Doce, à margem esquerda desse rio, com um porto fluvial de pouca expressão, mas que aglutinava um pequeno contingente populacional no século XIX. Os primórdios do povoamento de Linhares datam dos anos 1800, quando o governo imperial constrói ali um entreposto e quartel militar para controle da navegação do rio Doce e combate ao tráfico do ouro pelo rio. Após o início da construção da estrada de ferro Vitória-Minas, no começo do século XX, o distrito de Colatina passa a centralizar as atividades concernentes à construção da ferrovia, drenar a produção do sul e estabelecer a ligação com o norte. Assim, Linhares perde peso e torna-se distrito de Colatina, que é alçada a categoria de cidade no ano de 1927 (BECKER, 1973) e passa a dar nome ao município que ora era chamado de Linhares. Somente nos anos 1940 Linhares é desmembrada de Colatina e se restabelece enquanto município, em virtude da construção da estrada que ligava a capital Vitória ao norte do Estado (BR-101), no momento de proeminência da exploração madeireira.

No baixo rio Doce, devido a falta de condições naturais e incentivos econômicos nos primórdios do século XX, momento em que principiou o avanço da fronteira agrícola sobre esta área, a estrutura fundiária não teve no café o seu elemento nevrálgico diretamente. Tal fator deu a esta poção características diferenciadas, do ponto de vista da propriedade da terra, se comparada com o interior do município e do Estado. Estas características estão relacionadas a algumas outras determinações, quais sejam, por um lado, a grande presença de posseiros não europeus, descendentes de ex-escravizados, indígenas e caboclos e, por outro lado, da chegada de posseiros que vinham migrando desde outros Estados como Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro, em busca de terras. Nesses deslocamentos, tem destaque a chegada de fazendeiros baianos cacauicultores que contaram com incentivos governamentais à época, a expansão da exploração da madeira beneficiada pela presença em grande quantidade da mata atlântica e o desenvolvimento da pecuária. A chegada do cacau na região, no princípio do século XX, foi vetor importante da formação da propriedade da terra no baixo rio Doce, aproveitando as terras “disponíveis”, áreas de planície e seus solos aluvionares. Strauch (1955,

p. 42 e 43) afirma que as condições climáticas parecidas com as da Bahia (Estado onde se produzia cacau desde o século XVIII) atraíram fazendeiros de cacau daquele Estado. Em 1916, o fazendeiro baiano Filogônio Peixoto, cacauicultor, estabeleceu uma das primeiras fazendas de cacau na região do baixo rio Doce, à margem direita do rio, a jusante de Linhares. A expansão do cacau que se seguiu, contou com incentivos da parte do governo do Estado à época, na figura do Sr. Bernardino Monteiro, que enfrentou um momento de disputas políticas acentuadas no Espírito Santo:

A primeira tarefa de Bernardino era a pacificação do estado e, com ela, a governabilidade, o que ele conseguiu realizar paulatinamente, com habilidade. A crise econômica foi revertida com o fim da Primeira Guerra Mundial, em 1918, e a alta acentuada do preço do café causou uma receita recorde em 1919 permitindo desafogar as finanças estaduais. Porém Bernardino encampou o Banco Hipotecário e Agrícola do Espírito Santo, assumindo uma nova e pesada dívida. A economia começava a se diversificar, beneficiando-se das indústrias de açúcar e de tecidos no vale do Itapemirim, do aumento da exportação de madeira e do impulso dado pelo governo à produção de cacau (SALETTTO, [s.d]).

A expansão do cacau foi rápida, as fazendas se multiplicaram em ambas as margens do rio e os métodos agrícolas empregados nas novas fazendas eram similares aos métodos utilizados na Bahia, “fato compreensível, pois que se trata, pelo menos no início, da transplantação dos conhecimentos e da experiência, refletidas nas levas de trabalhadores da zona de Belmonte para o Rio Doce” (STRAUCH, 1955, p. 164).

Entretanto, as fazendas de cacau no baixo rio Doce possuíam benfeitorias portentosas, casas de boa construção, luz elétrica, rádio, geladeira; algumas até ostentavam estruturas luxuosas como piscinas. Nas redondezas da casa da fazenda, encontravam-se as estufas e os secadores, ambas construções modernas e estruturas tecnológicas avançadas à época; além disso, algumas fazendas estabeleciam vilas para os trabalhadores. O tamanho médio das fazendas de cacau, nos anos 1950, era de cerca de 1.500 hectares, para aquelas que estavam mais próximas dos rios, aproveitando a possibilidade de extração da renda diferencial e a produção era voltada para a exportação. Os fazendeiros contavam com o capital acumulado por atividades em outro Estado, no caso a Bahia, e também acessavam o crédito bancário, o que facilitava a instalação de capital fixo de ponta. O regime de exploração do trabalho era o assalariado. Porém, na medida em que iam se afastando das áreas de ocorrência de solos aluvionares, os cacauais tornavam-se rareados e as propriedades apresentando tamanhos irregulares, entre médias e pequenas, alcançando áreas de presença mais forte do café.

Scarim (2006) afirma que em 1940 havia no Espírito Santo 1.966.517 hectares regularizados. 91,42% das propriedades eram de até 100 hectares, o que correspondia a 60,59% da área total. Já as propriedades de 100 a 1.000 hectares correspondiam a 8,43% em quantidade e 34% da área, e as maiores que 1000 hectares correspondiam a 0,14% do número de propriedades e 4,36% da área. Scarim ainda admite que, de acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 66,3% do território do Espírito Santo era coberto por florestas nativas em 1950. A partir dos anos 1940, as terras começam a se escassear nas regiões de colonização mais antiga e a fronteira agrícola atinge o norte do rio Doce. A expansão da fronteira agrícola nessa direção decorreu basicamente de uma frente vinda das terras do sul capixaba, dos vales do rio Mucuri e rio Doce à leste de Minas Gerais, mas também da Bahia (NETO, 2009).

O contexto político-econômico neste momento de avanço do processo de apropriação de terras ao norte do Doce era bastante diferente de quando predominou a disseminação de pequenas propriedades no centro-sul capixaba. A década de 1940 foi marcada pela valorização crescente da terra e, por consequência, pelo aumento do mercado imobiliário no campo, o que levou os camponeses a competir com setores do capital local. A atividade madeireira passou a ser economicamente relevante no Estado, com presença marcante na região, seguida dos pecuaristas, que buscavam as áreas recém desmatadas para criação de gado. Estes setores, em associação, contaram com vantagens consideráveis na disputa por terras, em detrimento das demandas dos camponeses. A madeira já vinha sendo explorada ao longo do rio Doce, sobretudo, desde sua abertura pós-crise do ouro durante o governo imperial. Contudo, a extração madeireira ganha vigor na medida em que a colonização de imigrantes europeus vai avançando para o interior do Estado. Soma-se também o interesse por tal mercadoria que estava despontando em alguns setores capitalistas do sudeste brasileiro, já que a madeira era também mercadoria para exportação e, na ocasião, oferecia menos riscos de crises, ao contrário do café. No início do século XX, a madeira extraída das matas do vale do rio Doce era utilizada para a siderurgia nas Minas Gerais e nos fornos dos trens da ferrovia Vitória-Minas, situação que se complexifica à medida em que a madeira passa a ser extraída com vistas à exportação.

No decorrer do século XX e, principalmente, a partir dos anos 1950, o aumento da demanda externa por madeira se somou ao desenvolvimento e implementação do transporte rodoviário que viabilizou a extração deste produto em áreas onde o escoamento por rio era

impossibilitado. Como consequência, ocorreu um crescimento considerável desta atividade que resultou na criação de muitas companhias madeiras e serrarias (BORGHO, ROSA e PACHECO, 1996; p. 42). Assim, o norte do rio Doce tornou-se alvo da exploração de madeira com maior intensidade em meados do século XX, já que esta região ainda apresentava grandes extensões de terras devolutas marcadas pela presença em quantidade das matas nativas, habitadas por comunidades e famílias de posseiros não necessariamente imigrantes europeus, além de indígenas e descendentes de escravizados.

Scarim (2006, p. 90) demonstra que “em 1950, ainda existia uma grande área de florestas, principalmente em Conceição da Barra, Linhares, São Mateus, Colatina e Aracruz, respectivamente com 74%, 67%, 51%, 48% e 35% de matas do total da área das propriedades”. Nesse contexto, foram inúmeros os casos de concessões de grandes áreas, por parte do Governo do Espírito Santo, a empresas madeiras, além das que efetuavam a extração ilegal, aproveitando a pouca eficiência das autoridades nesse sentido. De acordo com Neto (2009, p. 185), o ápice da economia madeira ocorreu entre o fim dos anos 1960 e a primeira metade da década de 1970, pois em 1975 se inicia a queda continuada da produção de madeira, chegando a quantidade ínfima de 3 mil m<sup>3</sup> em 1996.

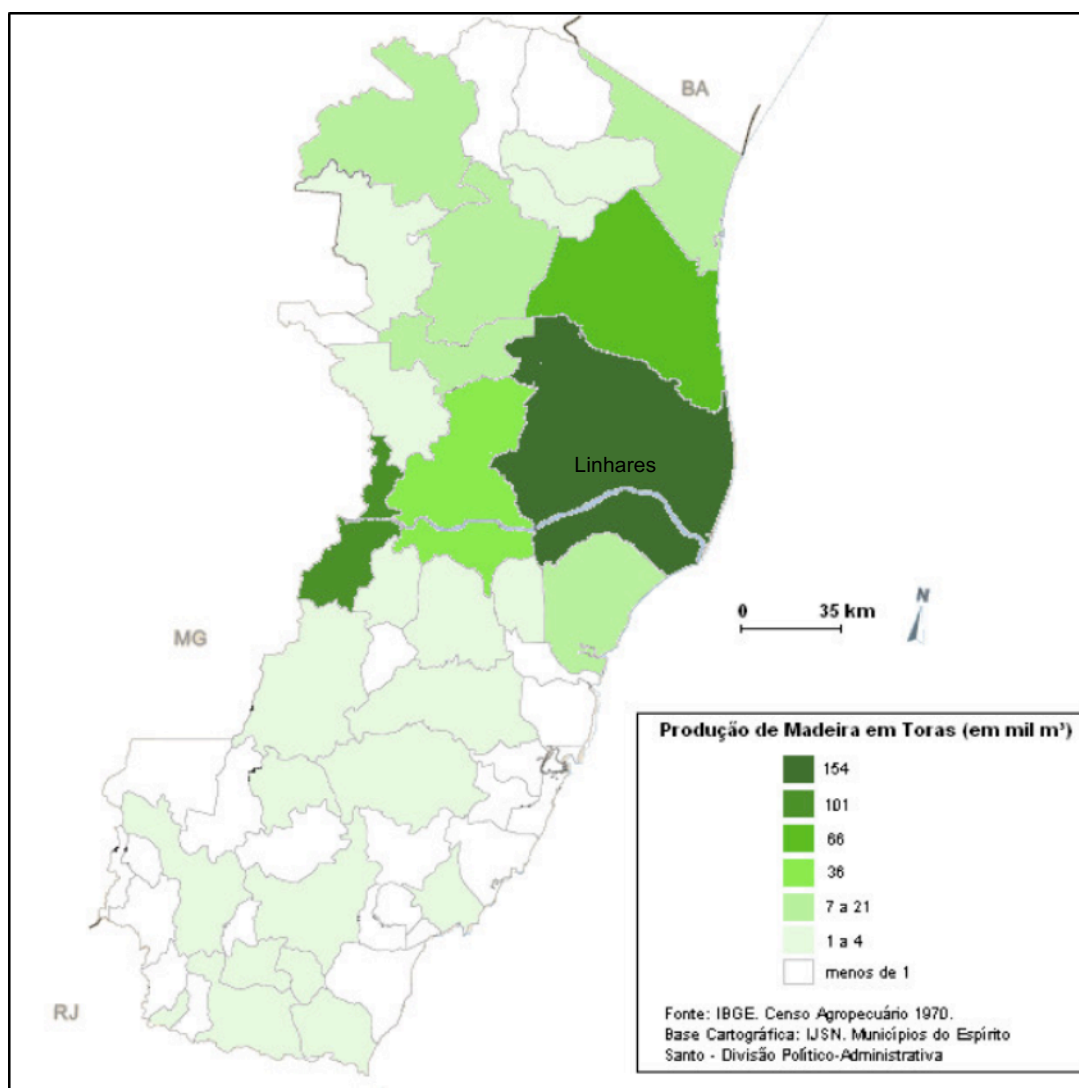
Ano	Volume (em mil m <sup>3</sup> )
1960	52
1970	469
1975	213
1980	117
1985	62
1996	3

Tabela 1: Produção de madeira nos municípios do Espírito Santo em 1960 a 1996  
 Fonte: IBGE, Censo Agropecuário; 1960, 1970, 1975, 1980, 1985 e 1996  
 Autoria: NETO, 2009

É importante dizer que no ponto alto desta atividade econômica, Linhares despontava como um dos principais produtores de madeira do Espírito Santo, o que guarda relação com a conformação da estrutura fundiária do município, uma vez que o governo concedia grandes quantidades de terras para o desenvolvimento desta atividade. Este fato, por sua vez, se converteu em gênese de um dos vetores de concentração fundiária em Linhares, via, especialmente, a atividade pecuária. Esta atividade chegava posteriormente à atividade

madeira, em associação a ela, processo distinto do que ocorreu no centro-sul do Estado, no qual aparecia a fragmentação da estrutura fundiária, como também já mencionado aqui.

**Mapa 4: Produção de madeira nos municípios do Espírito Santo em 1970**



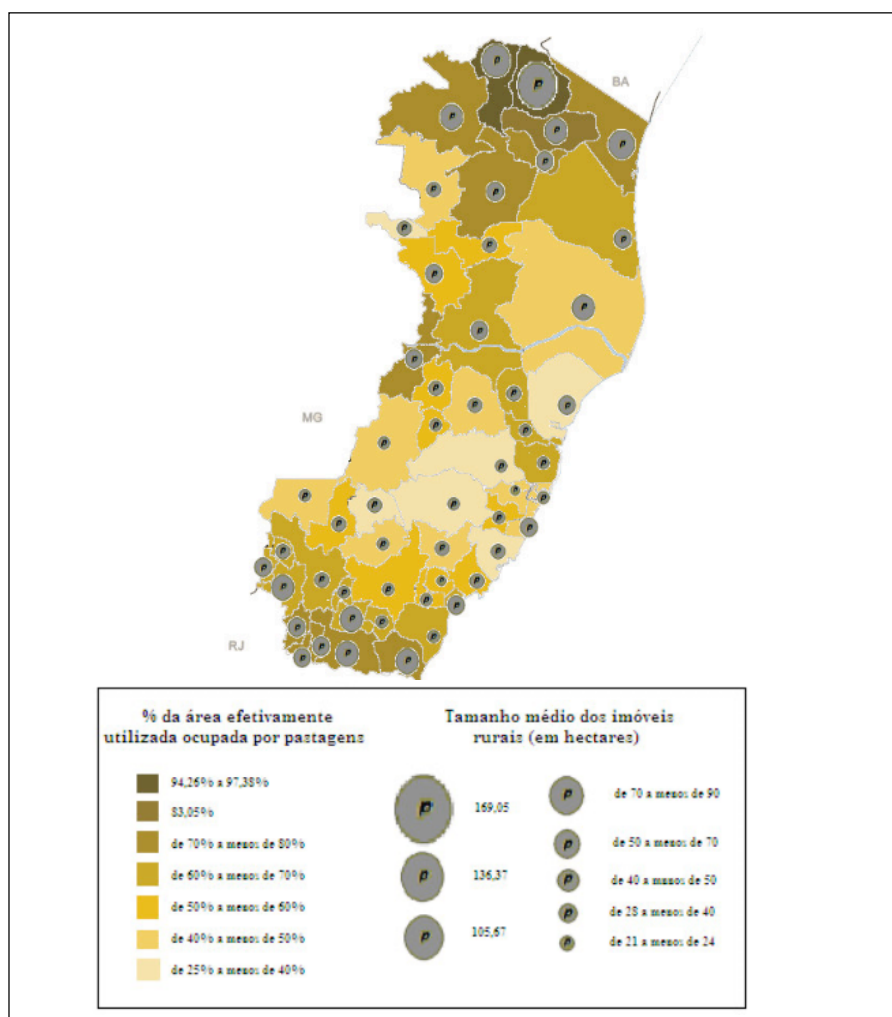
Fonte: NETO, 2009  
Autoria: NETO, 2009

Assim, a exploração da madeira, no contexto da expansão da fronteira agrícola ao Norte do rio Doce, abriu caminho para os domínios da pecuária extensiva. Num contexto de valorização da propriedade rural, contando com alguma infraestrutura (como estradas, por exemplo) resultantes da exploração da madeira, a atividade pecuária se inseriu aproveitando as áreas onde já havia se esgotado a madeira, apropriando-se do valor afixado e da possibilidade de acumulação de capital por meio da terra como reserva de valor e patrimonial, num período onde as terras ao norte do rio Doce vinham aumentando seu preço no mercado imobiliário rural:

Essa expansão da extração de madeira no Espírito Santo, sobretudo no norte de seu território, ocorre num momento em que se verifica no Brasil um grande crescimento da área ocupada pela pecuária extensiva. E, de fato, uma das coisas mais notáveis nas estatísticas sobre a utilização das terras no Espírito Santo é que há um amplo crescimento da área ocupada com pecuária extensiva nas porções do território para onde a atividade madeireira havia se expandido recentemente (principalmente ao longo das décadas de 1940 a 1960), o que ocorre de forma muito mais intensa ao norte do Rio Doce (NETO, 2009; p. 97).

Neto (2009) analisa a relação entre a expansão da pecuária e a concentração da propriedade da terra, observando que, para além de uma substituição da atividade madeireira pela pecuária, o que tal enlace desdobrou foi também um movimento de concentração fundiária num contexto de valorização dos preços da terra, algo que já era observado na expansão de outras fronteiras no Brasil.

**Mapa 5: Média de hectares por imóvel rural e percentual da área agropecuária efetivamente utilizada ocupado por pastagens no Espírito Santo – 1970**



Fonte: NETO, 2009  
 Autoria: NETO, 2009

Urge recordar as atividades do Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS), criado em 1940 pelo governo Getúlio Vargas durante o Estado Novo, que nasceu diante da ideia de “valorizar o solo urbano e rural mediante a melhoria de suas condições de salubridade e de uso, através de obras de infraestrutura arquitetadas para a contenção de enchentes, canalização de córregos e drenagens” (OCCA, 2014; p. 59 apud CEOPS, 2014). As tentativas de drenagem da planície sedimentar costeira do rio Doce datam do início do século XX. No entanto, após a atuação do DNOS as alterações nesse sentido ganharam mais força, quando este Departamento realizou estudos e obras de construção de canais de drenagem, objetivando liberar áreas da extensa baixada de inundação do Doce para as atividades agropecuárias, com a instalação de grandes fazendas beneficiadas por tais empreendimentos. Dessa maneira, a drenagem da planície de inundação do rio Doce, visando a disponibilização de terras para o uso agropecuário, ocorreu no contexto de valorização e concentração da propriedade da terra na foz do rio Doce. Essa situação pode ser vista por meio das grandes fazendas de gado que se instalaram ali, par e passo com a política agrária que vinha se desdobrando à época, favorecendo a concentração fundiária, no prelúdio do ímpeto desenvolvimentista que passou a vigorar no Espírito Santo desde os anos 1950. Há um elemento político de fundo que articulou estes últimos vetores abordados aqui, quais sejam, a exploração da madeira e a expansão da pecuária, com a forma do planejamento estatal industrializante, sua manifestação e execução. Isso baseado inicialmente na ideia de que o norte do Espírito Santo era uma região onde predominava o “vazio demográfico” e que ganhou conteúdo posteriormente com a ideia de que era uma região de “atraso”.

De acordo com Scarim (2006), os interesses industrializantes do Estado do Espírito Santo no fim dos anos 1950 elaboraram não só práticas de domínio político, mas também práticas discursivas que contribuíram para a garantia dos interesses do Estado e da tecnocracia que operacionalizou tais interesses por meio de diagnósticos e planos de desenvolvimento. Para o autor, estas práticas objetivaram liberar extensas áreas do território capixaba para a apropriação privada de grupos econômicos tanto locais como internacionais. Assim, a tese do “vazio demográfico” garantiu o discurso ideológico que operacionalizou ações sobre as frações do território que, todavia, eram habitados por posseiros, indígenas, ex-escravizados e trabalhadores imigrantes pobres. Ao mesmo tempo, a tese do “atraso” foi necessária para que se efetivasse a apropriação de terras que estavam ocupadas pela pequena propriedade camponesa, por indígenas e por quilombolas. Nesse sentido, a tese do vazio demográfico,

sozinha, era insuficiente, pois “do ponto de vista da modernização defendida a partir do século XIX, como contraponto aos conflitos indígenas e quilombolas, a imigração teve enorme visibilidade política e ideológica” (SCARIM, 2006; p. 98). Logo, não era possível invisibilizar os imigrantes de origem europeia, como fizeram com os demais camponeses, indígenas e quilombolas, pois aqueles ocupavam parte considerável do território capixaba e suas posses, em boa medida, estavam regularizadas, inclusive com o apoio da burguesia local.

A tese do “atraso” visou a expansão das relações capitalistas no esteio dos interesses industrializantes, se justificando através da ideia de que os pequenos agricultores, inclusive os imigrantes, representavam a situação de relativo atraso em que se encontrava o Estado:

Observamos assim que, após séculos de tentativas de desconstruírem a barreira representada pelas matas e seus habitantes, na década de 1950 buscou-se desconstruir a barreira representada pelo “agricultor arraigado”, ou seja, aquele que com sua família e comunidade formaram raízes no solo capixaba. Estes termos nos permitiram visualizar a intencionalidade dos sujeitos discursivos, pois após decretar o vazio demográfico das zonas que estavam fora da economia mercantil cafeeira, recortam outro alvo, recorte este que parte do econômico, mas principalmente de uma econometria mercantil urbana. Assim os ideólogos do desenvolvimento procuraram localizar o estado entre as áreas periféricas do desenvolvimento nacional (SCARIM, 2006; p. 98).

Scarim (2006) pondera que mesmo reconhecendo que o Espírito Santo não tenha contribuído sobremaneira para a crise de superprodução do café e que existia uma considerável transferência de renda do produtor ao comércio exportador, os ideólogos do desenvolvimento localizaram os limites ao desenvolvimento justamente na reprodução da pequena propriedade rural e a pequena lavoura cafeeira torna-se a representação do atraso técnico e comercial. Logo, o “Programa de Erradicação dos Cafezais 1962-1967” levado a cabo pelo “Grupo Executivo de Recuperação Econômica da Cafeicultura” (GERCA), se pautou pela crise dos preços do café que tinham impacto mais direto sobre os grandes comerciantes cafeeiros, mas que não atingia tão fortemente a pequena agricultura camponesa. Esta possuía uma base econômica de reprodução variada, mantida por relações produção-consumo locais e pela produção de subsistência. Entretanto, este plano realizou a erradicação de cafezais tidos como “antieconômicos” e “não produtivos”, conduzindo a uma especialização por um lado, a expropriação e ao êxodo rural por outro.

No contexto dos planos de desenvolvimento e no bojo da erradicação dos cafezais, se desenvolveu a silvicultura no Espírito Santo, tendo no norte do Estado o *core* do investimento,



escolhido pelos ideólogos do desenvolvimento e do planejamento estatal. Tal área *core* abrangia os municípios de Aracruz, Linhares, São Mateus e Conceição da barra, área onde nos anos 1960 se concentrava boa parte dos grandes maciços florestais do Estado e o apregoado vazio demográfico (SCARIM, 2006).

A produção de árvores plantadas se iniciou com a chegada da Companhia Ferro e Aço de Vitória (COFAVI) que recebeu do Governo Estadual 10 mil hectares de terras que se localizava na antiga sesmaria dada aos indígenas Tupiniquim no século XVIII, mas que se converteu em “área devoluta” com a lei de terras. A COFAVI explorava madeira por meio de eucalipto plantado para a produção de carvão vegetal, mas posteriormente, estas áreas passaram para o controle da Aracruz Celulose, que se instalou na cidade de Aracruz em 1967. Já nos anos 1970, sob os resultados práticos das políticas de desenvolvimento dos governos capixabas e contando com o período de mundialização do capital financeiro por meio da exportação da dívida europeia e americana (CHESNAIS, 2010), ocorreram alterações profundas na economia do Espírito Santo, com a proeminência do capital estrangeiro em setores da agricultura como a silvicultura e a cana-de-açúcar (SCARIM, 2006). Nas áreas por onde se expandiram os empreendimentos destes setores industrializados da agricultura reforçaram-se os processos de concentração fundiária e expropriações das mais diversas comunidades, grupos sociais e etnias que habitavam o campo sob relações não capitalistas de produção. Nesse sentido, o campesinato, os indígenas e os quilombolas tornaram-se vítimas mais uma vez de processos expropriatórios através dos mecanismos de acumulação de capital que tem no Estado, no planejamento e nos agentes econômicos da burguesia transnacional representada nos grandes grupos econômicos, seus articuladores e promotores.

Em meio a estas profundas alterações, tendo o norte do Espírito Santo como área *core* dos investimentos capitalistas sob a perspectiva discursiva do vazio demográfico e do atraso, Linhares, que já contava com uma estrutura fundiária marcada pelo embate entre latifúndio e pequena propriedade, tornou-se um dos principais municípios produtores das mercadorias prioritárias para esta nova fase pós-institucionalização do desenvolvimento. A presença do latifúndio na formação da propriedade da terra em Linhares não data exatamente deste período entre os anos 1960 e 1970, mas seguramente a concentração fundiária se acentua, o que pode ser notado pelo aumento do tamanho médio da propriedade rural no município, que passou de 76,41ha em 1970 para 91,26ha em 1980. Linhares figura atualmente entre os municípios com maior produção pecuária de bovinos, cana-de-açúcar e eucalipto no Estado

do Espírito Santo. Chamo a atenção para estas três culturas porque elas estão no centro do processo de concentração fundiária neste município e no norte do Espírito Santo como um todo, como atestou Neto (2009 e 2012).

produto	Medida	Porcentagem do total do Estado	Ranking no ES
bovino	119.351 (rebanho n° de cabeça - 2012)	7,24%	2°
Cana-de-açúcar	10.703 ha (área plantada - 2017)	21,35%	1°
eucalipto	14.178 ha (2017)	5,14%	4°

Tabela 2: Produção de bovinos, cana-de-açúcar e eucalipto em Linhares – ranking no Espírito Santo  
 Fonte: IBGE, Pesquisa Pecuária Municipal 2012; IBGE, Produção da Extração Vegetal e Silvicultura 2017; IBGE, Produção Agrícola Municipal 2017.  
 Autoria: SANDERS FILHO, 2019

A especialização produtiva foi marcada pela mundialização da agricultura brasileira pautada pela produção de mercadorias para exportação. Em tal contexto, o mecanismo da dívida externa, já mencionado aqui, subordinou os países periféricos à divisão territorial do trabalho na qual ocuparam o lugar de produtores de commodities (agrícolas e não-agrícolas), resultando na expansão do cultivo de produtos para exportação. Foi este o contexto em que se inseriu o norte do Espírito Santo e, evidentemente, Linhares, o que se pode notar por meio da tabela anteriormente apresentada. Também houveram desdobramentos no movimento de concentração fundiária que se desenvolveu, como podemos observar na tabela a seguir:

estabelecimentos (em ha)	Nº de estabelecimentos agropecuários (Unidades)	Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares)	média ha/nº estabelecimentos	% da área total dos estabelecimentos	(1996 - comparativo) % da área total dos estabelecimentos
de 0 a menos de 100 ha	1.950	43.713	22,4	18,63	26,45
100 a menos que 1000 ha	362	103.129	284,8	44,52	55,06
maiores que 1000 ha	29	51.487	1775,4	22,22	18,49
total	2.341	198.329			

Tabela 3: Estrutura fundiária Linhares - 2017 (dados preliminares)  
 Fonte: IBGE – pesquisa da pecuária municipal (SIDRA)  
 Autoria: SANDERS FILHO, 2019

A tabela permite observar que as propriedades maiores do que 1.000 ha correspondem, em 2017, a 22,22% da área total de estabelecimentos agropecuários, enquanto em 1996 elas correspondiam a 18,49%. Se comparamos estes dois dados, podemos atestar que a

concentração fundiária aumentou em Linhares, ainda mais verificando que as propriedades menores que 1.000 ha diminuíram a sua porcentagem em 2017, se comparado com 1996. Posso relacionar estes dados, que dizem respeito a concentração fundiária, com os dados sobre a posição que Linhares ocupa na produção de algumas das mais importantes commodities agrícolas produzidas no Espírito Santo. Analisando esta relação, tendo em mente ainda os conflitos por terra historicamente presentes nesse estado e o cenário de crise do capital, a disputa por terra encampada em Entre Rios tornou-se representativa. Seguramente, o avanço do latifúndio em Linhares tem representado a incorporação das terras ocupadas pelo campesinato, em detrimento das condições de reprodução desta classe social.

O conflito em Entre Rios tem sua origem histórica na década de 1950, em um processo de expropriação movido pelo Senhor Beresford Moreira, quando este solicitou a regularização de uma área de posse que, na verdade, era utilizada por um conjunto de famílias por meio do cultivo de pequenas roças, manejo do cacau, pesca e coleta, entre outras coisas. Esta área, à margem direita do rio Doce, se localiza próxima à vila de Regência, e os relatos coletados em campo e apresentados no Relatório organizado pelo OCCA (2014) demonstraram a presença e o fluxo de grupos de posseiros, caboclos, pescadores, entre outros, nesta área. Ou seja, justamente os camponeses que não gozavam das facilidades para a regularização de suas posses frente ao Estado. Os relatos dos camponeses de Entre Rios ainda lembram que parte das terras ali eram alagadiças e que, com o tempo, na medida que foram recebendo sedimentos do rio Doce, se constituíram em “terra firme” (OCCA, 2014; p. 73).

Scarim (2006, p. 89) afirma que o contexto agrícola no Estado do Espírito Santo, apresentado pelo Censo Econômico de 1950, era de expansão das áreas de propriedades privadas, além da presença expressiva de posseiros, ocupantes, parceiros, negros, caboclos e pardos, juntamente com a presença dos migrantes e trabalhadores nacionais, demarcando assim o espaço agrário do território capixaba. Beresford Moreira já possuía outras terras naquela região, nas duas margens da foz do rio Doce. Na margem direita constituiu a fazenda Entre Rios, que se chamava assim justamente por estar numa porção de terra entre o rio Doce e o rio Preto<sup>9</sup>.

---

<sup>9</sup> O Rio Preto constitui a divisa à oeste da Fazenda Entre Rios. É um corpo d'água de pequena espessura, último afluente do rio Doce. Não foi possível encontrar material cartográfico que o represente numa escala compatível com este trabalho, porém é possível nota-lo no fotocadastro na figura 3 (a seguir), na extremidade oposta ao Rio Doce da fazenda.

De acordo com D. Ilda<sup>10</sup>, Beresford tornou-se um fazendeiro de cacau e ao fazer o requerimento para regularizar a Fazenda Entre Rios, em 1953, “esticou” seus limites até próximo a vila de Regência, para além da área que configurava de fato sua posse, chegando até locais posseados por outros sujeitos. D. Ilda ainda contou que, mesmo após a morte de Beresford, seus filhos seguiram expropriando as famílias que posseavam aquela área, a fim de convertê-la em propriedade privada.

Outro relato é o de Élcio José Souza de Oliveira, conhecido como Zé de Sabino, natural de Regência, pescador, posseiro de 3 ilhas na foz do Rio Doce onde cultivava cacau, banana, entre outras coisa. Zé de Sabino relatou que sua família vivia na vila de Regência e utilizava as terras as quais depois tornaram-se a Fazenda Entre Rios, para fazer roças de subsistência. Plantavam banana, milho, feijão, cacau, arroz, porém, com a formação da Entre Rios, os capatazes do fazendeiro destruíam as roças dos pequenos posseiros<sup>11</sup>.


O OCCA, ao preparar o Relatório de Identificação levantou, junto ao Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (IDAF), o documento “Fotocadastro de Imóveis Rurais”, produzido em 1970-71. Neste documento encontram-se o registro aerofotogramétrico da propriedade, mapa com as divisões por posse/propriedade, além de uma ficha cadastral que as descreve: nome do ocupante e seus confrontantes, processo de aquisição e a existência ou não de documentação da terra, tipos de uso da propriedade, entre outras informações.

Neste cadastro, pudemos encontrar **o registro de Beresford Moreira e sua posse de 461,01 hectares**, tendo como limites: o rio Doce (a leste); a Vila de Regência (ao sul); e os confrontantes Rumão Guilherme de Souza (ao norte), e Izidoro F. Costa, Ernestina Maria da Conceição, Luiz Pereira de Alvarenga, Antonio Alvarenga (a oeste) (OCCA, 2014; p. 74. Grifo meu).

---

<sup>10</sup> Dona Ilda foi uma moradora antiga do distrito de Regência, que possuía uma pequena propriedade na foz do rio Doce, herdada de seu falecido marido. D. Ilda era conhecida em Regência por ajudar a todos e conhecer bem a história daquele lugar. Morreu em 2016, triste, e muitos moradores e amigos dizem que sua tristeza, notada em seu olhar quando mirava o Doce, resultou da chegada da lama da Samarco em Regência. Aqui o seu nome original foi preservado, pois estou utilizando os relatos contidos no Relatório de Identificação organizado pelo OCCA (2014).

<sup>11</sup> Aqui também utilizo os relatos de Zé de Sabino para o Relatório mencionado acima, por isso preservei seu nome original.

  
 ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
 SECRETARIA DE AGRICULTURA  
 DEPARTAMENTO DE AEROFOTOGRAMETRIA E FOTOINTERPRETAÇÃO

LOCALIZAÇÃO DA PROPRIEDADE:		FICHA N.º 151/99		PROCESSO - DTC N.º	
Regencia	Sede	Linhares	ES.	REGISTRO IMOBILIÁRIO	
LOCAL	DISTRITO	MUNICÍPIO	ESTADO	DISTRITO	CART. LV. FLS. N.º DE ORDEM
PROPRIETÁRIO		C. P. F.	C. G. C.	CÓDIGO DP INCRA (CADASTRAMENTO)	
Beresford Martins Moreira				EST.	Z. N. MUN. U. M. C. N.º Imóvel
ENDEREÇO		Centro		CÓDIGO DP INCRA (RECADASTRAMENTO)	
Gama Rosa				MUN.	N.º IMÓVEL D. CHE.
ILHA	N.º	BARRIO		ICR INCRA	
CIDADE	MUNICÍPIO	ESTADO		— ÁREAS —	
Vitória	Vitória	E. Santo		FOTO	DOCUM PLANTA D. P.
CONFRONTAÇÕES			461,01		
N- Rmão Guilherme de Souza					
S- Regencia					
L- Rio Doce					
O- Izidorio F. Costa, Ernestina M. da Conceição, Luiz Pereira de Alvarenga, Antonio Alvarenga					
DESCRIÇÃO SUMÁRIA					

**TÍTULO DE AQUISIÇÃO**

PROPRIETÁRIO	DATA	TIP. DOC.	CART.	LV.	FLS.
OBSERVAÇÕES					P. A.
					<input type="checkbox"/>
					N. C.
					<input type="checkbox"/>

— — —	USO ATUAL	QUAN. DECL. (HA)	CONSTRUÇÕES	— — —
CÓDIGO				QUAN. DECL.
Ca	Cacau	100%	Não tem	-

Imagens 1 e 2: Ficha referente à posse de Beresford Martins Moreira na margem direita da foz do rio Doce, apresentando tamanho de 461,01 hectares ocupados, com cacau em 10% da área e sem referências de documentação.

Fonte: IDAF, 1971.

Organização: OCCA, 2014.

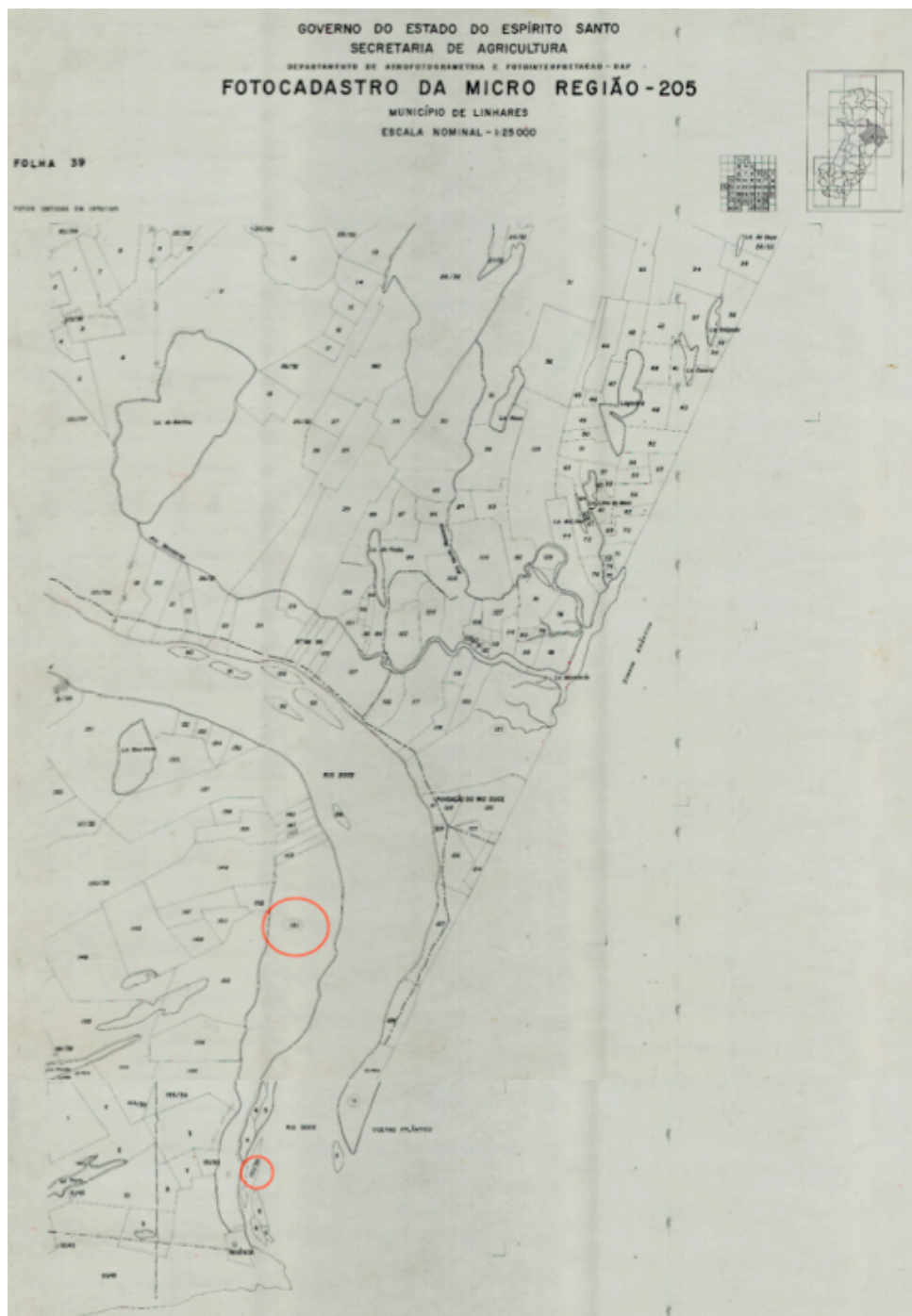


Figura 3: Fotocadastro da foz do rio Doce. Os círculos vermelhos representam a posse nº 151, de Beresford Martins Moreira.

Fonte: IDAF, 1971

Organização: OCCA, 2014

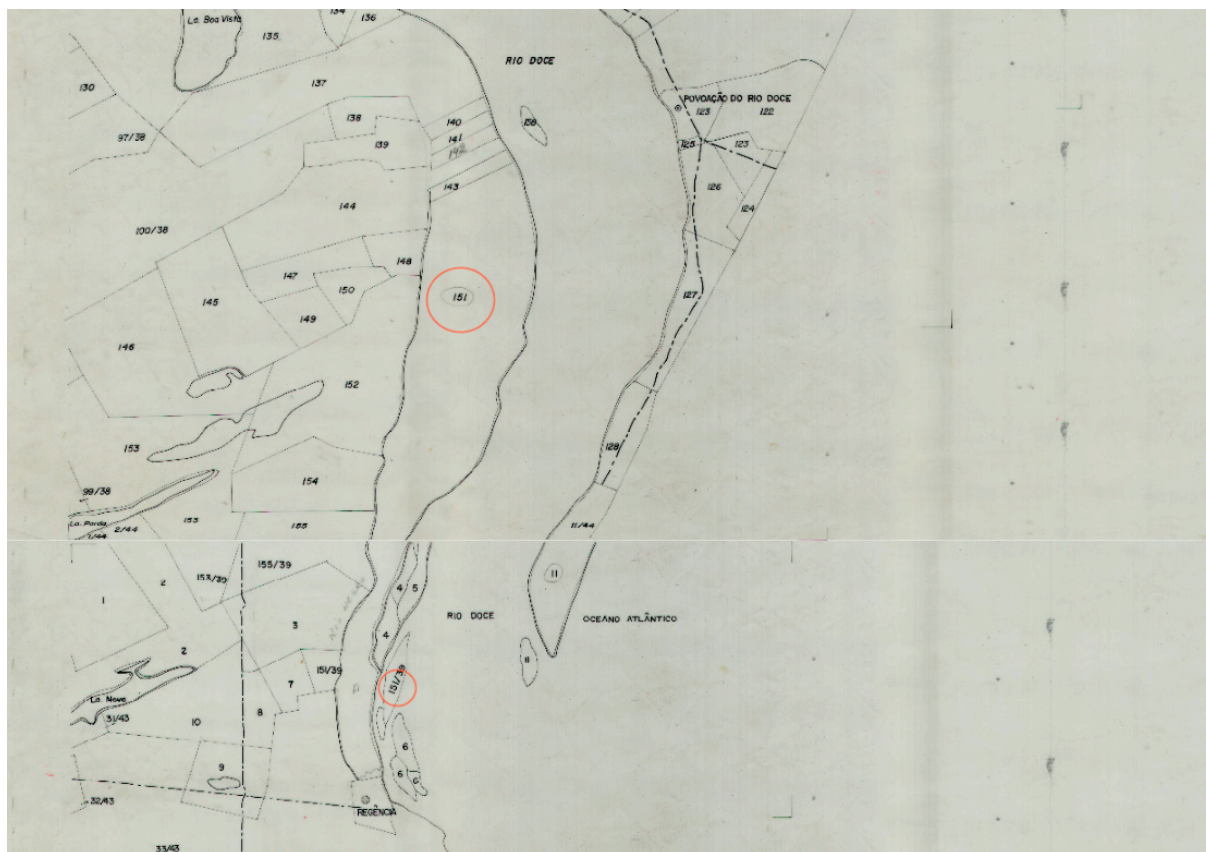


Figura 4: Recorte em zoom para melhor visualização da posse de Beresford Moreira, circulado em vermelho. Fotocadastro da foz do rio Doce.

Fonte: IDAF, 1971.

Organização: OCCA, 2014.

O Relatório de Identificação (OCCA, 2014; p.77 e 78) ainda apresenta documento consultado junto ao IDAF, de cadastro de mais um conjunto de posseiros e pequenos proprietários das áreas apresentadas no fotocadastro. São áreas entre 5 e 130 ha, onde se cultivavam basicamente cacau e pasto, além de plantações anuais e em alguns lotes existiam casas de estuque<sup>12</sup>. Os requerimentos datam dos anos 1950 e 1960.

Pelos relatos coletados em campo e apresentados pelo Relatório, algumas famílias posseiras e pequenas proprietárias, como é o caso da Pereira Alvarenga, possuíam suas propriedades à margem direita (à jusante) do rio Preto, mas utilizavam as terras à esquerda deste rio para o cultivo do cacau, já que o solo de sua propriedade não era de boa qualidade para tal.

<sup>12</sup> A casa de estuque é um tipo de construção feita com argila, areia e madeira, muito comum no campo dentre as famílias camponesas mais simples, caboclos, posseiros e até mesmo indígenas.

Atualmente, a família Pereira Alvarenga encontra-se nas terras à margem direita do Rio Preto, caracterizadas por solos arenosos, onde não se planta o cacau. No entanto, utiliza as terras da margem esquerda do mesmo rio para cultivar o cacau e outras frutíferas dentro da mata ciliar, no tradicional manejo da “Cabruca”, que é possibilitado pela presença do solo argiloso oriundo das deposições de sedimentos do rio Doce. (OCCA, 2014; p.77)

De acordo com o Relatório de Identificação (OCCA, 2014; p. 79 apud UNIÃO, 2013), a empresa Cavalinho Transportes, prestadora de serviços para a Aracruz Celulose (atual Suzano), teria adquirido parte das terras de Beresford Moreira. Nelson, camponês ribeirinho de Entre Rios, relatou que a empresa era gerenciada por um homem chamado Santo Poltronieri e que eles arrancaram o cacau de parte das terras que a Cavalinho Transportes havia adquirido, para plantar pasto. A chegada da Cavalinho Transportes representou um “segundo” momento da expropriação vivida pelos posseiros, pois o gerente da fazenda adquirida pela empresa passou a coibir os usos e a presença dos posseiros naquelas terras, do pouco que ainda havia restado por “benevolência” do fazendeiro anterior, o Sr. Beresford Moreira. O sr. Santo Poltronieri era o proprietário da empresa Cavalinho Transportes e morador de Linhares. A chegada da Cavalinho transportes também significou a imposição de relações salariais, especificamente capitalistas. Santo Poltronieri contratou algumas pessoas que possuíam ou que eram pequenas proprietárias nas cercanias das terras adquiridas por ele. D. Ilda e sua irmã foram contratadas como trabalhadoras da fazenda, cuidando das atividades agrícolas que vinham se desenvolvendo ali. Além disso, o novo proprietário também passou a cercar o uso de uma estrada que ligava Entre Rios a Regência, processo que impulsionou as formas de expropriação praticadas contra os posseiros daquelas áreas, haja visto que muitos haviam estabelecido moradia na vila de Regência, que está bem próxima de Entre Rios, e utilizavam as terras para a produção de suas roças.

Em 1990, a Cavalinho Transportes entrou em falência por motivos econômicos, encerrando suas atividades. Em 1991, 43 trabalhadores desta empresa entraram com um processo na Justiça do Trabalho no município de Linhares, exigindo o cumprimento de seus direitos trabalhistas e a Justiça do Trabalho penhorou a propriedade rural que a Cavalinho havia adquirido do Sr. Beresford. Esta propriedade possuía 200 ha e “ainda configuravam posse quando foram levadas a leilão, no ano de 2009” (OCCA, 2014; p. 79 apud ALMEIDA, 2009). Entretanto, não houveram interessados na propriedade durante o leilão e ela não foi arrematada, mesmo depois de duas tentativas, em junho e novembro, de acordo com o Relatório de Identificação.



Como as terras não foram arrematadas nos leilões, a Justiça do Trabalho expediu um Auto de Adjudicação em 03 de dezembro de 2010, uma Carta de Adjudicação em 10 de julho de 2012 e um Mandado de Imissão de Posse, todos em favor dos ex-trabalhadores da Cavalinho Transportes. Assim, a propriedade em questão foi convertida em propriedade dos trabalhadores como forma de quitar as dívidas que a Cavalinho possuía para com eles (OCCA, 2014). A empresa União Engenharia teria comprado as terras em questão dos trabalhadores, em 7 de março de 2012 (OCCA, 2014). Os trabalhadores foram representados por um corretor de imóveis da região e a compra destas terras pela União Engenharia instaurou uma nova etapa expropriatória vivida pelos posseiros de Entre Rios.

Nelson relata que a União Engenharia chegou para tomar posse das terras, derrubou cinco moradias de famílias posseiras e colocou 315 cabeças de gado na área, contratando o próprio Nelson para trabalhar como vaqueiro. O rebanho, que depois foi reduzido para 160 cabeças, destruiu toda a roça feita pelos posseiros que ainda utilizavam aquelas terras (OCCA, 2014). Posteriormente, a União Engenharia contratou o Nelson para fazer as cercas da fazenda e, ao fazê-la, se deu conta de que as novas cercas não estavam de acordo com os limites antigos da propriedade, avançando ainda mais sobre as terras posseadas, em direção ao rio Doce. Vale dizer que alguns dos posseiros possuem algum tipo de documentação, como comprovante de pagamento do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), que atestam desde quando estão como posseiros daquela área. Além disso, as novas cercas também passaram a restringir o acesso à área da parte dos posseiros, pois a empresa instalou uma porteira que era trancada com cadeado, o que impossibilitava o acesso pela estrada aberta para aquela parte da antiga fazenda Entre Rios.

Em seguida, a União Engenharia passou a colocar materiais para construção de um galpão na área e, neste momento, os camponeses posseiros iniciaram um processo de organização para retomar as terras, contando com o apoio de alguns movimentos sociais do campo, como o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). No dia 12 de agosto de 2013 quebraram o cadeado da porteira, retomaram as terras e instituíram um novo momento da luta pela terra. Este foi marcado pela autoidentificação ribeirinha levantada pela comunidade, que contou com o apoio e assessoria do OCCA na realização do Relatório de Identificação, o que abriu os caminhos para a luta enquanto povo tradicional, reivindicando as leis e prerrogativas constitucionais correspondentes a esta categoria social.

O que é possível depurar, considerando todo o histórico de formação da propriedade da terra no Espírito Santo e em Linhares, é que ao analisar o histórico dos posseiros de Entre Rios, a lógica contraditória do capital recria o campesinato e as relações não capitalistas. Entretanto, o aspecto da autoidentificação se tornou consideravelmente presente na questão agrária brasileira, inclusive pautando os mecanismos de organização da luta travada no seio da classe camponesa. Este fato coloca questões que não passam apenas pela limitada dicotomização entre classe e identidade, que de maneira perigosa tem orientado discussões e, até mesmo, causado entreveios dentro dos debates a respeito das lutas sociais contemporâneas. Talvez as questões não estejam apenas no âmbito dos aspectos e das “opções” teórico-políticas dos grupos que travam a luta através da identidade.

Ao mesmo tempo, observa-se os avanços do ponto de vista dos direitos territoriais, o enfraquecimento da reforma agrária e de seu caráter programático, que historicamente foi central nos debates sobre o desenvolvimento do capitalismo brasileiro e das alternativas de superação deste modo de produção. Desse modo, As disputas por direitos territoriais de corte identitário tornaram-se arraigadas à reprodução do Estado territorial sob o lulismo gestor da barbárie, mas mantido pela presença do latifúndio e da disputa pela apropriação dos fundos territoriais entre as classes dominantes. Nesse sentido, se o território é a expressão concreta das lutas de classes, resta saber o que significou a proeminência da identidade na organização das lutas territoriais no Brasil, num período em que se avançou a discussão sobre direitos territoriais, ao passo que se operou uma política de contra-reforma agrária no país, iniciada sob os auspícios de um governo de esquerda.

## **2.2. Alguns apontamentos sobre os povos ribeirinhos e a comunidade de Entre Rios**

Ao percorrer alguns aspectos da formação da propriedade da terra no Espírito Santo e em Linhares, pude perceber a presença marcante do campesinato desde os processos históricos que passam pela fragmentação da propriedade fundiária, tocados pela economia política cafeeira ao fim do século XIX e na primeira metade do século XX. Ao mesmo tempo, também pude notar alguns aspectos do processo de concentração da terra que passam por uma mudança nas dinâmicas da matriz produtiva do Estado a partir dos anos 1950 e que ocorreram em virtude de transformações no desenvolvimento do capitalismo brasileiro e mundial.

Foi possível observar que as dinâmicas decorrentes desta mudança, do ponto de vista da questão agrária, ocorreram no bojo do processo de modernização capitalista inicialmente sob os marcos do período desenvolvimentista da Era Vargas e que vai até a ditadura militar nos anos 1970, mas alcançaram o período da expansão das dívidas públicas sob os marcos do capital financeiro (CHESNAIS, 2010). Estas dinâmicas reverberaram, obviamente, na reprodução das relações sociais no campo capixaba, ora produzindo a expropriação do campesinato e a imposição das relações capitalistas, ora produzindo expropriação, mas sem necessariamente conseguir impor estas mesmas relações, pois ainda que seja expropriado o campesinato se recria enquanto classe sob a reprodução das relações não capitalistas na produção do capital.

Ou seja, o conjunto diverso da classe camponesa, marcada pela presença de uma gama de grupos e sujeitos sociais que apresentam aspectos variados na sua formação enquanto grupos sociais historicamente determinados, permaneceu e permanece como uma constante. Uma classe incômoda, que “día a día [...] hacen que los economistas se lamenten, que los políticos suden y que los estrategas maldigan, destruyendo sus planes y profecías em todo el mundo [...]” (SHANIN, 1983; p. 274 e 275). O campesinato permaneceu e permanece se recriando, sobretudo em virtude do lugar que as relações não capitalistas de produção ocupam no processo de reprodução ampliada do capital até os dias hodiernos. Observa-se, por exemplo, a maneira como a acumulação por espoliação (HARVEY, 2005) tem se desenvolvido na periferia do capital, algo próximo de um tipo de reposição da acumulação primitiva, mesmo que não sejam exatamente a mesma coisa.

Todavia, não foi uma questão de menor relevância o fato de os camponeses posseiros de Entre Rios terem se autoidentificado como ribeirinhos. Aqui não estou criando qualquer falso antagonismo entre classe e identidade, mas não deixa de ser uma questão quando, no processo da luta e organização política destes posseiros, a opção tomada por eles tenha sido a da autoidentificação para recorrer aos mecanismos jurídicos próprios da regularização fundiária dos ribeirinhos e, ao mesmo tempo, construírem o enfrentamento à tentativa de consolidação de uma propriedade privada sob controle de uma empresa. Nesse sentido, a identidade ribeirinha é permeada pelo modo de vida constitutivo da vida social daqueles posseiros, profundamente relacionado com as dinâmicas naturais em que o rio ocupa um lugar central. As atividades organizadas pelo trabalho e pela sociabilidade dos camponeses ribeirinhos de Entre Rios, são mediadas pela dinâmica hídrica do rio Doce que propicia condições

específicas para a prática agrícola, assim como possibilita a atividade da pesca, seja para a subsistência ou para a produção de um excedente econômico.

A cabruca, forma de manejo agrícola no qual os cultivos são preparados por debaixo das sombras da mata ciliar do rio Doce, orienta a produção do cacau na comunidade há muitos anos. Além da cabruca, o regime de cheias do Doce, fertiliza os solos, o que propicia condições favoráveis para a agricultura. A fertilidade das terras de Entre Rios ocorre, entre outros fatores, por se localizarem entre os rios Doce e Preto, constituindo um solo rico em matéria orgânica, barro e com boa capacidade de retenção de umidade (OCCA, 2014). Logo, os cultivos são feitos em condições favoráveis e contando com o conjunto de técnicas desenvolvidas pelos camponeses que se relacionam com as dinâmicas naturais. Desse modo, a comunidade conhece os melhores lugares para cada tipo de cultivo, as épocas de cheia e baixa do rio, entre outras coisas. É comum o cultivo de banana, feijão, mandioca, milho, cacau, feijão, abóbora, etc.

Valter também faz um relato interessante sobre alguns aspectos do modo de vida em Entre Rios, da importância de se conhecer o lugar e os desafios que ele apresenta:

Mas é mais ou menos isso aí, a cultura do lugar, as pessoas que estão aqui dentro já sabem do procedimento. Se vem um pessoa de fora assim no tempo seco, é mil maravilhas, mas se topa a água chegando: “o que que eu vim fazer nesse lugar...?” Mas só que as pessoas que já têm o costume, que já sabe do que se trata, só fica aqui quem tem negócio... porque já faz o investimento seu sabendo o que eu tô fazendo e eu tenho as datas certas de eu colher. Não adianta você querer falar que vai fazer uma plantação enorme, porque a enchente pode chegar a qualquer hora e você acabar perdendo tudo. Você vai plantar de acordo com seu consumo, sua criação, esse negócio... e a pessoa que não sabe, se vier com ambição pra cá, ela vai acabar perdendo o dinheiro dela e depois quer receber de quem? Tem nem como caçar problema, porque ele já está no lugar sabendo que corre esse risco... (S. Valter, entrevista em trabalho de campo, 2018).

Além da agricultura, a pesca é praticada de maneira geral pelos camponeses ribeirinhos. Tal atividade também é favorecida pelo complexo de lagoas existente na região da foz do rio Doce. As lagoas aparecem na história de vida de muitas das famílias de Entre Rios, pois muitos dos seus antepassados viveram ali, formando pequenas comunidades de posseiros, escravizados, indígenas, trabalhadores pobres migrantes. Um grande número de famílias vivia nas lagoas e estabeleciam relações, inclusive comerciais, com as demais famílias posseiras que habitavam a região da foz. Algumas famílias posseiras do entorno das lagoas produziam farinha e trocavam por peixes que eram pescados por outros posseiros, "cada família tinha um

Quitungo ou Farinheira, estrutura produtiva construída com peças esculpidas na madeira – Prensa, Cocho, Roda de ralar – e tecidas com fibras e cipós – Tapiti” (OCCA, 2014, p.48).

Gerônimo, pequeno proprietário em Entre Rios, relata que:

Morava nessa Lagoa, finado Antenor, finado Honorato, Seu Miguel, moravam na região das lagoas, se demarcarem isso aqui como terra indígena vai tudo, da foz do rio Doce até lá, vai embora... Se andar o dia todinho, não chega no final da terra. (Gerônimo)<sup>13</sup>

Algumas famílias pescam para consumo próprio, mas outras conseguem produzir excedente com a pesca e comercializar, como é o caso do Nelson. Ele, além de agricultor, possui carteirinha de pescador, pescava no rio Doce e nas lagoas na planície de inundação da foz; o pescado serve de subsistência, mas também é comercializado e complementa a renda da família.

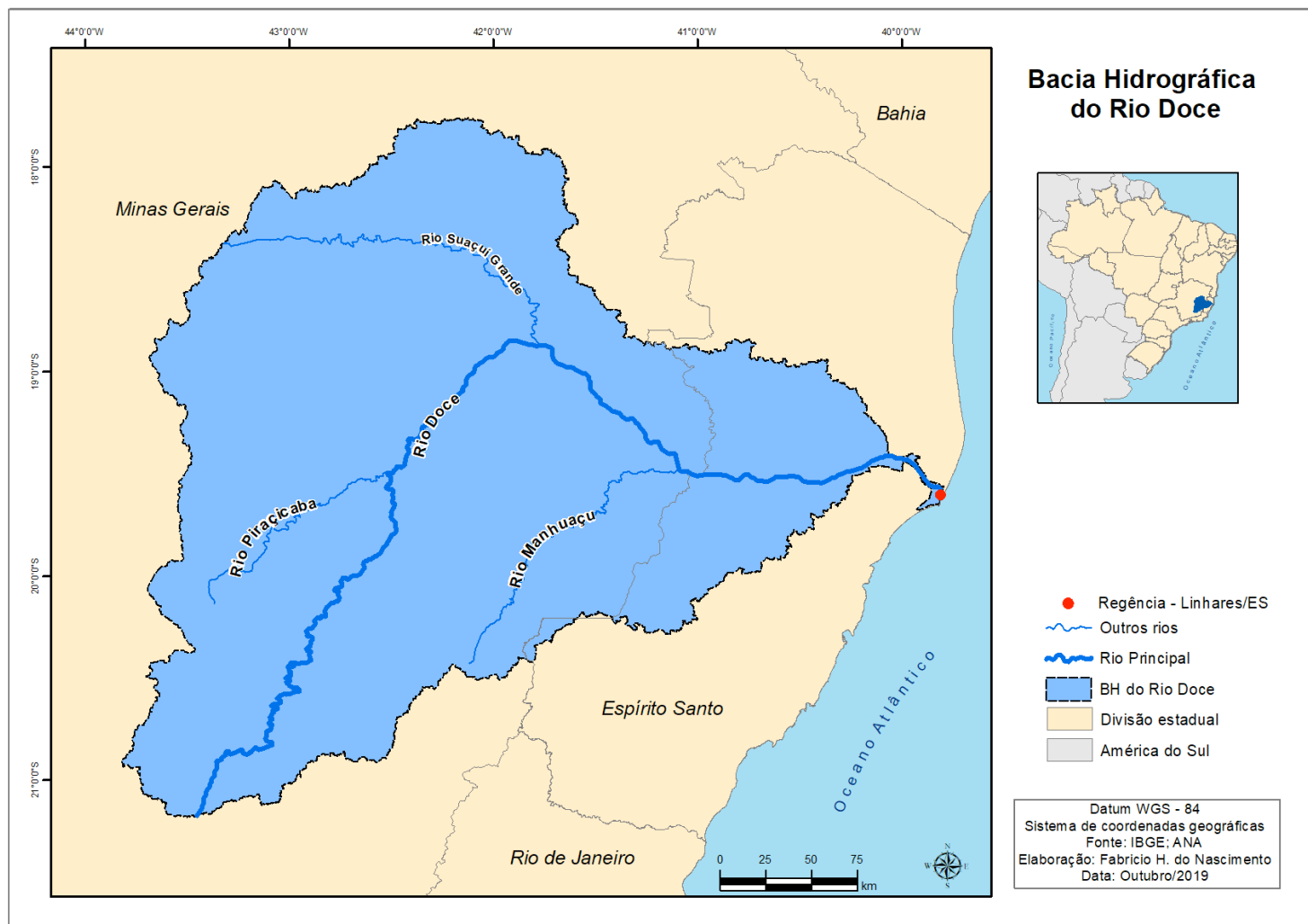
O Relatório de Identificação aponta que a pesca, desde tempos passados, é realizada no rio Doce e nas várias lagoas presentes na planície de inundação. Cacimba, Parda, Dourada, Redonda, Terra Alta, Sete Lagoas, Lagoa das Poças são algumas das que compõem um complexo de lagoas alimentadas pelas águas do rio Doce em seus períodos de cheia e que também fornecem peixes como o curimatã, o Acará, Piaba, Traíra, entre outros. Já no rio era possível encontrar o robalo, o camarão Pitu, Siri, o Dourado, o tucunaré, etc. (OCCA, 2014, p.48). Desde o período de realização do Relatório de Identificação (2014), o complexo das lagoas já se encontrava prejudicado dado o assoreamento do rio Doce, mas também graças aos processos expropriatórios e de formação da propriedade privada da terra na foz. Estes processos converteram grandes áreas da planície de inundação em áreas de pastagem para pecuária, como apontei no caso dos canais do DNOS e também por conta das atividades de exploração de petróleo e gás. Assim, a comunidade de Entre Rios, avançou na organização da luta por aquela fração de território que se estabeleceu por meio dos conflitos inerentes ao desenvolvimento geograficamente desigual e historicamente combinado do modo capitalista de produção, em sua lógica contraditória (PRIETO, 2017; p. 820) e se recriou enquanto camponeses ribeirinhos. É patente o lugar que o rio Doce ocupa na vida, na história e na reprodução social desta comunidade. Este rio permeia desde as possibilidades de fertilização do solo, garantindo a variedade de culturas na prática agrícola, a garantia da pesca, da irrigação e, também e não menos importante, as atividades do “não-trabalho”, o lazer, as brincadeiras e estórias. Se os camponeses de Entre Rios se autoremeceram como

---

<sup>13</sup> Relatório de Identificação (OCCA, 2014; p. 48).

ribeirinhos no contexto da luta pela terra, é preciso conhecer um pouco mais a respeito do rio Doce, para entender de maneira mais profunda a própria comunidade.

**Mapa 6: Bacia hidrográfica do rio Doce**



Organização: NASCIMENTO, 2019.  
Fonte: IBGE, ANA; 2019.

A Bacia do rio Doce é de domínio federal e está situada na região sudeste do Brasil, nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, integrando a região hidrográfica do Atlântico Sudeste (RAMOS, 2012). A sua área total possui 83.465km<sup>2</sup>, tendo como referência a área plana delimitada pelo divisor de água e, no Espírito Santo, a bacia possui uma área de 11.602 km<sup>2</sup>. A extensão do canal é de aproximadamente 879 km, entrecortando 229 municípios que abrangem mais de 3 milhões de habitantes e as atividades econômicas principais são a mineração, siderurgia, silvicultura e agropecuária (RAMOS, 2012). Ainda de acordo com Ramos (2012), no Espírito Santo, a bacia hidrográfica do rio Doce ocupa lugar destacado, apresentando o maior volume de água superficial e de área ocupada no território. No decorrer das últimas décadas a bacia sofreu uma série de processos de ocupação, transformação e interferências diretas no canal principal, como transposição de água, o que acarretou em efeitos nas vazões e geoformas do canal.

O regime pluviométrico na bacia do Doce é marcado por dois períodos diferentes. O período das chuvas compreendido entre os meses de outubro e março, com precipitações que variam de 800 a 1300 mm, apresenta maiores índices pluviométricos em dezembro. O período seco vai de abril a setembro, com precipitação variando entre 150 a 250 mm, apresenta uma estiagem mais crítica entre junho e agosto (RAMOS, 2012). Abaixo, apresento um grupo de imagens de satélite da foz do Doce, no período seco e no período de cheia. Vejamos:

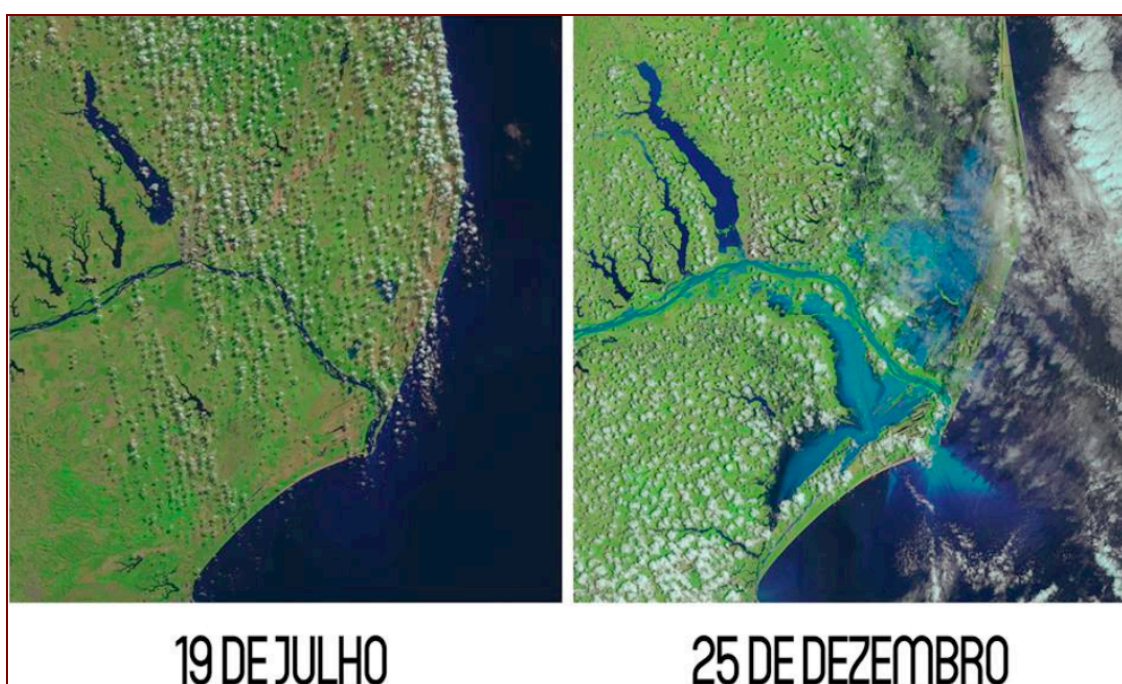


Figura 5: Imagens de satélite obtidas anterior à cheia e no dia seguinte ao pico das chuvas.

Fonte: Landsat 8.

Organização: OCCA, 2014.



A foz do rio Doce está localizada na morfoestrutura Planícies e Tabuleiros Costeiros Baixo rio Doce. Esta é a menor unidade morfoestrutural entre as que modelam a bacia, está totalmente compreendida pelo Estado do Espírito Santo, a leste, rente à linha de costa, possuindo uma área de 1.681 km<sup>2</sup>, ou seja, 2% de toda a área da Bacia do rio Doce. Se caracteriza por uma variação em sua morfologia sentido Oeste-Leste, de colinas, tabuleiros e planície litorânea (RAMOS, 2012):

As altitudes do referido compartimento, normalmente, são inferiores a 245 m decrescendo, gradualmente em direção ao litoral, e junto à planície costeira não ultrapassa os 22 metros. É delimitada a Oeste por colinas próximo ao município de Colatina (ES) e por um importante falhamento com direção preferencial NNO-SSE o qual exerce influência sobre a direção principal dos cursos d'água da região, como os rios São José, Pancas, Bananal e outros adjacentes.

Fato semelhante se repete entre os tabuleiros da Formação Barreiras com destaque para inúmeras lagoas de barragem natural alongadas na direção NO/SE, a exemplo da Lagoa Juparanã, Lagoa Grande e Lagoa Nova (Figura 18), todas localizadas no município de Linhares (ES)[...] (RAMOS, 2012, p.77-78).

De acordo com Ramos (2012, p.78), existe um consenso entre os pesquisadores que estudaram a região a respeito da formação do complexo lacustre, que analisa tal formação como decorrente dos processos de represamento do curso fluvial pelos sedimentos marinhos e/ou fluviais do canal principal do Doce, depois da última grande glaciação (15.000 – 18.000 A.P.). Ramos (2012) propõe uma análise integrada e estruturante da paisagem das Áreas de Proteção Permanente (APP), classificando o baixo rio Doce como zona ripária, por estar próxima a um corpo d'água e sofrer influências de cheias sazonais, refletindo na estruturação de uma paisagem. A comunidade de Entre Rios se encontra na zona ripária, numa APP, seu modo de vida é profundamente marcado por estes fatores, como já foi dito aqui e, por esta via, recorreram a autoidentificação ribeirinha, se subsidiando pelo Relatório de Identificação.

O Relatório de Identificação fez uma série de recomendações à comunidade, visando o fortalecimento dos processos de organização interna e retomada da fração de território em disputa. Estas recomendações partem das prerrogativas jurídicas e constitucionais que dizem respeito aos direitos territoriais dos chamados povos tradicionais, em que tal fração de território é entendida como território de uso tradicional ou também território tradicionalmente ocupado. Por este caminho, o Relatório de Identificação aponta a necessidade de desvincular o pensamento às matrizes lógicas dos grandes projetos, para lograr uma melhor compreensão de parte da realidade geográfica no qual se insere os

territórios de uso tradicional. Nesse entendimento, “os objetivos desenvolvimentistas [vinculados aos grandes projetos] subvertem a análise em prol da transformação da natureza em mercadoria e lucro que vem acompanhada da destruição das comunidades tradicionais, cujo modo de vida se faz intrinsecamente vinculado às dinâmicas da natureza” (OCCA, 2014, p.88). Tais recomendações foram feitas na busca pelo necessário reconhecimento, legitimidade e efetivação do direito aos territórios tradicionalmente ocupados pela comunidade, que enseja a efetivação e aplicação de alguns instrumentos jurídicos:

- Constituição Federal Brasileira (1988), com destaque aos Artigos 215, 216, 225 e ADCT<sup>14</sup> 68;
- Convenção n. 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais (1989, ratificada pelo Brasil em 2002);
- Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (Decreto n. 6.040/2007).

Ao nível interno do Território em estudo, sugerimos fortalecer o processo organizativo da comunidade através da criação de instância coletiva representativa e decisória, como uma associação. No intuito de dialogar de maneira equilibrada com essa porção territorial construída, em grande parte, pelo processo de sedimentação do rio Doce, sugerimos que as formas de manejo sigam os saberes tradicionais que dialogam com essa natureza que apresenta, ao mesmo tempo, uma grande fertilidade e fragilidade (OCCA, 2014; p. 88).

O Relatório de Identificação também preparou o seguinte croqui:

---

<sup>14</sup> Atos das Disposições Constitucionais Transitórias.



Figura 6: Croqui do território ribeirão de Entre Rios.

Fonte: OCCA, 2014.

Organização: OCCA, 2014.

- A indicação dos limites do território, que é dada pelo rio Doce, rio Preto e a porteira de entrada;
- As Áreas Limpas, abertas a fim de efetivar a ocupação do território;
- As áreas com Plantios, como a “lavoura branca” (feijão, milho, abóbora, quiabo, batata), hortas e pomares;
- As áreas de Cabruca (manejo do cacau sob as matas ciliares dos rios);
- A presença de Secador de Cacau e outras Estruturas Produtivas (curral, chiqueiro de porco, galinheiro);
- Valões e outras Marcas Antigas do rio Doce, que testemunham o processo de sedimentação e construção de terrenos junto à margem do rio (ilhas que posteriormente se tornam contíguos ao continente);
- Resíduos de parede de casa antiga, pertencente a Mané Moraes, indígena que era gerente da Fazenda Entre Rios, de Beresford Moreira;
- Casas e cabanas atuais (alvenaria, madeira e estuque);
- Cavalinhos mecânicos de exploração de petróleo;
- Porto da Pracinha, no rio Doce (utilizado pelos pescadores de Regência junto com os outros 2 portos: o do rio Preto e o do Carloto) (OCCA, 2014, p.83-84).

A cartilha “O ribeirinho e seu território tradicional: Regularização fundiária em terras da União” foi organizada pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU), em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), de 2016. Este material versa sobre os direitos territoriais ribeirinhos e os procedimentos necessários para a reivindicação e efetivação destes direitos. Um documento que demonstra como os ribeirinhos possuem uma série de direitos garantidos por lei, inclusive o reconhecimento das terras ocupadas há anos pela comunidade. Tais direitos estão relacionados, primeiro, com o entendimento a respeito das áreas que compõem o complexo natural resultante do regime hídrico como rios, várzea, terreno de marinha e ilhas de terra firme. As terras compreendidas por esta situação pertencem à União e ao povo brasileiro, conforme o argumento da cartilha. Como procedimento básico inicial para o reconhecimento ao direito territorial ribeirinho, a SPU deve ser procurada para identificar as terras públicas federais e dar início ao processo de regularização fundiária, que pode ser iniciada com a emissão de Termos de Autorização de Uso Sustentável (TAUS), em favor das garantias de uso para a reprodução social dos ribeirinhos. Além da regularização fundiária e a garantia legal de uso dos recursos naturais pelo TAUS, os ribeirinhos também podem acessar outras políticas públicas e benefícios concernentes a sua condição específica.

Posso dizer que a presença dos ribeirinhos é consideravelmente grande na Amazônia, mas não se restringe àquela região. Entretanto, há fatores e características comuns aos ribeirinhos, de maneira geral, que dizem respeito ao sujeito posseiro no Brasil: histórico de expropriações pretéritas, imposição das relações capitalistas, migrações e subordinação à lógica contraditória da acumulação de capital presente nas relações impostas pelos grandes proprietários de terra – como o regime de parceria, por exemplo.

No caso em tela, o lugar que o rio ocupa é o de provedor não só de recursos, como também ao fim e ao cabo, das possibilidades e precedentes jurídicos para os processos de efetivação de direitos. É, como disse acima, por meio das dinâmicas do rio e de sua importância ambiental que os ribeirinhos encontram precedentes para reivindicar sua permanência nas áreas onde habitam, já que constituem uma relação de menor dano, do ponto de vista ambiental, com o rio e suas dinâmicas.

Assim, o primeiro passo é identificar qual a classificação do rio, se é ou não é Federal. “Um rio é federal quando ele banha mais de um estado, nasce em outro país ou serve de

fronteira para o Brasil” (SPU, 2016, p.12). Ilhas, várzeas e margens localizadas em rios federais são, portanto, patrimônio da União e, quando estas áreas têm influência da maré mesmo se o rio não for federal, também tornam-se pertencentes à União. Há, pelo menos, três categorizações das terras produzidas pela dinâmica do rio e que configuram terras públicas que podem ser pleiteadas, por meio do direito de uso, pelos ribeirinhos.

- As várzeas são as áreas inundadas pelo rio em seu período de cheia, de modo que elas nunca podem ser propriedade privada, logo serão sempre terras públicas.
- Os terrenos da marinha são resultado da influência da maré sobre os rios. São faixas de terra de 33 metros de largura, medidos a partir da área de várzea do rio, onde há variação de mais de 5 cm do nível do rio, causada pela influência da maré.
- Os terrenos marginais são áreas de terra firme de 15 metros de largura, medidos a partir de onde termina a área de várzea do rio e também constituem terras públicas (SPU, 2016; p. 12, 13 e 14).

Para determinar se há ou não a ocorrência de terrenos da marinha ou, terreno marginal, a comunidade pode consultar o SPU. Porém, inicialmente a comunidade deve se organizar enquanto tal, de maneira coletiva, para traçar algumas definições a respeito, por exemplo, dos limites do território de uso comum, o inventário das práticas e manejos desenvolvidos ali, quais são as partes específicas para cada tipo de uso do território, entre outras coisas.

No caso de Entre Rios, após a retomada da área realizada pelos camponeses, solicitaram o apoio do OCCA que realizou o Relatório de Identificação, através do qual levantaram parte deste inventário e os limites geográficos dos usos territoriais feitos por eles. Em 23 de maio de 2015, a comunidade fundou a Associação Ribeirinha de Povos Tradicionais da Foz do Rio Doce, contando com aproximadamente 10 famílias associadas.

A empresa União Engenharia moveu um processo de reintegração de posse em face da comunidade, o que exigiu dos posseiros de Entre Rios organização para “comprovar” o quanto estão respaldados pelos direitos territoriais dos ribeirinhos. Em contrapartida, O Ministério Público Federal e a Defensoria Pública da União moveu uma Ação Civil Pública (ACP), processo de nº 0010625-94.2018.4.02.5004 (2018.50.04.010625-1), datado de 09 de junho de 2018, contra a União Engenharia e Montagem e seu sócio Salvador Vasques Auriema Turco, além da União Federal.

A ACP visa garantir a sobrevivência da comunidade de Entre Rios e tutelar o patrimônio público da União – já que se trata de terreno marginal de rio federal – enquanto bem de uso comum da comunidade. A ACP também busca tutelar o meio ambiente na localidade de Entre Rios, no intuito de garantir que os réus não realizem nenhuma atividade nociva ao meio ambiente naquela localidade, por ser uma APP localizada às margens de um rio federal. Ao mesmo tempo, a ACP também busca tutelar os direitos individuais dos membros da comunidade, notadamente o direito ao território que abrange o direito à moradia, ao modo de vida e identidade, relacionados aos bens de natureza material e imaterial. A ACP também solicitou o pagamento de indenização à comunidade, que deverá ser pago pela empresa e seu sócio, por dano moral coletivo sofrido pelos ribeirinhos de Entre Rios, em virtude das ações da empresa e da omissão da União em não realizar a delimitação da linha média das enchentes ordinárias, de acordo com o que a lei determina. A ACP visa, por fim, salvaguardar o patrimônio da União, garantir a correta destinação do bem público, além do direito difuso ao meio ambiente equilibrado, buscando garantir que as intervenções realizadas em Entre Rios, que está em área de APP, ocorra de acordo com a legislação ambiental. Nesse sentido, a ACP exigiu que a SPU realizasse a demarcação urgente do território de Entre Rios e a conclusão do procedimento administrativo de reconhecimento do direito ao TAUS que já havia sido exigido pela comunidade desde 2016. Todavia, a SPU ainda não havia realizado a demarcação do território e, como consequência, não concluiu o processo de reconhecimento do direito ao TAUS para as famílias de Entre Rios, que ainda vivem preocupadas com uma possível reintegração de posse que pode acontecer a qualquer momento.

Dessa maneira, é possível afirmar que o processo de luta pela terra encampado pelos camponeses ribeirinhos de Entre Rios, guardou relações com a problemática ambiental. Isto ficou atestado através dos mecanismos jurídicos dispostos que subsidiaram a luta pela garantia e efetivação dos direitos territoriais, do ponto de vista da autoidentificação enquanto povo tradicional. É exemplar, nesse sentido, o caso da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais estar vinculada inicialmente ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS) e ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) e por último ao Ministério dos Direitos Humanos (MDH), que congrega um conjunto de direitos, deveres, procedimentos e recursos jurídico-políticos dos chamados povos tradicionais. Nesse sentido, os problemas

atinentes às expropriações sofridas pelos mais variados grupos sociais do campesinato são vistos pelas lentes da “preservação do meio ambiente” e do “combate à pobreza”, mas não necessariamente como um problema da expansão da fronteira agrícola resultante da expansão do agronegócio brasileiro durante os governos petistas, por exemplo. Ou seja, há uma questão premente sobre as expropriações desses sujeitos, grupos sociais e todos os problemas que delas acarretam, se são resultantes da contra-reforma agrária brasileira. Uma pergunta sobre a transformação das classes oprimidas em um sujeito genérico “pobre” ou “cidadão”, como mote para a gestão da barbárie e a manutenção dos mecanismos de acumulação capitalista na crise. Obviamente o que está em cheque não é a autoidentificação como estratégia de reprodução e mecanismo de organização coletiva no contexto da luta de classes, mas sim os artifícios impostos pelo Estado territorial brasileiro, na contenção do conflito social e os rumos que as lutas sociais, nesse caso a luta pela terra, acabam tomando.

### **2.3. Luta pela terra e autoidentificação no contexto dos conflitos entre União Engenharia e a comunidade de Entre Rios: *de posseiro a ribeirinho***

Não há dúvidas a respeito da centralidade que o rio Doce possui na vida social, individual e familiar dentre os camponeses de Entre Rios. Também foi possível perscrutar a produção do posseiro no processo de formação da propriedade privada da terra no Espírito Santo, ao longo do desenvolvimento desigual e contraditório do modo capitalista de produção brasileiro que, mesmo operacionalizando as expropriações e a imposição das relações capitalistas, carregou em seu processo de produção a reprodução das relações não capitalistas de produção. Nesse sentido, a compreensão da reprodução social do conjunto de posseiros de Entre Rios enquanto classe camponesa, passou por este crivo teórico e metodológico, mas também apresentou uma outra nuance marcada pelo processo de autoidentificação, no bojo dos conflitos infundidos nos últimos momentos de expropriação vividos por estes sujeitos.

Marques (2000) afirma que a problemática agrária no Brasil se origina na maneira como se deu a ocupação do território nacional desde o período colonial. Pois o processo de colonização se baseou no estabelecimento de grandes unidades de produção agrícolas voltadas para o mercado europeu, originando aqui uma estrutura fundiária profundamente desigual. As terras foram concentradas sob a tutela de sesmeiros e

depois nas mãos de grandes proprietários, o que impôs aos camponeses um lugar de subordinação social, econômica e política desde esse momento. Para a Geógrafa, a forma de dominação que o campesinato é submetido, entretanto, pode variar à maneira das diferentes situações encontradas e também com o passar do tempo. Dessa maneira, a formação da classe camponesa no Brasil se constituiu por meio das relações sociais, estabelecidas no interior da propriedade, entre o proprietário e o camponês (como agregado por exemplo). Mas a formação do campesinato também está relacionada com o posseiro ou sitiante, aqueles que ocupam pequenas áreas em terras que se encontram fora do interesse econômico e espacial imediato do capital.

Com a crise do trabalho escravo e a necessidade premente de garantir trabalho livre, foi promulgada a Constituição Imperial de 1824 e a Lei de Terras em 1850, coibindo o acesso a terras devolutas por meios que não fossem necessariamente a compra. Dessa maneira, se redefiniram as condições de existência e reprodução da classe camponesa, impedindo-os de estabelecerem formalmente a relação de posse com a terra.

Martins (2004) demonstra como a formação do monopólio da propriedade fundiária está intimamente ligada ao processo de conformação da sujeição do trabalho ao capital, a ser acumulado pelos que detém o monopólio das terras. É a passagem do escravismo, do cativo do negro escravizado, que entra em crise, para o cativo da terra, que expropria o trabalhador livre de sua condição de pequeno proprietário fundiário ou aniquila sua possibilidade de tornar-se um pequeno proprietário fundiário:

A renda capitalizada no escravo transforma-se em renda territorial capitalizada: num regime de terras livres, o trabalho tinha que ser cativo; num regime de trabalho livre, a terra tinha que ser cativa. No Brasil, a renda territorial capitalizada não é essencialmente uma transfigurada herança feudal. Ela é engendrada no bojo da crise do trabalho escravo, como meio para garantir a sujeição do trabalho ao capital, como substituto da expropriação territorial do trabalhador e substituto da acumulação primitiva na produção da força de trabalho (MARTINS, 2004, p.32-33)

Desse modo, ao liberar o trabalho, mas transformar a terra em cativa, tendo a lei de terras de 1850 papel preponderante neste processo, o capitalismo através do Estado e do grande proprietário rural – o latifundiário –, garante a sujeição do trabalho daqueles que lavram a terra àqueles que extraem sua renda-em-trabalho ou em produto, porém de maneira capitalizada. O proprietário contraditoriamente se apropria do resultado do tempo de trabalho socialmente necessário do trabalhador quando o mesmo entrega o



produto deste tempo de trabalho ao fazendeiro convertendo-o em forma mercadoria. Este trabalhador, despossuído da propriedade da terra, tem o seu tempo de trabalho socialmente necessário convertido em tempo excedente. Precariamente o trabalhador deve garantir os meios para sua reprodução social através do trabalho familiar na parte da terra que lhe cabe.

O crescimento da área das propriedades somados ao aumento da população fomentaram o clima de violência contra o campesinato, explicitando inúmeros conflitos que envolviam as questões da posse e da propriedade da terra. Os conflitos territoriais se mesclaram com as disputas pela posse das terras e, dessa maneira, a categoria de posseiro, no limite, “emerge como síntese e ocultamento da diversidade dos desterritorializados” (SCARIM, 2006, p.23), diversidade tal representada nas figuras dos indígenas aculturados, ex-escravizados negros, caboclos etc.

Assim, busquei realizar uma reflexão, no intento de levantar algumas questões que permeiam desde o debate em torno do conceito de campesinato, até as formas variadas de organização contidas no seio da luta pela terra, fatores que complementam e complexificam a questão agrária brasileira que dão luz ao caso de Entre Rios. Historicamente a realidade concreta no campo brasileiro foi marcada por lutas em que a opressão, realizada sobretudo pelo modo capitalista de produção, monopolizou a propriedade da terra, subordinando o campesinato à acumulação de capital. Este campesinato reagiu em meio a um processo de luta pela terra, configurando um quadro de conflitos que trouxeram no bojo da resistência camponesa, a reprodução social contraditória desta classe social.

De acordo com Oliveira (2007), o estudo da agricultura sob o modo capitalista de produção tem se caracterizado pelo debate político realizado por diferentes correntes. Evidentemente que este debate produziu e continua produzindo uma variedade considerável de conceitos e, até mesmo, o desenvolvimento de conceitos já existentes. Esta situação exige um esforço teórico de fôlego no estudo, revisão e opção por quais conceituações utilizar na pesquisa, sabendo que o uso de conceitos também está permeado por opções eminentemente políticas. Daí a busca pelo trato de conceitos correspondeu à tentativa de interpretação da realidade concreta e vivida pelos camponeses de Entre Rios. Não se tratou de adaptar a realidade aos conceitos, mas sim

de buscar formas de aprofundar as análises de modo a apreender aspectos desta realidade que talvez em outro momento pareciam estar resolvidos ou que não possuíam uma primeira importância. Destarte, pude refletir sobre a possibilidade ou, até mesmo, necessidade de uma rearticulação entre grupos e movimentos sociais que lutam pelo acesso e permanência na terra e que exige a reivindicação do conceito de campesinato nos termos elaborados por Martins e Oliveira, de acordo com as determinações da questão agrária e do desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo brasileiro.

Posso afirmar que a questão agrária se caracteriza como ampla e complexa. Considero que esta questão ganha forma ao longo do desenvolvimento do capitalismo brasileiro quando, *“na sua expansão, não só redefine antigas relações, subordinando-as à reprodução do capital, mas também engendra relações não capitalistas iguais e contraditoriamente necessárias a essa reprodução”* (MARTINS, 2004, p.19). Ao monopolizar a propriedade da terra sob a tacanha de uma classe de grandes proprietários, estes extraem renda capitalizada de uma outra classe subordinada aos proprietários, engendrando relações sociais não capitalistas e tornando-as fundamentais e elementares para a reprodução do próprio capitalismo. Esta chave de interpretação ajudou a pensar a reprodução social da comunidade de Entre Rios, entendendo que esta comunidade é composta por algo em torno de 30 famílias de posseiros e pequenos proprietários que mantêm relações não capitalistas em sua reprodução social, desde o trabalho familiar, até outras formas contratuais de sujeição do trabalho ao capital representado por outros fazendeiros da região.

Assim, Martins se contrapõe a outras interpretações do desenvolvimento do capitalismo brasileiro e do espaço que o campo ocupou e ocupa na história deste desenvolvimento, inclusive reelaborando o movimento contraditório de produção do capital nas relações estabelecidas entre as classes sociais. Isso posto, a abordagem que o autor oferece que é a de que no campo brasileiro não houve relações sociais de tipo feudal ou semi-feudal e tampouco se resumem unicamente a relações capitalistas. A diferenciação realizada entre *Expropriação* e *exploração* por Martins (1991) torna-se central para compreender o movimento do real contido na questão agrária por meio dos mais diversos conflitos por terra que marcam a história da formação sócio-territorial brasileira.

Compreendi que há uma distinção não-dual, mas que resguarda características diferentes na reprodução das relações sociais de produção, de modo que redefiniu o lugar do trabalhador na luta de classes (sobretudo a partir da contradição capital-trabalho), pois “*enquanto a mercadoria do operário é a força de trabalho, a mercadoria do lavrador é o produto do trabalho*” (MARTINS, 1991, p.16). Tal afirmação auxiliou no entendimento do conflito por terra protagonizado pela comunidade de Entre Rios, pensando esta comunidade enquanto classe camponesa que foi e é sistematicamente *expropriada*. Todavia, Entre Rios ainda se reproduz social e contraditoriamente por dentro do capitalismo, como parte fundamental para a produção do capital, ao mesmo tempo em que é violentada por ele. Em Entre Rios, algumas famílias têm conseguido vender o pequeno excedente que produzem entre as fazendas envolventes, na vila de Regência e, até mesmo, nas feiras em Linhares. Porém, alguns deles ainda não conseguem produzir o suficiente para a sua subsistência e, tampouco, para a comercialização, o que acarreta a necessidade de vender a força de trabalho, como é o caso de Carlos:

Hoje, eu vivo um pouco da roça, que eu mato um porco, vendo uma galinha, vendo ovo de galinha... E vivo um pouco de pedreiro agora também (Carlos, entrevista do trabalho de campo, 2018).

Valter narrou como chegou em Entre Rios. Ele me disse que já fazem, mais ou menos, 15 anos que anda pela foz e que já frequentava a antiga fazenda Entre Rios a convite do gerente, mas que o contexto ali era permeado por conflitos em virtude dos mandos do suposto proprietário da terra:

Eu cheguei aqui dentro da Entre Rios tem mais de uns 15 anos. Quando eu cheguei aqui tinha um gerente da fazenda que chamava Adilson Fala Fina, onde que era a sede e tinha um curral e ele morava onde é a casa de Nelson. Aí final de semana a gente vinha comer churrasco com ele, só que da porteira pra dentro só entrava quem era convidado, tinha cadeado na porteira. Nem o pessoal dos Fontes passava por ali que era briga, eles subiam de barco [...] não tinha carta branca pra passar, não, porque o fazendeiro não deixava. Isso na faixa dos 15 anos atrás, já foi o tempo que eu alcancei, mas já era assim. Aí de vez em quando dava briga, quando um trocava o cadeado da porteira o outro queria passar, dava polícia, mas já nos moradores antigos por causa da guerra com os fazendeiros, a perseguição não é de hoje... aí sempre assim... (Valter, entrevista trabalho de campo, 2018).

O conflito entre os fazendeiros e posseiros em Entre Rios retrata o que Martins (1991) afirma, que *a questão política no campo é principalmente a questão da propriedade da*

*terra*, o que evidencia a incessante ocorrência de conflitos por terra no país e a maneira como estes conflitos no campo são tratados pelo Estado brasileiro. O direito à propriedade é inviolável, porém apenas para o *latifundiário* – classe que monopoliza a propriedade da terra – em profunda relação com a organização das forças do Estado, diferente do que acontece com o conjunto de uma outra classe expropriada, os *camponeses*:

Essas novas palavras – *camponês* e *latifundiário* – são palavras políticas, que procuram expressar a unidade das respectivas situações de classe e, sobretudo, que procuram dar unidade às lutas dos camponeses. Não são, portanto, meras palavras. Estão enraizadas numa concepção da História, das lutas políticas e dos confrontos entre as classes sociais. Nesse plano, a palavra *camponês* não designa apenas o seu novo nome, mas também o seu lugar social, não apenas no espaço geográfico, no campo em contraposição à povoação ou à cidade, mas na estrutura da sociedade; por isso, não é apenas um novo nome, mas pretende ser também a designação de um destino histórico (MARTINS, 1981, p.23).

O *camponês* e o grande proprietário protagonizam a luta pela terra e muitas das mais variadas disputas territoriais que ocorrem no país ao longo da história até os tempos hodiernos. Entretanto, Martins no trecho citado acima afirma que as palavras *camponês* e *latifundiário* são palavras políticas que buscam inclusive ser a expressão da unidade de situações de classe em comum. Logo, o *camponês* enquanto classe aglutina uma miríade de sujeitos sociais, muitas das vezes expropriados e que tem no campo as condições necessárias para sua reprodução social. O conflito entre camponeses e grandes proprietários de terra tem se dado de maneira sistematicamente violenta, no qual o campesinato vem sofrendo não somente a perda de suas terras, mas também tendo que enfrentar situações de massacres, expulsões e mortes. Dentro desta conjuntura desigual e violenta, o campesinato no Brasil tem se expressado social e estrategicamente de variadas formas. Vias de fato, os camponeses possuem uma série de características diferenciadas de acordo com, por exemplo, tipos diferentes de posse e propriedade, características particulares relacionadas ao trabalho familiar e ao modo de vida, formas diferenciadas de subordinação, componente étnico, entre outras coisas.

Ao tratar de questão agrária, luta pela terra e classe camponesa, trouxe açambarcados alguns temas relacionados. A agricultura e a reprodução do modo capitalista de produção, a produção de alimentos, o chamado agronegócio e sua relação intrínseca e contraditória com a agricultura camponesa são temas centrais que compõem o processo de reprodução do campesinato. O agronegócio explora o discurso neomalthusiano da

necessidade de aumento da produção de alimentos para justificar suas ações, embora a sua face conservadora de produtor de commodities para exportação e a não resolução do problema da fome, colocou em cheque este discurso. Segundo Mazoyer e Roudart (2010, p.25):

Nesse princípio de século XXI, com os aproximadamente seis bilhões de seres humanos com que conta o planeta, por volta da metade vive na pobreza, com um poder aquisitivo equivalente a menos de dois dólares americanos por dia. Perto de dois bilhões sofrem de graves carências de ferro, iodo, vitamina A, e outras vitaminas e minerais. Mais de um bilhão de pessoas não têm acesso à água potável e por volta de 840 milhões são vítimas de subnutrição, o que significa que elas nem sempre dispõem de ração alimentar suficiente para cobrir suas necessidades energéticas básicas, em outras palavras, que elas têm fome quase todos os dias (MAZOYER e ROUDART, 2010, p.25).

A situação descrita acima demonstra claramente a gravidade do problema da fome e miséria vivida no mundo atualmente, comprovando que o discurso do agronegócio “produtor de alimentos” pode e deve ser questionado. Também posso relacionar esta situação conjuntural com a falta de acesso à terra e a expropriação sofrida pelo campesinato por meio do avanço das atividades do capitalismo extrativista. Ainda segundo Mazoyer e Roudart (2010), em muitos países da América Latina, os pequenos camponeses são destituídos de suas terras no processo de expansão capitalista com os grandes estabelecimentos rurais altamente mecanizados; isto ganha contornos mais graves em virtude da ausência da *reforma agrária*, o que relega aos pequenos agricultores parcelas cada vez menores de terras para cultivar impossibilitando até mesmo a produção para autoconsumo e obrigando esses camponeses a buscarem trabalho nas grandes propriedades.

Nelson comentou que em Entre Rios há um problema sério que passa pelo tamanho das áreas utilizadas por algumas famílias. Muitos lotes são pequenos, o que não permitia que o trabalho realizasse uma produção suficiente para a reprodução da família, do ponto de vista da subsistência e também do ponto de vista da produção de algum excedente.

[...]mas tem a produção dele, a produção dele já tá quase equilibrando, só não está mais equilibrado, porque a terra é pequena. O terreno de Polaco mesmo, se ele largar o emprego dele e vim pra dentro do terreno, ele passa fome. É pequeno. Eu, se eu não tiver a minha pesca, e for viver só da minha roça, eu passo fome (Nelson, entrevista trabalho de campo, 2018).

Martins (1981) também dá pistas para pensar a questão da necessidade da reforma agrária, em virtude do elevado número de conflitos por terra. De acordo com Martins houve uma pressão maior em exigência pela reforma agrária que foi resultado de uma maior mobilização por parte dos camponeses. Porém, ao mesmo tempo, a reivindicação por reforma agrária ganhou contornos mais complexos, uma vez que o aumento das mobilizações repousa hoje sobre uma base social mais diversa e, conseqüentemente, com interesses e táticas também diversas. No caso de Entre Rios, a pauta tornou-se a *demarcação de um território tradicionalmente ocupado*.

Após a constituição de 1988, com a garantia dos direitos territoriais indígenas atestados constitucionalmente e mais recentemente com a ratificação pelo Estado Brasileiro da Convenção 169 da OIT<sup>15</sup>, os indígenas e quilombolas, além dos posseiros e demais grupos sociais da classe camponesa se fortaleceram enquanto sujeitos de direitos e o debate jurídico ganha centralidade, como é o caso da comunidade de Entre Rios.

Para Cunha e Almeida (2017) as populações tradicionais<sup>16</sup> da Amazônia saíram do lugar de “entraves ao desenvolvimento”, para o protagonismo na linha de frente da modernidade. Esta mudança está relacionada com a associação entre as populações tradicionais e a conservação ambiental. Havia uma série de mal-entendidos, comuns à direita e também à esquerda, sobretudo no período pré-redemocratização do Brasil. Ideias que duvidavam a respeito deste compromisso, pois se perguntavam se não havia uma projeção ocidental de preocupações ecológicas projetadas sobre a figura de um “bom selvagem ecológico” produzido para tal finalidade. Outro mal-entendido, que estava articulado com o primeiro, afirmava que as organizações não governamentais (ONGs) e as ideologias “estrangeiras” poderiam ser responsáveis pela ligação entre as populações tradicionais e a conservação da biodiversidade.

A questão indígena no Brasil ganhou proeminência nos anos 1970 e passou a articular setores jurídicos do Estado, a Universidade e ONGs, sob a liderança de indígenas, no intuito de garantir os direitos destes povos no contexto da nova constituição que viria a

---

<sup>15</sup> Convenção da Organização Mundial do Trabalho datada de 1989 e ratificada pelo governo brasileiro em 2002, versa sobre o direito à auto-atribuição como princípio para a definição da identidade indígena e tribal (FERREIRA e SANDERS FILHO, 2013).

<sup>16</sup> Cunha e Almeida (2017) utilizam ora o termo “populações tradicionais”, ora utilizam “povos tradicionais”. Gostaria de salientar que há uma discussão a respeito das mudanças no uso do termo “populações” para o uso dos termos “povos” ou “comunidades”. Para esta discussão, ver Almeida (2008).

ser formulada com a reabertura política do país. Nesse sentido, os direitos indígenas ganharam um capítulo próprio na Constituição de 1988 e a definição de terra indígena passou a incluir todo o território necessário para a preservação dos recursos naturais imprescindíveis para o bem-estar dos povos indígenas, além das terras necessárias para sua reprodução física e cultural, de acordo com seus hábitos, tradições e culturas<sup>17</sup>.

Os direitos indígenas foram considerados como direitos “originários”, termo jurídico que resumiu o papel do Estado a reconhecê-los, mas não outorgá-los. A condição de “originário” relacionou os direitos tradicionais a suas raízes históricas e não a um estágio cultural ou a uma situação de tutela, como frisado por Cunha e Almeida (2017). Dessa maneira, passou-se a reconhecer uma maior autonomia política aos indígenas, no reconhecimento dos grupos e associações destes sujeitos como personalidades jurídicas ativas. Também se passou a atribuir à Procuradoria da República a responsabilidade de representá-los diante dos tribunais, uma vez que as terras indígenas foram mantidas como patrimônio da União. Por isso, saíram vitoriosas as intensas manifestações e mobilizações contrárias à emancipação e alienação das terras, artifícios que pretendiam convertê-las em propriedade privada. Os indígenas, protagonizaram uma disputa na arena política pelas redefinições de seus direitos territoriais em vista de suas reivindicações fundiárias a serem contempladas na Constituição de 1988. Esta experiência abriu precedente para outros “setores despossuídos da sociedade” (CUNHA e ALMEIDA, 2017; p.274) reorganizarem as pautas de suas reivindicações, reestabelecendo as lutas sob outros marcos.

A luta dos seringueiros tornou-se bastante representativa, nesse sentido. Na segunda metade dos anos 1970, num contexto de conflitos com latifundiários e especuladores de terra, organizaram uma rede de sindicatos de trabalhadores rurais com o apoio de setores da Igreja Católica para fazer frente a este processo. Os seringueiros acumularam na discussão a respeito da reforma agrária e, inclusive, algumas lideranças possuíam uma perspectiva socialista a respeito deste tema. Desse modo, avançaram nas discussões e concepções sobre a reforma agrária, tendo como base as condições da realidade concreta na qual estavam inseridos.

---

<sup>17</sup> Artigo n. 231 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Nesse contexto, os seringueiros avançaram na organização de suas lutas e em 1985, apareceu pela primeira vez o termo “reserva extrativista” na seção agrária de uma carta de princípios elaborada no contexto de criação do Conselho Nacional dos Seringueiros. A reserva extrativista, neste documento, era uma proposta de reforma agrária para seringueiros, sem divisão de lotes e com tamanhos de pelo menos 300 ha. O termo ‘reserva’ utilizado pelos seringueiros nesse momento, foi de inspiração surgida da experiência indígena e possibilitou relacionar a luta pela terra, a manutenção da floresta e o combate ao desmatamento, atraindo aliados interessados na conservação da floresta:

No final do decênio de 1980, a conexão ambientalista tornara-se inevitável. Em contraste com o modelo de Yellowstone que procurava criar um ambiente norte-americano “intocado” sem população humana, reivindicava-se que as comunidades locais, que protegiam o ambiente no qual baseavam sua vida, não fossem vítimas e sim parceiros das preocupações ambientais.

Ao contrário, elas deveriam responsabilizar-se pela gestão e pelo controle dos recursos naturais nos ambientes em que viviam como condição para protegê-los. O fato novo era o papel atribuído às comunidades locais (CUNHA e ALMEIDA, 2017;p.276).

Assim, a experiência da reserva extrativista foi pioneira ao lançar mão da ideia de que as pessoas mais qualificadas para fazer a conservação de uma área eram as pessoas que viviam ali, baseando-se nos avanços sobre a política fundiária acumulada pelos indígenas. Este caminho leva Cunha e Almeida a levantarem uma questão sobre se os povos tradicionais são mesmo conservacionistas. De acordo com eles, quem se opõe à participação das populações tradicionais na conservação argumenta que nem todas as comunidades tradicionais são de fato conservacionistas e até mesmo as que são, podem deixar de ser em virtude da relação com o mercado. Cunha e Almeida divergem de uma concepção essencialista dos povos tradicionais que os colocam no lugar do bom selvagem ecológico, como se fossem naturalmente conservacionistas.

Em contrapartida, apresentam uma concepção em que as populações tradicionais, embora sem uma ideologia explicitamente conservacionista, seguem regras culturais para o uso dos recursos naturais que, de acordo com a densidade populacional do território ocupado por eles, são práticas sustentáveis. Para conservar os recursos, o grupo não precisa deixar de utilizá-lo, basta que estabeleça os limites ao longo do tempo. Nesse sentido, os grupos poderiam conservar e gerir o ambiente em que se reproduzem, mas não necessariamente em virtude de alguma cosmologia de equilíbrio com a natureza, mas antes relacionada com o desejo de manter um estoque de recursos.



Com as mudanças no mercado mundial desde o final do século XX, os riscos que este oferece na relação com as populações tradicionais, com relação à manutenção da conservação, mudaram.

As populações tradicionais não estão mais fora da economia central, nem estão mais simplesmente na periferia do sistema mundial. As populações tradicionais e suas organizações não tratam apenas com fazendeiros, madeireiros e garimpeiros. Elas tornaram-se parceiras de instituições centrais como as Nações Unidas, o Banco Mundial e as poderosas ONGs do “Primeiro Mundo” Cunha e Almeida (2019, p. 280).

Como resultantes factíveis destas mudanças tanto do ponto de vista do mercado como da relação entre este e as populações tradicionais, os autores apontam as transformações vistas através das formas pelas quais estas populações têm obtido a renda monetária. Anteriormente a maneira pela qual as populações tradicionais obtinham renda monetária era com a comercialização de mercadorias primárias, produtos do extrativismo em boa medida. Hoje em dia, estas populações entraram no mercado emergente dos “valores de existência”, como a biodiversidade e as paisagens naturais.

Cunha e Almeida (2019) percorrem a história da experiência do movimento seringueiro na formulação e conquista das reservas extrativistas, como exemplo eficiente da relação entre populações tradicionais e conservacionismo. Tal exemplo de conservacionismo tornou-se eficaz, pois, depois de orientar os caminhos da luta pela terra movida pelos seringueiros através dos sindicatos de trabalhadores rurais, constituiu a face de conservação ambiental, ao mesmo tempo que instituiu o direito à permanência nas terras. Além disso, possibilitou o acesso a recursos financeiros, a financiamentos e fundos voltados para a preservação, já que a biodiversidade foi ganhando proeminência nos debates econômicos que uniram conservação e a criação de novos ativos a serem comercializados. Os recursos financeiros dos países mais ricos do mundo, tornaram-se responsáveis pela produção da natureza, nos termos de Cunha e Almeida (2019, p.290) através dos financiamentos voltados para a conservação. Os povos tradicionais têm um papel relevante neste processo, porém a remuneração que poderia ser convertida diretamente à Reserva está aquém, pois passa pelos chamados produtos florestais sustentáveis do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). O IBAMA espera que as Reservas sejam economicamente viáveis baseando-

se nestes produtos, mas não incluem em sua contabilidade os custos dos serviços de conservação desenvolvidos pela comunidade.

Para Cunha e Almeida (2017 p. 291), a conservação foi primeiramente uma arma política para a luta pela liberdade e pela terra. Posteriormente, ela tornou-se uma forma de captação de recursos financeiros que se tornaram relevantes, já que custeiam materiais de uso para o trabalho, de uso no cotidiano, mas também infraestrutura como escolas e instalações de saúde. “A conservação está se tornando parte de projetos locais e sua importância está crescendo”. Além disso, para os autores a aliança conservacionista foi uma estratégia e a criação das Reservas Extrativistas como unidades de conservação foi uma escolha tática. Todavia, o caráter estratégico desta aliança não invalidou os desdobramentos do protagonismo dos seringueiros na conservação ambiental que ficou patente, pois mesmo depois de mais de 100 anos explorando a borracha, a área ainda apresentava uma biodiversidade tamanha. É por este olhar que Cunha e Almeida constroem um conceito sobre o que são as populações tradicionais:

Do que vimos, já podemos dar alguns passos nessa direção e afirmar que *populações tradicionais são grupos que conquistaram ou estão lutando para conquistar (prática e simbolicamente) uma identidade pública conservacionista que inclui algumas das seguintes características: uso de técnicas ambientais de baixo impacto, formas equitativas de organização social, presença de instituições com legitimidade para fazer cumprir suas leis, liderança local e, por fim, traços culturais que são seletivamente reafirmados e reelaborados.*  
[...]

Deve estar claro agora que a categoria de “populações tradicionais” é ocupada por sujeitos políticos que estão dispostos a conferir-lhe substância, isto é, que estão dispostos a constituir um pacto: comprometer-se a uma série de práticas conservacionistas, em troca de algum tipo de benefício e sobretudo de direitos territoriais (CUNHA e ALMEIDA, 2017; p.291-292).

Somados à permanência de um padrão de conflitualidade como o da luta pela terra, tem-se a evidência de conflitos relacionados às chamadas populações tradicionais – quilombolas, ribeirinhos, vazanteiros, faxinalenses entre outras. Grupos sociais que têm sob ameaça o direito de permanecer em seus territórios; ou seja, até mesmo populações em áreas já homologadas, bem como assentados, estão sujeitos a situações conflituosas (MEDEIROS, 2014). Entretanto, à medida que o Estado não garante a plena efetivação destes direitos, há uma situação paradoxal entre povos possuidores de direitos e um Estado que cria direitos para estes povos, mas não os efetiva. Há um limite profundo

nesta relação entre os camponeses, indígenas, quilombolas e o Estado moderno. De que modo esta relação paradoxal repercute na organização da luta pela terra protagonizada pela classe camponesa e quais as implicações no padrão de conflitualidade relacionado às disputas territoriais protagonizadas por estes sujeitos?

Assim, é neste quadro de manutenção dos conflitos no campo Brasileiro que se inseriu a luta dos camponeses de Entre Rios. Sua transição, no contexto da luta, de *posseiros* para *ribeirinhos* assinalou elementos para os estudos propostos e exigidos em minha pesquisa, ao confrontar questões e corolários teórico-políticos que às vezes se distanciam, como é o caso da abordagem em que é central a propriedade da terra e o trabalho, bem como a questão do modo de vida, a cultura e a identidade. O atual protagonismo dos movimentos camponeses posseiros (OLIVEIRA, 2010) no Brasil merece uma atenção especial, sobretudo se confrontado com a histórica atuação de outros movimentos sociais do campo brasileiro e de outras partes da América Latina, em defesa de seus territórios. Esta confrontação pode oferecer novos elementos para a análise da questão agrária, desvelar reflexões entreveradas por repetidas perspectivas e apontar para outras possibilidades de ação desde os movimentos sociais à importância da ciência geográfica na interpretação deste contexto. A relação entre modo de vida, conservação ambiental e direitos territoriais do ponto de vista dos conflitos por terra, ao se resumir a direitos territoriais reconhecidos pelo Estado por meio da legalização da autoidentificação apresentam questões atinentes à fase atual da luta de classes no campo brasileiro. Estas questões passam desde o problema do direito e do Estado territorial, até às mudanças ocorridas no mundo do trabalho e que tem repercussão nas próprias ferramentas de luta dos trabalhadores, como os sindicatos por exemplo.

Bercovici (2018) afirma que o Estado da constituição de 1988 é o Estado estruturado sob o regime militar. O Estado reformado pelo Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) foi responsável pela atual configuração do sistema monetário e financeiro brasileiro, bem como do sistema tributário nacional de 1965 e da estrutura administrativa. Através da reforma implementada em fevereiro de 1967 exigiu-se a gestão “empresarial” dos órgãos administrativos, o que foi ressuscitado 30 anos depois no contexto da redemocratização.

Bercovici (2018) apresenta uma série de limites da constituição de 1988 que são consequência, em boa medida, da manutenção de uma estrutura constitucional gestada pela ditadura militar. A constituição de 1988 perdeu qualquer possibilidade de orientar um projeto nacional, pois ela apresenta um conjunto de problemas de ordem política, jurídica e econômica. Há o problema da banalização das emendas constitucionais que deixou o poder executivo refém do fisiologismo partidário característico do parlamento brasileiro. Há também uma estrutura administrativa desestruturada em que a sobreposição de competências e regimes jurídicos inviabilizam a realização efetiva e planejamento político a médio e longo prazo. Ocorre também um problema relacionado à Constituição Financeira de 1988 que transformou a constituição econômica em norma programática, passando a ser interpretada como se fosse neutra e meramente processual, com diretriz e lógicas próprias, separadas da ordem econômica e social, o que esterilizou a capacidade de intervenção do Estado na economia.

A constituição de 1988, apesar de apresentar aspectos que resultaram das lutas e organização das classes despossuídas, perpetua o problema da universalização dos direitos como forma de homogeneização do tecido social em formas como “cidadania” e “sujeitos de direitos”. Os direitos territoriais, mesmo em vias de contribuir para processos de organização e reconhecimento de modos de vida de grupos antes negligenciados social e politicamente, quando se apresentam como horizonte de princípios da luta social, correm o risco de afirmar o Estado e sua condição de igualação dos indivíduos, ao mesmo tempo que perpetua as desigualdades fundamentais que sustentam a vida social no modo capitalista de produção. No caso dos direitos territoriais dos chamados povos tradicionais basta ver o quanto, vias de fato, estes direitos foram efetivados. Manteve-se o reconhecimento dos direitos, universalizando os povos tradicionais como sujeitos de direitos reconhecidos pelo Estado, alçou a identidade e o modo de vida como dispositivos para este fim. No entanto, ao mesmo tempo, as relações sociais tecidas por tal modo de vida permaneceram sustentando as relações capitalistas que subordinam estes povos, sobretudo porque o direito fundamental à terra passou a ser secundarizado. Logo, transformou-se o modo de vida, ora em “identidade territorial”, ora em “condições de vida abaixo da linha da pobreza” e o receituário sob as orientações de instituições financeiras multilaterais, (programas de fomento ao desenvolvimento territorial para os países pobres, por exemplo), caiu como uma luva.

Compreendi que a autoidentificação, antes de tudo, foi um dispositivo jurídico-político que municiou a comunidade de Entre Rios no contexto do conflito e que, no entendimento daquele grupo, foi um caminho viável para a efetivação do direito à permanência das famílias ali. Porém, este recurso jurídico-político vem acompanhado dos significados que a vida na várzea possui para aquelas famílias. Nesse sentido, este recurso é, também, a reafirmação de um modo de vida que ganha estatuto político e materialidade no conflito que é de classes:

Nós já vem dessa luta de antes... capengando com essas pernas... Antes da empresa União a gente já vem capengando aí... Porque quem é da roça, nunca vai deixar de ser da roça. Porque aqui, eu vou ali, eu tenho um cacho de banana madura lá dentro e eu como; jenipapo, descasco jenipapo... Minha cultura é outra (Carlos, entrevista trabalho de campo, 2018).

Porém, é modo de vida que diz respeito a como aquelas famílias de camponeses ribeirinhos se reproduzem ali. A prática social e simbólica constitutiva do modo de vida, os *saberes*, a forma multifacetada de se relacionarem com o rio definiu a identidade ribeirinha para além de uma afirmação da cultura/natureza oposta à sociedade, mas em última instância, também esteve profundamente imbricada aos ditames do fetiche do modo capitalista de produção, sua divisão social do trabalho e a forma mercadoria. Sobretudo quando este modo de vida é convertido em afirmação de direitos que, numa sociedade capitalista, nada mais é do que o direito constitutivo da igual exploração da força de trabalho, “o direito humano do capital” (MARX, 2013, p.364).

Para Marques (1994, p.4):

[...] o modo de vida corresponde a um conjunto de práticas cotidianas desenvolvidas por um determinado grupo social e decorrentes de sua história, da posição que ocupa na sociedade envolvente e da forma específica que assegura a sua reprodução social. Corresponde à forma de um determinado grupo social manifestar sua vida.

Marques, ao analisar o modo de vida através da análise da reprodução social da classe camponesa, insere a discussão no contexto de reprodução do modo capitalista de produção. Pensar o modo de vida, nesse caso, é pensar como tal modo de vida é constitutivo de um conjunto de relações sociais de produção, organizadas sob aspectos particulares e comuns a uma classe social. Esta classe social tem na sua inserção ao movimento de reprodução ampliada do capital sua objetividade do ponto de vista da valorização do valor, mas ao mesmo tempo apresenta as suas particularidades à maneira como se organizam e se reproduzem socialmente. Ou seja, estão inseridas no processo

geral de produção (produção, circulação e distribuição), todavia “a produção camponesa é uma forma de produção imediata baseada em relações não-capitalistas” (MARQUES, 1994, p.6).

Para Marques (1994), a sociedade moderna se constitui por meio de uma multiplicidade de relações, mas que são datadas historicamente, o que dá a cada segmento social ou característica desta realidade a sua própria temporalidade e ritmo de movimento. É esta variedade de tempos históricos que, para a geógrafa, implica o desenvolvimento desigual e combinado da sociedade.

O modo de produção capitalista avança transformando elementos formais e conteúdos de práticas sociais que o antecederam à medida que as incorpora ao seu universo. Mesmo sob uma tendência homogeneizadora ocorre a recriação da diferença numa perspectiva de complementação e antagonismo. Tal fato explicaria a existência de diferentes modos de vida no seio da sociedade capitalista (MARQUES, 1994, p.6).

Assim, de acordo com Marques (1994), a reprodução de distintos modos de vida por dentro do modo capitalista de produção advém do mesmo processo que garante a reprodução das relações de produção capitalistas. A organização da vida social dos variados segmentos e grupos sociais, caracterizada pela reprodução das relações sociais no seio do modo capitalista de produção, está relacionada com as disputas nas quais estão imiscuídas as ações destes grupos, que se relacionam entre si, inclusive do ponto de vista das disputas que os constituem enquanto tal. Não é de menor importância a maneira como o modo de vida dos posseiros em Entre Rios definiu os caminhos que a luta pela terra emcampada por eles tem trilhado e, de igual importância, foi a presença do rio Doce ali. O rio foi um fator relevante do ponto de vista das formas de organização da produção e do trabalho, da sociabilidade e da história daquela gente, elemento determinante na organização da vida social e que, assim, se converteu também em marcador de afirmação de identidade e objeto de disputa entre as classes sociais envolvidas no conflito vivenciado por Entre Rios.

Todavia, este marcador de identidade guardou relações com o que significou um avanço do ponto de vista das conquistas por direitos, que foi a aliança entre conservacionismo ambiental e modo de vida das chamadas populações tradicionais. Porém, Cunha e Almeida (2017) entenderam como condições favoráveis a maior entrada de recursos financeiros via comercialização de mercadorias ambientais. Para mim, isto foi a

reposição da relação de capital que, pela positivação dos direitos territoriais reconhecidos pelo Estado, favoreceu também os mecanismos de opressão que pode não se dar através da expropriação material, mas ocorre pela opressão política das classes dominantes. Nessas condições, a manutenção das estruturas de dominação que concernem justamente às classes que controlam o Estado, em alguma medida também se repõe. A disputa pelos fundos territoriais tem orientado a formação do Estado territorial (MORAES, 2005) nos últimos anos e isso, no contexto da acumulação por espoliação, não faz tábula rasa da biodiversidade conservada pelos grupos e categoriais sociais aliados com o conservacionismo ambiental.

Desse modo, o esforço foi o de pensar a relação de capital como contradição em processo em que:

As forças produtivas e as relações sociais – ambas aspectos diferentes do desenvolvimento do indivíduo social – aparecem somente como meios para o capital, e para ele são exclusivamente meios para poder produzir a partir de seu fundamento acanhado. De fato, porém, elas constituem as condições materiais para fazê-lo voar pelos ares (MARX, 2011, p.589).

As proposições de Thompson (1997) a respeito da classe operária são sugestivas, tendo em vista as questões levantadas em torno da identidade, do modo de vida e da luta de classes. Este importante historiador marxista entende a classe operária em seu “fazer-se” (*making*), a classe como algo que ocorre efetivamente e que é uma relação. A classe é entendida como uma formação social e cultural que surge dos processos que só podem ser analisados quando eles mesmos operam num período histórico considerável. É o caso da classe camponesa e a maneira como esta se formou no Brasil, o que ficou atestado no histórico de expropriações traçadas quando analisei a formação da propriedade da terra no Espírito Santo, visto na particularidade do histórico de Entre Rios. Assim, a autoidentificação tornou-se um fator presente nas lutas sociais do campesinato por ser um elemento que se instituiu nos processos da luta nos quais a classe enquanto relação se forma social e culturalmente, no seio da própria luta de classes. O caso de Nelson foi representativo: desde pequeno acompanha sua família, possuindo áreas ou trabalhando como agregado. Ele também tornou-se um camponês que trabalhava nas fazendas de gado, possuía áreas no entorno das fazendas e pescava no rio Doce. A luta de Nelson, filhos e esposa para se reproduzirem como camponeses posseiros fora marcada pelo conflito com as empresas expropriadoras, momento no qual o mesmo se autoidentificou como ribeirinho juntamente com outras famílias de

posseiros em Entre Rios. Logo, o estatuto do modo de vida e da autoidentificação pode ser justamente definido nesta relação e os direitos territoriais aparecem como momento da luta e não como o fim em si mesmo.



### 3. ENTRE RIOS NO CONTEXTO DO DESASTRE DA SAMARCO

#### 3.1 A comunidade de Entre Rios conhece a face lamacenta da barbárie

Como demonstrei no capítulo anterior, é no contexto de enfrentamento à empresa União Engenharia que os camponeses de Entre Rios se autoidentificaram como Ribeirinhos. Como disse, a comunidade vive na margem direita do rio Doce e constituiu seu modo de vida referenciado no rio, na sua dinâmica hídrica e em tudo que ele possui em sua margem, como uma densa mata ciliar onde a comunidade mantém praticas extrativistas e de cultivos consorciados. A opção pela autoidentificação veio no bojo da reafirmação e luta pelos direitos territoriais das chamadas comunidades tradicionais e foi visto por mim como a conformação de uma identidade coletiva, tática para a garantia da permanência nesta fração camponesa do território. Este conflito está se arrolando até os dias de hoje, num processo judicial e até este momento não houve um veredicto final. A comunidade se organizou numa associação de pescadores ribeirinhos, porém enfrenta imensas dificuldades de mobilização, já que nem todas as famílias interessam-se pela luta, até mesmo havendo discordância a respeito da autoidentificação como ribeirinhos.

Somados a esta conjuntura de conflitos, os camponeses ribeirinhos de Entre Rios enfrentam os impactos gerados pela chegada dos rejeitos de mineração na foz do rio Doce, em virtude do rompimento da barragem do Fundão. A “lama da Samarco” como ficou conhecida a pluma de rejeitos, chegou à foz do rio Doce na manhã do dia 21 de novembro de 2015, onde encontrou o mar e um conjunto de populações que desde então tornaram-se comunidade *atingidas*:

A “lama da Samarco” – o nome popular para o que o jargão científico denomina “pluma de rejeitos” – chegou ao município de Linhares na manhã do dia 20 de novembro de 2015, tendo demorado 15 dias para percorrer todo leito do Rio Doce desde Bento Rodrigues, distrito de Mariana (MG). Em Regência, distrito de Linhares (ES), a lama da Samarco encontraria o mar na tarde do dia 21 de novembro de 2015. Dezesseis dias de espera, portanto, marcaram as primeiras impressões dos moradores da região da Foz do Rio Doce – a saber, Povoação, Regência e pequenas comunidades adjacentes – sobre como a lama da Samarco poderia afetar as suas vidas, alterando o cotidiano, o trabalho e o convívio coletivo. Todas estas alterações seriam ampliadas e intensificadas com a chegada dos rejeitos e com o passar dos meses. (IZOTON et al., 2017; p. 42)



Figura 7: lama de rejeitos de mineração da Samarco, na foz do rio Doce.

Fonte: Machado; Varejão, 2015.

Organização: Marcelo Lourenço/arquivo pessoal.

Como a comunidade de Entre Rios está na margem do rio Doce, na planície de inundação, quando a pluma de rejeitos chegou à foz, o nível do rio subiu e inundou a planície como em sua dinâmica natural. Todavia, o que causou o aumento do nível foram as mais de 80 toneladas de lama de rejeitos despejadas na calha do rio. Assim, o rio inundou a sua planície, mas ao invés de fertilizar o solo, depositou uma boa quantidade de rejeitos carregados de materiais tóxicos nas terras utilizadas pelos camponeses ribeirinhos.

Nelson me disse, nas entrevistas que fiz em trabalho de campo, que está desde 2009 fixado em Entre Rios. Ele me conta que não tem nada, tudo o que teve nos últimos anos ele investiu em sua posse: “plantei o meu todo”. Instalou uma irrigação em seu lote que utilizava a água do rio e só não conseguiu cultivar ainda mais, em virtude dos conflitos vividos com as empresas:

Eu não tenho mais coisa plantada devido as empresas que já vem destruindo tudo, a gente planta e eles destroem. Eu plantei, a União Engenharia veio e destruiu, botaram gado em cima...” (Nelson, entrevista de trabalho de campo; 2018)

Primeiro a chegada da União Engenharia em 2012, posteriormente chegou a Manabi com o projeto de um superporto que receberia o minério extraído de um projeto de mineração que a empresa implementaria no município de Ferros, em Minas Gerais. Um mineroduto ligaria o empreendimento de exploração mineral em Minas Gerais ao porto no litoral de Linhares, escoando a produção para os mercados de exportação. Esta empresa passou a circular nas comunidades e distritos próximos a foz do rio Doce, área de interesse para a construção do empreendimento portuário. Esse processo visava a expulsão de um conjunto de sujeitos e grupos sociais como os camponeses ribeirinhos de Entre Rios e também a comunidade de Degredo, que se autoidentificou com quilombola no processo de enfrentamento à Manabi. Além destas empresas, em 2015 chegou a lama da Samarco que matou a maioria dos cultivos que as famílias de Entre Rios haviam plantado em suas áreas.

“Aí depois da lama eu não tive irrigação mais, a nossa sorte foi que esse ano foi um ano bem chuvoso, então a gente tá vendo alguma coisa fluindo, mas não tá como a gente esperava e aí essa que é a situação (Nelson, entrevista em trabalho de campo; 2018).

Seu Nelson comentou sobre a situação atual de algumas espécies cultivadas em Entre Rios, após a chegada da lama. De acordo com ele, parece que o capim “não tem aquela vitamina que tinha antes”. O milho também ficou ruim, quando a lama chegou tiveram que tirar rápido e doarem em regência, não podiam segurar o preço, porque tiraram o milho antes da hora. Nelson também me disse que o cacau plantado em Entre Rios não está melhor e isso se deve aos danos causados à terra pela lama, já que o crescimento da planta se nota prejudicado. Nelson lembrou que há alguns anos atrás, havia cacau em boa parte da área da foz. Para ele, foi o “progresso que destruiu o que tinha, não foi a bruxa<sup>18</sup> não, foi o progresso”. O filho dele fez um levantamento do que precisa para plantar algo em torno de 3.000 mudas de cacau em sua área, porém esbarra no problema da falta de financiamento e, hoje em dia, da falta de condições naturais para o cultivo, em virtude dos impactos causados pela lama de rejeitos. Além disso, Nelson relatou que

---

<sup>18</sup> A vassoura-de-bruxa é uma praga causada por um fungo e que ataca os cacauais com intensidade. Possui este nome, porque deixa os ramos do cacau seco como uma vassoura velha. Na década de 1980, ela atingiu os cacauais da Bahia, destruindo várias plantações e desde o ano 2001 também tem ocorrido no Espírito Santo.

seu filho também perdeu vários pés de cacau que havia plantado em seu lote, com a chegada da lama. Se não fosse a destruição proporcionada pelo rejeito de mineração, hoje seu filho já estaria colhendo cacau, o que reafirma o quanto as empresas têm prejudicado a vida deles, quando a lama é mais um momento deste dano causado por elas. Com a chegada da lama, as possibilidades de produção, subsistência e comercialização ficaram comprometidas e Nelson relatou que as condições na roça eram outras, mas que por conta da lama de rejeitos, já não se pode mais plantar, colher, não se pode consumir e nem comercializar os produtos, pois não se sabe o quanto eles podem estar contaminados, além da dificuldade de alguns cultivos se desenvolverem e agora eles se tornaram mais dependentes do dinheiro e do supermercado. Nelson conseguia produzir uma série de cultivos e, além do consumo familiar, possuíam também algumas pequenas criações como porcos e galinhas. Também já estavam conseguindo comercializar parte destes produtos em algumas feiras na região, porém depois da lama isso tornou-se impossível:

Antes da lama a gente plantava banana, cacau, milho, mandioca, abobora e hortaliça de tudo quanto é espécie, que a gente já fazia feira em Regência e já estava tendo bastante hortaliça, a gente já estava fazendo feira em Bebedouro e em Linhares. Isso antes da lama, a gente colhia tudo isso aí, feijão, era tudo... praticamente essas coisas mais... era pra o consumo né, que era feijão e milho para as criação, hoje a gente não tem nem o milho e nem a aipim pra tratar das criação e nem pra gente mesmo e até as galinhas hoje são poucas, porco a gente já não tem mais... a lama interferiu na criação dos porcos, porque não tem mais ração né, acabou a ração... aí você com 1350 conto<sup>19</sup> pra comprar ração e comprar as despesas pra dentro de casa, não dá... antes alimentava os porcos com banana, aipim, milho... nós tinha muita banana... e hoje a gente tá nessa situação aí querendo plantar, mas a gente não sabe o laudo do rio né... e hoje teve uma equipe (da Renova) aí dizendo que vai tirar esse laudo... eles vão botar uma caixa d'água no alto, espalhar cano por aí e vão fazer uma nova análise da água, pra ver como que tá o PH<sup>20</sup> dela né... (Nelson, entrevista em trabalho de campo; 2018).

Em seu relato, Nelson mencionou o problema dos laudos a respeito da qualidade da água do rio Doce. Na ocasião do trabalho de campo, ainda não havia um posicionamento claro da parte das empresas causadoras do desastre sobre este ponto, o que deixava as pessoas na comunidade numa situação de vulnerabilidade. Eles ainda permaneciam praticando agricultura, mas não sabiam até que ponto poderiam consumir

<sup>19</sup> Aqui Nelson está se referindo ao auxílio emergencial pago pela Samarco. Tratarei desta questão no próximo item deste capítulo.

<sup>20</sup> O PH é uma escala numérica adimensional que é utilizada geralmente para medir a escala de acidez ou basicidade de alguma solução aquosa. Soluções com valor abaixo de 7, são ácidas e com o valor acima de 7 são básicas. A água normalmente deve apresentar um PH neutro, ou seja, 7 em 25° C.

os itens produzidos, o que causava um tipo de sofrimento psíquico e social marcadamente presente numa comunidade camponesa em que a produção para subsistência é momento determinante de sua reprodução social.

Nelson me disse que está com vontade de voltar a trabalhar em seu lote, mas não está tendo expectativa. Ele e sua família seguiam plantando, tentando manter o cacau, contando com as chuvas e tentando criar condições favoráveis para permanecerem em Entre Rios.

Vamos plantar a banana, porque se não der o fruto, pelo menos tem a sombra... porque a gente vai reflorestar o da gente tudinho, mas naquela situação da cabruca né... a gente tinha gado também antes da lama né, mas agora a gente não tem mais, porque não tem pasto né... o pasto não sai igual saía de primeiro... o capim brota, mas não segura, não aguenta, o gado come, mas ele não volta rápido (Nelson, entrevista em trabalho de campo; 2018).

Perguntei para Nelson a respeito de como ficou a renda familiar após a chegada da lama. Ele me disse que a expectativa de renda que possuíam antes era muito melhor do que hoje em dia. Em um canteiro de horta, por exemplo, ele e sua família conseguiam uma remuneração igual a do auxílio emergencial. Além da agricultura, a pesca também está prejudicada, o que também afeta a renda da família já que Nelson conseguia produzir um excedente pela pesca e comercializar no entorno de Entre Rios e Regência. A pesca, inclusive, contribuía para complementar a renda em momentos de maior necessidade quando estavam “apertados”, ou seja, com pouco dinheiro para arcar com suas necessidades básicas. Todavia, em virtude da lama de rejeitos, Nelson já não conseguiu mais pescar no rio, restando apenas algumas lagoas da foz do rio Doce. Mas, atualmente, a variedade de peixes nas lagoas é menor e os peixes que ele pesca na lagoa são algumas espécies menos valorizadas do que as do rio. Na lagoa Nelson conta que a espécie que se apresenta em maior quantidade é o curimatã, que possui um preço menor do que o robalo, por exemplo, que era pescado no rio.

Tem uma diferença grande nisso daí... então a renda que você tinha antes, você não tem hoje de jeito nenhum. E nós não se preocupava em estar vendendo peixe todo dia. Nós limpava o peixe, nós ensacolava ele tudo certinho, botava no freezer e quando era final de semana, de 15 em 15 dias eu saía vendendo, botava na moto, na carrocinha e saía vendendo, fazenda por fazenda. Pegava aqui a beira rio, aqui, subia beirando aqui, passava pelo palhal, lagoa do aguiar, ia em jacupemba, subia, passava no baixo quartel, no rio quartel, ia pra bebedouro... aí ia lá pros lado do (inaudível) a fora e vendia tudinho pelas fazendas. Aí quer dizer, quando chegava aqui, chegava com um

pouco de dinheiro, mas ficou o peixe vendido, no final do mês eu ia panhava o dinheiro e vendia mais, então quer dizer, era quase todo mês eu estava com R\$2500, R\$3000 no bolso, fora a horta. E hoje... hoje não tem expectativa, só tá criando barriga (risos) (Nelson, entrevista em trabalho de campo; 2018).

Os relatos de Valter não estiveram muito distantes dos de Nelson, passando pelas perdas e problemas decorrentes da chegada da lama de rejeitos. Valter me mostrou um conjunto de fotografias de alguns animais, como os porcos que ele criava em seu lote antes da lama. Animais saudáveis, de bom porte e que depois da lama adoeceram e morreram por terem tido contato com o rejeito. Alguns porcos filhotes ao se alimentarem de materiais que estavam em contato com o rejeito, adoeceram rapidamente até morrerem:

ai comia e a barriga do animal enroxeava todinha por baixo, esses pequeninhos morreram mais de uns 6 ou 7. Você chegava ali e via eles espumando pelo canto da boca e a barriga roxinha, parecia que a cobra tinha mordido. Ai com poucos minutos caía no chão e dava uns... e enroxiava (Valter, entrevista em trabalho de campo; 2018).

O lote de Valter fica bem próximo da calha do rio, cerca de 50 metros da margem, então sua área ficou completamente tomada pela lama de rejeitos, num movimento típico das cheias do rio, porém ocasionado pela chegada de rejeitos, como já disse acima; dessa maneira, suas perdas foram substanciais. Valter perdeu uma roça de aipim, pimenteiros, pés de banana, entre outros cultivos. Os pés de banana ainda sofrem com as consequências causadas pela lama no solo, pois mesmo as bananeiras plantadas posteriormente à chegada da lama têm tido dificuldades para desenvolverem os frutos. A renda familiar também ficou prejudicada. Valter e sua esposa possuíam uma pequena venda na vila de Regência onde comercializavam parte da produção, como já mencionei no item 1.2 deste trabalho; porém tiveram que fechar o pequeno estabelecimento e um dos motivos fora a impossibilidade de realização da produção agrícola devido aos impactos ocasionados pela lama de rejeitos. Além de venderem parte do que produziam, eles também utilizavam alguns cultivos para alimentarem os animais, preparavam o alimento para os bichos e também aproveitava parte da produção que não conseguiam vender, ao invés de jogar fora ou deixar estragar. Valter criava além de porco, galinha, pato, cavalo e algumas poucas cabeças de gado, mas precisou vender os animais porque o pasto também ficou prejudicado. Na venda eles comercializavam banana, abóbora, limão, galinha, ovo, entre outras coisas. No lote, Valter cultivava uma variedade considerável de culturas como maracujá, horta, inhame, feijão guandu, aipim, abóbora, abacaxi, cana, banana, batata doce, taioba, coco, vários tipos de laranja, cacau,

mexeriquinha, limão e mais algumas outras frutíferas. Este ribeirão me relatou mais detalhadamente as mudanças nos pés de banana e na fruta e isso me chamou a atenção, pois outros camponeses também relataram questões similares que surgiram depois da chegada do rejeito:

Você corta o pé de banana assim, está subindo nas palhas de dentro tipo um óleo amarelo, tipo uma bactéria que sobe no tronco, aí afeta as bananas lá em cima.... Aí vai murchando, fica aquelas palhas ali do reforço tudo seca. Precisa nem cortar não, você pega no pé assim e puxa, ele quebra. Ali embaixo tinha umas bananeiras perdendo, aí eu peguei e cortei tudo pra ver se brotava. Uns brotou, mas não engrossa o pé mais... aí até o cara do INCAPER<sup>21</sup> veio e falou que tem que dar um reparo, pra ver se não perde a muda... mas ficou fraco. (Valter, entrevista em trabalho de campo; 2018)

Valter não tem conseguido mais vender os seus produtos, mas ainda tem consumido algumas coisas como banana (as que ficam boas), ovo, galinha, hortaliças. As vezes pesca e prepara uma moqueca, mas ele pesca apenas para subsistência. Todavia, Valter me diz que muitas pessoas não têm consumido os produtos dali, porque estão com medo de estarem contaminados pelos resíduos deixados pela lama de rejeitos no solo e na água. E, seguramente, este é o fator pelo qual Valter e Nelson já não tem mais comercializado seus produtos, além é claro da dificuldade de produzir, já que o solo dá indícios de ter sido contaminado. Valter perdeu uma roça de cacau que apresentava muitos frutos em formação, indicando a possibilidade de uma boa colheita. Perdeu também alguns pés de maracujá que davam boa produção, os quais ele utilizava para subsistência, mas também conseguia vender nos supermercados e nas casas em Regência. Perdeu também algumas plantas de aipim que não conseguiram se desenvolver.

Anderson, outro camponês ribeirão de Entre Rios tem dois filhos pequenos e me disse que iria deixar as crianças no distrito de Bebedouro, com a avó, pois estava com medo de que eles se contaminassem, pois, o seu lote também foi inundado pela lama de rejeitos. Ele também relatou suas perdas e as dificuldades para a agricultura, depois da chegada da lama. Perdeu uma roça de banana, aipim, banana da terra e se a lama de

---

<sup>21</sup> Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural.

rejeitos não a tivesse destruído, a roça estaria bem formada e ele já teria cultivado outras lavouras. Após a lama, Anderson contou que ficou um tempo sem trabalhar em seu lote, pois havia a preocupação com a contaminação e também que ficou esperando os projetos que a Fundação Renova já vinha sinalizando que iria implementar junto aos atingidos. Anderson relatou os seus planos de plantar banana, mas no intuito de fazer sombra rápida para ele poder plantar cacau, uma prática comum em Entre Rios, sobretudo no contexto pós-desastre.

Carlos relatou que antes da chegada da lama, ele conseguia cultivar milho e que ele plantava muito milho, mas fazia uma roça consorciada com outras culturas:

Antes de chegar essa lama aí, era milho, plantava muito milho (...) aí eu plantava melancia também no meio. Porque eu plantava o milho sempre aberto, assim, no meio eu plantava melancia e abóbora. É por isso que tem essas melancias aí, que eu plantava tudo conjugado. Numa carreira no meio de milho era melancia, e na outra era abóbora, e na outra melancia, e era assim. E eu conseguia colher... E tinha muita época assim de quando acabava o feijão eu já plantava feijão de novo, é por isso que tá ali as foto do feijão. Arrancava o milho, capinava e plantava o feijão. (...) Só pra alimentação. (...) eu levei muito tempo assim nessa rotina... Aí chegou a lama, bagunçou. (Carlos, entrevista em trabalho de campo; 2018)

Carlos também perdeu algumas mudas que havia plantado e que por conta da lama acabaram morrendo. Cultivos como banana e melancia também ficaram comprometidos, mesmo os que não morreram, não desenvolviam de maneira geral. Ele também notou as diferenças no solo e me relatou que a capacidade de absorção de água mudou. Carlos me disse que estava ali na roça ainda, porque gostava e por isso seguia lutando, mas a situação é de muita dúvida, já que ainda não sabia ao certo os impactos da lama para rio, para solo e conseqüentemente para a agricultura. Não sabia ao certo se devia continuar plantando, mas ele seguia produzindo na roça, banana, cana, leite e queijo. As vezes as pessoas perguntavam sobre se os produtos estavam contaminados, se os animais bebiam a água do rio e se eles a usavam para a agricultura. Por isso, eles precisavam que as empresas responsáveis pelo desastre garantissem os laudos necessários para saber qual o grau de contaminação dos solos, das águas e os danos que poderiam causar para a saúde humana. Carlos também lembrou que o rio Doce é rico em peixes, “fica grosso de peixe, é só botar a rede que pega”, porém ainda não sabiam se podiam comer o peixe, sem prejuízo para a saúde.



Pelos relatos, é possível notar que o rompimento da barragem da Samarco/Vale/BHP Billiton e a chegada da lama de rejeitos na foz do rio Doce e em Entre Rios, impôs aos camponeses ribeirinhos perdas substanciais que atingiram frontalmente momentos diferentes da reprodução social destes sujeitos. A autoidentificação como ribeirinhos é expressiva do papel atribuído ao rio na vida social em Entre Rios, uma espécie de ponto nevrálgico que aglutina um conjunto de mediações e fatores de produção. O rio Doce era responsável pela fertilização do solo, o que favorecia inclusive a composição da renda diferencial. Mas em virtude da chegada da lama, este benefício se converteu em um nível de contaminação ainda desconhecido, que já gera impactos severos nas formas pelas quais os camponeses se reproduziam. A produção para subsistência ficou prejudicada, pois não conseguiam produzir para o autoconsumo e tampouco havia confiança plena sobre se podiam ou não consumir o pouco que estavam conseguindo produzir, pós-desastre. Não conseguiam comercializar seus produtos como anteriormente, pois as pessoas receavam se os produtos estavam contaminados ou não. Também não estavam pescando com tranquilidade, pois não sabiam o quanto é prejudicial à saúde comer os peixes, mesmo que vez ou outra apareçam alguns estudos liberando a pesca em alguns pontos do rio, como eles me relataram.

Ao mesmo tempo, os relatos demonstraram que os camponeses não pretendiam abandonar aquela fração de território e muito menos pretendiam parar de cultivar, o que poderia ser um paradoxo, se eu não tivesse tratando do campesinato, uma classe que teima em não desaparecer completamente ao longo da história do desenvolvimento capitalista. Todavia chamou-me a atenção a maneira como eles ainda planejavam a curto e médio prazo o cultivo de novas lavouras, mesmo orientadas em boa medida pelo cacau no manejo da cabruca. Esse planejamento poderia estar dentro do “pacto conservacionista” típico dos chamados povos tradicionais, como expressado por Cunha e Almeida e, também dizia respeito a um tipo de especialização produtiva que vai de encontro com a crise da reprodução camponesa gerada pelo desastre. Nelson me diz que:

o que eu mais quero é voltar a plantar novamente. E o que ela sujou o rio, o que ela não suja ou o que ela suja a terra, eu quero é voltar a plantar, ela (a Renova/Samarco) se vira... não tem nada, como dizia o outro: ‘ah, eu vou sair de cima da terra, por causa do crime da Samarco’, eu não... a expectativa é voltar a plantar mais rápido e... e é isso que nós estamos fazendo (Nelson, entrevista em trabalho de campo; 2018).

Assim, o modo de vida tornou-se recurso, ao mesmo tempo em que se dissolveu diante das dificuldades de manutenção da sua lógica de produção, como se o capital estivesse destruindo a economia mercantil, em seu movimento de reprodução ampliada, na explicação de Rosa Luxemburgo (1985). Luxemburgo (1985) afirma que o capitalismo combate e suprime como pode a economia natural, a produção de subsistência e a forma combinada entre agricultura e artesanato, e implanta a economia mercantil em seu lugar para, posteriormente lutar contra ela, disputando seus meios de produção, sua força de trabalho e seu mercado. Esse movimento se apresenta no processo de reprodução ampliada do capital contraditoriamente, quando o capitalismo segue demandando formas econômicas não-capitalistas para sua acumulação. Nesse sentido,

Se o capitalismo, portanto, vive de formas econômicas não-capitalistas, vive, a bem dizer, e mais exatamente da ruína dessas formas. Necessitando obrigatoriamente do meio não-capitalista para a acumulação, dele carece como meio nutriente à custa do qual a acumulação se realiza por absorção. Considerada historicamente, a acumulação de capital é o processo de troca de elementos que se realiza entre os modos de produção capitalistas e os não-capitalistas. Sem esses modos a acumulação de capital não pode efetuar-se. Sob esse prisma, ela consiste na mutilação e assimilação dos mesmos, e daí resulta que a acumulação do capital não pode existir sem as formações não-capitalistas, nem permite que estas sobrevivam a seu lado. Somente com a constante destruição progressiva dessas formações é que surgem as condições de existência da acumulação de capital (LUXEMBURG, 1985; p. 285).

As pistas dadas por Rosa Luxemburgo, quando a revolucionária compreende que a acumulação não é simples relação interna entre meios de produção e meios de consumo, mas, sobretudo, uma relação entre o capital e o meio não-capitalista, instaurou as bases para pensar a formação da classe camponesa na perspectiva que abordei neste trabalho. Além disso, Rosa Luxemburgo em sua crítica ao esquema da reprodução ampliada formulado por Marx, assentou as bases para o que Harvey veio a formular posteriormente como acumulação por espoliação, que também abordamos no primeiro capítulo. Retomei esta problemática para dialogar com os problemas enfrentados por Entre Rios no contexto da chegada da lama. O que poderia ser um caso, digamos, clássico de expropriação, momento da acumulação por espoliação, se converteu, num primeiro momento, na autoidentificação sob a tradição do “pacto conservacionista” como estratégica política. Posteriormente, uma das bases para tal pacto, ou seja, o modo de vida dos camponeses ribeirinhos de Entre Rios foi profundamente impactado pela chegada da lama.

Então, nesse contexto, uma questão mais específica se levantou sobre a chegada da lama. O quanto ela significou a imposição das relações capitalistas como momento da acumulação por espoliação. A resposta política dada por Entre Rios no conflito por terra demonstrou o caráter não-capitalista das relações sociais engendradas ali, o que também se tornou patente através do estudo mais alongado da história da comunidade e da formação da propriedade da terra no Espírito Santo. No entanto, analisando o contexto do desastre e perscrutando os relatos pós-chegada da lama, o que pareceu foi que o desastre produziu uma espécie de camponês expropriado, mas sem tirá-lo da terra. Expropriado, devido às limitações impostas pelo desastre às possibilidades de produção e reprodução, enquanto camponeses e ribeirinhos. A mediação ocasionada pela gestão do desastre operacionalizada pela Fundação Renova emula a imposição de relações capitalistas (auxílio emergencial, indenização, cursos profissionalizantes/proletarização). Entretanto, tal imposição não se completou, porque pelo que os relatos indicaram, *os camponeses insistiam em serem camponeses*. E eles insistiam mesmo que agora a permanência numa terra devastada pela lama de rejeitos, pelo lobby e pressão dos acordos impostos pela Renova pudessem se converter numa forma de confinamento, inclusive sob a armadilha do conservacionismo. Esta contradição parece coroar o que significa tornar-se atingido e organizar politicamente os processos de luta neste momento.

### **3.2 Fundação Renova como perpetuação e gestão do desastre na foz do rio Doce**

O Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) foi assinado pela Samarco S.A. e suas controladoras Vale/BHP Billiton, juntamente com os Estados de MG e ES, o governo brasileiro e órgãos de proteção e conservação ambiental; a Fundação Renova foi criada justamente como prerrogativa e a partir das demandas definidas pelo TTAC, no contexto do desastre socioambiental da Samarco. Após criada, a Fundação produziu o seu estatuto e elaborou uma série de planos e eixos de atuação, os quais estão disponíveis no seu site. A Renova foi criada para coordenar os projetos de regeneração e recuperação socioambiental e socioeconômica, administrando um fundo inicial de R\$4,4 bilhões a serem utilizados nos três primeiros anos a partir de 2016, repassados pela Samarco mineração S.A. (TTAC, 2016). Entre outras coisas, a Fundação tem cuidado inclusive do cadastramento das famílias que entram para a

categoria de atingidos, o que inicialmente foi feito pela própria Samarco. O processo de composição política e decisória no bojo da conformação da Fundação não contou com a participação direta das comunidades atingidas e as principais acionistas da Samarco foram quem escolheram, por exemplo, o diretor executivo da Fundação. O primeiro Diretor-presidente da Fundação foi o Roberto Waack, biólogo e mestre em Administração de Empresas pela USP. Com extenso currículo na área de sustentabilidade, mantém longo relacionamento com organizações nacionais e internacionais, como WWF Brasil, Global Reporting Initiative (GRI), Forest Stewardship Council (FSC), Ethos e Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (RENOVA, [s.d]), porém enfrentou uma série de denúncias por um esquema de comércio ilegal de madeira na Amazônia (CAMARGOS, 2019).

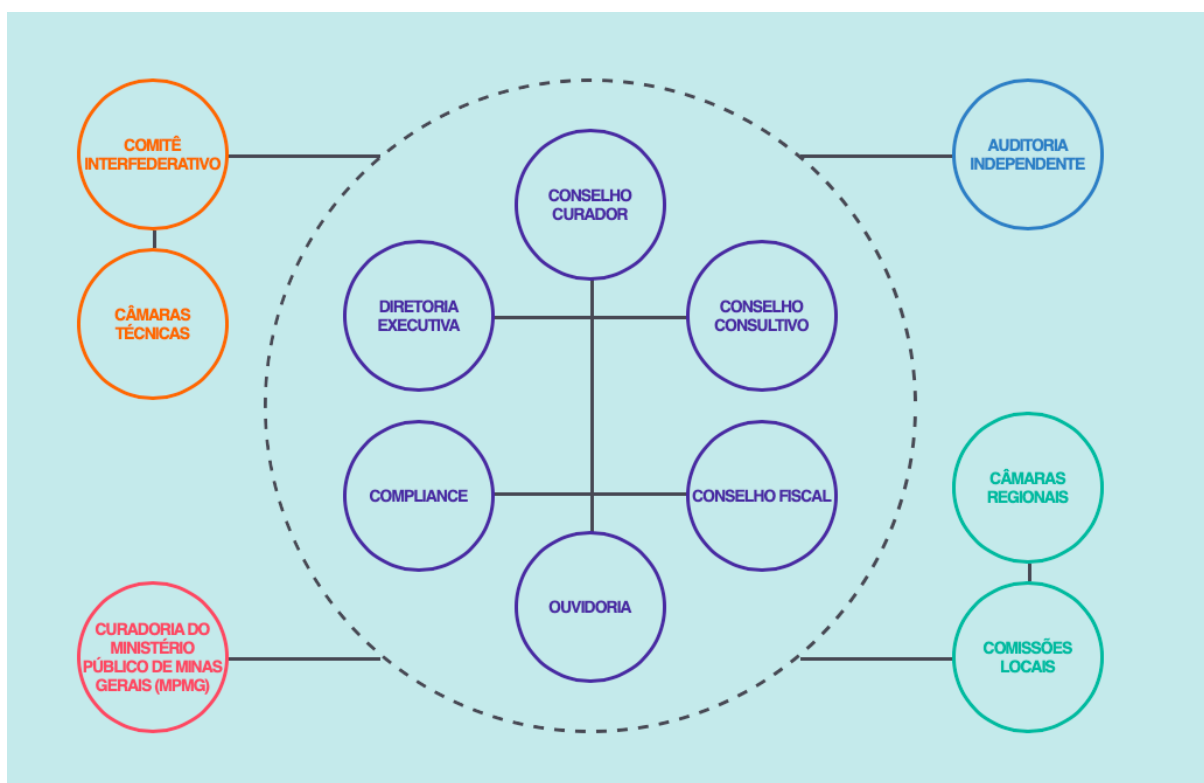


Figura 8: estrutura político-administrativa da Fundação Renova, o que eles chamam de “governança”.

Fonte: Renova, (s.d).

Organização: Fundação Renova.

A organização da Fundação Renova conta com a presença de um conjunto de entidades que envolve desde a União, Entes Federativos, sociedade civil, entidades técnicas, entre outros. Todavia, o poder decisório e deliberativo é concentrado, mantendo as empresas causadoras do desastre em posição de privilégio, muito embora elas sejam as responsáveis pelo evento. O TTAC estabeleceu o Comitê Interfederativo (CIF) que é um sistema colegiado composto por representantes dos órgãos públicos e da sociedade, liderado pelo IBAMA. Este comitê funciona de maneira independente e externa à

Renova, tendo por função “orientar, acompanhar, monitorar e fiscalizar a execução das medidas de reparação” (RENOVA, [s.d]). O CIF é composto por onze Câmaras Técnicas que são órgãos consultivos que trabalham auxiliando o CIF. O Conselho Curador compõe as instâncias internas da Fundação e é responsável pela aprovação dos planos, programas e projetos propostos pela Diretoria Executiva, umas das instâncias de maior importância dentro da Fundação e, conseqüentemente, mais desigual. Ao todo, o conselho conta com 9 integrantes: 2 são indicados pela articulação das Câmaras Regionais e comissões locais compostas pelos atingidos, 1 integrante é indicado pelo CIF e 6 integrantes são indicados pelas empresas causadoras do desastre; é algo, no mínimo, revoltante. O Conselho Consultivo é formado por representantes das comunidades atingidas, comitês de bacias, IBAMA e instituições acadêmicas, ou seja, este conselho pretende representar a sociedade civil dentro da Renova de acordo com a governança estabelecida por eles. Ele não possui nenhum caráter deliberativo e sua atribuição é apenas opinar sobre os planos, projetos e programas, além de propor soluções para os danos causados pelo desastre. O Conselho Fiscal é responsável por fiscalizar a gestão e apreciação das contas, verificar a conformidade das ações realizadas, do ponto de vista contábil e financeiro. Este conselho é composto por 7 membros, porém no site da Fundação eles não haviam divulgado como as vagas são divididas. Ao consultar as atas das últimas reuniões, todos os presentes eram indicações das empresas causadoras do desastre, alguns indicados pelo Estado, mas nenhum presente representava os atingidos.

Em 2018, o Ministério Público Federal, a União e os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, moveram duas ACPs em face da Fundação Renova e suas mantenedoras Samarco/Vale/BHP Billiton. Esta Ação buscou alterar o sistema de governança da Renova que havia sido estabelecido de acordo com o primeiro TTAC assinado pelas mineradoras responsáveis pelo desastre, os Estados citados à cima e outros entes de suas administrações públicas. As ACPs buscavam o aprimoramento de mecanismos que garantissem a participação efetiva dos atingidos em todas as fases do processo de reparação dos danos, além de buscar instituir uma nova rodada de negociação em torno dos programas de reparação. Como resultado destas ACPs, foi criado o Termo de Ajustamento de Conduta Governança (TAC Governança) que estabeleceu a implementação das câmaras regionais e comissões locais que deverão ser organizadas pelas assessorias técnicas que serão escolhidas pelos atingidos.

A presença e atuação da Fundação Renova tem sido bastante questionada na foz do rio Doce, pelo conjunto das populações que vivem ali. Posso citar aqui pelos menos dois programas executados pela Fundação que têm sido criticados pelas comunidades: o cadastramento dos atingidos e atingidas e o Programa de Indenização Mediada – medida de negociação direta, entre empresa e atingido, para o pagamento de indenização, sem a presença da justiça oficial. Assim, o trabalho de campo revelou uma série de questões atinentes ao que a Fundação Renova tem representado neste quadro de destruição causado pelo rompimento da barragem. A (quase ausência de) responsabilização das empresas Samarco/Vale/BHP Billiton com relação a este contexto de desastre na bacia e foz do rio Doce, os impactos sofridos pela comunidade de Entre Rios com a chegada da lama de rejeitos, o percurso da luta pela terra vivido pela comunidade e sua reprodução social, além da criação da Fundação Renova como gestora da destruição produzida pelo desastre da Samarco são problemáticas que ganham força neste contexto.

Valter me contou que após a chegada da lama e da Renova, ele notou que, a cada dia que passa, eles estão sendo perseguidos. Ele achou que após o derramamento da lama de rejeitos, as condições para a conquista efetiva da terra em Entre Rios poderiam ficar mais difíceis, pois ele pensava inclusive que poderiam transformar Entre Rios numa reserva do tipo que não permita a permanência da comunidade. Valter identificou esse desejo no próprio IBAMA. Esta preocupação apareceu em outras falas ao longo do trabalho de campo, a respeito do poder do IBAMA na condução das políticas ambientais de conservação na área da foz em face do modo de vida das populações em Regência, como os pescadores e também os camponeses ribeirinhos e extrativistas. Mas o que chamou a atenção neste relato de Valter foi quando ele relacionou o pagamento das indenizações, por parte da Samarco, a proprietários de terra como forma de desapropriação de áreas que estão em locais que poderiam ser destinados a algum tipo de preservação ambiental, o que é muito presente no entorno da foz. Dessa forma, os proprietários receberiam um tipo de renda por uma propriedade que, em verdade, pode ser terra devoluta, por ser área de preservação ambiental e de interesse do IBAMA.

Então pode ser o meio pra eles poder tirar nós pra talvez a gente não ganhar o título da terra e algum benefício do governo se vem, fica pra eles.... Porque, tipo, eles estando no poder da terra, fica fácil pra eles darem uma multa na empresa, porque tem uma área de desapropriação de um fazendeiro que estão em cima da terra mais de 40 anos... eles estão aproveitando o desastre pra empresa pagar pra desapropriar os

fazendeiros, então... Fazendeiro tá em cima da terra criando boi, transportando coco, isso e aquilo outro... nós aqui pra eles somos fichinha, é uma canetada rápida e ligeira.... Essa meia já tá antiga já pra área de apropriação. Nós já participamos de reunião lá mais de uma vez, só que o governo não tinha dinheiro para desapropriar os fazendeiros. Mas com essas multas aí agora, esse dinheiro aí (as indenizações e multas pagas pela Renova), ela vai ter que passar o dinheiro para o governo, para o governo pagar os fazendeiros e a terra voltar para o IBAMA (Valter, entrevista em trabalho de campo; 2018).

Não consegui levantar informações precisas sobre este procedimento e a relação entre indenizações, desapropriações e a influência do IBAMA. O que apareceu em outros relatos foi a preocupação com relação à força do IBAMA/ICMbio<sup>22</sup> na região da foz, a perspectiva de conservação levada a cabo por estas entidades e a maneira como ela se choca com os interesses e modo de vida de outras populações. Mas neste relato de Valter já apareceu o problema das indenizações e das formas de monetarização das relações sociais na foz, em virtude dos programas tocados pela Renova, no sentido da regeneração e recuperação socioambiental e socioeconômica na perspectiva imposta pelos causadores do desastre. Nesse sentido, Valter comenta que atualmente está sobrevivendo apenas do Auxílio Financeiro Emergencial (AFE) – o “cartão” – pago pela Samarco/Vale/BHP Billiton.

Mas pra te falar a verdade, eu tô vivendo hoje com o cartãozinho que tem aí e de vez em quando que eu faço umas diária de pedreiro pra tentar sobreviver. Mas antes eu vivia bem, enchia essa carrocinha de banana aí... pode chegar dentro de Regência e procurar saber.

O AFE é um dos programas sob responsabilidade da Fundação Renova e que conta na Cláusula 8 do TTAC. De acordo com a Renova (s.d), o objetivo deste programa é:

Prestar auxílio financeiro emergencial à população impactada que tenha tido comprometimento de sua renda em razão de interrupção de suas atividades produtivas ou econômicas em decorrência do rompimento, até o restabelecimento das condições para retomada das atividades produtivas ou econômicas.

O auxílio financeiro é pago mensalmente, por meio de um cartão. O valor, que também foi estipulado no TACC, na cláusula 137, é de um salário mínimo, acrescido de 20% por dependente e mais uma cesta básica, conforme o valor estipulado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE).

Lucia, esposa de Valter, relatou que também dependiam do seu trabalho na mercearia que mantinham em Regência, mas na hora de receberem o AFE somente Valter teve

---

<sup>22</sup> Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

direito e ela entrou no cadastro como dependente, inclusive no Programa de Indenização Mediada (PIM), outro programa tocado pela Renova e que tem gerado constantes assédios sobre os atingidos, por parte da Fundação. O PIM também é parte dos acordos estabelecidos pelo TTAC e está garantido na clausula 1, parágrafo ix. Valter comentou que seu cadastramento emergencial para o AFE foi relativamente rápido, se comparado com a demora e negligência que alguns vizinhos e conhecidos enfrentaram e que foi cadastrado como agricultor. Ele contou que, possivelmente, por estar muito próximo do rio e ter sofrido danos consideráveis o seu pedido foi mais célere. Inclusive quando a equipe responsável pelo cadastramento, na ocasião, visitou o seu lote ainda estava bastante visível a destruição inicial, pois a visita técnica ocorreu em dezembro, um mês depois da chegada da lama de rejeitos. Valter também comentou sobre os critérios para a confirmação de que o sujeito é atingido e/ou agricultor em Entre Rios. De acordo com Valter, o critério não poderia passar apenas por um marco temporal que se confunde, inclusive, com o direito a posse. Além desse critério, também deveria pesar o fato de o agricultor estar trabalhando e produzindo na terra, de maneira a diferenciar quem de fato vive da agricultura ou quem está na busca pelo AFE e utilizando o argumento de ser posseiro há algum tempo, para ter direito de receber o auxílio. De fato, este é um problema que a comunidade tem vivenciado, mas que em boa medida é reflexo da maneira como a Fundação Renova tem tocado os processos de cadastramento dos atingidos. Aplicaram uma metodologia estandardizada, dividida em categorias individualizadas e desconectada com a realidade coletiva e territorial na qual o atingido está inserido, de acordo com a Nota Técnica Nº 32 da Câmara Técnica de Organização Social e Auxílio Financeiro do Comitê Interfederativo (CTOS/CIF, 2019).

Quando perguntei para Valter se no período de cheias do rio, entrava água em sua casa, ele me respondeu que sim. Na verdade, Valter tem outra casa na vila de Regência, onde ele passa uma parte do tempo, principalmente durante o período das cheias. Mas ele me disse que pretendia subir mais um andar na casa construída em seu lote, que possuía apenas o andar térreo, quando receber o pagamento da indenização. Entretanto, ele também me disse que as incertezas, com relação a situação propriamente fundiária em Entre Rios, o preocupava a ponto de ele repensar se valia a pena investir na melhora de sua casa. As indenizações têm permeado as expectativas dos camponeses ribeirinhos em Entre Rios e a possibilidade de ter esta renda para poder investir na produção, capital fixo, melhorias mais gerais nas condições de vida, se apresentava como uma boa



possibilidade. Mas, por outro lado, a relação com o PIM e com o EFE também tem causado transtornos, do ponto de vista dos processos organizativos internos à luta pela terra dos camponeses ribeirinhos de Entre Rios. Estes programas têm atraído pessoas para a comunidade que vão em busca da possibilidade de se enquadrarem como atingidos e serem beneficiadas. Esta questão não passa apenas por uma avaliação moral nem, tampouco, de honestidade em sentido estrito. Acredito que sinaliza muito mais para os limites do determinismo econômico e empreendedorista dos programas propostos pela Renova e pelo contexto de desintegração social como rebatimento da crise de valorização do capital que tem produzido miséria, desemprego e pobreza em todas as partes do globo.

Nesse sentido, Carlos foi preciso em sua fala quando me disse que “a Renova, ela traz um monte de fantasia”. Ele questiona a ausência de testes e laudos que comprovam as reais condições do solo e da água em Entre Rios:

Então a gente precisava de uma análise, de um negócio, uma pessoa que viesse falasse a verdade pra gente. Porque até hoje as conversa são cruzada. Da parte dos grandes, é muita promessa, é muita coisa, mas... (...) A gente percebe que tem muita conversa cruzada (Carlos, entrevista em trabalho de campo; 2018).

Carlos comentou as ações burocráticas da Renova, quando do cadastramento e questionou as exigências por documentos que comprovam o quanto a lama prejudicou a vida dele. A Fundação exigiu documentos que comprovam as perdas sofridas por quem foi atingido, mas as empresas tinham condições de saberem que o rompimento da barragem ia acontecer. Então Carlos inverteu o entendimento e colocou as empresas no lugar de quem deve dar respostas e provas ao invés dos atingidos terem que comprovar o quanto foram lesados. Em virtude da economia mercantil simples, do pequeno comércio do pouco excedente produzido pelos camponeses ribeirinhos, Carlos me disse que obviamente eles não tinham nota fiscal daquilo que vendiam, nunca precisaram desse tipo de documento, ainda mais porque não sabiam que seriam atingidos pela lama de rejeitos da Samarco e que, absurdamente, teriam que provar o quanto foram prejudicados para aqueles que produziram o desastre.

(as mineradoras) estavam lá em cima lá, trabalhando todo dia dentro do escritório, que tem câmera pra filmar aquilo tudinho lá, simplesmente as barragens que eles tinha... Vocês não preveu isso... E nós ia prevê poder pegar nota fiscal pra um cacho de banana? Eu não previ nada que vinha lama, tá doendo no meu coração. (Carlos, entrevista em trabalho de campo; 2018).

Carlos também comentou a respeito da chegada de mais algumas famílias na comunidade, depois do desastre, mas preferiu não comentar mais sobre o assunto. Ele diz que devia ter em torno de 35 famílias em Entre Rios e que este número aumentou depois da chegada da lama.

Anderson, que também é camponês ribeirinho em Entre Rios, relatou que a Renova esteve em sua casa para coletar pontos no GPS, tirar algumas fotos e entrevista-los, ele e sua esposa. Ele conta que não estava em casa, só estava a sua esposa e que quando ele chegou, encontrou com os funcionários da Fundação dentro de sua casa. De acordo com Anderson, estes funcionários chegaram e foram entrando para ver se a família realmente morava lá. Porém, Anderson me disse que não precisavam morar ali o tempo todo para terem sido atingidos pela lama. As condições em seu lote estavam melhorando nos últimos anos, ele até já havia conseguido pôr energia elétrica, mas ele não precisaria estar ali durante todo o tempo para entrar no programa de cadastramento. Para Anderson, a Renova não estava resolvendo praticamente nada; ela fingia dedicar-se a implementação dos programas socioeconômicos, fazia contato com os atingidos, criava expectativas, mas não avançava nos projetos de recuperação. Quando o Ministério Público pressionou, ela disse que está em contato com os atingidos. De acordo com Anderson, com a pressão da justiça, a Fundação falou que estava fazendo o que deveriam fazer, mas isso é mentira, pois eles só apareceram para conversar e não resolveram nada. Falaram dos projetos, mas não implementaram nenhum na comunidade:

Ã, que projeto? Tem dois anos e pouco que nós estamos esperando, que a gente achou que esses projetos já estavam chegando mesmo, fosse fazer real pra ajudar né... cadê os projetos que não chegou nenhum... pra mim essa conversa é a pior que tem, porque perdi tudo do pouco que eu tinha, tinha plantado aqui, agora não tenho nenhum real, eu pensei que os projeto né deles que vem, vai te ajudar, dar muda pra replantar alguma coisa, o benefício, sei lá, as coisas que a gente precisa, muda pra gente replantar, porque é o que seria o maior aqui né pra ajudar a gente.. Ai até pararam de falar um pouco dos projetos, porque não chegou nenhum aqui, vai fazer 3 anos, isso não existe então. (Anderson, entrevista em trabalho de campo; 2018).

Anderson também relata sobre as discrepâncias no cadastramento para o AFE. Ele me disse que algumas pessoas da comunidade que deveriam receber o auxílio não conseguiram e tiveram que ir trabalhar na cidade, já que não havia condições de viver e

produzir na terra depois da lama. Para ele, este problema demonstrava o quanto a Renova estava sendo negligente.

Enquanto o AFE emperrava nos procedimentos de implementação por parte da Renova, Anderson apontou o surgimento de interesses particulares no interior da comunidade relacionados à possíveis acordos com a Fundação. Esta situação tem repercutido na própria Associação de Entre Rios e tem relação com a maneira que a Fundação atuava, com formas de cooptação. Como muitas das vezes a Fundação procurou as “representações” de alguns setores sociais que se tornaram atingidos - associações, colônia de pescadores, representantes do comércio, estas entidades tornaram-se objetos de um tipo de disputa política que girou em torno do acesso parcial a gestão dos programas, na disputa por poucos recursos se comparado com a proporção catastrófica do desastre. Em virtude dos limites metodológicos e intencionais da Fundação, a participação ativa dos sujeitos enquanto atingidos nas deliberações em torno dos programas não se realizou, o que abriu precedente para problemas internos ao conjunto dos setores atingidos como um todo. Conseqüentemente, este problema chegou a Entre Rios e teve na Associação o lugar de anunciação, sobretudo porque ali já haviam se acumulado tensões a respeito da luta pela terra. Então, a Associação que poderia estar servindo como uma ferramenta de aglutinação e unidade, tornou-se objeto de disputa interna. Disputa essa pautada agora pelos problemas decorrentes da gestão do desastre operacionalizada pela Fundação Renova sob os mandos da Samarco/Vale/BHP Billiton.

Dessa maneira, Nelson me disse que no contexto atual, quando chamavam uma reunião para tratarem das questões relacionadas ao conflito pela terra, a adesão era baixa. Porém quando a pauta da reunião era tratar dos programas da Renova, muitas pessoas apareciam. Nelson contou que eles vinham tentando fortalecer a luta pela terra, contando com o retorno do Procurador Federal que os acompanhava desde o momento em que a comunidade se autoidentificou como ribeirinha. No entanto, neste momento ocorreu o rompimento da barragem de Fundão, a lama chegou causando destruição e perdas, mas também acirrando os problemas que a comunidade já vinha enfrentando internamente. Ele contou que já havia se passado 3 anos e ainda a Fundação não havia apresentado nenhum laudo técnico dos impactos da lama na água do rio. A luta pela terra ganhou contornos mais drásticos, para Nelson, já que a Renova contribuiu para conflitos internos à comunidade. Este fator prejudicou as resoluções de problemas, por

exemplo, relacionados ao corte dos lotes já que muitas famílias têm lotes pequenos e que tornam difícil a produção agrícola necessária à sua reprodução.

Assim, para Nelson:

Com a lama veio a samarco, logo em seguida... ai plantou nesse caos ai, sem você ter noção das coisas, plantou a renova, ai plantou o CIF (comitê interfederativo) né, e agora disse que já tem um tal de conselho das calhas do rio né... (Entrevista em trabalho de campo, 2018).

Nelson levantou um ponto importante, relacionado ao problema da terra e a atuação da Renova como perpetuadora do desastre. Ele chamou a atenção para a necessidade de retomarem a produção como forma de subsidiar o direito àquela terra, como argumento que atestaria o interesse pela terra orientado pela produção e pelo modo de vida, mas não pela especulação ou qualquer outro tipo de interesse. Porém, com o desastre da Samarco e a chegada da lama, a agricultura tornou-se mais difícil e ele receava que isso pudesse servir de argumento para a conversão da área de Entre Rios em algum tipo de reserva ambiental que não permita a presença da comunidade, pelo IBAMA. Além disso, a falta de um documento que regularizasse as posses tem sido motivo de preocupação para Nelson, pois a Fundação pode argumentar numa ótica legalista e se recusar a pagar as indenizações, já que eles não têm título de propriedade. A ausência do título, para S.Nelson, os colocava numa situação de vulnerabilidade frente às propostas que a Fundação possa vir a fazer, aquém do que eles reivindicam, mas que pela situação vulnerável algumas famílias poderiam querer aceitar e, talvez, até sair da terra. Nelson relatou que a situação de negociação com a Fundação Renova acontecia de um jeito bastante desigual. Quando o atingido, tratado de maneira individual, procura o escritório da Fundação para negociar o acesso aos programas, ele é recebido por um setor jurídico e um corpo técnico que avalia as alegações e reivindicações levadas pelo atingido. Estas equipes da Renova preparam todo o “cálculo” de acordo com o que foi dito pelo atingido e, ao mesmo tempo, podem contesta-lo baseando-se em termos técnicos e na “expertise”, deslegitimando o lugar do atingido e buscando enquadrá-lo dentro das categorias estabelecidas apriori e que já subsidiam os “cálculos” feitos pelos técnicos da Fundação. Assim, Nelson complementa:

é por causa disso (mencionado à cima) que estamos puxando a assessoria técnica dos atingidos, pra gente ter mais informação e saber que a gente pode ser indenizado um dia... e ela tá vindo através do

MAB<sup>23</sup>, se não fosse o MAB a gente não tinha conseguido o que a gente conseguiu até hoje (entrevista em trabalho de campo; 2018).

As assessorias técnicas foram propostas que surgiram no bojo do TAC governança, resultado das ACPs movidas pelo Ministério Público Federal (MPF) em face da governança anterior estabelecida pelo primeiro TTAC. O TAC governança criou uma série de instrumentos visando garantir a participação real e efetiva dos atingidos nos processos deliberativos e executivos da reparação dos danos. Quando apresentei, no começo deste item, a governança da Fundação Renova ficou patente a baixa participação dos atingidos nas instâncias que compõem tal governança. Quando se fala das instâncias deliberativas, a participação dos atingidos é ainda mais baixa, quase nula. Foi no sentido de reverter este quadro que o TAC governança foi proposto, por meio da intervenção jurídica do MPF. A proposta do TAC governança é a criação de 39 comissões locais, 06 câmaras regionais e 01 fórum de articulação das câmaras, todos compostos pelos atingidos e supervisionados pelos Ministérios Públicos e Defensorias Públicas, custeados pelas mineradoras que produziram o desastre. As comissões locais (de atingidos) servem de suporte para as assessorias técnicas. As comissões vão escolher as assessorias que serão divididas territorialmente, como definido no TAC governança, de maneira que as comissões terão poderes de adequação de medidas reparatórias, proposição de novos programas e até mesmo revisão dos programas reparatórios já em vigor, subsidiados pelo trabalho das assessorias técnicas. No Espírito Santo, os territórios são:

- . Território de Baixo Guandu (ES)
- . Território de Colatina e Marilândia (ES)
- . Território de Aracruz e Serra (ES)
- . Território das Terras Indígenas Tupiniquim, Comboios e Caieiras Velha II (ES)
- . Território de Regência (ES)
- . Território de Povoação (ES)
- . Território de Linhares (ES)
- . Território da Macrorregião Litoral Norte Capixaba, Território Quilombola de Degredo e Norte de Linhares (ES)

---

<sup>23</sup> Movimento dos Atingidos por Barragens. Tratarei do MAB no próximo item deste capítulo.

Losekann e Milanez (2018) afirmam que, de maneira geral, o acordo representado pelo TAC governança apresentou pequenos avanços quando comparado com os acordos anteriores, sobretudo com relação à criação das assessorias técnicas voltadas para os atingidos. Entretanto, “a institucionalização da participação, proposta como forma de contrabalancear a dimensão de governança existente, demonstra ganhos muito restritos para as pessoas atingidas” (2018, p. 26). Estes pequenos avanços tendem, de acordo com Losekann e Milanez, a se reduzirem ainda mais, em virtude do complexo desenho institucional que vai se estabelecendo dentro das disputas de interesses. São conflitos que envolvem diferentes atores num contexto de poder consideravelmente desigual entre as partes. Nesse sentido, as críticas que Milanez e Pinto (2016) fazem a respeito do primeiro TTAC se mantêm, em alguma medida, já que as empresas ainda possuem um lugar privilegiado nos novos arranjos institucionais. Isto pode ser visto no fato de os avanços na participação dos atingidos ter sido muito pequena diante do tamanho considerável desta categoria social lamentavelmente em proeminência no Brasil, em detrimento do poder mantido pelas empresas mesmo sendo elas culpadas pelo desastre.

Assim, a institucionalização da participação, vista sob o prisma dos processos de enfrentamento às consequências drásticas da expansão capitalista, novamente se apresenta como um problema no seio da luta de classes no Brasil. Corre-se o risco do atingido tornar-se um tipo de “trabalhador terceirizado” na gestão do desastre levada a cabo pela Fundação Renova e promovida pela Samarco/Vale/BHP Billiton.

### **3.3 De ribeirinho a atingido: a luta pela terra da comunidade de Entre Rios, no contexto do desastre da Samarco**

Os conflitos no campo brasileiro tem sido uma constante na história do desenvolvimento do modo capitalista de produção, desde a colonização até os dias de hoje. A formação da propriedade da terra à maneira brasileira é tributária do desenvolvimento desigual e contraditório, na medida em que a lógica da acumulação capitalista aprisionou a terra e liberou o trabalho, mas de maneira em que a modernização do Brasil se constituiu exatamente sob o signo de seu “atraso”, correspondente à centralidade que a forma social da propriedade capitalista ganhou neste processo. A produção capitalista de relações não capitalistas de produção tem ocasionado contraditoriamente a reprodução do campesinato e do rentismo como parte

necessária na acumulação do capital. Nesse sentido, à medida que a terra se converte em mercadoria e propriedade privada, o camponês se estabelece na rota de conflito com o proprietário. Uma tentativa de destruição da economia mercantil, mas que a repõe e caracteriza os sentidos da formação territorial brasileira que pode ser vista através do lugar que a circulação ocupa no desenvolvimento desigual do capitalismo brasileiro.

Os conflitos entre camponeses que historicamente tiveram o direito à posse da terra negado, e os proprietários de terra marcam, ao fim e ao cabo, a territorialização do capital como forma de ser da formação territorial brasileira, já que o território é a expressão concreta da luta de classes. Nesse sentido, se a produção capitalista de relações não capitalistas de produção ainda é o que explica, em partes, a expansão geograficamente desigual e historicamente combinada do capitalismo brasileiro, os conflitos por terra no país permanecem como uma constante. A permanência dos conflitos, visto como constitutivos do território capitalista, se manteve em todos os períodos da história econômica brasileira, variando ao longo do tempo, de acordo com as crises instauradas pelos limites e contradições do próprio modo capitalista de produção. Por isso, foi necessário pensar o território como expressão da luta de classe, num período em que essas lutas passam a se realizar numa conjuntura composta por novos fatores, marcada pela ascensão do neoliberalismo e, posteriormente, pela chegada de um partido de esquerda no governo do Brasil.

Os governos do PT, sob o sentido lulista, operacionalizaram uma política orientada por um momento de valorização do capital profundamente marcado pela expansão fictícia dos lucros. Isso teve rebatimentos severos, que se apresentaram posteriormente pela maneira como a crise do *subprime* chega até o Brasil, intensificando os aspectos da crise capitalista. Mesmo que o lulismo tenha promovido políticas assistenciais e tenha tentado estabelecer um tipo de desenvolvimentismo capaz de manter a conciliação de classes, não foi o suficiente para acertar a imensa fratura social característica do Brasil, tampouco era essa a ideia. A crise brasileira sob o lulismo então se evidencia tanto no contexto político, no qual a luta de classes ganha uma forma pragmática profundamente imbricada com o desenvolvimento do capital, como também no econômico, com a dissolução dos anseios desenvolvimentistas explicitando o caráter rentista das classes dominantes brasileiras. É nesse sentido que a passagem do boom ao pós-boom do preço das commodities revelou os limites profundos do lulismo e, ao mesmo tempo, o quanto

a irracionalidade da valorização capitalista contemporânea expressou o anacronismo da política frente a crise do capital. Os aspectos da acumulação por espoliação, que marcaram uma nova rodada de acumulação capitalista na crise, produziram efeitos como o desastre causado pela Samarco. A maneira como o fracasso do Estado territorial emerge neste contexto, faz valer esse anacronismo, já que as empresas no afã de cumprir com seus compromissos financeiros impõem as regras, inclusive, jurídicas para a gestão da barbárie capitalista realizada pelo Estado.

Nesse sentido, a restauração da economia como força coercitiva social ou a “revolução neoliberal” (STREECK, 2018), juntamente com uma suave liberalização do controle político marcou o fortalecimento da pauta dos “direitos”. Um período em que o conflito distributivo entre as classes sociais se intensificou pendendo, obviamente, para o lado dos “dependentes de lucros”. Esta foi a passagem dos anos 1970 para o princípio do século XXI, o que situa todo o debate caloroso pelos direitos durante a constituinte brasileira na crise do capitalismo democrático no centro do capital. Esta passagem, marcada aqui pela reabertura democrática, enseja a balconização do Estado brasileiro (MORAES, 2005) na expansão do neoliberalismo para as economias dos países periféricos. O conflito “distributivista” aqui possuía outra face que era (e ainda é) a da violência sistêmica, característica da reprodução das relações não capitalistas na produção do capital. Todavia, há que se considerar que, ao mesmo tempo em que a questão dos direitos serviu como mediação na transição pacífica da ditadura para a democracia e, na sequência, como dispositivo para a conciliação lulista, os direitos territoriais também passaram a compor a luta de classes, mesmo em seus momentos de menor intensidade. Enquanto havia a possibilidade de repactuar a guerra de classes tendo o fundo público como mediador, os direitos territoriais serviram como garantias constitucionais bastante parciais, explicitadas no “combate à pobreza” lulista e que tentava mascarar a violência no campo, que nunca cessou. Agora, com a crise do lulismo, a ascensão de um governo de ultradireita aliançado com os grandes proprietários de terra (e) rentistas e a impossibilidade concreta de conciliação dada inclusive pela crise do Estado endividado (STREECK, 2018), abre-se um novo período da luta de classes no Brasil. A luta pela terra dos camponeses ribeirinhos de Entre Rios tem de lidar com as consequências do fim da conciliação via direitos territoriais promovidos pelo lulismo e os efeitos colaterais desta conciliação vistos na contra-



reforma agrária e no desastre da Samarco como subproduto da acumulação por espoliação.

A autoidentificação ribeirinha significou uma possibilidade concreta de resistência à tentativa de expropriação vivida pelos camponeses de Entre Rios, nos marcos dos direitos territoriais ratificados pelo lulismo e constituída historicamente pelo acúmulo político do “pacto conservacionista”. No entanto, agora ela encontra outro lugar que é na própria reconfiguração do campesinato em Entre Rios. A conciliação dada pelos direitos territoriais se findou, porque o lulismo está em crise fora do governo e o pacto conservacionista tem encontrado outros parceiros como, por exemplo, o mercado de pagamento por serviços ambientais e sua relação com o capital financeiro. A reconfiguração do campesinato ribeirinho em Entre Rios já possui a autoidentificação como acúmulo político e a possibilidade de realização da luta por aquela fração de território. Não obstante os limites das políticas territoriais, os camponeses já estão aglutinados em torno da luta pela terra e isso é saldo político-organizativo. Todavia, a crise dos preços das commodities e a barbárie capitalista produziu uma segunda camada na luta travada pelos camponeses ribeirinhos de Entre Rios: o desastre da Samarco e a conseqüente chegada da lama na foz do rio Doce. De ribeirinhos, tornaram-se *atingidos*.

Anderson relatou que agora eles precisam lidar com o problema da terra e o problema da lama. O problema da terra passou pelo enfrentamento à União, mas agora depois da lama a terra tornou-se uma incógnita, pois ele queria a terra para poder trabalhar, plantar e depois que chegou a lama ele já não sabe se poderá fazer isso:

Rapaz, o que mudou, piorou... Porque a gente já estava na luta contra a União, pela terra e a terra estava limpa né... tinha uma esperançazinha maior, tinha uma esperança de conquistar a terra sabendo que a terra é uma terra boa que produz. Ai veio a lama, a gente continua com a briga contra a União, arrumamos uma briga maior agora com a Renova, e agora ficou uma interrogação quanto a terra né, quanto a qualidade da terra, o rio (entrevista em trabalho de campo; 2018).

Os camponeses ribeirinhos de Entre Rios desde o desastre da Samarco passaram a ter de lidar com as mudanças não só no seu modo de vida e reprodução social, mas com as mudanças ocasionadas na luta pela terra. Há uma sobreposição de conflitos com características distintas, mas que se encontraram justamente na luta que a comunidade já

vinha constituindo, de modo que se tornou difícil tratar dos problemas separadamente. Quando estava em trabalho de campo, no dia em que cheguei na comunidade, ocorria uma reunião entre eles, a Defensoria Pública e o Ministério Público Federal. As pautas giravam em torno dos programas socioeconômicos da Renova em boa medida, mas também tratavam do conflito pela terra. O promotor chamou a atenção para a necessidade de união entre as famílias, para poder fortalecer a luta da comunidade, pois os conflitos internos podem atrapalhar. Além de tratarem dos conflitos com a Renova, os magistrados também abordaram os problemas da terra, conversaram sobre os documentos que os ribeirinhos precisavam apresentar para atestar a quanto tempo estavam posseando aquela área, que haviam chegado antes da União Engenharia. Também falaram sobre o TAUS e a ACP que estavam movendo contra esta empresa. Dessa maneira, a judicialização da luta pela terra, sobretudo diante da problemática ambiental, se soma ao complexo arranjo institucional no qual se encontram os mecanismos para viabilizar a participação dos atingidos nos processos decisórios relacionados aos programas e projetos de regeneração e recuperação encapados pela Renova.

Também é representativo da passagem do ribeirinho para o atingido, a participação de alguns ribeirinhos de Entre Rios no Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). O MAB é um movimento social que tem a sua gênese no fim dos anos 1970, na luta contra as construções das hidrelétricas, em favor dos atingidos pelas represas. Reivindicam o pagamento de indenizações justas, o reassentamento e buscam organizar os atingidos, para fazer a luta. O MAB é um movimento de atingidos por barragens de hidrelétrica, porém agora tornou-se também um movimento de atingidos por rompimentos de barragens. Mesmo havendo diferenças entre os impactos causados pela barragem de mineração e pela barragem de hidrelétrica, o MAB tem buscado formas de conseguir mobilizar os atingidos pelos rejeitos, desempenhando um papel relevante no enfrentamento aos descabros promovidos pelas empresas de mineração. Como o MAB já havia acumulado experiência em processos de compensação e reparação de danos causados por barragens, o movimento vem enfrentando de maneira os problemas contidos na atuação da Fundação Renova. Com o TAC governança, o movimento realizou uma série de mobilizações e trabalho de base em torno da importância das assessorias técnicas e conseguiu pautar uma organização parceira na disputa das licitações abertas para a contratação das assessorias.

Todavia, diante dos problemas apresentados por Losekann e Milanez (2018), com respeito aos limites dos complexos arranjos institucionais, a atuação do movimento encontra limites impostos por tal arranjo. Há um problema que está no cerne da criação do TAC governança que passa pela maneira como ele foi elaborado, antecedendo à criação das assessorias, vindo “de cima”, o que retardou os processos organizativos dos atingidos. Nesse sentido, as pequenas conquistas relacionadas à garantia da participação dos atingidos nos processos decisórios de recuperação e regeneração dos danos, podem converter as assessorias em formas reprodutoras da burocracia estabelecida pelos responsáveis pelo desastre, com a anuência do Estado. Losekann e Milanez (2018) chamam a atenção para as implicações no território dos processos concernentes à complexidade do desenho institucional, no qual se inserem as assessorias. Eles ressaltam as experiências de assessorias técnicas que já estão atuando em Minas Gerais, como é o caso da Associação Estadual de Desenvolvimento Ambiental e Social (AEDAS) que foi escolhida pelos atingidos da cidade de Barra Longa. Indicam “uma utilização estratégica do TAC-Governança, pela Fundação Renova, como forma de postergar as decisões que poderiam, pelo conteúdo do próprio Termo, ser tomadas no território” (2018, p. 62). Nesse sentido, Losekann e Milanez apontam para a possibilidade de burocratização dos caminhos e acessos a serem percorridos pelos atingidos, com relação à possibilidade de interação com os programas para a reparação integral. Isto exigirá tempo e esforço das pessoas atingidas para alcançarem efetivamente a reparação dos danos sofridos.

Logo, a atuação junto aos atingidos, por parte dos movimentos sociais, demanda efetivamente um conteúdo político emancipatório para que os processos de territorialização da luta não sejam substituídos pela territorialização da burocracia, afirmando o lugar de poder das empresas causadoras do desastre. Assim, a atuação dos camponeses ribeirinhos de Entre Rios, emula o histórico de lutas do campesinato brasileiro, num cenário de desintegração do modo de vida, de avanço do neoliberalismo e de crise do capital. Entretanto, enquanto atingidos, a comunidade encontra no MAB um importante instrumento para fazer o enfrentamento necessário, sem deixar tornar-se um gestor terceirizado da barbárie capitalista vivida através do desastre gerido pela Fundação Renova. Há que se inventar uma dialética negativa e destruidora entre

camponês/atingido que, ao fim e ao cabo, são produtos de um mesmo processo histórico de violações, logo uma mesma identidade forjada na luta.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Definitivamente fazer uma pesquisa que congregue a luta pela terra e as consequências catastróficas de um desastre causado por grandes mineradoras não foi uma tarefa fácil. É lamentável e extremamente preocupante uma sociedade que produza objetos de pesquisa desse tipo.

Durante esta pesquisa de mestrado, elaborei uma interpretação de processos sociais sob o prisma da formação territorial, à luz do entendimento em que a reprodução das relações sociais de produção, engendradas na luta de classes, produzia o território capitalista e as classes sociais em luta. Ou seja, uma orientação centrada na luta de classes e no território como seu produto. Assim, o debate correu a partir da formação do posseiro e sua passagem à autoidentificação enquanto ribeirinho no processo de luta pelo direito territorial à posse e usufruto da terra. A luta pela fração de território demarcada pela identidade coletiva ribeirinha fora (e ainda é) marcada pela forma jurídica, estratégica para a gestão da barbárie capitalista operacionalizada pelos governos do Partido dos Trabalhadores. Esta gestão da barbárie, em sua forma econômica, fora marcada pelo boom/pós-boom do preço das commodities. Além disso, houve também uma tentativa de administrar os desdobramentos da crise do capital através de políticas de funcionalização da pobreza, expansão do salário mínimo, investimentos em infraestrutura e geração de emprego. Tudo isso possibilitado pela proeminência das finanças e desdobrado na “expansão” do mercado interno, porém sem efetiva expansão da produção de valor.

Dessa maneira, o desastre da Samarco coroou tal período de gestão da barbárie e revelou alegoricamente as chamadas contradições da política levada a cabo pelo Partido dos Trabalhadores, que se expressaram mais como um tipo de paradoxo numa era da indeterminação (OLIVEIRA, 2007). O rompimento da barragem da Samarco resultou da superprodução de minério de ferro, orquestrada pela diatribe do capitalismo de cassino (KURZ, 2019), revelada na volatilidade dos preços das commodities, nas bolsas de valores. Com a queda do preço do minério de ferro, na bolsa de valores, houve uma maior extração/produção de minério para que dessa maneira a empresa consiga cumprir com seus acordos financeiros junto aos acionistas (MILANEZ, 2016). Esta superprodução gerou uma quantidade ainda maior de rejeito de mineração, ao mesmo

tempo em que as empresas não garantiram a segurança necessária no processo tecnológico de contenção deste rejeito. Preço alto ou baixo, moto-contínuo, a valorização não pode parar nem que seja irracionalmente. Barragem rompida, 50 milhões de m<sup>3</sup> de rejeitos de mineração foram despejados na bacia do rio Doce.

O rejeito, fruto do processo extrativo da mineração, encontra a comunidade ribeirinha de Entre Rios, na foz do rio Doce e os converte em atingidos. A política que produziu os ribeirinhos, no contexto da luta de classes, também produziu os atingidos (resguardados sob a forma jurídica, por dentro dos direitos territoriais, mas sem a garantia de permanência na terra enquanto posseiros, desempregados, precarizados, trabalhadores migrantes etc) – Uma alegoria que retrata as contradições analisadas por mim neste trabalho. A política econômica que possibilitou a gestão da barbárie, resultou num novo quadro de barbárie marcado por desastres produto desta mesma política econômica e esta forma de gestão revelou seu lado mais perverso.

Porém, a análise e avaliação deste processo esteve ancorada numa perspectiva onde a luta de classes orientou o método e ao longo do trajeto da pesquisa algumas questões apareceram. O entendimento do grupo social estudado por mim se estabeleceu num terreno um pouco mais complexo, marcado pelos limites teóricos nas definições práticas de classe social (seja de corte weberiano ou marxista). Digo complexo, porque ao mesmo tempo em que tive de lidar com um imbróglcio teórico-político (classe/identidade), utilizei um esquema interpretativo (reprodução de relações não capitalistas na produção de capital) que poderia correr o risco de homogeneizar a proeminência de grupos que passaram a se organizarem sob a política de identidade territorial no bojo dos direitos territoriais constitucionais. Daí a importância de lançar mão de uma concepção de classe voltada para o fazer-se (*making*), thompsoniana, em que tentei lidar com o turbilhão de conflitos no qual Entre Rios estava imersa. Por isso, as questões que surgiram do meu processo de pesquisa, diziam respeito também aos desdobramentos surgidos por dentro da prática deste esquema de interpretação teórica (luta de classes/campesinato/relações capitalistas/não capitalistas). A relação entre formação territorial e territorialização do capital, resultou do esforço de interpretar geograficamente os problemas em torno do objeto de estudo, ao mesmo tempo em que sinalizava para a necessidade de uma compreensão mais aprofundada do recorte de área que eu estava realizando.

Nesse sentido, o histórico de formação do campesinato brasileiro é marcado por uma vida de luta permanente e cotidiana: luta para ficar na terra, luta para conseguir a terra, luta para trabalhar na terra e luta para viver dignamente na terra. A chegada da lama de rejeitos da Samarco/Vale/BHP Billiton em Entre Rios foi a prova de fogo da força daquela gente que já vinha lidando com uma série de dificuldades relacionadas a tentativa de se reproduzir enquanto camponês naquele lugar. Quando soube da história pretérita dos posseiros de Entre Rios, encontrei os indígenas, negros ex-escravizados e trabalhadores pobres formados pela imposição das relações capitalistas na territorialização do capital, durante a formação territorial brasileira. Neste retorno, foi possível ver o que estes sujeitos enfrentaram ao longo do desenvolvimento do modo capitalista de produção no Brasil e, ao mesmo tempo, o quanto este processo ainda tem sido violento. A opção pelo termo barbárie não é de menor monta, pois não consigo ver outra coisa que não seja isso. Os imperativos da economia política da crise, tem produzido feitos impressionantes como o derramamento de mais de 80 toneladas de lama de rejeitos de mineração na calha de um rio que perpassa dois estados, atende mais de 200 cidades e 3 milhões de pessoas. Expropriações, confinamentos, expulsões, eliminação de grupos populacionais “descartáveis”, genocídios tem dado a tônica da forma de ser do capital no século XXI. Os camponeses ribeirinhos de Entre Rios são mais um grupo que compõe este cenário de barbárie capitalista.

No entanto, a pesquisa me mostrou que o desenvolvimento do capitalismo brasileiro segue em sua lógica contraditória e desigual, mas que os seus desdobramentos apresentaram problemas mais graves, como a sobreposição entre camponês expropriado e sujeito atingido. Foi numa intuição produto dos trabalhos de campo e nos estudos durante o mestrado que me levaram a pensar o que esta passagem alegórica – a do posseiro para o ribeirinho e daí para o atingido – revela sobre o momento atual do modo capitalista de produção no Brasil. Foi por isso que me perguntei sobre o que significava o fenômeno do lulismo diante de um cenário ainda marcado por conflitos por terra e, ao mesmo tempo, pela ratificação de direitos territoriais. Olhando para a comunidade e a sua opção pela autoidentificação como ribeirinho, pude notar o que significou este processo, do ponto de vista da comunidade (identidade/estratégia de luta), mas também, do ponto de vista dos limites desta estratégia impostos pelo caráter conciliatório do lulismo. A contra-reforma agrária, somada à morosidade dos processos de

reconhecimento e efetivação dos direitos territoriais se encontram nesta conciliação. Além da verdade, esta conciliação esteve orientada por um momento da crise de sobreacumulação marcada, por exemplo, pelo boom das commodities. Todavia, a crise de sobreacumulação se desdobrou no pós-boom e num momento mais severo da crise do capital, o que, entre outras consequências, produziu o desastre da Samarco.

A lama chega e junto uma série de desafios para as pessoas atingidas e a luta de Entre Rios. A constituição do sujeito atingido, imiscuído numa série de injustiças marcadas pela gestão da barbárie sob os auspícios do Estado, do capital e da norma, reforça o Estado de exceção (AGAMBEN, 2003) em que vivemos. Nesse sentido, vale a máxima benjaminiana:

A tradição dos oprimidos nos ensina que o “estado de exceção” em que vivemos é a regra. Precisamos construir um conceito de história que corresponda a esse ensinamento. Perceberemos, assim, que nossa tarefa é originar um verdadeiro estado de exceção; e com isso nossa posição ficará melhor na luta contra o fascismo. Este se beneficia da circunstância de que seus adversários o enfrentam em nome do progresso, considerado como uma norma histórica. – O assombro com o fato de que os episódios que vivemos no século XX “ainda” sejam possíveis, *não é um assombro filosófico*. Ele não gera nenhum conhecimento, a não ser o conhecimento de que a concepção de história em que se origina é insustentável (BENJAMIN, 2012; p. 245).



## REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção**. Homo sacer, II, I. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2004.

ALMEIDA, Ceciliano Abel de. **O Desbravamento das Selvas do Rio Doce**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1959.

ARANTES, Paulo Eduardo. **Extinção**. São Paulo: Boitempo, 2007.

BECKER, Bertha. **O Norte do Espírito Santo, Região Periférica em Transformação** (conclusão). Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro. Ano 35, n.0 4. p. 3-145. Out/dez. 1973.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 8ª ed. revista. São Paulo: Brasiliense, 2012.

BERCOVICI, Gilberto. A Constituição na Encruzilhada. Margem Esquerda, v. 31, p. 48-53, 2018.

BORGO, Ivan Anacleto Lorenzoni, ROSA, Léa Brígida Rocha de Alvarenga, PACHECO, Renato Rocha de Alvarenga. **Norte do Espírito Santo: Ciclo Madeireiro e Povoamento**. EDUFES: Vitória, 1996.

CARVALHO, Laura. **Valsa Brasileira: do boom ao caos econômico**. São Paulo: Todavia, 2018.

CATINI, Carolina de Roig. **Privatização da educação e gestão da barbárie**. 2ª ed. Edições lado esquerdo, 2018.

CHESNAIS, François. **A proeminência da finança no seio do “capital em geral”, o capital fictício e o movimento contemporâneo de mundialização do capital**. In: Brunhoff, S. et al. **A finança capitalista**. São Paulo: Alameda, 2010.

CPT, Comissão Pastoral da Terra. **Caderno de conflitos nos campo 2002**. Goiania: CPT Brasil, 2003.

CPT, Comissão Pastoral da Terra. **Caderno de conflitos nos campo 2003**. Goiania: CPT Brasil, 2004.

CPT, Comissão Pastoral da Terra. **Caderno de conflitos nos campo 2004**. Goiania: CPT Brasil, 2005.

CPT, Comissão Pastoral da Terra. **Caderno de conflitos nos campo 2005**. Goiania: CPT Brasil, 2006.

CPT, Comissão Pastoral da Terra. **Caderno de conflitos nos campo 2006**. Goiania: CPT Brasil, 2007.

CPT, Comissão Pastoral da Terra. **Caderno de conflitos nos campo 2007**. Goiania: CPT Brasil, 2008.

CPT, Comissão Pastoral da Terra. **Caderno de conflitos nos campo 2008**. Goiania: CPT Brasil, 2009.

CPT, Comissão Pastoral da Terra. **Caderno de conflitos nos campo 2009**. Goiania: CPT Brasil, 2010.

CPT, Comissão Pastoral da Terra. **Caderno de conflitos nos campo 2010**. Goiania: CPT Brasil, 2011.

CPT, Comissão Pastoral da Terra. **Caderno de conflitos nos campo 2011**. Goiania: CPT Brasil, 2016.

CPT, Comissão Pastoral da Terra. **Caderno de conflitos nos campo 2012**. Goiania: CPT Brasil, 2015.

CPT, Comissão Pastoral da Terra. **Caderno de conflitos nos campo 2013**. Goiania: CPT Brasil, 2014.

CPT, Comissão Pastoral da Terra. **Caderno de conflitos nos campo 2014**. Goiania: CPT Brasil, 2015.

CPT, Comissão Pastoral da Terra. **Caderno de conflitos nos campo 2015**. Goiania: CPT Brasil, 2016.

CPT, Comissão Pastoral da Terra. **Caderno de conflitos nos campo 2016**. Goiania: CPT Brasil, 2017.

CPT, Comissão Pastoral da Terra. **Caderno de conflitos nos campo 2017**. Goiania: CPT Brasil, 2018.

CPT, Comissão Pastoral da Terra. **Caderno de conflitos nos campo 2018**. Goiania: CPT Brasil, 2019.

CUNHA, Manuela Carneiro da e ALMEIDA, Mauro William Barbosa de. **Populações Tradicionais e Conservação Ambiental**. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo: Ubu editora, 2017.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo: Ubu editora, 2017.

DARDOT, Pierre e LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre uma sociedade neoliberal. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

FÉLIZ, Mariano e PINASSI, Maria Orlanda (org). **La farsa neodesarrollista y las alternativas populares en América Latina y el Caribe**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Herramienta, 2017.

FERREIRA, Simone Raquel Batista. **Marcas da colonialidade do poder no confito entre a mineradora Samarco, os povos originários e comunidades tradicionais do Rio Doce**. In: MILANEZ, Bruno e LOSEKANN, Cristiana (org). **Desastre no Vale do Rio Doce: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição**. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2016.

FERREIRA, Simone Raquel. B. e SANDERS FILHO, Ladislau Pereira. **Comunidades Tradicionais e Disputas Territoriais no Espírito Santo**: um estudo a partir do banco de dados DATALUTA. Boletim DATALUTA, v. 67, p. 2-10, 2013.

GONÇALVES, Felipe P. A **Atividade Energética e riscos no litoral de Linhares**: problemas e perspectivas para a gestão do território. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Espírito Santo, 2011.

HARVEY, David. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

HARVEY, David. **Os limites do capital**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

HEIDEMANN, Heinz Dieter. Et al. **O trabalho no Brasil: traçado interpretativo de sua história de formação e de sua crítica**. Revista de Estudos Avançados 28 (81). USP, 2014.

IZOTON, João Paulo L. et al. **Rompimento da barragem de Fundão (SAMARCO/VALE/BHP BILLITON) e os efeitos do desastre na foz do Rio Doce, distritos de Regência e Povoação, Linhares (ES)**. Relatório de pesquisa. GEPEDES. 2017.

KURZ, Robert. **A ascensão do dinheiro aos céus: os limites estruturais da valorização do capital, o capitalismo de cassino e a crise financeira global**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES. n. 28, p. 55-115. Janeiro-Junho, 2019. ISSN 2175-3709

LEFEBVRE, Henri. **Estrutura Social: a reprodução das relações sociais**. In. FORACCHI, Marialice Mencarini e MARTINS, José de Souza. **Sociologia e Sociedade**: leituras de introdução à sociologia. Rio de Janeiro / São Paulo: Livros técnicos e científicos, 1977.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal, lógica dialética**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

LOSEKANN, Cristiana e MILANEZ, Bruno. **A emenda e o soneto**: notas sobre os sentidos participação no TAC de governança. In. **Revista Versos**: textos para discussão. Vol 2. No. 1, pp. 26-46, 2010. UFJF.

LÖWY, Michel. **A teoria do desenvolvimento desigual e combinado**. Revista Outubro (*on line*), ed. 1. 1998.

LUXEMBURG, Rosa. **A acumulação do Capital**: contribuição ao estudo econômico do imperialismo / Anticrítica Apêndice: a crítica de G. Eckstein. 2ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

LUXEMBURGO, Rosa. **Textos escolhidos – Vol. II (1914 – 1919)**. 2ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

MARACCI, Marilda T. **Progresso da Morte, Progresso da Vida**: a reterritorialização

conjunta dos Tupiniquim e dos Guarani em luta pela retomada de suas terras- territórios (Espírito Santo-Brasil). Tese (Doutorado em Geografia). Niterói: Instituto de Geociências/UFF, 2008.

MARINATO, Francieli Aparecida. **Nação e civilização no Brasil: os índios Botocudos e o discurso da pacificação no Primeiro Reinado**. Dimensões – Revista de História da Ufes, n. 21, p.41-62, 2008.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **O modo de vida camponês sertanejo e sua territorialidade no tempo das grandes fazendas e nos dias de hoje em Ribeira-PB**. 1994. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **De sem-terra a “posseiro”, a luta pela terra e a construção do território camponês no espaço da reforma agrária: o caso dos assentados nas fazendas Retiro e Velha – GO**. 2000. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e Violência: a questão política no campo**. Edição revista e ampliada. 3ª ed. São Paulo: Editora HUCITEC; 1991.

MARTINS, José de Souza. **O Cativo da Terra**. 8ª ed. São Paulo: Editora HUCITEC; 2004.

MARTINS, José de Souza. **O Cativo da Terra**. 9ª ed. São Paulo: Contexto, 2017.

MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a Política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. 1ª ed. – Petrópolis: Editora Vozes; 1981.

MARX, Karl. **Grundrisse**. Manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: ed. UFRJ, 2011.

MAZOYER, marcel; ROUDART, Laurence. **História das Agriculturas no Mundo: do neolítico à crie contemporânea**. [tradução de Cláudia F. Falluh Balduino Ferreira] – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **Conflitos fundiários e violência no campo**. In. Conflitos no Campo – Brasil 2014. Antônio Canuto, et al. (org.): CPT Nacional – Brasil, 2014.

MILANEZ, Bruno e LOSEKANN, Cristiana (org). **Desastre no Vale do Rio Doce: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição**. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2016.

MILANEZ, Bruno e PINTO, Raquel Giffoni. **Considerações sobre o Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta firmado entre Governo Federal, Governo do Estado de Minas Gerais, Governo do Estado do Espírito Santo, Samarco Mineração S.A., Vale S. A. e BHP Billiton Brasil LTDA**. Poemas, 2016.

MILANEZ, Bruno et al. **Antes fosse mais leve a carga: introdução aos argumentos e recomendações referentes ao desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton**. In: **Antes fosse mais leve a carga: reflexões sobre o desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton**.

Marabá, PA: Editorial Iguana, 2016.

MILANEZ, Bruno et al., **A firma e suas estratégias corporativas no pós-boom das commodities**. In: **Antes fosse mais leve a carga: reflexões sobre o desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton**. Marabá, PA: Editorial Iguana, 2016.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio. **A ação territorial de uma igreja radical: teologia da libertação, luta pela terra e atuação da comissão pastoral da terra no Estado da Paraíba**. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

MORAES, Antonio Carlos Robert de. **Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI**. 2ª ed. São Paulo: Annablume, 2011.

MORAES, Antonio Carlos Robert de. **Território e História no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Annablume, 2005.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. **Colonização oficial e espontânea na fronteira norte do Espírito Santo**. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo**, Vitória, n. 55, 2001, p. 87-104.

MOREL, Marco. **Independência, vida e morte: os contatos com os Botocudos durante o Primeiro Reinado**. In: **Dimensões**. Revista de História da UFES. Vitória, nº 14, p. 91-113, 2002.

NARDOTO, Eliezer Ortolani e OLIVEIRA, Herinéia Lima. **História de São Mateus**. São Mateus: EDAL, 1999. 1ª Edição.

NETO, Jaime Bernardo. **Gênese da Estrutura Agrária do Espírito Santo: estudo comparativo entre os domínios da pecuária no Extremo Norte e as áreas de pequenas propriedades no Centro-Sul**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, 2012.

NETO, Jaime Bernardo. **Pequenas propriedade rurais e estrutura fundiária no Espírito Santo: uma tentativa de entendimento das particularidades capixabas**. Monografia, Departamento de Geografia. UFES, 2009.

OCCA, Observatório dos Conflitos no Campo. **Relatório de identificação do território tradicional ribeirinho da foz do rio Doce**. 2014. Relatório – Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo. 2014.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. 1ª ed. – São Paulo: FFLCH/Labur Edições, 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 2001.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro**. In: Carlos, Ani Fani Alessandri. **Novos rumos da geografia**. São Paulo: Contexto, 1999.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. **A Questão da Aquisição de Terras por Estrangeiros no Brasil – um retorno aos dossiês.** AGRÁRIA – Revista do laboratório de Geografia Agrária da Universidade São Paulo. São Paulo, No. 12, pp. 03-113, 2010.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. **Camponeses, indígenas e quilombolas em luta no campo: a barbárie aumenta.** In: **Caderno de conflitos nos campo 2015.** Goiania: CPT Brasil, 2015.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. Geografia Agrária: Perspectivas no início do século XXI. in **O Campo no Século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social.** Oliveira, Arioaldo Umbelino de; Marques, Marta Inez Medeiros (orgs.). – São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. **Os posseiros voltam a assumir o protagonismo da luta camponesa pela terra no Brasil.** In CPT, Comissão Pastoral da Terra. **Caderno de conflitos nos campo 2010.** Goiania: CPT Brasil, 2011.

OLIVEIRA, Francisco de. **Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento.** In. OLIVEIRA, Francisco de e RIZEK, Cibele Saliba (orgs.) **A era da indeterminação.** 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2007

OLIVEIRA, Francisco de e RIZEK, Cibele Saliba (orgs.) **A era da indeterminação.** 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2007

OLIVEIRA, Francisco de. **Brasil: uma biografia não autorizada.** 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica á razão dualista: o ornitorrinco.** 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

OSORIO, Jaime. **El sistema-mundo de Wallerstein y su transformación.** Una lectura crítica. In. **Argumentos.** AÑO 28, nº. 77. UAM-Xochimilco. México: enero-abril de 2015.

PACHUKANIS, Evgeni. **A teoria geral do direito e o marxismo e ensaios escolhidos.** (1921 – 1929). Editora Sundermann, Coleção Ideias Baratas: São Paulo, 2017.

Paulani, Leda. **A experiência brasileira entre 2003 e 2014: Neodesenvolvimentismo?** Cadernos do Desenvolvimento. Rio de Janeiro, v. 12, n. 20, pp. 135-155, jan.-jun. 2017.

PAULANI, Leida. **Brasil delivery: servidão financeira e estado de emergência econômico.** São Paulo: Boitempo, 2008. 1ª ed. Revisada.

PINASSI, Maria Orlanda. **Neodesarrollismo: uma parábola de ricos para pobres.** In. FÉLIZ, Mariano e PINASSI, Maria Orlanda (org). **La farsa neodesarrollista y las alternativas populares en América Latina y el Caribe.** Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Herramienta, 2017.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter e Cuin, Danilo Pereira. **Geografia dos Conflitos por terra no Brasil (2013): Expropriação, violência e r-existência.** In. CPT, Comissão Pastoral da Terra. **Caderno de conflitos nos campo 2013.** Goiania: CPT

Brasil, 2014

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter, et al. **A contra reforma na lei e na marra – Brasil (2015 –2017)**. In. CPT, **Caderno de conflitos nos campo 2017**. Goiania: CPT Brasil, 2018.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Violência e democracia no campo brasileiro: o que dizem os dados de 2003**. In. **Caderno de conflitos nos campo 2003**. Goiania: CPT Brasil, 2004.

PRIETO, Gustavo Francisco Teixeira. **Rentismo à brasileira, uma via de desenvolvimento capitalista: grilagem, produção do capital e formação da propriedade privada da terra**. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

PRIETO, Gustavo Francisco Teixeira. **Rosa Luxemburg e a expansão imanente do capitalismo: destruição, resistência e recriação dos territórios e das relações não capitalistas**. In. **Geosp – Espaço e Tempo** (Online), v. 21, n. 3, p. 812-829, dez. 2017. ISSN 2179-0892.

RIBEIRO, Darcy. **Indigenato e Campesinato**. In. Revista de Cultura VOZES. Ano 73, Vol. LXXIII, outubro, nº 8. Editora Vozes.

SALLETO, Nara. **Considerações sobre a transição do trabalho escravo ao livre na economia cafeeira do Espírito Santo (1888-1929)**. Dissertação de Mestrado. UFRJ, 1985.

SALLETO, Nara. **Trabalhadores nacionais e imigrantes no mercado de trabalho do Espírito Santo (1988-1930)**. EDUFES: Vitória, 1996.

SALLETO, Nara. **Trabalhadores nacionais e imigrantes no mercado de trabalho do Espírito Santo (1988-1930)**. EDUFES: Vitória, 1996.

SCARIM, Paulo Cesar. **Territorialidades em conflito na construção do espaço capixaba: o desenvolvimento em questão**. Tese (Doutorado em Geografia). Niterói: Instituto de Geociências/UFF, 2006.

SHANIN, T. **El Marx tardío y la vía rusa: Marx y la periferia del capitalismo**. Madrid: Editorial Revolución, 1990.

SILVA, Jarbas Vieira da e Andrade, Maria Júlia Gomes. **Introdução**. In: MILANEZ, Bruno e LOSEKANN, Cristiana (org). **Desastre no Vale do Rio Doce: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição**. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2016.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo**. Reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Cia das Letras, 2012.

STRAUCH, Ney. **Bacia do Rio Doce**. Um estudo geográfico. IBGE. 1955.

STREECK, Wolfgang. **Tempo comprado: A crise adiada do capitalismo democrático**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

THOMPSON, Edward, P. **A formação da classe operária**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TRASPADINI, Roberta. **Breve genealogia del capitalismo dependiente latino-americano**: la superxplotación como combustible del neodesarrollismo. In: FÉLIZ, Mariano e PINASSI, Maria Orlanda (org). **La farsa neodesarrollista y las alternativas populares en América Latina y el Caribe**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Herramienta, 2017.

ZONTA, Márcio e TROCATE, Charles (org). **Antes fosse mais leve a carga**: reflexões sobre o desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton. Marabá, PA: Editorial Iguana, 2016.

## DOCUMENTOS

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da Republica Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988. Brasília – DF, 1988.

PAC 2. **Espírito Santo**, 11º balanço 2011-2014 (**relatório**).

## REPORTAGENS

CAMARGOS, Daniel. **MPF denuncia presidente da Fundação Renova por comércio ilegal de madeira**. UOL : Meio Ambiente, [s. l.], 27 maio 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/reporter-brasil/2019/05/23/mpf-denuncia-presidente-da-fundacao-renova-por-comercio-ilegal-de-madeira.htm>. Acesso em: 28 out. 2019.

G1 ES. **Ação no ES quer fim de terminal da Petrobras em ‘área de preservação’**. **G1 Espírito Santo**, [s. l.], 15 jun. 2012. Disponível em: <http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2012/06/acao-no-es-quer-fim-de-terminal-da-petrobras-em-area-de-preservacao.html>. Acesso em: 19 set. 2019.

MACHADO, Viviane; VAREJÃO, Victoria. **Satélite da Nasa mostra evolução da lama na foz do Rio Doce, no ES**. **G1 Espírito Santo**, [s. l.], 1 dez. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/espírito-santo/desastre-ambiental-no-rio-doce/noticia/2015/12/satelite-da-nasa-mostra-evolucao-da-lama-na-foz-do-rio-doce-no-es.html>. Acesso em: 10 out. 2019.

## HOMEPAGE

JURONG. **Institucional**: Estaleiro Jurong Aracruz. *In: Estaleiro Jurong Aracruz*. [S. l.], [s.d.]. Disponível em: <http://www.jurong.com.br/institucional/estaleiro-jurong-aracruz>. Acesso em: 19 set. 2019.

LÖWY, Michael. O pensamento de Rosa Luxemburgo. *In: Blog da Boitempo*. Blog da Boitempo: Boitempo, 5 mar. 2015. Disponível em:



<https://blogdaboitempo.com.br/2015/03/05/michael-lowy-o-pensamento-de-rosa-luxemburgo-2/>. Acesso em: 10 ago. 2019.

PAC. **Sobre o PAC**. *In*: PAC: Ministério do Planejamento. [S. l.], [s.d]. Disponível em: <http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac>. Acesso em: 19 set. 2019.

PORTOCEL. **Linha do Tempo**: A evolução de Portocel. *In*: **Portocel**. [S. l.], [s.d]. Disponível em: <http://www.portocel.com.br/a-portocel/linha-do-tempo/>. Acesso em: 19 set. 2019.

RENOVA, Fundação. A Fundação. *In*: RENOVA, Fundação. **Home**: Quem somos. [S. l.], [s.d]. Disponível em: <https://www.fundacaorenova.org/a-fundacao/>. Acesso em: 28 out. 2019.

RENOVA, Fundação. Auxílio Financeiro Emergencial: Objetivo do programa. *In*: RENOVA, Fundação. **Home**: Lista de programas socioeconômicos. [S. l.], [s.d]. Disponível em: <https://www.fundacaorenova.org/programa/auxilio-financeiro-emergencial/>. Acesso em: 26 out. 2019.

RENOVA, Fundação. Governança: Diretoria executiva. *In*: RENOVA, Fundação. **Quem somos**: Quem faz parte. [S. l.], [s.d]. Disponível em: <http://www.fundacaorenova.org/quem-faz-parte/>. Acesso em: 10 dez. 2017.

SALETTTO, Nara. Monteiro, Bernardino de Souza. sen. ES 1909-1916; pres. ES 1916-1920; sen. ES 1920-1930. *In*: FGV CPDOC. **Verbetes Primeira República**. [s.d]. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MONTEIRO,%20Bernardino%20de%20Sousa.pdf> . Acesso em 17/10/2019.

SAMARCO. **Reparação**: Compromisso com a reparação. *In*: MINERAÇÃO, Samarco. **Samarco**. [S. l.], [s.d]. Disponível em: <https://www.samarco.com/reparacao/>. Acesso em: 25 nov. 2017.

TERMINAL Aquaviário do Norte Capixaba. *In*: **Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários**: Webportos. [S. l.], [s.d]. Disponível em: <https://webportos.labtrans.ufsc.br/Tup/Index/109>. Acesso em: 19 set. 2019.